

Patrimônio

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCICIO DE 1941

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, só registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1941, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à Avenida Rodrigues Alves n. 1, ou mediante recolhimento e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, comprovado já o desconto de 20 %, a que tem direito, em duas prestações semestrais de 28\$0.

As assinaturas só vigorarão dentro do exercício financeiro de cada ano. Por esse motivo as inscrições novas ou as renovações que forem feitas durante o mês de junho só poderão abranger o 2.º semestre do ano em curso.

As reclamações sobre irregularidades de remessa aos assinantes devem mencionar os números impressos no alto, à esquerda, dos respectivos endereços.

Para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior aquele em que começa a assinatura isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

As repartições arrecadadoras não devem aceitar pedidos de assinaturas senão dentro dessas condições, a não ser para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário da Justiça" ou de cada uma das secções do "Diário Oficial":

Repartições públicas ou assinantes particulares.	No interior.....	70\$000
	No exterior.....	110\$000
Funcionários públicos.	No interior.....	50\$000
	No exterior.....	80\$000

O preço do número de hoje está fixado na última página desta edição.
O número atrasado custa mais \$100: por ano decorrido, mais \$300.

OBSERVAÇÕES

A Redacção não fornecerá gratuitamente aos assinantes números atrasados, extraviados ou anteriores a data da assinatura.

— Convém por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente a fim de não ficarem com as suas coleções desfalçadas.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfândegas poderão ser encaminhados directamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas dentro dos primeiros 10 dias do novo período serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Nos dias 10 e 25 de cada mês será publicada em fascículos apensos ao "Diário da Justiça" a Jurisprudência do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redacção, e no interesse do público, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga, verificada pelos interessados a existência de erros ou omissões, devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A Diretoria da Imprensa Nacional determinou, atendendo à importância dos assuntos que constituem, hoje, a Secção III do "Diário Oficial", a organização de coleções mensais, em brochuras, contendo os exemplares relativos ao primeiro semestre do ano em curso.

O grande número de interessados nas questões de privilégios de invenção, registros de marcas de indústria e comércio, encontrará, deste modo, à venda, à Avenida Rodrigues Alves n. 1, na Secção de Vendas e no posto do Ministério do Trabalho, os exemplares, editados no ano em curso, ao preço de 20\$0 o volume.

Assim procedendo, atende a Imprensa Nacional às sugestões que, neste sentido, lhe foram feitas, quer pela numerosa classe a que o assunto afeta, quer pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

ANO LXXIX

SUMARIO

N. 287

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

- Decreto-lei n. 2.854 de 11 de dezembro de 1940.
Decreto-lei n. 2.857 de 11 de dezembro de 1940.
Decreto-lei n. 2.858 de 11 de dezembro de 1940.
Decreto n. 6.411 de 30 de outubro de 1940.
Decreto n. 6.586 de 10 de dezembro de 1940.
Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Decretos de 10 de dezembro de 1940.
Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 10 de dezembro de 1940.
Ministério da Marinha — Decretos de 10 de dezembro de 1940.
Ministério da Guerra — Decretos de 10 de dezembro de 1940.
Ministério da Viação e Obras Públicas — Decretos de 10 de dezembro de 1940.
Departamento Administrativo do Serviço Público — Exposição de motivos.
Comissão de Defesa da Economia Nacional.
Conselho de Segurança Nacional

SECRETARIAS DE ESTADO:

- Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Expediente do Gabinete, da Comissão de Eficiência e da Imprensa Nacional.
Ministério da Educação e Saúde — Expediente do Gabinete do Sr. ministro, da Divisão do Pessoal, do Serviço de Obras, do Departamento Nacional de Saúde, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Ministério das Relações Exteriores — Expediente da Divisão do Pessoal.
Ministério da Fazenda — Expediente da Comissão de Eficiência, do Serviço do Pessoal, da Diretoria das Rendas Internas, do Conselho Superior de Tarifa, da Diretoria da Despesa Pública, da Diretoria do Domínio da União, da Câmara de Reajustamento Econômico, da Recebedoria do Distrito Federal, do Primeiro Conselho de Contribuintes e do Segundo Conselho de Contribuintes.
Ministério da Guerra — Expediente do Sr. ministro.
Ministério da Marinha — Expediente da Divisão do Pessoal, e do Tribunal Marítimo Administrativo.
Ministério da Viação — Expediente da Comissão de Eficiência, da Diretoria de Contabilidade, do Serviço Pessoal, do Departamento dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, da Estrada de Ferro Central do Brasil e do Departamento de Aeronáutica Civil.
Ministério da Agricultura — Expediente do Departamento de Administração, da Divisão de Comunicações, da Divisão de Contabilidade, da Divisão do Pessoal, da Divisão de Terras e Colonização, da Divisão do Fomento da Produção Animal, do Laboratório Central da Produção Mineral e do Serviço de Economia Rural.
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Expediente do Serviço de Comunicações, da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional do Trabalho, do Conselho Nacional do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.
Tribunal de Contas — Notícias — Editais e Avisos — Sociedades Anônimas — Sociedades Cíveis — Anúncios.
N. R. — Em suplemento à edição de hoje:
Decreto n. 6.549 — Dispõe sobre a redistribuição nominal dos funcionários do Ministério da Agricultura.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 2.854 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Inclui um cargo de Diretor Regional, em comissão, na Parte Suplementar das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.678, de 7 de outubro de 1940, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica incluído, na Parte Suplementar das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.678, de 7 de outubro de 1940, o cargo de Diretor Regional, em comissão, do antigo Quadro XXVII do Ministério da Viação e Obras Públicas, a ser extinto quando vagar.

Art. 2.º Fica assegurado ao atual ocupante do cargo de que trata o artigo anterior, o pagamento do vencimento correspondente ao exercício do mesmo, a partir da vigência do Decreto-lei n. 2.678, de 7 de outubro de 1940, correndo a despesa, no atual exercício, à conta da dotação própria do orçamento vigente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Por conta da mesma dotação correrá, também, o pagamento dos vencimentos dos ocupantes de cargos que foram transformados em funções gratificadas até que as mesmas sejam providas.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 2.857 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 103:055\$0, para atender ao pagamento de professores que tomaram parte nos concursos de habilitação em estabelecimentos de ensino.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e três contos e cinquenta e cinco mil réis (103:055\$0), para atender, neste exercício, ao pagamento dos professores que examinaram os candidatos à matrícula nos estabelecimentos de ensino, observada a seguinte discriminação:

Escola Nacional de Química	12:920\$0
Faculdade de Medicina da Bahia	28:740\$0
Externato do Colégio Pedro II	61:39\$0
	103:055\$0

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940; 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 2.858 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Dispõe sobre o processo e julgamento de contravenções referidas no Decreto-lei n. 854, de 12 de novembro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — No processo e julgamento das contravenções a que se referem os arts. 45 a 49 e 58 e seus parágrafos do Decreto-lei n. 854, de 12 de novembro de 1938, observar-se-á o disposto no Decreto n. 16.751, de 31 de dezembro de 1924, com as modificações constantes desta lei.

Art. 2.º — Recebido o processo, o juiz dará imediata vista ao órgão do Ministério Público que dentro em três (3) dias indicará os autores, co-autores e cúmplices e as penas aplicáveis.

Art. 3.º — O juiz mandará "incontinenti" citar o réu, ou os réus, para defender-se e constituir advogado dentro em vinte e quatro (24) horas; nomeará defensor para os que o não apresentarem e concederá à defesa vista dos autos, em cartório, pelo prazo de três (3) dias.

Parágrafo único. — A citação será feita pessoalmente se o réu estiver preso ou, quando solto ou foragido, por edital afixado à porta da sede do Juízo.

Art. 4º. — Em seguida o juiz marcará audiência para instrução, a qual terá início dentro de cinco (5) dias.

Art. 5º. — Iniciada a audiência, qualificado e interrogado o réu, ou os réus, e ouvidas as testemunhas de defesa, se tiverem sido apresentadas, o órgão do Ministério Público sustentará oralmente a acusação, em quinze (15) minutos, seguindo-se a defesa pelo mesmo tempo. Havendo mais de um advogado de defesa, cada um deles poderá falar durante dez (10) minutos. Cada réu não terá, porém, mais de um advogado.

§ 1º. — Fica ao arbítrio do juiz reinquirir, na forma do parágrafo seguinte, as testemunhas que depuseram na fase policial do processo.

§ 2º. — As testemunhas serão em número de três (3), no máximo, para cada réu, não devendo a inquirição de cada uma delas durar mais de dez (10) minutos.

§ 3º. — O juiz resolverá em definitivo as questões preliminares e incidentes suscitadas na audiência.

§ 4º. — O julgamento não será adiado por falta de comparecimento do réu, testemunhas ou advogados.

Art. 6º. — Na mesma audiência o juiz proferirá sentença, que mandará reduzir a escrito juntamente com o resumo do debate e do depoimento das testemunhas.

Art. 7º. — O réu ficará preso até trinta (30) dias após a lavratura do auto de flagrante, salvo se antes for absolvido.

Art. 8º. — A letra b do § 1º do art. 58 do Decreto-lei n. 854, de 12 de novembro de 1938, passa a ter a seguinte redação:

"b) os que transportarem, conduzirem, possuírem, tiverem sob sua guarda ou poder, fabricarem, derem, cedarem, trocarem, guardarem em qualquer parte, listas com indicações de jogo ou material próprio para a contravenção, bem como de qualquer forma contribuir para a sua confecção, utilização, curso ou emprego, seja qual for a sua espécie ou quantidade".

Art. 9º. — Esta lei entra em vigor na data da sua publicação e aplica-se aos processos em curso.

§ 1º. — O escrivão fará conclusos ao juiz todos os processos em que não houver sentença definitiva para que este determine, dentro em cinco (5) dias, as diligências necessárias à sua acomodação ao rito prescrito nesta lei.

§ 2º. — Nos Estados onde a lei processual vigente não admitir o início do processo pela autoridade policial, as testemunhas de acusação nos processos em curso serão ouvidas antes das de defesa na audiência a que se refere o art. 4º.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1940; 119º da Independência e 52º da República

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO N. 6.411 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1940

Concede autorização à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná, para organizar e fazer funcionar os cursos de matemática; de letras clássicas, de letras não-latinas e de letras anglo-germânicas:

O Presidente da República resolve, nos termos do artigo 23, do Decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938, conceder autorização à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná, e mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino, para organizar e fazer funcionar os cursos de matemática; de letras clássicas, de letras não-latinas e de letras anglo-germânicas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1940, 110º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

(C. 10.906 — 10-12-1940 — 2485)

DECRETO N. 6.586 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

Aprova o Regimento da Divisão do Material do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da Divisão do Material do Ministério da Educação e Saúde, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Regimento da Divisão do Material do Ministério da Educação e Saúde

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Divisão do Material do Ministério da Educação e Saúde (D. M. E.), em que foi transformado o Serviço de Material pelo Decreto-lei n. 1.018, de 31 de dezembro de 1938, tem por finalidade a coordenação sistemática, a execução e a fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro, relativas ao material.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A D. M. E. é constituída dos seguintes órgãos:

Seção Administrativa (S. A. M.).

Seção de Requisições e Fiscalização (S. R. F.).

Seção Econômica e Financeira (S. E. F.).

Parágrafo único. Haverá almoxarifados ou depósitos que forem necessários, subordinados à S. R. F.

Art. 3º O diretor terá um secretário por ele designado.

Art. 4º Cada seção terá um chefe designado pelo diretor.

Art. 5º Os órgãos de que se compõe a D. M. E. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do diretor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS SEÇÕES

Art. 6º A Seção Administrativa (S. A. M.) compete:

- a) executar os trabalhos de expediente relativos à concorrência, coleta de preços, troca, cessão ou venda do material;
- b) lavrar os contratos e atos de aquisição do material;
- c) examinar, sob o ponto de vista legal e administrativo, as questões relativas ao material;
- d) processar as contas apresentadas;
- e) propor ao diretor a aplicação de penas aos fornecedores que não tenham cumprido alguma obrigação contratual.

Art. 7º A Seção de Requisições e Fiscalização (S. R. F.) compete:

- a) organizar e encaminhar ao D. F. C. as requisições de material necessário às repartições do Ministério que não tenham órgão próprio de material, cujas verbas tenham sido distribuídas ao D. F. C. ou à D. M. E.;
- b) organizar o orçamento provável de cada item requisitado;
- c) receber e aceitar o material adquirido, de acordo com as normas estabelecidas, opinando sobre a conveniência ou não de sua aceitação, quanto ao preço ou qualidade, tendo em vista a sua aplicação ou emprego;
- d) distribuir o material recebido às repartições do Ministério;
- e) escripturar, em fichas apropriadas, as quantidades de material distribuído às repartições e os consumos mensais que lhe forem comunicados pelos almoxarifados e depósitos, de acordo com as normas baixadas pelos órgãos competentes;
- f) organizar o mapa do movimento mensal do material entrado e saído, com a discriminação do custo, procedência, destino e saldo existente, cuja aquisição tenha sido feita diretamente pela D. M. E.;
- g) providenciar para que as seções do material e as repartições do Ministério, nos Estados e Território do Acre, organizem, dentro das normas indicadas no item anterior, idêntico mapa mensal do material requisitado ao D. F. C. ou diretamente adquirido, do qual remeterão cópia à D. M. E. para o necessário controle;
- h) registrar, em modelos apropriados e nas épocas determinadas nas instruções baixadas pelo Diretor, os mapas do movimento do material a que se refere o item anterior;
- i) examinar, em face dos documentos recebidos, as aquisições realizadas diretamente pelos órgãos do material e pelas repartições do Ministério, nos Estados e Território do Acre, propondo, si necessário, medidas acasaladoras do interesse do Tesouro e da boa execução das normas expedidas;
- j) providenciar para que tenham idêntica organização e obedam às mesmas normas de trabalho os almoxarifados e depósitos do Ministério;
- k) apresentar, nas épocas determinadas pelo Diretor, a estimativa do material de uso corrente que deverá ser adquirido pelas repartições, respectivamente, no primeiro e segundo semestres de cada ano;
- m) providenciar o abastecimento regular das repartições mantendo, sempre, em estoque, quantidade suficiente de material de consumo mais frequente;
- n) organizar a nomenclatura do material de acordo com as normas determinadas pelos órgãos competentes;
- o) fornecer à S. A. M. os elementos técnicos e os dados para a realização das concorrências e coletas de preços;
- p) fornecer à S. E. F. os dados necessários à escripturação do inventário do material e os elementos para a contabilidade da despesa com o mesmo;
- q) fazer a estatística do material consumido;

- r) fornecer às repartições do Ministério, dados técnicos sobre a qualidade e eficiência do material;
- s) propor ao Diretor a troca, cessão ou venda do material, bem como a baixa de responsabilidade do mesmo;
- t) superintender os trabalhos dos almoxarifados e depósitos;
- u) providenciar o conserto do material usado nas repartições que não tenham órgão próprio do material.

Art. 8.º A Seção Econômica e Financeira (S.E.F.) compete:

- a) executar toda a contabilidade relativa ao material;
 - b) escriturar as verbas consignadas no orçamento e nos créditos adicionais, destinados ao material a ser adquirido pela D.M.E.;
 - c) escriturar as importâncias das aquisições de material nas sub-consignações próprias, de maneira a se conhecer, de pronto, os saldos existentes;
 - d) fazer a escrituração e manter em perfeita ordem o inventário dos bens do Ministério, por espécie, distribuição e valor;
 - e) orientar e controlar as atividades das repartições do Ministério no que se referir à contabilidade do material, organização de inventário, escrituração e fiscalização de despesas, de acordo com as normas baixadas pelos órgãos competentes;
 - f) verificar, quando autorizada pelo Diretor, o uso e estado de conservação dos bens do Ministério;
 - g) — fiscalizar o cumprimento das normas que forem baixadas para apuração do custeio do material nos serviços industriais, de transporte e de rotina a cargo das repartições do Ministério;
 - h) — fornecer os dados para o orçamento do Ministério, na parte relativa ao material;
 - i) — proceder a todo o controle estatístico relativo ao custeio do material em uso no Ministério.
- Art. 9.º — As seções da D. M. E. obedecerão às normas baixadas com o regulamento das aquisições de material, aprovado pelo Decreto n. 5.873, de 26 de junho de 1940.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E EXTRANUMERÁRIOS

Art. 10 — Ao Diretor da D. M. E. incumbe:

- a) orientar os trabalhos e manter a perfeita coordenação entre as seções;
- b) — decidir sobre todas as compras de material a ser adquirido pela D. M. E.;
- c) — autorizar a requisição do material solicitado pelas repartições do Ministério, procedendo à necessária revisão quanto à qualidade e quantidade;
- d) — encaminhar ao órgão competente, nas épocas determinadas, a estatística do consumo do material adquirido para as repartições do Ministério, como elemento subsidiário à elaboração da proposta orçamentária;
- e) — enviar ao D. F. C., nas épocas próprias, a estimativa do material de uso corrente nas repartições do Ministério, afim de que se processem as concorrências ou coletas de preços para fornecimento no primeiro e segundo semestres;
- f) — autorizar a troca, cessão ou venda de bens moveis e semoventes e aprovar os respectivos termos de baixa de responsabilidade;
- g) — encaminhar à autoridade superior e à D. M. do D. A. S. P., nas épocas próprias, a estatística pormenorizada do consumo dos automóveis e de outros veículos auto-motores do Ministério, indicando os serviços em que os mesmos são utilizados;
- h) — baixar normas de trabalho para os almoxarifados, depósitos e demais órgãos do material existente no Ministério, respeitada a competência de cada um;
- i) — corresponder-se, diretamente, sobre assuntos de sua competência, com os órgãos da Administração Pública e representar a D. M. E. em suas relações externas;
- j) — apresentar à autoridade superior o relatório dos trabalhos da D. M. E.;
- k) — baixar instruções para a boa execução dos trabalhos da D. M. E.;
- m) — reunir periodicamente os chefes de seção afim de assentarem medidas atinentes à boa execução dos trabalhos;
- n) — distribuir o pessoal pelas Seções, de acordo com a conveniência dos trabalhos;
- o) — autorizar a execução dos trabalhos extraordinários;
- p) — aprovar a escala de férias do pessoal da D. M. E.;
- q) — impor penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias, e representar à autoridade superior quando a penalidade não couber à sua alçada;
- r) — encaminhar ao órgão competente o boletim de frequência do pessoal da D. M. E.;
- s) — exercer quaisquer outras atribuições que lhe forem cometidas em virtude de lei.

Art. 11 — Aos Chefes de Seção incumbe:

- a) — dirigir a seção a seu cargo, informando o Diretor sobre as atividades das dependências que lhes são subordinadas e tomar as providências necessárias à boa marcha dos respectivos trabalhos;
- b) — distribuir os trabalhos da Seção pelos funcionários e extranumerários;

- c) — manter estreita colaboração com os demais órgãos da D. M. E.;
 - d) — organizar a escala de férias do pessoal da Seção, submetendo-a à aprovação do Diretor;
 - e) — advertir e repreender os seus subordinados e representar ao Diretor quando a penalidade não couber à sua alçada;
 - f) — apresentar ao Diretor relatório dos trabalhos executados durante o ano anterior;
 - g) — encerrar o ponto do pessoal da Seção.
- Art. 12 — Ao Secretário incumbe:
- a) — atender as pessoas que procurarem o Diretor dando ao mesmo conhecimento do assunto a tratar;
 - b) — representar o Diretor sempre que se fizer necessário;
 - c) — redigir a correspondência pessoal do Diretor.
- Art. 13 — Aos funcionários e extranumerários com funções não especificadas neste Regimento, caberão as atribuições que lhes forem conferidas pelos superiores imediatos.

CAPÍTULO V

DA LOTAÇÃO

Art. 14 — A D.M.E. terá a lotação que for oportunamente estabelecida em decreto.

Parágrafo único — Além de funcionários, poderá haver pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO VI

DO HORÁRIO

Art. 15 — O período normal de trabalho será no mínimo, de seis (6) horas diárias, exceto aos sábados, quando poderá ser de três (3) horas.

Art. 16 — Não fica sujeito a ponto o Diretor da D.M.E.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES EVENTUAIS

Art. 17 — Serão substituídos, automaticamente, nas faltas eventuais:

- a) o Diretor, por um funcionário por ele designado;
- b) os Chefes de Seção, pelo funcionário ou extranumerário que o Diretor designar.

Parágrafo único — Haverá sempre funcionários ou extranumerários previamente designados para as substituições a que se refere este artigo

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 — Os órgãos do material das diversas repartições do Ministério obedecerão às normas de trabalho que forem indicadas pela D.M. E., respeitada, porém, a competência de cada um.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Gustavo Capanema*.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

DECRETOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

CONCEDER NATURALIZAÇÃO:

Na conformidade da letra F, do art. 1.º do Decreto-lei n. 389, de 25 de abril de 1938, conceder a naturalização que pediram, afim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

A Alberto Kohn, natural da Tchecoslováquia, nascido a 22 de novembro de 1888, filho de Maurício Kohn e de Clara Kohn, casado, residente nesta Capital.

A Charles Howard Gibson Mc Call, natural da Inglaterra, nascido a 27 de setembro de 1888, filho de Allan Mc Call e de Tuth Helen Shoobridge, casado, residente no Estado do Rio Grande do Sul.

A Simão Faiguenboim, natural do Uruguai, nascido a 16 de novembro de 1916, filho de Guilherme Faiguenboim e de Felícia Galperin, solteiro, residente no Estado de S. Paulo.

Na conformidade dos §§ 2.º e 3.º, do art. 40, do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, conceder a naturalização que pediram, afim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

A Lourenço José Tiepolo, natural da Itália, nascido a 29 de março de 1903, filho de Severino Tiepolo e de Marcolina Tiepolo, casado, residente no Estado do Paraná.

A Luiz Petian, natural da Itália, nascido a 5 de outubro de 1885, filho de Giuseppe Petian e de Antonia Gasparut, casado, residente no Estado de S. Paulo.

A Manoel Gonçalves, natural de Portugal, nascido a 12 de junho de 1832, filho de João Gonçalves e de Marciana Flores, casado, residente no Estado de S. Paulo.

A Manoel Gonçalves Pulgueira, natural de Portugal, nascido a 23 de julho de 1914, filho de Antonio Gonçalves Pulgueira e de Maria de Jesus, casado, residente no Estado de S. Paulo.

A Manoel Sanchez Murillo, natural da Espanha, nascido a 2 de fevereiro de 1889, filho de Mariano Sanchez Calderon e de Beatriz Murilli Dias, casado, residente no Estado de S. Paulo.

A Manoel da Costa Pereira, natural de Portugal, nascido a 12 de setembro de 1914, filho de Manoel da Costa Pereira e de Luiza de Jesus Pereira, solteiro, residente no Estado de S. Paulo.

A Manoel Antonio Trindade, natural de Portugal, nascido a 14 de outubro de 1904, filho de André Simão e de Maria Cândida, casado, residente no Estado de S. Paulo.

A Manoel Gomes da Silva, natural de Portugal, nascido a 8 de junho de 1891, filho de Vitor Francisco da Silva e de Albina Gomes da Silva, casado, residente nesta Capital.

A Manoel Coelho Guerra, natural de Portugal, nascido a 13 de junho de 1888, filho de João Coelho Guerra e de Ana Coelho Leandro, casado, residente no Estado de Minas Gerais.

A Manoel Lopes Esteves Junior, natural de Portugal, nascido a 28 de junho de 1887, filho de Manoel Lopes Esteves e de Rcsa Pedreira de Couto, solteiro, residente nesta Capital.

A Miguel Lieber, natural da Alemanha, nascido a 8 de agosto de 1894, filho de Sebastião Lieber e de Ana Wolz, casado, residente no Estado de S. Paulo.

A Miguel Nahirniak, natural da România, nascido a 19 de novembro de 1905, filho de Athanasio Nahirniak e de Helena Nahirniak, casado, residente no Estado de São Paulo;

A Maria da Luz Paixão, natural de Portugal, nascida a 30 de abril de 1898, filha de Francisco Pereira e de Maria Alves Marques, casada, residente no Estado de São Paulo;

A Pedro Popoviski, natural da Polónia, nascido a 29 de junho de 1894, filho de Paulo Popoviski e de Catarina Popoviski, casado, residente no Estado do Paraná;

A Renato Pieraccini, natural da Itália, nascido a 17 de janeiro de 1901, filho de José Pieraccini e de Mariana Picchi, casado, residente no Estado de São Paulo;

A Roberto Peres, natural da Espanha, nascido a 11 de abril de 1887, filho de Anselmo Peres e de Rufina Peres, casado, residente no Estado de São Paulo;

A Virgílio Pires, natural de Portugal, nascido a 22 de junho de 1899, filho de Manuel Pires e de Tereza Maria Rosa, casado, residente nesta Capital;

A Vicente Tutini, natural da Itália, maior, filho de Tutini Giuseppe de Tommaso e de Pannuzi Filomena, casado, residente no Estado de São Paulo;

A Vicenzo Greco, natural da Itália, nascido a 20 de setembro de 1886, filho de Luiz Greco e de Tereza Ripola, casado, residente no Estado de São Paulo;

A Wenceslau dos Anjos Carreira, natural de Portugal, nascido a 14 de setembro de 1895, filho de Antonio Joaquim e de Camilla da Conceição Carreira, casado, residente no Estado de São Paulo;

A João Miguel Hernandez Dias, natural da Espanha, nascido a 5 de março de 1890, filho de Antonio Hernandez Ruiz e de Mariassu Dias, casado, residente no Estado de São Paulo;

A João Duarte da Silva, natural de Portugal, nascido a 14 de março de 1905, filho de Manuel Duarte da Silva e de Felicia dos Santos, casado, residente no Estado de São Paulo;

A João Manoel Sarmento, natural de Portugal, nascido no ano de 1883, filho de Manoel Antonio Sarmento e de Maria da Graça Pires, casado, residente no Estado de São Paulo;

A João Manoel Ferreira, natural de Portugal, nascido a 16 de dezembro de 1897, filho de José Luiz Ferreira e de Maria Antonio da Cunha, casado, residente no Estado de São Paulo;

A João Joaquim Dornellas, natural de Portugal, nascido a 16 de junho de 1894, filho de João Joaquim Dornellas e de Maria Isabel do Espírito Santo, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José de Oliveira, natural de Portugal, nascido a 21 de maio de 1892, filho de Joaquim de Oliveira e de Maria Marques, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Ruiz, natural da Espanha, nascido a 9 de agosto de 1904, filho de André Ruiz e de Natividade Peinado, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Pelegrino Ramirez, natural da Espanha, nascido a 30 de abril de 1902, filho de Rafael Pelegrino de Castro e de Ana Ramirez Pedrosa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Oliveira, natural d Portugal, maior, filho de Francisco de Oliveira e de Tarquinia de Jesús, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José da Graça, natural de Portugal, nascido a 10 de agosto de 1884, filho de Francisca Rosa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José de Freitas, natural de Portugal, nascido a 6 de março de 1896, filho de Domingos de Freitas e de Maria de Jesus, solteiro, residente no Estado de São Paulo.

A José Maria Gonçalves, natural de Portugal, nascido a 22 de janeiro de 1903, filho de Antônio Augusto Gonçalves e de Tereza da Purificação, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Jorge, natural de Portugal, nascido a 11 de abril de 1907, filho de Antônio Jorge Junior e de Maria dos Prazeres, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Maria Filgueiras, natural de Portugal, nascido a 24 de junho de 1896, filho de Manuel José Filgueiras e de Inácia de Jesus, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Gomes, natural de Portugal, nascido a 9 de julho de 1893, filho de Antonio Gomes e de Joaguina Maria, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Manoel Antonio Pires Carpinteiro, natural de Portugal, nascido a 15 de junho de 1895, filho de Manoel Antonio Pires Carpinteiro e de Maria José Gomes, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Gomes, natural de Portugal, nascido a 30 de agosto de 1895, filho de Joaquim Gomes Beato e de Rosa de Jesus, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Pereira, natural de Portugal, nascido a 25 de agosto de 1895, filho de Manoel Pereira e de Paulina dos Santos, casado, residente no Estado de São Paulo.

A José Maria Monteiro, natural de Portugal, nascido no ano de 1895, filho de Antonio Maria Monteiro e de Anna Soares Cratas, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Joaquim Fonseca, natural de Portugal, nascido a 18 de outubro de 1893, filho de Maria da Conceição Fonseca, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Joaquim Martinho, natural de Portugal, nascido a 28 de fevereiro de 1885, filho de Joaquim Martinho e de Maria Joaguina, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Joaquim Ascensão Correia, natural de Portugal, nascido a 24 de maio de 1893, filho de Fortunato Antônio e de Cândida dos Prazeres, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Joaquim Antônio da Silva, natural de Portugal, nascido a 14 de abril de 1902, filho de Manoel da Silva Pereira e de Maria Emilia de Jesus, solteiro, residente nesta Capital.

A Jacintho Antonio Maximo, natural de Portugal, nascido a 8 de janeiro de 1885, filho de José Maximo e de Ana Dorotéa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Janios Busa, natural da Iugoslávia, nascido a 16 de janeiro de 1897, filho de Americo Busa e de Maria Busa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Julio de Almeida, natural de Portugal, nascido a 16 de abril de 1894, filho de Antônio Rodrigues de Almeida e de Rosa de Jesus, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antonio Orcelli, natural da Itália, nascido a 18 de agosto de 1888, filho de Cyro Orcelli e de Vitta Seria, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antônio Acacio, natural de Portugal, nascido a 14 de fevereiro de 1893, filho de Manoel Antônio Lourenço e de Alexandrina Rosa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antônio da Silva, natural de Portugal, nascido a 9 de novembro de 1883, filho de José da Silva e de Luiza Pereira, casado, residente no Estado de São Paulo.

Antonio Nunes Gonçalves, natural de Portugal, nascido a 27 de outubro de 1885, filho de Manoel Nunes Gonçalves e de Antonia Maria, viuvo, residente nesta Capital.

Antonio Marques Jordão, natural de Portugal, nascido a 1 de julho de 1902, filho de Manoel Marques Jordão e de Maria José Coda, solteiro, residente no Estado de São Paulo.

Antônio Feliciano, natural de Portugal, nascido em 16 de novembro de 1888, filho de Antônio Feliciano e de Maria da Conceição, casado, residente no Estado de São Paulo.

Antonio Augusto Ligeira, natural de Portugal, nascido a 10 de abril de 1901, filho de Marcos Antonio Ligeira e de Ana Maria, casado, residente no Estado de São Paulo.

Antonio Maria Midões, natural de Portugal, nascido a 3 de abril de 1908, filho de Constantino Maria Midões e de Rosa de Almeida, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antonio Stanisci, natural da Itália, nascido no ano de 1897, filho de João Stanisci e de Maria Di Lorenzo Gianocaro, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antonio Castedo, natural de Portugal, nascido a 5 de junho de 1896, filho de Francisco Castedo e de Anna Martins, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antonio Joaquim Rodrigues, natural de Portugal, nascido a 16 de setembro de 1903, filho de Joaquim Augusto Rodrigues e de Alexandrina Rosa Lopes, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antonio Manoel Maçorano, natural de Portugal, nascido a 27 de dezembro de 1883, filho de Francisco Antonio Maçorano e de Maria do Rosário Lampandra, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Antonio Lopes, natural de Portugal, nascido a 11 de junho de 1892, filho de Antonio Lopes e de Maria Gonçalves, casado, residente nesta Capital.

A Archimedes Massoni, natural da Itália, nascido a 22 de junho de 1883, filho de Fabio Massoni e de Assunta Massoni, solteiro, residente no Estado de São Paulo.

A Angelo Amoroso, natural da Itália, nascido a 31 de março de 1909, filho de Caetano Amoroso e de Maria Salomone, solteiro, residente no Estado de São Paulo.

Arcênio da Silva, natural de Portugal, nascido em 1 de novembro de 1907, filho de Francisco da Silva e de Maria da Silva, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Atafde Gomes, natural de Portugal, nascido a 5 de fevereiro de 1889, filho de Joaquim Gomes e de Eduarda do Amaral, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Arcangelo Gecchini, natural da Itália, nascido a 12 de janeiro de 1892, filho de Sabbatino Gecchini e de Angiolina Andreotti Gecchini, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Albino de Almeida Ferreira, natural de Portugal, nascido a 27 de agosto de 1902, filho de Manoel Almeida Ferreira e de Maria de Jesus Borges, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Adelino Vieira, natural de Portugal, nascido a 16 de fevereiro de 1905, filho de Joaquim Vieira e de Rosa de Jesus, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Bernardo Corrêa, natural de Portugal, nascido a 8 de março de 1892, filho de Antônio Corrêa e de Maria Rita, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Bernardo Vidal, natural da Espanha, nascido no ano de 1897, filho de Pedro Vidal e de Maria Garcia, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Bernardino Cifuentes, natural da Espanha, nascido a 6 de agosto de 1897, filho de José Cifuentes e de Carmen Carreño Ortega, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Caetano Garofalo, natural da Itália, nascido a 31 de julho de 1901, filho de Emilio Garofalo e de Maria Josefa Garofalo, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Cesário Olivo, natural da Itália, nascido a 29 de agosto de 1885, filho de Antonio Olivo e de Regina Simioni, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Daniel Rodriguez Cervera, natural da Espanha, nascido a 14 de abril de 1900, filho de José Rodriguez Arco e de Encarnacion Cervera Martin, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Diamantino Augusto, natural de Portugal, nascido a 23 de dezembro de 1898, filho de Augusto Peçanha e de Libania Assumpção, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Domingos de Marco, natural dos Estados Unidos da América do Norte, nascido a 15 de fevereiro de 1911, filho de Antonio de Marco e de Rosina Camiglio, solteiro, residente no Estado de São Paulo.

A Elias Calil, natural da Síria, nascido a 25 de agosto de 1906, filho de Calil Abdala Lahud e de Julia Lahud, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Elvira Baldresca, natural da Itália, nascida a 13 de fevereiro de 1885, filha de João Lanfranck e de Genoveva Guidoni, casada, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Gavilan Moya, natural da Espanha, nascido a 2 de fevereiro de 1889, filho de Francisco Gavilan Amore e de Maria Moya Medina, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Pereira Portella, natural de Portugal, nascido a 1 de abril de 1886, filho de José Pereira Portella e de Maria Corrêa Portella, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Lemos, natural de Portugal, nascido em agosto de 1895, filho de José Lemos e de Maria de São José, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco das Neves Raymundo, natural de Portugal, nascido a 12 de março de 1903, filho de José das Neves Raymundo e de Iria Marques, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Miranda Rodrigues, natural da Espanha, nascido a 27 de fevereiro de 1894, filho de José Miranda e de Maria Rodrigues, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Maria Martins, natural de Portugal, nascido a 25 de dezembro de 1895, filho de José Manoel Martins e de Mariana Siqueira, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Garcia, natural da Espanha, nascido a 30 de outubro de 1899, filho de Serafim Garcia e de Josepha Garcia, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Francisco Naveiro Garcia, natural da Espanha, nascido a 12 de janeiro de 1896, filho de Antonio Naveiro e de Maria Garcia, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Felix Sanchez, natural da Espanha, nascido a 12 de outubro de 1907, filho de Alexandre Sanchez e de Francisca Gomes, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Gabriel Bautista Bautista, natural da Espanha, nascido a 21 de abril de 1879, filho de José Bautista Gomes e de Maria Bautista Ruiz, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Gildo Giacomini, natural da Itália, nascido a 15 de agosto de 1885, filho de Antonio Giacomini e de Guzelia Santa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Henrique Coelho Gomes, natural da Espanha, nascido a 23 de abril de 1896, filho de Luis Coelho e de Sebastiana Gomes, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Hugo Leandro, natural da Itália, nascido a 31 de outubro de 1891, filho de Ana Portaxo, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Ismael Gil, natural de Portugal, nascido no ano de 1911, filho de Manoel Gil e de Maria Rosa, casado, residente no Estado de São Paulo.

A Ildefonso Jacinto, natural de Portugal, nascido a 4 de outubro de 1897, filho de Pedro Jacinto e de Maria Conceição, casado, residente no Estado de São Paulo.

Ministério da Educação e Saúde

DECRETOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

Tendo em vista o disposto no art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 174, de 6 de janeiro de 1936, o professor Benedito Augusto Carvalho dos Santos para membro do Conselho Nacional de Educação, na vaga do professor Anibal Freire da Fonseca.

De acordo com o art. 14, item I, do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Alvaro Couto Rodrigues, para exercer o cargo da classe C, da carreira de Guarda Sanitário, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da demissão de Astrogildo Sancho;

Alvaro Ribeiro de Queiroz Junior, para exercer o cargo da classe C, da carreira de Guarda Sanitário, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude do falecimento de Manoel José Saldanha;

De acordo com o art. 14, item III, letra b, combinado com o art. 17 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Helio Junqueira Meirelles para exercer, interinamente, o cargo da classe F, da carreira de Astrônomo-auxiliar, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude do disposto no Decreto-lei n. 2.649, de 1 de outubro de 1940;

Fernando Pinto de Barros, para exercer, interinamente, o cargo da classe F, da carreira de Astrônomo-auxiliar, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude do disposto no Decreto-lei n. 2.649, de 1 de outubro de 1940;

Nelson Osorio Duarte, para exercer, interinamente, o cargo da classe F, da carreira de Astrônomo-auxiliar do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude do disposto no Decreto-lei n. 2.649, de 1 de outubro de 1940.

CONCEDER APOSENTADORIA:

De acordo com o art. 197, alínea "b", do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 38.940, de 1940, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, a Daniel Augusto de Carvalho no cargo da classe E, da carreira de Guarda Sanitário, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

CONCEDER EXONERAÇÃO:

De acordo com o art. 93, § 1.º, alínea "a", do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 33.956-40 da Secretaria de Estado da Educação e Saúde, a Helio Braga Soares da Cunha do cargo de assistente, em comissão, padrão H, da cadeira de Termodinâmica e Motores Térmicos da Escola Nacional de Engenharia, do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde;

Tendo em vista o que consta do processo n. 36.785-40 da Secretaria de Estado, a Jacinto Sá e Cunha, do cargo de assistente em comissão, padrão H, da Cadeira de Terapêutica Clínica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, do Quadro VII, do Ministério da Educação e Saúde;

Tendo em vista o que consta do processo n. 36.301-40 da Secretaria de Estado, a Pedro Gallotti, do cargo da classe-G, da carreira de Escriurário, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde.

Ministério da Marinha

DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

CONCEDER AS VANTAGENS:

Estipuladas no Decreto-lei n. 2.567, de 6 de setembro, extensivas à Marinha de Guerra pelo de n. 2.636, de 27 de setembro de 1940, ao Capitão de Mar e Guerra do Corpo de Oficiais da Armada Tancredo Tillemont Fontes, por ter solicitado sua transferência para a Reserva Remunerada.

Ministério da Guerra

DECRETOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o artigo 34, do Decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938:

O bacharel Waldemar Torres Costa para exercer o cargo de Promotor de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "J", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

De acordo com o art. 35, do Decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938:

O bacharel Ataliba Alvarenga para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Benjamin Sabat para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Bernardo Antonio Marra para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Carlos Rezende para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Filipe Luiz Paleta Filho para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Heitor Rocha Faria para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Silvio Alvarenga para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

O bacharel Venício Segala para exercer o cargo de Advogado de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "F", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940.

De acordo com o art. 54, letra e, do Decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938:

O bacharel Eraldo Guciros Leite, para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de Promotor de 1.^a entrância da Justiça

Militar, padrão "J", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, durante as férias do respectivo titular, bacharel Lourenço Castelo Branco.

O bacharel João Nunes de Moura Soares, para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de Promotor de 1.^a entrância da Justiça Militar, padrão "J", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, durante as férias do respectivo titular, bacharel Amador Cisneiros do Amaral.

De acordo com o art. 54, letra f, do Decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938:

O bacharel Valter Wigderowitz, para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de Advogado de 2.^a entrância da Justiça Militar, padrão "H", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, durante a licença concedida ao respectivo titular, bacharel Vitor Nunes, para tratamento de saúde.

De acordo com o artigo 1.^o, do Decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937:

O Escriurário da classe G, do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, José Guimarães, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Oficial Administrativo, do mesmo Quadro e Ministério, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940, à vista da classificação obtida na prova a que se submeteu.

O Escriurário da classe G, do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, Luiz Gustavo Viana Junior, para exercer o cargo da classe H, da carreira de Oficial Administrativo, do mesmo Quadro e Ministério, vago conforme relação nominal das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.522, de 23 de agosto de 1940, à vista da classificação obtida na prova a que se submeteu.

REMOVER A PEDIDO:

De acordo com o artigo 71, item I, do Decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o artigo 1.^o, do Decreto-lei n. 1.795, de 22 de novembro de 1939:

Sebastião Stelis de Castro e Costa, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Escriurário, do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, da 29.^a Circunscrição de Recrutamento, para a 21.^a Circunscrição de Recrutamento, preenchendo o claro existente na lotação.

REMOVER POR PERMUTA:

De acordo com o artigo 73, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o artigo 1.^o, do Decreto-lei n. 1.795, de 22 de novembro de 1939:

Antenor Medrado, ocupante do cargo da classe F, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Diretoria de Cavalaria, Trem, Remonta e Veterinária, para a Escola Técnica do Exército, onde está lotado Manoel Cordeiro Falcão.

Manoel Cordeiro Falcão, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Escola Técnica do Exército, para a Diretoria de Cavalaria, Trem, Remonta e Veterinária, onde está lotado Antenor Medrado.

REMOVER "EX-OFFICIO":

No interesse da administração, de acordo com o artigo 71, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o artigo 1.^o, do Decreto-lei n. 1.795, de 22 de novembro de 1939:

Agésio da Silva Brito, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, do Hospital Central do Exército, para a Segunda Auditoria da 1.^a Região Militar, preenchendo o claro existente na lotação.

Alamiro de Sousa França, ocupante do cargo da classe F, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, do Estabelecimento Central de Material de Intendência, para o Estado Maior do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Egídio Estevam de Siqueira, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da extinta Inspeção de Artilharia, para a 5.^a Circunscrição de Recrutamento, preenchendo o claro existente na lotação.

Edgard Pinto Moreira, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Escriurário, do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, da Diretoria de Saúde do Exército para a Diretoria de Intendência do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Erondines Ribeiro, ocupante do cargo da classe F, da carreira de Desenhista, do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, da Diretoria de Aeronáutica do Exército, para a Fábrica do Realengo, preenchendo o claro existente na lotação.

João Galdino Santiago, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Escola de Aeronáutica do Exército, para a Diretoria de Aeronáutica do Exército preenchendo o claro existente na lotação.

José Pascoal Carrilho, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da extinta Inspetoria de Infantaria, para a Diretoria de Moto-mecanização e Transportes, preenchendo o claro existente na lotação.

José Mendes de Sousa, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da extinta Inspetoria de Infantaria, para a Diretoria de Moto-mecanização e Transportes, preenchendo o claro existente na lotação.

José Tertuliano, ocupante do cargo da classe F, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Escola de Intendência do Exército, para a Diretoria de Intendência do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

José Alves de Lima, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Diretoria de Recrutamento, para a 5.ª Circunscrição de Recrutamento, preenchendo o claro existente na lotação.

Miguel Pereira de Araujo, ocupante do cargo da classe F, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da extinta Inspetoria de Infantaria, para a Diretoria de Moto-mecanização e Transportes, preenchendo o claro existente na lotação.

Pedro Leocadio de Sousa, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Escola de Aeronáutica do Exército, para a Diretoria de Aeronáutica do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Raul Ribeiro de Sousa, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da extinta Inspetoria de Infantaria, para a Diretoria de Moto-mecanização e Transportes, preenchendo o claro existente na lotação.

Silvio Ribeiro de Seixas, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escrevente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Diretoria de Saude do Exército, para a Diretoria de Intendência do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Ministério da Viação e Obras Públicas

DECRETOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o art. 14, item III, letra "a", combinado com o art. 89 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Alvaro Pereira, ocupante do cargo da classe "K", da carreira de oficial administrativo, do Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de Diretor do Pessoal, padrão N, do mesmo Quadro e Ministério, durante o impedimento do respectivo titular, Francisco Mendes, em virtude de exercício em outra comissão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

2.183 — Em 4 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — O Decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio do ano em curso, que reorganizou a Comissão Central de Compras, previu, nos Ministérios Cíveis, a existência de órgãos incumbidos da coordenação sistemática dos assuntos relativos ao material, para os serviços públicos, bem como a execução e fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro a ele concernentes.

2. Compreende-se, agora, a conveniência de que as atividades da Divisão do Material do Ministério da Educação e Saude sejam reguladas de acordo com as normas estabelecidas no aludido decreto-lei.

3. Nesse sentido foi estudado por este Departamento, em colaboração com os órgãos interessados do Ministério da Educação, o projeto de regimento anexo, onde se acham distribuídas a competência de cada seção daquela Divisão de Material e as atribuições do respectivo pessoal.

4. Assim, este Departamento tem a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto do regimento, do que trata o item anterior.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, Presidente, interino.

(Assinado Decreto n. 6.586 em 10-XII-1940.)

2.192 — Em 6 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência à apreciação deste Departamento o expediente em que o Ministério da Viação e Obras Públicas propõe a inclusão, nas tabelas anexas ao Decreto-lei n. 2.678, de 7 de outubro do corrente ano, do cargo de Diretor, em comissão, padrão L, do antigo Quadro XXIII, a ser extinto, quando vagar.

2. — Nestas condições, e tendo em vista que a medida pleiteada resulta da exposição que a Vossa Excelência fez o Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e o projeto de decreto-lei, que elaborou, em substituição ao apresentado, para guardar uniformidade na redação dos atos oficiais.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino.

(Assinado Decreto-lei n. 2.854 — em 11-12-40).

2.198 — Em 7 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência ao exame deste Departamento o processo, em que Alvaro Azeredo Coutinho Duque Estrada, almoxarife, classe E, do Quadro Único do Ministério da Agricultura, pede seja expedido

"...decreto, considerando o suplicante em disponibilidade, a contar da data da exoneração, isto é, de 19 de maio de 1931" (fls. 75).

2. Alega o peticionário:

"1.º) Que Vossa Excelência, concordando com o parecer n. 631, de 1 de dezembro de 1936 (*Diário Oficial* de 9 de dezembro de 1936, pág. 26.367), da Comissão Revisora, que opinou pelo seu aproveitamento, nos termos do art. 3.º, letra f, do Decreto n. 254, de 1 de agosto de 1935, reconheceu a ilegalidade do ato que o demitiu, em 19 de maio de 1931, por não ter incorrido em faltas passíveis de demissão" (é meu o grifo).

o que não é exato.

3. Em verdade, o despacho de Vossa Excelência desautoriza a conclusão. Bem diverso é o sentido que emana dos seus termos, *verbis*:

"Poderá ser aproveitado, a juízo da administração, quando houver oportunidade."

4. A sua simples leitura demonstra, desde logo, que não é imperativo. Senão vejamos. "Poderá ser" equivale a será possível: quer dizer: — admitir-se-á, consentir-se-á, permitir-se-á que seja aproveitado importa em mera admissibilidade do fato. Ora, isso não vale um reconhecimento de direito e, muito menos, a decretação da ilegalidade de um decreto anterior, mas, apenas, uma manifestação de condescendência, de magnanimidade.

5. Ademais, sobre somente possibilitar a solução, subordinou-a, ainda, ao "juízo da administração", ou seja, ao arbítrio desta, ao seu parecer, e "quando houver oportunidade", isto é, no momento em que se oferecer ensejo, em tempo oportuno, em ocasião conveniente, a seu critério, o que, absolutamente, se não compadece com a reintegração, que seria a consequência imediata e necessária da declaração de ilegalidade do ato demissório. O peticionário, como se vê, foi, por conseguinte, simplesmente, readmitido, para o fim de ser posto em disponibilidade, *ex-ri* do Decreto de 9 de fevereiro de 1938 (fls. 37).

6. Adianta o pedido:

"2.º) Que, subscrevendo Vossa Excelência o Decreto de 9 de fevereiro de 1938, que o pôs em disponibilidade, deu nova feição ao seu aproveitamento, enquadrando-o, não nos dispositivos do Decreto n. 254, mas nas disposições dos de ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, e 19.878, de 17 de abril de 1931" (é meu o grifo),

o que não é real.

7. De fato, a conclusão a que chegou o interessado não se ajusta à espécie; ou melhor, apresenta-se demais forçada. Não há fixá-la, assim, de plano, sem prévio exame das circunstâncias do fato, objeto de estudo do parecer em que assenta o despacho que possibilitou esse aproveitamento (item 3). Adotá-la, com tamanha facilidade, importará em negar valor ao próprio ato da Comissão que, agindo dentro dos limites da sua competência, prevista no referido Decreto n. 254, deu margem à admissibilidade de reintegro do suplicante no serviço público.

8. Com efeito. O art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934, declarando

"...aprovados os atos do Governo Provisório, interventores federais nos Estados e mais delegados do mesmo Governo."

excluindo, ao mesmo tempo,

"...qualquer apreciação judiciária dos mesmos atos e dos seus efeitos",

admitiu, em seu parágrafo único, que, por aquele meio, à vista de reclamação, fosse examinada a conveniência do aproveitamento de quantos tivessem sido afastados de funções ou cargos públicos por aquelas autoridades.

9. Acrescenta o requerente:

"3.º) Que, assim sendo, não prevalecem mais, para o seu caso, os termos da letra f do art. 3.º do Decreto n. 254, que excluem o direito ao pagamento de vencimentos atrasados ou quaisquer indenizações, conforme também se verifica do luminoso e bem fundamentado parecer do D. A. S. P., n.º 535, de 8 de maio de 1940, *Diário Oficial* de 15 de maio de 1940, págs. ns. 8.800/1, aprovado por Vossa Excelência, em igualdade de condições com as razões a que se julga com direito o suplicante."

10. Também aí o interessado não encontra apoio para o que pleiteia, porquanto, sendo certo que os pareceres e decisões são, invariavelmente, proferidos à vista do estudo das circunstâncias especiais de cada caso, não há por que aplicar, assim sumariamente, as conclusões de um a outro.

11. É que a semelhança ou identidade que, por vezes, *prima facie*, oferecem, não raro desaparece em frente da diferença das condições próprias de cada uma das espécies então comparadas, precisamente a hipótese ora examinada.

12. Aprecie-se a situação anterior de um e outro funcionários, a daquele a que se refere o parecer n. 179, de 4 de fevereiro de 1936 (fls. 82), e a do requerente, estudada no parecer n. 631, de 4 de dezembro do mesmo ano (fls. 78), e verificar-se-á, com facilidade, que são bem diversas, o que é bastante para infirmar o argumento básico do pedido.

13. Aí, isto é, no parecer n. 179, a demissão de Ari Monteiro do cargo por que optara deveria ter tido como consequência a reversão ao de que havia sido exonerado por efeito dessa opção. É, precisamente, o que consigna o mencionado parecer da Comissão Revisora, *verbis*:

"Anulando-se, portanto, a opção do requerente, modificava-se, em detrimento deste, a situação que ele já tinha regularizada, sem que ao menos, por força de consequência, reverterse ele ao cargo dos Correios, mediante revogação do ato que o havia demitido em virtude da mesma opção." (Fls. 82 vr. — *Diário Oficial* de 12-2-36, págs. 3.350) (é meu o grifo).

14. Aqui, na espécie em exame, conforme se verifica do parecer n. 631, a demissão do requerente Alvaro Azeredo Coutinho Duque Estrada, assentara em abandono do cargo, o que não teria ficado provado, sendo, entretanto, certo que contra o interessado havia, em inquérito administrativo, acusações

"... de natureza meramente disciplinar, não envolvendo qualquer ação criminosa que incompatibilize o demitido para o exercício do cargo público." (Fls. 77 vr. — *Diário Oficial* de 9-12-36, págs. 26.366) (é meu o grifo).

15. Isto posto, convém acentuar que o aproveitamento, nos termos do art. 1.º do Decreto n. 19.552, de 31 de dezembro de 1930, não excluía a legalidade dos atos demissórios anteriores e sim descendia com aqueles que não tivessem sido determinados por

.. faltas passíveis de demissão a juízo do Governo",

situação em que, segundo o parecer da Comissão Revisora, estava o requerente, donde se vê que, na forma do § 2.º do mesmo artigo, a sua disponibilidade somente produziria

"... efeito desde a data de sua publicação no *Diário Oficial*".

16. Estendendo-se, portanto, em considerações sobre a demissão do peticionário, na exposição de motivos n. 423, de 12 de abril último, fê-lo este Departamento com acerto e segurança, porquanto dela e das circunstâncias que a revestiram é que decorreu a possibilidade de seu aproveitamento e subseqüente disponibilidade, a partir da publicação do respectivo decreto no *Diário Oficial*, não assistindo ao interessado direito apreciável ao que pleiteia.

17. À vista do exposto, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e opinar pelo indeferimento do pedido de Alvaro Azeredo Coutinho Duque Estrada, encaminhando-se o mesmo processo ao Ministério da Agricultura, para os devidos fins.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino.

Aprovado. Em 9-12-40. — G. VARGAS.

N. 2.199 — Em 9 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República:

Submeteu Vossa Excelência ao exame deste Departamento o processo incluso, em que o Sr. ministro da Viação e Obras Públicas solicita sejam autorizadas as obras de construção do depósito, casa de força, garage e pavilhão do serviço pneumático da agência de correios e telégrafos da Praça Duque de Caxias, nesta Capital.

2. As despesas orçadas em 81:033\$0 (oitenta e um contos e trinta e três mil réis), deverão correr à conta da Verba 5, Consignação I, — Sub-consignação 1, inciso 02, do vigente orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas.

3. Solicita o Sr. ministro autorização de Vossa Excelência para executar as obras pelo regime de administração, mediante adiamento, de conformidade com o que dispõe o artigo 246, letra a, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, em face dos seguintes motivos:

1.º — Aproveitamento do tempo dispendido com o processo de concorrência, cujas formalidades, desde a publicação dos editais até ao necessário registro do contrato pelo Tribunal de Contas, retardariam o início dos serviços em causa, os quais deverão estar concluídos até 31 de dezembro próximo, visto tratar-se de obras a serem realizadas por conta do crédito consignado no orçamento vigente;

2.º — Conveniência de ficarem as obras a cargo de engenheiros do D. C. T., os quais, pelo tirocínio técnico de que dispõem, poderão realizá-las com a presteza que se faz mister e sem prejudicar o interrupto funcionamento das máquinas pneumáticas ali instaladas, bem como o de outros serviços que deverão ser deslocados durante a execução das mesmas obras, exigindo, portanto, a par da necessária capacidade técnica, o máximo cuidado e interesse por parte do profissional que as executar.

4. Examinando o local em que funcionam as mencionadas dependências do Departamento dos Correios e Telégrafos, engenheiros do Serviço de Obras deste Departamento verificaram que as suas condições são realmente precárias, exigindo urgente execução das obras projetadas.

5. Constam do processo desenhos, especificações e orçamento suficientemente detalhados das obras projetadas.

6. Pelo exposto, ao restituir a Vossa Excelência o processo em apreço, este Departamento tem a honra de opinar favoravelmente à execução das obras nos termos propostos pelo Sr. ministro da Viação e Obras Públicas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino. — Aprovado. Em 9-12-40. — G. VARGAS.

N. 2.201 — Em 9 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência a exame deste Departamento o anexo processo em que Mário de Sousa Lima, ocupante do cargo da classe J da carreira de oficial administrativo do quadro III — Parte permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, alegando injustiça sofrida, pede anulação do Decreto de 12 de novembro de 1938, que suprimiu o cargo extinto de chefe dos Serviços Econômicos, padrão K, do antigo quadro XX do mesmo Ministério, e, conseqüentemente, a sua transferência para o referido cargo.

2. Fundamenta o pedido, historiando as circunstâncias que precederam a sua transferência para o antigo cargo de contador dos Correios do Paraná, hoje denominado chefe dos Serviços Econômicos, e as que o levaram a solicitar, em junho de 1931, a transferência para o então cargo de 1º oficial dos Correios do Distrito Federal.

3. Analisa a natureza das funções do mencionado cargo de chefe dos Serviços Econômicos, para concluir pela conveniência da efetividade dessas funções.

4. E, como argumento máximo, invoca o Decreto de 11 de julho último, que restabeleceu o cargo de chefe dos Serviços Econômicos da Diretoria Regional do Distrito Federal, nele provendo o seu antigo titular.

5. Este Departamento, entretanto, julga improcedentes as alegações:

a) porque foi regular a sua transferência para o então cargo de contador dos Correios do Paraná;

b) porque consultou particular interesse do requerente, a posterior transferência para o antigo cargo de 1º oficial dos Correios do Distrito Federal;

c) porque obedeceu a um critério de ordem geral a transformação do antigo cargo de chefe dos Serviços Econômicos em função gratificada, não se justificando, portanto, o restabelecimento desse cargo; e

d) porque não existe analogia entre a situação do peticionário e a do ocupante do cargo extinto de chefe dos Serviços Econômicos do Distrito Federal, cuja reversão ao serviço público, por Decreto de 11 de julho último, resultou da verificação, mediante processo, de que não subsistiam os motivos determinantes da sua aposentadoria.

6. Nessas condições, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e de manifestar-se pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal, como opina, também, o Ministério da Viação e Obras Públicas, ao qual deverá ser restituído para arquivamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino. Aprovado. Em 9-12-40. — G. VARGAS.

N. 2.202 — Em 9 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência a estudo deste departamento o requerimento em que Francisco Carlos de Oliveira, engenheiro, classe "K" do Quadro VI — Rede de Viação Cearense — do Ministério da Viação e Obras Públicas, reivindica para os ocupantes da classe a que pertence, na mesma incluídos por força do Decreto-lei n. 1.461, de 1939 modificado pelo de n. 1.711, também de 1939 o direito de contarem antiguidade de classe a partir de 1 de janeiro de 1937.

2. Alega o requerente que o Decreto-lei n. 1.461, citado, veio reparar um engano da lei n. 281, de 1936, devendo, portanto, retroagir os seus efeitos.

3. Não procede, porém, o pedido desde que o decreto-lei citado, no seu art. 4.º, dispõe, expressamente:

"Os funcionários cujos cargos foram reclassificados por este decreto-lei ocuparão os últimos lugares na nova classe."

4. Acresce, ainda, a circunstância de estar prescrito o prazo legal para a apresentação do pedido, relativo a atos publicados há mais de 120 dias.

5. Nestas condições, este departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o incluso processo, opinando pelo seu arquivamento no Ministério da Viação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino.

Arquive-se. Em 9-12-40. — G. VARGAS.

N. 2.204 — Em 9 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em 22 de janeiro do corrente ano, o Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda requisitou três passagens à "Viação Aérea São Paulo, S. A.", na importância de 732\$00, para funcionários da Contadoria Geral da República, que se destinavam a Curitiba, incumbidos da execução de serviços urgentes, imprescindíveis ao levantamento do balanço do exercício de 1939.

2. A despesa foi previamente empenhada e processada à conta da verba orçamentária própria (fls. 5 e 5-A e fls. 2 a 4), tendo, porém, o Tribunal de Contas resolvido recusar-lhe registro, ob o fundamento de haver sido o empenho extraído antes do registro das tabelas de crédito, (fls. 15).

3. O Ministério da Fazenda, à vista dessa decisão, recorre para Vossa Excelência, amparado no art. 40 do Decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938, que dispõe:

"Quando a recusa de registro prévio a ordens de pagamento ou adiantamento não se fundar em falta de crédito, o Presidente da República poderá determinar que a despesa se efetue". (O grifo é meu.)

4. Acrescenta, ainda, que o fato

"não constitui irregularidade alguma, de vez que naquela data já existia e estava em pleno vigor a lei orçamentária, na qual se encontra a verba destinada ao custeio dos transportes em questão". (O grifo é meu.)

5. Nessas condições, e à vista da justificativa apresentada, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo, e de manifestar-se favoravelmente à medida pleiteada pelo Ministério da Fazenda ao qual deverá o mesmo ser encaminhado, para os devidos fins.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino. — Aprovado. Em 9-12-40. — G. VARGAS.

N. 2.205 — Em 9 de dezembro de 1940. — Excelentíssimo senhor Presidente da República:

Submeteu Vossa Excelência à apreciação deste Departamento o processo em que Alice Hoffbauer Hungria Antunes, viúva de Artur Pasos Antunes, ex-funcionário da extinta Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais do Ministério da Viação e Obras Públicas, pede que, por equidade, lhe seja permitido efetuar o pagamento de contribuições para o montepio, que não efetuou desde 1930, afim de que possa, então, habilitar-se à respectiva pensão.

2. A Diretoria da Despesa Pública, ouvida sobre o assunto, declara, em seu parecer de fls. 9, verso, que o pedido não tem amparo legal.

3. Este Departamento, estudando o processo, verificou:

a) que o referido funcionário, na qualidade de 3.º es-
criturário da aludida Inspetoria, foi inscrito com contribuição do montepio civil, em abril de 1915, passando, nesse mesmo ano, a descontar a quota relativa à sua contribuição;

b) que, em 1918, foi posto em disponibilidade remunerada;

c), que, por portaria ministerial de 12 de novembro de 1930, publicada no *Diário Oficial* do dia seguinte, foi chamado a assumir o exercício do cargo de auxiliar técnico da mesma Inspetoria;

d) que, apesar disso, não se apresentou ao serviço e nem justificou a sua ausência, sendo, em consequência, exonerado por abandono de emprego, por Decreto de 13 de janeiro de 1933;

e) que, em outubro de 1935, pleiteou e obteve o pagamento de provento de disponibilidade que deixara de receber nos meses de outubro de 1930 a dezembro de 1932; e,

f) que, tendo a mesma falecido em 5 de outubro de 1937, solicitou a sua viúva, ao Ministério da Viação, que lhe fosse concedida a importância relativa ao funeral do "de cujus", bem assim as pensões provisórias de montepio a que se julgava com direito.

4. À vista desse pedido, foi o processo encaminhado ao Ministério da Fazenda, que, por decisão de 11 de junho deste ano, o indeferiu, por falta de amparo legal.

5. Dessa decisão, portanto, é que recorre a interessada para Vossa Excelência, no sentido de ser-lhe, por equidade, deferido aquele pedido.

6. O Decreto n. 942-A, de 31 de outubro de 1890, que regulamentou a concessão do montepio civil e, sob o regime do qual foi inscrito o aludido funcionário, determinava, entre outros requisitos, que o direito a esse benefício seria adquirido mediante a satisfação das seguintes condições:

a) contribuição igual a um dia de ordenado (artigos 12 e 31) ainda que o funcionário seja aposentado com o ordenado de lugar inferior; (artigo 16);

b) a família do funcionário con'tinuará a contribuir, enquanto houver para quem reverta o montepio; (artigo 25, § 2.º e 38);

c) deve ser paga onde o funcionário fôr servir (artigos 22 a 23) por desconto em folha; (artigo 12) e

d) será paga, em duplicata, nos doze primeiros meses; (artigo 14).

7. De acordo com o artigo 17 e seu parágrafo único, do aludido Decreto, a contribuição cessa, apenas, para o funcionário que foi privado do emprego por sentença e *provar impossibilidade absoluta de continuar a contribuir ou miséria irremediável*, sendo nesse caso considerado morto, e sua família terá direito, então, ao montepio em vida dele, obrigada, no entanto, a contribuição (artigo 19) e para o que enlouquecer, ou fôr vítima de desastre, mutilação ou moléstia que o invalide para qualquer emprego, (é meu o grifo).

8. No caso concreto, porém, não se deu aquele fato, isto é, não ficou provada a impossibilidade de contribuição, por parte do interessado, condição essa que impedia a prescrição àquele benefício.

9. Além disso, decorridos treze dias da exoneração do aludido funcionário, foi expedido o Decreto n. 22.414, de 30 de janeiro de 1933, que, dispondo sobre a matéria, taxativamente determina, em seu artigo 6.º, *verbis*:

"Poderá continuar a contribuir como anteriormente o funcionário que fôr demitido a pedido, por abandono de emprego, ou a arbítrio do Governo, mas se o não fizer dentro de seis meses da data da demissão, reverterão a favor dos cofres públicos as contribuições descontadas, cessando, em consequência, o direito de sua família à pensão", (é meu o grifo).

10. Nessa conformidade, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e de opinar pelo indeferimento do pedido, por falta de amparo legal, e por que seja mantida a decisão recorrida, por seus fundamentos, devendo o processo ser encaminhado ao Ministério da Fazenda, para arquivamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Moacyr Briggs*, presidente interino. Arquive-se — Em 9-12-40. — G. VARGAS.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em despachos exarados nas exposições de motivos números 2.185 e 2.197, de 4 e 7 do corrente mês, respectivamente, o Senhor Presidente da República autorizou continuem à disposição do Departamento Administrativo do Serviço Público, até 31 de dezembro de 1942 e nos termos do art. 13, do Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, sem prejuízo dos vencimentos do cargo, o oficial administrativo Paulino de Melo Fontes, classe I, e o conferente de valores Egas de Assis Ribeiro, padrão G, ambos do quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas; e os oficiais administrativos Henrique Guimarães Lagden, classe 26, e Adalberto Mário Ribeiro, classe I; os escriturários Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho, classe G, Anísio Storry dos Santos, classe E, e Ierne Teles de Aquino, classe E; o bibliotecário-auxiliar, Francisco Marcondes Portugal, classe E, e o dactilógrafo Lovse Mendes, classe C, todos do Ministério da Fazenda.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Secretaria Geral

O Sr. Presidente da República, por despacho de 4 de dezembro de 1940, aprovou o parecer da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e as sugestões da Secretaria Geral de Segurança Nacional negando consentimento para permuta de terras no Sul de Mato Grosso entre o Estado e o capitão da Reserva, Heitor Mendes Gonçalves.

S. Ex. fundamentou seu despacho, considerando:

- a) que a lei limita as concessões de terras na faixa de fronteiras;
- b) que o Governo está empenhado na extirpação de latifúndios e no fomento da pequena e da média propriedade;
- c) que o Governo está interessado na vivificação das fronteiras despovoadas e esta boa política só poderá ser conseguida pela colonização, isto é, pela repartição racional das terras entre pequenos e médios proprietários, efetivamente aplicados na exploração de suas glebas, como vem procedendo magnificamente há meio século o Estado do Rio Grande do Sul.

Comissão Especial de Fronteiras

Reuniu-se, ontem, no Palácio do Catete, sob a presidência do Dr. Fernando Antunes e com a presença dos Srs. coronel Raul Silveira de Melo, Dr. Delfe Pinheiro Machado, Dr. Ulpiano de Barrós, Dr. Moacir Silva e major Floriano Torres Homem, a Comissão Especial de Fronteiras.

Durante a reunião, a Comissão decidiu:

a) emitir parecer favorável quanto ao pedido da Companhia Telefônica Rio-Grandense, para continuar funcionando no País;

b) dar parecer contrário à concessão das áreas, respectivamente de 5.000, 4.359 e 823 hectares, ao Dr. Estevão Gomes da Silva, Roque Fernandes Filho e Joaquim Rodrigues de Oliveira, em virtude da ausência de razões que justifiquem as transações para as quais solicitou autorização o Sr. interventor no Estado de Mato Grosso;

c) remeter ao Sr. interventor Federal no Estado de Mato Grosso o requerimento do capitão João Gualberto Zorron, relativo ao lote "Alfa", situado no Município de Dourados, para que seja convenientemente informado.

COMISSÃO DE DEFESA DA ECONOMIA NACIONAL

PORTARIA N. 113, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional:

Atendendo à necessidade de tornar efetiva a fiscalização das medidas consubstanciadas na Resolução n. 4, de 28 de agosto de 1940, e respectivas Instruções, atinentes ao emprego compulsório de fibras nacionais nas indústrias de fiação e tecelagem de juta, a entrar em vigor em 1 de janeiro de 1941;

Atendendo à situação em que se encontram, presentemente, as referidas indústrias, em consequência da crise de sub-consumo resultante da guerra européia;

Atendendo, por outro lado, à conveniência de ser colocada a produção das indústrias de fiação e tecelagem de juta num plano correspondente às necessidades do momento;

Atendendo, finalmente, a que, em vista das circunstâncias atuais, a situação das indústrias de juta tende naturalmente a se agravar, caso se não coordenem imediatamente as suas atividades em todo o país;

Resolve:

1.º) As firmas proprietárias das fábricas de fiação e tecelagem de juta estabelecidas no país deverão entrar em entendimento direto para o efeito de — mantendo cada qual a sua própria organização e autonomia administrativa — coordenarem a produção e venda de seus produtos, mediante a fixação de quotas e condições que convencionarem entre si, ficando a cargo desta Comissão a fiscalização respectiva, que se exercerá do seguinte modo:

a) controlar o emprego da matéria prima, de conformidade com a Resolução n. 4, aprovada pelo Senhor Presidente da República e publicada no *Diário Oficial* de 24 de agosto de 1940;

b) fiscalizar a distribuição das quotas fixadas de produção e venda, para cada fábrica;

c) fixar, mensalmente, o preço de venda na base do custo médio de produção e de lucro máximo de 10 %.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — João Alberto Lins de Barros, presidente da Comissão.

"Coleção das Leis"

e

"Ementário da Legislação Federal"

Acham-se à venda, na Seção de Vendas da Imprensa Nacional, à Avenida Rodrigues Alves e na Agência situada no Ministério do Trabalho, os volumes da "Coleção das Leis" e do "Ementário da Legislação Federal", referentes ao terceiro trimestre de 1940.

"COLEÇÃO DAS LEIS"

Preço — 45\$0

Para os Estados, mais 2\$1 para o porte

"EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL"

Preço — 10\$0

Para os Estados, mais \$8 para o porte

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Gabinete do Ministro

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Processo n. 2.284 — Projeto de Decreto-lei da Prefeitura de Cândido Mota (São Paulo), dispondo sobre a taxa de colocação de guias e sargelas. — Aprovado.

DESPACHOS DO SR. MINISTRO

Processos:

N. 2.306 — Representação de Olga Schnvaihart Furtado. — Arquivase-se.

N. 2.195 — Síntese dos trabalhos do Departamento Administrativo do Pará no período de julho de 1939 a setembro de 1940. — Arquivase-se.

N. 2.247 — Recurso de Generoso Alves de Siqueira. — Arquivase-se.

N. 1.154 — Requerimento de Arnaldo Câneo. — Arquivase-se.

N. 1.325 — Requerimento de Agenor de Paiva. — Arquivase-se.

Comissão de Eficiência

Retificação das publicações feitas no *Diário Oficial* de 7 e 9-12-40, respectivamente.

Excluir o n. 20 — Cláudio da Silva Magalhães da lista triplice, visto não haver, ainda, completado o interstício legal. Página 22.756 — 2ª coluna — 3ª linha.

Página 22.834 — 2ª coluna, onde se lê: n. 4 José da Silva Júnior, leia-se:

4. José da Silva Júnior..... 13,00

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimento despachado

Dia 11 de dezembro de 1940

Antônio Ramos Filho (Prot. 1.404). — Restitua-se.

Ministério da Educação e Saúde

No processo referente ao pedido de nova discriminação da dotação de 18.000:000\$0 atribuída ao Serviço Nacional de Febre Amarela para as despesas de 1940, que melhor atenderá às necessidades da administração, sem aumento da despesa global, foram exarados os seguintes pareceres e despacho do Sr. Presidente da República:

Cópia: — Proc. n. 9.100-940. — S. N. de F. A. — Para melhor elucidação do assunto, apresentamos a V. Excia. com a

devida vênia, o seguinte quadro do qual constam os itens do orçamento aprovado e as modificações propostas:

1 Médicos	1.500:000\$0	1.265:000\$0
2 Pessoal de Escritório	1.600:000\$0	1.600:000\$0
3 Pessoal de Campo	10.100:000\$0	10.000:000\$0
4 Automoveis, embarcações e outras viaturas	320:000\$0	480:000\$0
5 Moveis, máquinas de escrever, de calcular, material para fotografia, cartografia, ventiladores, fichários	75:000\$0	85:000\$0
6 Peças e reparos de automoveis, embarcações e outras viaturas	400:000\$0	240:000\$0
7 Viscerolomia: instrumental e aquisição de amostras de do fígado	800:000\$0	760:000\$0
8 Gasolina e Lubrificantes	500:000\$0	476:000\$0
9 Larvicidas	370:000\$0	589:000\$0
10 Pneus e câmaras de ar	190:000\$0	61:000\$0
11 Material para serviço de campo e escritórios diversos	435:000\$0	656:000\$0
12 Despesas de viagens e de hospedagem	1.425:000\$0	1.335:000\$0
13 Aluguéis, luz, telefone e gás	155:000\$0	169:000\$0
14 Despesas imprevistas	60:000\$0	115:000\$0
15 Fretes e carretos	60:000\$0	50:000\$0
16 Telegramas e selos postais (correspondência aérea e Estampilhas)	10:000\$0	19:000\$0
Totais	18.000:000\$0	18.000:000\$0

Esperamos que V. Excia., que tão bem conhece a soma de responsabilidade que cabe ao Serviço Nacional de Febre Amarela, dispense a essa nossa proposta sua benevolência, pelo que antecipamos o mais merecido agradecimento. Respeitosas saudações — *Dr. Sêrvulo Lima*, diretor.

Cópia: — M. E. S. — S. E. Departamento de Administração Geral — Serviço de Contabilidade — Nenhum inconveniente havendo no atendimento da nova discriminação da verba do Serviço Nacional de Febre Amarela, sem aumento do seu total global, que melhor atende às exigências do Serviço, deve o processo subir à consideração superior. — Em 3 de dezembro de 1940. — *J. Modesto*, of. adm. — A solução do assunto é de atribuição do Excelentíssimo Sr. Presidente República. Os recursos estão postos à disposição do diretor do Serviço no Banco do Brasil e serão aplicados conforme a nova discriminação proposta (fls. 55), de acordo com o Decreto-lei n. 1.975, de 23 de janeiro de 1940. Em 3 de dezembro de 1940. — *José F. de Mello*, Resp. pelo expte. — De acordo. A consideração do Sr. ministro. Em 3 de dezembro de 1940. — *A. Sodoma da Fonseca*, diretor. Exmo. Sr. Presidente da República. Submeto à consideração de V. Excia., a proposta do diretor do Serviço Nacional de Febre Amarela no sentido de ser feita, sem aumento da despesa global, nova discriminação dos recursos atribuídos ao mesmo Serviço, para melhor atender às necessidades da administração. Respeitosamente. — *Capanema*. Em 4 de dezembro de 1940. — Aprovado. Em 6 de dezembro de 1940. — *G. VARGAS*.

Divisão do Pessoal

Relação dos funcionários transferidos à administração da Prefeitura do Distrito Federal, em consequência do Decreto-lei n. 1.040, de 11 de janeiro de 1939.

Na publicação inserta no *Diário Oficial* de 5 de dezembro de 1940, foram omitidos, na parte referente à Inspeção dos Centros de Saúde, os seguintes nomes:

Nome — Cargo — Padrão de vencimentos

Jacob Bergstein, médico sanitário, I.
Oswaldo Lopes da Costa, médico sanitário, II.
Francisco Eduardo Acioli Rabelo, médico clínico, H.
Laura Costa Melo, atendente, C.

Classificação, por ordem de antiguidade, dos ocupantes da carreira de — servente — do Quadro VII, do Ministério da Educação e Saúde, organizada de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 39 do Decreto n. 2.290, de 28 de janeiro de 1938, alterada pelo número 3.409, de 6 de dezembro de 1938, combinado com o artigo 51 do Decreto n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Antiguidade em 29 de agosto de 1940

	Dias
1. Pedro Francelino	1.339
2. Jacinto Tomaz de Aquino	1.322
3. Timóteo Bento Coelho	1.319

SECÇÃO FINANCEIRA

Folha de pagamento de diárias organizada de acordo com o número 1, dos artigos 131 e 134 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de ou-

tubro de 1939, e concedida nos termos do Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, aos doutores: Alvaro Lobo Leite Pereira e Otávio Mangabeira Filho, pela excursão científica realizada no Estado de Minas Gerais, (Zona Insalubre), no período de 1.º de outubro a 29 de novembro de 1940, conforme autorização do Sr. diretor do Instituto Osvaldo Cruz.

Nomes — Cargos ou funções — Vencimentos — Local — Natureza do serviço	Número de diárias	Importância total	Importância diária
Dr. Alvaro Leite Pereira, biólogo "L" — 2:300\$0 — Minas Gerais — Excursão científica realizada pelo D. do I. O. Cruz, nos termos do art. 47, alínea x, do regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.043, de 27-5-931, realizada no Estado de Minas Gerais, (Zona Insalubre), para estudo do Bócio Endêmico, e coleta de material científico.	60	2:280\$0	38\$0
Dr. Otávio Mangabeira Filho, tec. especializado — 1:700\$0, idem — Idem	60	1:680\$0	28\$0
		3:960\$0	

Confere e importa a presente folha de diárias na importância total de três contos, novecentos e sessenta mil réis (3:960\$0).

Secção Financeira, em 11 de dezembro de 1940. — *Osmundo Guimarães Filho*, resp. pelo exp. da Secção Financeira. — *Libina Naslauski*, aux. de escritório IX.

Serviço de Obras

No processo n. 3-38-S. O. — 9.376-39-S. E. — Construção de um Liceu Industrial, em Goiás, à fl. 355, a Divisão do Ensino Industrial informou: "Sr. Ministro. — Esta Divisão, no parecer de fls. 339 deste processo, ao examinar a situação do Liceu Industrial de Goiânia, sugeriu que a execução dos serviços complementares de instalação elétrica, compreendendo a construção da casa de força, montagem de uma sub-estação de transformação elétrica, caixas de ligação e aparelhos e lâmpadas, fosse confiada a uma firma idônea, independentemente de concorrência, dada a exiguidade de tempo e tendo em vista a distância do local, onde deverão ser executados aqueles serviços. 2. Afim de evitar delongas, esta Divisão solicitou que a firma I. Viana, especializada em instalações elétricas, e que já se acha encarregada pelos construtores do edifício, de executar a instalação de luz naquele Liceu, orçasse o trabalho em apreço. 3. Tendo esta firma apresentado o projeto detalhado e a proposta, que se encontram de folhas 313 a 337, esta Divisão opinou pela aceitação da mesma proposta, que orça em 470:000\$0 (quatrocentos e setenta contos de réis). 4. Encaminhado o processo, com parecer de V. Ex. ao D. A. S. P., este, como se vê às fls. 351 e 352, considerou suficientemente detalhados o projeto e o orçamento citados, propondo ao Sr. Presidente da República fosse autorizada a sua execução. 5. A Exposição de Motivos do D. A. S. P. mereceu a aprovação do Sr. Presidente da República. 6. Verificando-se, entretanto, não se achar expressamente autorizada a aceitação da citada proposta, nos termos do parecer desta Divisão de fls. 339, tenho a honra de solicitar seja o assunto submetido à consideração do Sr. Presidente da República. — D. E. I., em 19 de novembro de 1940. — *Francisco Montojos* (diretor)." — O Sr. Ministro, à mesma fl., fez a seguinte promoção: "A consideração do Sr. Presidente. — 20-XI-40. — *Capanema*. — O Exmo. Sr. Presidente exarou o seguinte despacho: "Autorizado. Em 3-12-40. — *G. VARGAS*."

Departamento Nacional de Saúde

No processo 35.691-40 o Sr. diretor geral fez a seguinte exposição: "Sr. ministro. Tendo em vista o recrudescimento de casos humanos de peste, que tendem a se elevar por deficiência orçamentária, tenho a honra de, como medida urgente de defesa, solicitar se digne V. Ex., obter a necessária autorização presidencial no sentido de ser aproveitado o saldo da verba 3 — Serviços e Encargos — Subsignação 5 — Serviços Diversos, item b (Para o desenvolvimento dos serviços de higiene e de prevenção e tratamento das doenças em geral em todo o país), na importância de 239:760\$0 para prosseguimento dos serviços de profilaxia da peste. Encarecendo a necessidade da medida proposta, permita-me ressaltar a V. Ex., a gravidade do assunto, conforme atesta o telegrama em anexo, às fls. 2. Outrossim, dada a natureza dos trabalhos e a urgência de sua execução, torna-se necessário dispensa de concorrência, bem como autorização para que seja feita por adiantamento, a entrega da importância pedida. Em 30 de outubro de 1940. — *Samuel Libanio*.

O Sr. ministro encaminhou a seguinte promoção: "Em 31 de outubro de 1940 — Exmo. Sr. Presidente da República. — No processo 37.616-40, solicitei a V. Ex., em 15 de outubro corrente, a abertura de um crédito adicional de 673 contos para atender a urgentes necessidades do serviço de peste no país, de acordo com os dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Saúde. Recebo agora do mesmo Departamento este processo, em que se registra a notificação de 25 casos de peste, apenas em três dias, no

interior de Pernambuco, fato que preocupa as autoridades sanitárias. Como o expediente de crédito adicional não pode, naturalmente, ser efetuado com a rapidez, que a situação exige, e, por outro lado, na verba geral de saúde, deste Ministério, há saldo que permite acudir de pronto às necessidades mais prementes do serviço, sugere o Departamento a utilização desse saldo, na importância de 239:760\$0. Trata-se da verba 3 — Consignação I — Subconsignação 5 — 01 — b, podendo tais recursos ser mobilizados, se assim o autorizar V. Ex., sob a forma de adiantamento e com dispensa de concorrência para as aquisições a serem feitas à sua conta. É essa autorização que venho solicitar a V. Ex., cabendo-me acrescentar que, se aproveitado no serviço de peste, o saldo acima indicado, deverá ser reduzido de igual importância o crédito adicional anteriormente pedido. Apresento a V. Ex., nesta oportunidade, os protestos do meu mais profundo respeito. — *Gustavo Capanema*."

O Exmo. Sr. Presidente da República, preferiu o seguinte despacho: Autorizado. Em 31-10-940. — GETÚLIO VARGAS.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 7 de dezembro de 1940

Requerimento da Companhia Construtora Nacional S. A. sobre obras no Morro da Glória. — À vista da informação, ficam autorizadas as obras, para os fins estabelecidos no art. 18 do Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA DO MONUMENTO A FRANCISCO MANUEL, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1940

A Comissão Julgadora do Monumento a Francisco Manuel, reunida de acordo com o edital publicado no *Diário Oficial* de 24 de agosto de 1940, após exame imparcial e minucioso dos trabalhos recebidos, em número de seis, assinados pelos pseudônimos "Hymne", "Tietê", "Paraguassu", "Barleus", "Tupi", "Venus", conclue que nenhum dos trabalhos recebidos apresenta os característicos de inspiração nacional, originalidade e qualidades plásticas que requer o assunto.

Não pode, conseqüentemente preferir qualquer deles e recomendá-los para execução, nem mesmo para qualquer dos prêmios do concurso.

A idéia de se erigir um monumento a Francisco Manuel, o que vale dizer — ao Hino Nacional — no local já designado e com a verba de cincoenta contos de réis para custeio da obra não pode infelizmente merecer o apoio da comissão. A impropriedade do local é mais que manifesta. Torna-se impossível uma solução arquitetônica, digna de tal nome, diante da massa dos edifícios vizinhos.

Instalar-se um busto de um pequeno monumento com figuras não seria igualmente recomendável em local tão desafogado, pois que se perderia na vastidão do espaço urbano.

Nenhum realce monumental, nenhuma expressão plástica e estética adquire e apresenta a obra darte glorificadora dos grandes homens e dos grandes feitos, sem que a sua localização obedeça a uns tantos princípios de técnica simultaneamente arquitetônica e urbanística, que está aliás, na lógica do bom senso e do bom gosto, sob também na conveniência de serem atendidas razões cívicas e patrióticas.

Francisco Manuel merece mais que um simples busto, mais que um pequeno monumento. Quer nele reverenciar a Nação, menos propriamente o artista, do que o criador do hino oficial do Brasil, do hino secular da Pátria, do hino que todas as transformações políticas respeitaram e nós foi legado intacto, com a mesma pureza de inspiração e o mesmo poder de síntese do sentimento brasileiro.

Mencionemos de passagem a maravilhosa glorificação da *Martelheza* na escultura de Rude no Arco de Triunfo de Paris, para que nos animemos a encontrar, na glorificação monumental do Hino Brasileiro, o exato sentido artístico e histórico correspondente à sua magnitude como símbolo nacional e à sua significação como revelância da consciência pública.

Conseqüentemente, de um lado, para alcançarmos o objetivo desejado — e devemos tanto mais fazê-lo, quanto já se cuida de um grande monumento à Bandeira — a verba de 50 contos de réis é positivamente infima, e, de outro lado, absolutamente necessária a escolha de local convenientemente adequado.

Considerando o assunto sob tais aspetos, a Comissão entende não exorbitar de suas atribuições, porquanto o seu empenho de bem colaborar com o Governo impõe-lhe a responsabilidade de expor e justificar pontos de vista que lhe parecem essenciais para que o nobre e patriótico designio oficial se concretize com plenitude de êxito.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Wladimir Alves de Souza*. — *Helio Landucci*. — *Antonio de Sá Pereira*. — *Alfredo Herculanio*. — *José O. Corrêa Lima*.

Ministério das Relações Exteriores

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portaria de 4 de dezembro corrente, foi nomeado o capitão Celésio Braga para exercer as funções de ajudante técnico da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão.

Ministério da Fazenda

Serviço do Pessoal

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Relação de funcionários por ordem de antiguidade de classe, que se publica, para efeito do disposto no artigo 39 do Decreto n. 2.290, de 28 de janeiro de 1938, retificado pelo Decreto n. 3.409, de 6 de dezembro do mesmo ano. Tempo líquido de serviço no período de 1 de janeiro de 1937 a 31 de agosto de 1940.

QUADRO SUPLEMENTAR

Carreira — Operário de Artes Gráficas

Classe G — Duas vagas

1. Avelino Gomes da Silva	1.339 dias
2. Mário José Ramos	1.339 dias
3. Julio Monteiro	1.339 dias
4. Salvador José de Assunção	1.339 dias

Classe F — Três vagas

1. Altino José da Cunha Guimarães	1.339 dias
2. Inácio Joaquim Pereira	1.339 dias
3. Hernani Oscar Pinto	1.339 dias
4. Tito Lívio de Almeida e Silva	1.339 dias
5. Clarindo de Barros	1.338 dias
6. Eurico Silva	1.338 dias

Classe E — Cinco vagas

1. Frederico José dos Santos	1.339 dias
2. Gustavo Scheffer	1.337 dias
3. Antenor Vitor de Sousa	1.337 dias
4. José Palmieri	1.336 dias
5. José Rodrigues Grilo Junior	1.335 dias
6. Vitorino de Castro Tavares	1.335 dias
7. Heitor Couto	1.334 dias
8. Otávio Fernandes de Almeida	1.333 dias
9. Joaquim José Fernandes da Costa	1.328 dias
10. Valdemiro Ferreira de Carvalho	1.328 dias

Nota — Reproduz-se por ter saído com incorreções.

Seção Administrativa, 11 de dezembro de 1940. — *Rossini Gonçalves Maranhão*, escriturário, classe E.

Visto. — *W. Ferreira Mendes*, chefe.

RETIFICAÇÕES

O Sr. Julio Cunha, contínuo da classe 1, do Q. S., classificado em terceiro lugar de antiguidade, conforme publicação inserta no *Diário Oficial* de 6 deste mês, não possui dois anos de classe.

O escriturário classe 6, do Q. S., classificado em quarto lugar na ordem de antiguidade, publicada no *Diário Oficial* de 6 do corrente mês, chama-se Manuel Secundino Verçosa Ferreira e não como está declarado.

Seção Administrativa, 11 de dezembro de 1940. — *Rossini Gonçalves Maranhão*, escriturário, classe E.

Visto. — *W. Ferreira Mendes*, chefe.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Ministério da Fazenda — Verba 3.^a — Título Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — Subconsignação n. 4 — Assinatura de notas e títulos 01) — Caixa de Amortização.

Folha de pagamento de assinatura de títulos da dívida pública a \$050 por assinatura, no mês de novembro de 1940.

Nomes — Categorias — Observações	Quantidade de títulos	Despesa total	Líquido a pagar
Dr. Joaquim Catramby — Membro da Junta — Decretos de Emissões N. 501, de 16 de junho de 1938	13.000	650\$0	650\$0
Dr. Floriano Pereira Reis de Andrade — Membro da Junta — Decretos de Emissões ns. 400 e 501, de 2 de maio e 16 de junho de 1938	30.000	1:500\$0	1:500\$0
Dr. Albano Issler — Membro da Junta — Decretos de Emissões n. 501, de 16 de junho de 1938	10.000	500\$0	500\$0
	53.000	2:650\$0	2:650\$0

Certifico que foi prestado o serviço a que se refere a presente folha.

Primeira Seção, 4 de dezembro de 1940. — *Stenio Guarani de Barros*, oficial administrativo J. — Visto. (Assinatura ilegível), chefe de Seção.

Confere e importa a presente folha de pagamento na quantia de dois contos, seiscentos e cinquenta mil réis (2:650\$0).

Primeira Seção da Caixa de Amortização, em 4 de dezembro de 1940. — *Juliano Capriata*, oficial administrativo I. — Visto. (Assinatura ilegível), chefe de Seção.

GRATIFICAÇÕES E AUXÍLIOS

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Rio Grande do Norte

Folha de pagamento de diárias, a razão de 12\$0, ao inspetor do imposto de consumo, neste Estado, Sr. Valdemar Vieira Barros, relativa ao período de 20 de setembro a 6 de novembro do corrente ano, conforme telegrama da Delegacia Fiscal em Florianópolis, n. 814, de 13 do corrente, fichado sob n. 1.503-40-T, e organizada de acordo com o art. 1.º, letra "f", do Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939.

Nome — Cargo	Venc.	Diárias	Total
Valdemar Vieira Barros — Agente fiscal, classe F, do Estado de Santa Catarina — Sede: Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina. Em comissão no cargo de inspetor fiscal no Estado do Rio Grande do Norte. Diárias abonadas e arbitradas pela Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional, por ato de 12 de julho do ano em curso, publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 subsequente	700\$0	48	576\$0
			576\$0

A presente folha confere e importa em (quinhentos e setenta e seis mil réis), 576\$0.

Contadoria da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte, em 22 de novembro de 1940. — *Anatil de Lins Marinho*, escriturário da classe F. — Visto. *Silvino Bezerra Dantas*, oficial administrativo classe J, chefe da Contadoria. — 100.871.

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Ministério da Fazenda — Verba I — Título Pessoal — Consignação V — Indenizações — Subconsignação n. 9 — Serviço do Pessoal — Diretoria das Rendas Internas.

Folha de pagamento de diárias aos funcionários abaixo mencionados, relativa ao período de 3 de outubro a 30 de novembro findos:

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Severino Cabral de Campos — Agente fiscal classe J do Q. P. — Vencimentos: 1:500\$0 — Sede D. Federal	58	25\$0	1:450\$0
Oscar Barbosa Lage Moretsohn — Agente fiscal classe J do Q. P. — Vencimentos: 1:500\$0 — Sede: D. Federal	58	25\$0	1:450\$0
Chistodolindo de Moraes — Agente fiscal classe J do Q. P. — Vencimentos: 1:500\$0 — Sede: D. Federal	58	25\$0	1:450\$0
Mário Altino Correia de Araújo — Agente fiscal classe J do Q. P. — Vencimentos: 1:500\$0 — Sede: D. Federal	58	25\$0	1:450\$0
			5:800\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento na quantia bruta e líquida de cinco contos e oitocentos mil réis (5:800\$0).

Os funcionários aqui mencionados foram designados por ato de 30 de setembro último, do Sr. ministro da Fazenda, para exercerem as funções de inspetores fiscais do imposto de consumo, junto a esta Diretoria, conforme consta do ofício n. 625, de 1 de outubro de 1940, do Serviço do Pessoal.

A despesa deverá correr à conta do empenho n. 404, de 29 de outubro último, conforme consta do ofício n. 675, de 31 do referido mês, do Serviço do Pessoal, a esta Diretoria.

Esta folha foi organizada à vista do Decreto n. 2.609, de 20 de setembro de 1940.

Secretaria das Rendas Internas, em 2 de dezembro de 1940. — (Assinatura ilegível). of. adm. H. do Q. P. — Visto. *Antonio Carlos Barcellos*, secretário.

CONTADORIAS SECCIONAIS

Folha de pagamento de 37 diárias, ao contado rabaixo designado para inspecionar os serviços das Contadorias Seccionais, em Ribeirão Preto, Botucatu e Uberaba, conforme portaria n. 520, de 19 de 1940, do Sr. contador geral e relativa ao período de 25 de outubro a 1940 a 30 de novembro de 1940:

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Jaime Melo dos Santos — Contador J do Quadro Permanente do M. da Fazenda. Contador seccional na Polícia Militar do Distrito Federal — Vencimentos: 1:500\$0 — Em Ribeirão Preto, Botucatu e Uberaba — Inspeção da escrituração das Contadorias Seccionais	27	25\$0	925\$0

Importa a presente folha em novecentos e vinte e cinco mil réis (925\$0).

Contadoria Geral da República, em 4 de dezembro de 1940. — *C. Maese Lyra*, secretário.

Foram prestados os serviços de que trata a presente folha. — *M. Marques de Oliveira*, contador geral.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

Folha de pagamento de diárias, organizada de acordo com o Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, a que fizeram jus o engenheiro classe H. Ariam Pessoa, no período de 12 a 16 de agosto e 43 a 31 de outubro de 1940, e o trabalhador IV Joaquim Gonçalves de Freitas, no período de 12 a 14 e dia 30 de agosto e de 10 a 31 de outubro de 1940, ambos deste S. R. com sede em Curitiba:

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Ariam Pessoa — Engenheiro H — Vencimentos: 1:100\$0 — Em Antonina — Cadastro de terrenos de marinha	24	18\$0	432\$0
Joaquim Gonçalves de Freitas — Trabalhador IV — Vencimentos: 250\$0 — Idem — Idem	26	8\$0	208\$0
Total			640\$0

Confere e importa em seiscentos e quarenta mil réis.

Serviço Regional do Domínio da União no Paraná, 7 de novembro de 1940. — *Luiz Medrado*, escriturário classe F.

Foram prestados os serviços a que se refere a presente folha de pagamento de diárias.

Serviço Regional do Domínio da União no Paraná, Curitiba, 7 de novembro de 1940. — *Guilherme Xavier de Miranda*, escrivão classe G Q. S. — Visto. (assinatura ilegível), chefe regional. — Visto. *Horacio de Almeida Barbosa*, chefe, interino, do Serviço do Pessoal.

Serviço Regional em Minas Gerais

Folha de pagamento de diárias dos funcionários do Domínio da União, neste Estado, por serviços prestados fora da sede da repartição, organizada de acordo com os Decretos-lei n. 1.713 e Decreto n. 4.993, de, respectivamente, 28 de outubro e 9 de dezembro de 1939. Verba 1.ª — Pessoal, Consignação V — Indenizações, Subconsignação 9 — Diárias, alínea OI — Serviço do Pessoal.

Ordem n. 653, de 26 de março de 1940, do Serviço do Pessoal.

Nomes — Cargos — Observações	Vencimentos	Número de diárias	Total
Mário da Costa Carvalho — Engenheiro H — Em Ouro Preto — Levantamento e cadastro de próprios nacionais	1:100\$0	13	234\$0
João Pereira de Sousa — Trabalhador III — Em Ouro Preto — Levantamento e cadastro de próprios nacionais	200\$0	12	96\$0
Benedito Alves do Vale — Trabalhador III — Em Ouro Preto — Levantamento e cadastro de próprios nacionais	200\$0	12	96\$0
Antônio do Espírito Santo — Trabalhador III — Em Ouro Preto — Levantamento e cadastro de próprios nacionais	200\$0	12	96\$0
			522\$0

Importa a presente folha de pagamento de diárias em quinhentos e vinte e dois mil réis (522\$0).

Serviço Regional em Minas Gerais, 31 de outubro de 1940. — *Domingos Paulo Ferreira*, trab. servindo de datilógrafo. — *Paulo Beltrão Rodrigues*, chefe.

Declaro que os serviços aqui especificados foram prestados. — *Florian Peixoto de Faria*, desenhista classe H. — Visto. *Horacio de Almeida Barbosa*, chefe, interino.

Ministério da Fazenda — Verba 1.^a — Título Pessoal — Consignação / Indenizações — Subconsignação n. 8 — Ajudas de custo.

Folha de pagamento de ajuda de custo de Anibal Xavier de Oliveira, inspetor fiscal neste Estado.

Liquidado
a
pagar

Anibal Xavier de Oliveira — Inspetor fiscal — Ajuda de custo que lhe foi concedida, em virtude da comissão que veio exercer neste Estado, como inspetor fiscal, nos termos do art. 138 do Decreto-lei n. 1.713 de 28 de outubro de 1940 1:050\$0

1:050\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento na quantia bruta de um conto e cinquenta mil réis.

Primeira Contadoria, 29 de novembro de 1940. — *Ramos Ferreira*, Oficial administrativo F. 100.829 — Visto. Serviço do Pessoal, Secção Financeira, 10 de dezembro de 1940. — (Assinatura ilegível), chefe interino.

Folha de pagamento de diárias a 25\$0 ao inspetor fiscal senhor Pedro Franco, organizada de conformidade com o Decreto-lei n. 2.609 de 20 de setembro deste ano, § 3.º do art. 6.º, referente ao período de 1 a 30 de novembro último.

Nome — Cargo	Vencimentos	Diária	Número de diárias	Total
Pedro Franco — Inspetor Fiscal classe "F" — Período de 1 a 30 de novembro	700\$0	25\$0	30	750\$0
				750\$0

Importa a presente folha de pagamento em setecentos e cinquenta mil réis (750\$0).

Contadoria da Delegacia Fiscal em Santa Catarina, 2 de dezembro de 1940. — *João N. Silveira*, escriturário E. — 100.855 — Visto. Serviço do Pessoal, Secção Financeira, 10 de dezembro de 1940. — (Assinatura ilegível), chefe, interino.

1940 — Ministério da Fazenda — Verba 1. ^a — Pessoal — Consignação V — Indenizações — Subconsignação 9 — Diárias 01) — Serviço do Pessoal — Diretoria das Rendas Internas.				
Diárias ao inspetor fiscal Pedro Franco			536\$0	
Diárias a Alceu Carneiro da Cunha, aplicada na despesa de diárias ao inspetor fiscal de conformidade com os dizeres do telegrama número 4.084 de 9 de novembro de 1940, fichado nesta Delegacia sob n. 11.281 e por ter-se esgotado a verba própria			214\$0	750\$0
				750\$0

Contadoria, 2 de dezembro de 1940. — *João N. Silveira*, escriturário. — Visto. Contadoria, 2 de dezembro de 1940. — O contador, (Assinatura ilegível).

Diretoria das Rendas Internas

CIRCULAR N. 53 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional em conformidade com o resolvido no processo fichado sob n. 91.857, de 1940, originado pelo comunicado-circular n. 40-1 de 16 de outubro último, do Instituto Nacional do Sal, declara aos srs. chefes das repartições subordinadas, para seu conhecimento e devidos fins, que:

a) o ano salinero começa em 1.º de julho, terminando em 30 de junho do ano imediato;

b) será fixada, oportunamente, a quota de produção de cada Estado, referente ao ano de 1940-41, de acordo com o art. 4.º do Decreto-Lei n. 2.300, de 10-6-40, combinado com o art. 48, do Regulamento baixado com o de n. 2.398, de 11-7-40;

c) nessa ocasião, será também determinada a quota que caberá a cada salina, em conformidade com o § 1.º do citado art. 4.º, do Decreto-Lei n. 2.300;

d) o sal retirado das salinas, desde 1.º de julho p. passado, será computado na quota que lhes vier a ser fixada, nos termos da alínea c acima;

e) uma vez fixada a quota de cada salina, serão feitos os necessários reajustamentos, tendo em vista a quantidade de sal retirada desde 1.º de julho último. — *Abelardo Alvares de Araujo*.

CIRCULAR N. 55 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, tendo em vista a representação da 2.^a Sub-Diretoria, protocolada sob n. 93.104, de 1940, declara aos Srs. Chefes das repartições subordinadas e aos

inspetores de garimpagem do Serviço de Pedras Preciosas, que não tem qualquer valor para o exercício do comércio daquela mercadoria e de outros minerais, as "autorizações provisórias" concedidas, sem o conhecimento desta Diretoria, pelo então encarregado da fiscalização externas, às firmas abaixo enumeradas, contra as quais se deverá proceder na forma do Decreto-lei n. 466, de 4 de junho de 1938, caso ainda não estejam de posse do título definitivo de habilitação, representado pela cópia do Decreto federal ou portaria desta Diretoria, em original.

Recomendo-lhes, outrossim, sejam cassadas para todos os efeitos e onde forem exibidas as mencionadas "autorizações provisórias", que a lei não prevê nem permite.

As firmas que estão de posse de tais documentos são as seguintes:

1. Leon Grumberg Monte — Distrito Federal.
2. José Felix Burgos — Distrito Federal.
3. Valdemar Lopes de Oliveira — Distrito Federal.
4. Humberto Kfuri — Distrito Federal.
5. Matérias Primas do Brasil — Distrito Federal.
6. Standard Elétric S. A. — Distrito Federal.
7. José Alves Martins — Capelinha — Minas Gerais.
8. José Pádua de Oliveira — Belo Horizonte — Minas Gerais.

Abelardo Alvares de Araujo

CIRCULAR N. 54

De conformidade com o resolvido no processo n. 94.171, de 1940, declaro aos senhores chefes das repartições subordinadas, para seu conhecimento e devidos efeitos, que o "Selo de Imigração", criado pelo artigo 79, do Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, deve ser escriturado como "Renda Extraordinária" "Renda de Imigração", com aplicação especial.

Outrossim, a venda do "Selo de Imigração", será feita a todos os que dele necessitarem sem quaisquer outras formalidades exceções apenas os casos de que tratam os "itens" 5, 6 e 8 a que se refere o parágrafo 3.º do artigo 215, do regulamento aprovado pelo Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938, para os quais os interessados se apresentarão munidos das guias respectivas. — *Abelardo Alvares de Araujo*, diretor das Rendas Internas.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 29 de novembro de 1940

N. 48.060-40 — Amâncio Rolrigues dos Santos — Casa Bancária "Ao Mundo Lotérico", pedindo expedição de guia para recolhimento de quota de fiscalização bancária do segundo semestre de 1940. "A exemplo do já resolvido sobre casos idênticos, e de acordo com o parecer, autorizo a expedição da guia. Torne o processo à Segunda Subdiretoria, para este efeito. Publique-se."

Dia 20 de novembro de 1940

N. 85.446-40 — Companhia Antártica Paulista S.A., pedindo uma certidão. — Deferido. A Secretaria para expedir a certidão solicitada.

N. 93.460-40 — Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, pedindo reconsideração de despacho que negou isenção de impostos federais para os refeitórios destinados a atender aos seus empregados. — Satisfaça a exigência.

N. 9.956-40 — Empresa Paulista de Títulos, pedindo uma certidão. — Prove a sua alegação de qualidade de procurador e diga o fim para que quer a certidão.

Dia 2 de dezembro de 1940

N. 97.273-40 — José Alves Martins, pedindo autorização para o comércio de todos os minerais enumerados na circular n. 8, de 27 de março último, desta Diretoria. — Havendo o requerente, no processo n. 58.024-40, anexo, preenchido todas as formalidades previstas na circular n. 8, deste ano, desta Diretoria, defiro o seu pedido de fls. 3, para determinar a lavratura, no ato de habilitação anexo, da necessária apostila.

Torne o processo à Segunda Subdiretoria para esse efeito, depois de publicado o presente despacho.

N. 72.485-37 — F. Moneró & Cia. Ltda., sobre recolhimento de imposto de prêmios distribuídos. — Arquive-se.

N. 93.357-40 — Inspetor de Coletorias em Santa Catarina, Alceu Carneiro da Cunha, sobre pagamento de diárias. — Arquive-se.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Dia 29 de novembro de 1940

N. 85.978-40 — Banco de Crédito Real de Minas Gerais, pedindo autorização para abrir uma agência em Barretos, São Paulo. — Deferido, à vista do que consta do processo. Expeça-se a necessária carta-patente de autorização.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DAS RENDAS INTERNAS

Dia 5 de dezembro de 1940

- N. 48.557-39 — Osvaldo Cesar Pereira da Silva, pedindo registro de procuração. — Arquite-se.
- N. 22.243-40 — Isidoro Marcos Hanser, pedindo registro de procuração. — Arquite-se.
- N. 32.464-40 — Alberto Dantés dos Reis, pedindo registro de procuração. — Arquite-se.
- N. 48.519-39 — Osvaldo Cesar Pereira da Silva, pedindo registro de procuração. — Arquite-se.
- N. 53.449-40 — D. Blem & Cia. Ltd., pedindo autorização para comprar minérios. — Arquite-se.
- N. 87.386-40 — Castro Lopes & Tibiriçá, pedindo autorização para comprar minérios. — Satisfacem as exigências.
- N. 93.895-40 — Godofredo Filgueiras Filho, pedindo devolução de documentos. — Entregue-se a caderneta solicitada, mediante recibo, restituindo-se o processo a seguir ao Serviço do Pessoal.

RETIFICAÇÃO

No expediente do Sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional publicado no *Diário Oficial* de 4 do corrente, pág. 22.538, processo número 48.004-40, de Miguel Cioffi & Cia., no terceiro período do parecer, onde se lê:

Em março de 1940, alteraram o contrato social, aumentando seu capital para 25:000\$0...

Leia-se:

Em março de 1940, alteraram o contrato social, aumentando seu capital para 250:000\$0...

RETIFICAÇÃO

No expediente do Sr. diretor geral da Fazenda Nacional publicado no *Diário Oficial* de 4 do corrente, página n. 22.538, processo n. 48.004-940, de Miguel Cioffi & Cia., no terceiro período do parecer onde se lê:

Em março de 1940, alteraram o contrato social, aumentando seu capital para 25:000\$0...

Leia-se:

Em março de 1940, alteraram o contrato social, aumentando seu capital para 250:000\$0.

Diretoria das Rendas Internas. Dia 29 de novembro de 1940 — N. 48.060-940. Amâncio Rodrigues dos Santos.

Dia 20 de novembro de 1940

- N. 85.446-940. Companhia Antártica Paulista S. A.
- N. 93.460-940. Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro.
- N. 96.956-940. Empresa Paulista de Títulos.
- N. 97.273-940. José Alves Martins.
- N. 72.485-937. F. Maneró & Cia. Ltda.
- N. 93.357-940. Inspetor de Coletorias em Santa Catarina — Alceu Carneiro da Cunha.

Diretoria das Rendas Internas

Expediente do Sr. diretor geral da Fazenda Nacional.

Dia 29 de novembro de 1940

N. 85.978-940. Banco de Crédito Real de Minas Gerais

Expediente do Sr. diretor geral das Rendas Internas

Dia 5 de dezembro de 1940

- N. 48.557-939. Osvaldo Cesar Ferreira da Silva.
- N. 22.243-940. Isidoro Marcos Hanser.
- N. 32.464-940. Alberto Dantas dos Reis.
- N. 48.519-939. Osvaldo Cesar Pereira da Silva.
- N. 87.386-940. Castro Lopes & Tibiriçá.
- N. 93.895-940. Godofredo Filgueiras Filho.

Conselho Superior de Tarifa

SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA

Resumo da sessão de 5 de dezembro de 1940

Realizou-se no dia 5 de dezembro de 1940, às 13,30 horas a 187ª sessão ordinária da Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa

Compareceram os senhores Conselheiros Sílvia de Magalhães Figueira, Presidente; Ulysses de Oliveira Sampaio, e Francisco Castelo Branco Nunes e Baylongue; o sr. bacharel Jaime Severiano Ribeiro, representante da Fazenda Pública e o Sr. José Pinto dos Santos, Secretário.

Aberta a sessão, foi lida a ata da sessão ordinária anterior, reafirmada no dia 2 de dezembro andante, a qual foi aprovada.

Procedeu-se, após, à distribuição dos processos enumerados, aos seguintes relatores:

Ao senhor Ulysses Sampaio:

Ns. 3.896-A, 3.965-A, 5.300-AR, 6.160-A, 6.169-A, 6.247-A, 6.344-A, 7.290-A, 7.927-AR, 7.970-AR.

Ao Sr. Sílvia Figueira:

Ns. 4.572-R, 6.162-A, 6.291-A, 6.320-A, 6.432-A, 6.598-AR, 7.112-A, 7.120-A, 7.929-AR, 7.943-A.

Ao Sr. Castelo Branco:

Ns. 2.264-A, 3.309-A, 3.743, 4.575, 4.739-A, 7.227-A, 7.243-A; 7.248-A, 7.252-A, 7.256-A.

Ao Sr. J. Baylongue:

Ns. 2.531-A, 6.155-A, 6.159-A, 6.161-A, 7.154-A, 7.159-A, 7.163-A, 7.177-A, 7.186-A, 7.190-A.

Passando-se à ordem do dia, foram julgados os seguintes recursos:

N. 6.350-A-203 — Wilson Sons & Comp. Ltda. — Legalização de manifesto. — Alfândega de Santos. — Relator U. Sampaio. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.495.

N. 7.672-A-1.392 — Rocha Irmão & Comp. — Adicional de 10 % — Alfândega de Recife — Relator J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, pelo voto de qualidade do Sr. Presidente. Designado para redigir o acórdão o Sr. U. Sampaio. Ac. 10.496.

N. 5.939-A-61 — Emílio Giannini — Faturas consulares — Alfândega de Santos — Relator Sr. J. Baylongue. — Deu-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.497.

N. 4.457-AR-1.614 — The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Isenção de direitos — Alfândega do Rio — Relator Sr. S. Figueira. — Deferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.498.

N. 7.727-AR-1.443 — The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Isenção de direitos — Alfândega do Rio — Relator Sr. C. Branco. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.499.

N. 5.983-AR-1.569 — The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Isenção de direitos — Alfândega do Rio — Relator U. Sampaio. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente, os senhores Conselheiros Sílvia Figueira e C. Branco, fizeram restrição quanto ao fundamento do acórdão. Ac. 10.500.

N. 5.943-A-68 — S. A. "O Estado de São Paulo" — Faturas consulares — Alfândega de Santos — Relator Sr. J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do sr. Relator. Foi designado para redigir o acórdão o Sr. C. Branco. Ac. 10.501.

N. 3.619-AR-1.452 — Governo do Estado da Paraíba — Redução de direitos — Alfândega de João Pessoa — Relator Sr. J. Baylongue. — Deferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.502.

N. 5.357-AR-1428 — Marcelo Frizoni — Direitos em dobro — Alfândega de Santos — Relator Sr. J. Baylongue. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.503.

N. 7.625-AR-1.280 — Pedro Picinino — Redução de direitos — Alfândega de Santos — Relator Sr. J. Baylongue. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.504.

N. 7.629-AR-1.284 — San Paulo Gas Comp. Ltd. — Redução de direitos — Alfândega de Santos — Relator Sr. J. Baylongue. — Deferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.505.

N. 7.636-AR-1.288 — The City of Santos Improvement Co. Ltd. — Redução de direitos — Alfândega de Santos — Relator Sr. J. Baylongue. — Deferiu-se o pedido de reconsideração, pelo voto de qualidade do Sr. Presidente. Vencidos os senhores C. Branco e U. Sampaio. Ac. 10.506.

N. 6.000-A-84 — Comp. Porto of Pará — Dif. de direitos — Alfândega de Belém — Relator Sr. J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.507.

N. 6.001-A-88 — Comp. Port of Pará — Dif. de direitos — Alfândega de Belém — Relator Sr. J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. c. 10.508.

N. 6.008-A-92 — Comp. Port. of Pará — Dif. de direitos — Alfândega de Belém — Relator Sr. J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.509.

N. 6.012-A-96 — Comp. Port. of Pará — Dif. de direitos — Alfândega de Belém — Relator Sr. J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.510.

N. 6.016-A-100 — Comp. Port of Pará — Dif. de direitos — Alfândega de Belém — Relator Sr. J. Baylongue. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.511.

N. 6.020-A/104 — Comp. Porto Of Pará — Dif de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.512.

N. 6.070-A/124 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.513.

N. 6.074-A/128 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.514.

N. 6.078-A/132 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.515.

N. 6.082-A/136 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.516.

N. 6.097-A/144 — Comp. Porto Of Pará — Red. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.517.

N. 6.040-A/168 — Antônio Canero — Faturas consulares — Alf. de Santos — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.518.

N. 6.047-A/112 — S. A. Industrias Reunidas F. Matarazzo — Isenção de direitos — Alf. de Santos — Rel. Sr. J. Baylongue — Deu-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.519.

N. 6.091-A/139 — General Electric S/A — Faturas consulares — Alf. de Rio — Rel. Sr. C. Branco — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.520.

N. 6.143-A/171 — A. D. Siqueira & Cia. — Fatura consular — Alf. de Fortaleza — Rel. Sr. C. Branco — Deu-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.521.

N. 6.335-A/282 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. S. Figueira — negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.522.

N. 6.336-A/283 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. C. Branco — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.523.

N. 6.337-A/284 — Comp. Porto Of Pará — Dif. de direitos — Alf. de Belém — Rel. Sr. J. Baylongue — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ac. 10.524.

N. 5.975 AR/1.613 — The Rio de Janeiro Tramway Light And Power Co. Ltd. — Red. de direitos — Alf. do Rio — Rel. Sr. U. Sampaio — Deferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ac. 10.525.

N. 7.644-AR/1.292 — The São Paulo Tramway Light And Power Co. Ltd. — Redução de direitos — Alfândega de Santos — Relator J. Baylongue — Retirado de pauta para que seja aguardada solução de uma diligência solicitada em processo idêntico.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão.

Secretaria da Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa, em 5 de dezembro de 1940. — José Pinto dos Santos, secretário.

Pauta para a sessão ordinária a se realizar no dia 12 de Dezembro andante, quinta feira, às 13 1/2 horas, na Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa.

N. 3624-708. The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd. Taxa de Prev. Social — Alf. de Santos — Rel. J. Baylongue.

N. 5036-A-1.201. Comp. Telefonica Brasileira — Fatura Consular — Alf. do Rio — Rel. U. Sampaio.

N. 5342-A-1.202. The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Isenção de direitos — Alf. do Rio — Rel. S. Figueira.

N. 5709-1.477. Comp. Telefonica Brasileira — Redução de direitos — Alf. de Santos — Rel. U. Sampaio.

N. 5711-A-1478. Comp. Telefonica Brasileira — Redução de direitos — Alf. de Santos — Rel. S. Figueira.

N. 5810-A-1434. The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Isenção de direitos — Alf. do Rio — Rel. S. Figueira.

N. 5826-A-1486. Comp. Telefonica Brasileira — Redução de direitos — Alf. de Santos — Rel. S. Figueira.

N. 5957-A-76. Comp. Brasileira de Artefatos de Borracha — Isenção de direitos — Alf. do Rio — Rel. J. Baylongue.

N. 6061-A-111. Singer Swing Machine Company — Faturas Consulares — Alf. de Santos — Rel. C. Branco

N. 6058-A-116. Fernando Hackvad & Cia. — Fatura Consular — Alf. de Santos — Rel. J. Baylongue.

N. 6093-A-140. Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro — Isenção de direitos — Alf. do Rio — Rel. J. Baylongue.

N. 6185-A-192. The Rio de Janeiro City Improvements Co. Ltd. — Isenção de direitos — Alf. do Rio — Rel. J. Baylongue.

N. 6345-A-290. Irmãos Frugoli — Fatura Consular — Alf. de Santos — Rel. S. Figueira.

N. 6436-A-1150. José Fernandes — Contrabando — Alf. do Rio Grande — Rel. S. Figueira.

N. 6489-A-322. Alberto Bonfiglioli & Cia. — Fatura Consular — Alf. de Santos — Rel. S. Figueira

N. 6498-A-330. Salgado & Cia. — Fatura Consular — Alf. de Santos — Rel. S. Figueira.

N. 6531-A-354. Emilio Giannini — Fatura Consular — Alf. de Santos — Rel. S. Figueira.

N. 6540-A-326. Hime & Comp. — Fatura Consular — Alf. do Rio — Rel. S. Figueira.

N. 6544-A-365. Raul M. Moglia — Fatura Consular — Alf. do Rio — Rel. U. Sampaio.

N. 6545-A-366. Hasenclever & Cia. — Fatura Consular — Alf. do Rio — Rel. S. Figueira.

2.ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa, em 9 de Dezembro de 1940.

Diretoria da Despesa Pública

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL.

Processos:

N. 30.911/40 — Carlos Gaudie Ley, pedindo retificação do cálculo dos seus vencimentos de inatividade. — Indeferido, de acordo com a informação e pareceres. D. G. da Fazenda Nacional, em 3 de dezembro de 1940. — Romero Estelita.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

N. 77.690/40 — Laura de Siqueira Cavalcanti de Gusmão, pedindo melhoria de pensão. — De acordo com o parecer, nada ha que deferir. Arquite-se.

N. 103.970/39 — Isabel Aguilar de Oliveira, pedindo reversão de pensão. — Satisfaca-se as exigências.

N. 41.490/40 — Cecília Wandelbruck Machado, pedindo revisão do seu processo de montepio. — De acordo com o parecer, nada ha que deferir. Restitua-se o título.

N. 66.002/40 — Joana dos Reis de Oliveira, pedindo revisão de montepio. — De acordo com o parecer, nada ha que deferir.

N. 61.648/40 — Emilia de Oliveira Viana. — Satisfaca as exigências do parecer.

N. 96.496/39 — União Beneficente dos Empregados da Saude Pública, representada pelo seu presidente. — Compareça para prestar esclarecimentos.

N. 80.074/40 — Maria Uranca Marques Pinheiro. — Dirija-se, querendo, à Comissão de que trata o artigo 3 do Decreto-lei 1.544, de 25 de agosto de 1939.

N. 82.044/40 — Emília Falcão Castelo Branco, pedindo revisão de montepio. — De acordo com o parecer, nada ha que deferir.

N. 79.234/40 — Palmira Braga Bueno, pedindo revisão de montepio. — De acordo com o parecer, nada ha que deferir. Arquite-se.

N. 97.636/40 — Gilberta Batista Moura. — Satisfaca a exigência do parecer.

N. 97.272/40 — Elgita de Torres Bandeira. — Satisfaca as exigências do parecer.

N. 73.204/40 — Flávio Basílio da Mota e outro. — Satisfacam as exigências do parecer.

N. 99.140/40 — Benedito Braga da Silva. — Dê-se conhecimento ao interessado.

N. 22.050/40 — J. Augusto Brito, na qualidade de procurador do liquidatário da massa falida da Cooperativa Militar do Brasil S. A. solicitando cancelamento da consignação de 171\$3. — De acordo com o parecer, archive-se.

Diretoria do Domínio da União

DIVISÃO DE ENGENHARIA E OBRAS

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 3 de dezembro de 1940

Processos:

N. 11.303-39 — Novação de aforamento de terreno situado no lote n. 153, quadra 8, na Urca, nesta Capital, requerida por Oscar Correia dos Santos. Proposta aprovação. — Aprovo a novação do aforamento. — A. C. Marchand, no imp. do diretor.

Dia 5 de dezembro de 1940

N. 64.565-37 — Concorrência realizada para alienação do direito preferencial ao aforamento de terreno de marinha, no Pina, em Recife. Proposta a anulação da concorrência e a alienação em hasta pública do direito de preferência ao aforamento de que se trata — Aprovado — A. C. Marchand, no imp. do diretor.

N. 94.589-40 — Recurso do Banco da Provincia do Rio Grande do Sul relativo ao pagamento de taxa de ocupação de terreno de marinha em Pelotas. Proposto indeferimento. — Nego provimento ao recurso do fls. Encaminhe-se o processo, para os devidos fins, ao Serviço Regional no Rio Grande do Sul. — A. C. Marchand, no imp. do chefe.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE DIVISÃO

N. 99.110-40 — Telegrama em que o Sr. delegado fiscal em Goiás pede autorização para vender imóveis imprestáveis existentes na Delegacia Fiscal naquele Estado. Proposta a remessa do processo ao Serviço Regional em Goiás, para audiência. — De acordo. Para os fins indicados, encaminhe-se o processo ao Serviço Regional em Goiás. — Adhemar B. de Almeida Portugal, servindo de chefe.

N. 97.178-40 — Ofício n. 8.836 da Diretoria Geral de Contabilidade do Ministério da Viação, com que encaminha processo no qual Joana Pereira Barbosa e Severino Francisco Barbosa pedem aforamento de faixa de terreno situado em Campina Grande, no Estado da Paraíba. Proposta a remessa do processo ao Serviço Regional, naquele Estado, para os devidos fins. — De acordo. Encaminhe-se o processo ao Serviço Regional na Paraíba, para fins indicados. — Adhemar B. de Almeida Portugal, servindo de chefe.

PROCURADORIA

Livro 26, fls. 40.

Escritura de compra e venda de um terreno e benfeitorias situados na rua Adail n. 10, na freguesia de Inhaúma, nesta capital, que entre si fazem a União Federal, como outorgante-vendedora, e José Cinelli e sua mulher, D. Assumpta Maria Angela Jannuzzi, como outorgados-compradores, conforme o processo protocolado no Tesouro Nacional, sob o n. 73.579-39.

Saibam quantos esta virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta, aos quatro dias do mês de dezembro, nesta cidade do Rio de Janeiro, capital da República dos Estados Unidos do Brasil, em meu cartório à rua da Quitanda n. 85 e perante mim, Mozart Lago, tabelião do 20.º officio de notas, por me haver sido a presente escritura pedida e posteriormente distribuída, conforme bilhete que fica arquivado, compareceram partes entre si justas e contratadas, de um lado, como outorgante-vendedora: a União Federal, neste ato representada, *ex vi*, de disposição legal, pelo procurador da Diretoria do Domínio da União, do Tesouro Nacional, bacharel Agripino Gomes Veado; e de outro lado, como outorgados-compradores: José Cinelli, italiano, e sua mulher, D. Assumpta Maria Angela Jannuzzi, brasileira, ambos proprietários, domiciliados e residentes à rua Cardoso de Moraes n. 197, nesta cidade; todos meus conhecidos e das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, também minhas conhecidas, do que dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pela outorgante-vendedora me foi dito:

Primeiro — Que é senhora e legítima possuidora do imóvel situado à rua Adail n. 10, na freguesia de Inhaúma, nesta capital, nos termos da escritura lavrada nas notas do tabelião do 4.º officio desta cidade, em 12 de outubro de 1932, no livro 537, a folhas 294, em virtude da qual os bens que constituíam o patrimônio da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense passaram a pertencer ao Governo Federal, e transcrição feita no 6.º officio do Registro Geral de Imóveis desta cidade, oficial Helênio de Miranda Moura, a folhas 263 do livro 3-G de transcrição das transmissões, sob o n. 6.451, em 10 de março de 1933.

Segundo — Que o terreno do dito imóvel tem a área de 400m2,00 (quatrocentos metros quadrados) e mede pela frente, que confronta com a rua Adail, 10m,00 (dez metros), no rumo verdadeiro de 84º30'—NE, pelo lado direito, que confronta com terreno do prédio n. 8 da mesma rua, 40m,00 (quarenta metros), no rumo de 6º10'—SE, pelos fundos, que confronta com quem de direito, 10m,00 (dez metros), no rumo de 84º30'—NE, e pelo lado esquerdo, que confronta com o terreno do prédio n. 12 da mesma rua, 40m,00 (quarenta metros), no rumo de 6º10'—NW, achando-se o mencionado terreno beneficiado com um pequeno prédio em péssimo estado de conservação, construído em centro de terreno, com a área de 22m2,00 (vinte e dois metros quadrados), avaliados, terreno e benfeitoria, em rs. 11:300\$000 (onze contos e trezentos mil réis), tudo de acordo com a planta e elementos técnicos de folhas 3, 5, 5v. e 6 do processo protocolado no Tesouro Nacional, sob o n. 73.579, de 1939.

Terceiro — que o mesmo imóvel acha-se livre e desembaraçado de todo e qualquer onus judicial ou extra-judicial, hipoteca legal ou convencional ou ainda qualquer outro onus real.

Quarto — Que pelo presente instrumento vende aos outorgados-compradores o terreno já descrito e a benfeitoria nele existente, de hoje para sempre, pelo preço e quantia líquida de rs. 11:500\$0 (onze contos e quinhentos mil réis), já recolhida ao Banco do Brasil, conforme recibo do mesmo Banco, n. 22.537 de 10 de outubro de 1940, constante de folhas 31 do processo n. 73.579-39.

Quinto — Que a presente venda é feita em virtude da autorização contida no decreto n. 1.841 de 31 de julho de 1937 e por força da concorrência-pública realizada em 3 de setembro de 1940 e aprovada por despacho do diretor da Diretoria do Domínio da União do Tesouro Nacional de 30 de setembro de 1940, exarada a folhas 30 do mencionado processo n. 73.579-39.

Sexto — Que assim, por força desta escritura e da cláusula "constituti", a outorgante transfere aos outorgados toda a posse, domínio direito e ação que até este momento tinha sobre o terreno e benfeitoria mencionados, obrigando-se a outorgante a fazer a presente venda boa, firme e valiosa a todo e qualquer tempo e a responder pela evicção. O presente contrato só entrará em vigor depois de devidamente registrado pelo Tribunal de Contas da República, nos termos do artigo 25 e seus parágrafos do decreto-lei n. 426 de 12 de maio de 1938, não se responsabilizando a UNIAO FEDERAL por indenização de espécie alguma se o registro for denegado por aquele Tribunal. Pelos outorgados — compradores foi então dito que aceitam a presente venda que lhes é feita, nos termos e condições em que a presente escritura está redigida. Não paga imposto de transmissão de propriedade nem selo proporcional por ser venda feita pela União Federal. E de como assim o disseram, pediram-me lhes lavrasse esta escritura que, lhes sendo lida e às testemunhas a todo este ato presentes, Pedro Pereira e Beranger M. de França, acharam conforme, aceitaram e assinam com as mesmas testemunhas. Eu, Wilton de Oliveira, escrevente juramentado, a escrevi sob minuta. E eu, MOZART LAGO, tabelião, a subscrevo. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1940. — Agripino Gomes Veado — José Cinelli — Assumpta Maria Angela Jannuzzi — Pedro Pereira — Beranger M. de França. — Traslada na mesma data. E eu, MOZART LAGO, tabelião, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho (sinal público) da verdade. — (a) Mozart Lago. Conferi a presente cópia extraída em carbonho no próprio cartório do 1.º Traslado da escritura lavrada em 4 de dezembro corrente à fls.

40 do livro 26 do 20.º Officio de Notas desta Capital. Procuradoria da Diretoria do Domínio da União, em 10 de dezembro de 1940. Luiz Polli, assistente jurídico XVIII. — Visto. Diretoria do Domínio da União. Procuradoria — Em 10 de dezembro de 1940 — Carlos de Menezes, no impedimento do Procurador.

(C. 10.897 — 11-12-940 — 140\$800)

Câmara de Reajustamento Econômico

SESSAO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Decreto-lei N.º 1.888

Processo n. 167 — Requerente — José Antônio dos Santos — Município de Itabuna — Estado da Baía — Acórdão.

"Vistos e discutidos estes autos, vindos do município de Itabuna, do Estado da Baía, em que é requerente José Antônio dos Santos, acordam os Juizes da Câmara de Reajustamento Econômico, por votação unânime, homologar a desistência oferecida pelo documento de fls. 10, para que produza os efeitos de direito. Sala das Sessões da Câmara de Reajustamento Econômico. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1940. Sergio de Oliveira, Presidente — Reginaldo Nunes — Relator, Ernesto Rangel."

Processo n.º 168 — Requerente — Samuel Gonçalves Bastos — Município de Muniz Freire — Espírito Santo — Acórdão.

"Vistos e discutidos estes autos em que é requerente Samuel Gonçalves Bastos — Município de Muniz Freire — Espírito Santo — resolveram os Juizes da Câmara de Reajustamento Econômico, por votação unânime, homologar a desistência requerida no documento de fls. 7, para que produza os efeitos legais. Sala das Sessões da Câmara de Reajustamento Econômico. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1940. Sergio de Oliveira, Presidente — Relator — Reginaldo Nunes — Ernesto Rangel."

Processo n.º 169 — Requerente — Orozimbo da Silva Costa — Município de Presidente Prudente — Estado de S. Paulo — Acórdão.

"Vistos e discutidos estes autos, vindos do município de Presidente Prudente — Estado de S. Paulo, em que é requerente Orozimbo da Silva Costa, acordam os Juizes da Câmara de Reajustamento Econômico por votação unânime, homologar a desistência oferecida pelo documento de fls. 11, para que produza os efeitos de direito. Sala das Sessões da Câmara de Reajustamento Econômico. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1940. Sergio de Oliveira, Presidente — Ernesto Rangel, Relator — Reginaldo Nunes."

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 10 de dezembro de 1940

Requerimentos:

N. 62.175-40 — Maggi & Comp. — Cobre-se o imposto e anote-se a baixa.

N. 73.688-40 — Joseph C. Gutwirth. — Cobre-se a revalidação, nos termos da informação e parecer.

N. 5.795-40 — Oscar Sales de Carvalho e outro. — Proceda-se ao cálculo para o pagamento do imposto do selo, de acordo com a última parte da informação.

N. 13.374-40 — Domingos & Leite. — Idem.

N. 37.252-37 — Jorge Bichara Koaigue. — Tratando-se de um livro "que não está ainda escriturado" como se verifica da informação de fls. 5-v., diga a 3.ª Subdiretoria, em face do que resolveu o Tesouro e consta do officio n. 132 ao 1.º Conselho de Contribuintes, publicado no "Diário Oficial" de 24 de abril de 1939.

N. 46.171-40 — Banco Holandês Unido. — Anote-se.

N. 45.193-37 — S. A. Philips do Brasil. — Idem.

N. 62.194-40 — J. Fonseca & Comp. — Idem.

N. 62.193-40 — J. Fonseca & Comp. — Idem.

N. 69.386-40 — Rafael Pacci & Comp. Ltda. — De acordo com a informação e o parecer, altere-se a classificação para "Louça de vidro, porcelana, cristal, ferragens em pequena escala" a partir de janeiro do corrente ano. Imponho a multa de cinquenta mil réis (50\$0) mínimo da lei.

N. 53.060-40 — Cipriano Antônio Fernandes. — De acordo com a informação, o laudo e o parecer, reduza-se o valor locativo para 2:880\$0 a partir de 1941.

N. 61.585-40 — Barra & Comp. — Dê-se a baixa na inscrição do contrato, de acordo com o parecer.

N. 65.643-40 — Armindo Martins. — Idem.

N. 66.208-40 — Teófilo Maluf & Comp. — Idem.

N. 66.207-40 — R. Losasso. — Idem.

N. 66.206-40 — R. A. Muniz. — Idem.

N. 66.205-40 — A. Holzman & Comp. — Idem.

N. 65.828-40 — Olímpio de Sousa Macedo. — Idem.

N. 64.374-40 — Niasse Sales. — Idem.

N. 64.393-40 — José Júlio de Gouveia. — Idem.

N. 65.140-40 — José Pedro Maduro. — Idem.

N. 65.141-40 — Leão Lachtermarcher. — Dê-se a baixa na inscrição do contrato, de acordo com o parecer.

N. 65.363-40 — Colúmbia Pictures of Brasil. — Idem.

N. 65.362-40 — Colúmbia Pictures of Brasil Inc. — Idem.

N. 62.176-40 — Maggi & Comp. — Idem.

N. 62.999-40 — Francisco Barbosa Leite. — Idem.

N. 63.000-40 — Francisco Barbosa Leite. — Idem.

N. 62.740-40 — Elizário Santana. — Idem.

N. 62.739-40 — Orlando Belluzzo. — Idem.

N. 62.738-40 — José Maurino Filho. — Idem.

N. 62.736-40 — Pedro Antônio Samargo. — Idem.

N. 62.737-40 — Pedro Antônio Samargo. — Idem.

N. 62.735-40 — Abrahão Saad. — Idem.

N. 62.734-40 — Empresa Prosperi. — Idem.

N. 62.733-40 — Luiz Canelieri. — Idem.

N. 62.724-40 — Cardoso & Lopes. — Idem.

N. 62.577-40 — J. Fitipaldi. — Idem.

N. 62.576-40 — Antônio Alves de Holanda. — Idem.

N. 62.200-40 — Empresa Eichenberg Ltda. — Idem.

N. 62.199-40 — Francisco Alfano. — Idem.

N. 62.198-40 — José de Paulo Pereira. — Idem.

N. 62.197-40 — Emílio Castriota. — Idem.

N. 62.196-40 — José Resek. — Idem.

N. 62.195-40 — Russo & Freire. — Idem.

N. 62.192-40 — Empresa P. Rennó. — Idem.

N. 62.179-40 — Empresa P. Rennó. — Idem.

N. 62.178-40 — Maggi & Comp. — Idem.

N. 62.177-40 — Maggi & Comp. — Idem.

N. 64.373-40 — Nisse Sales. — Dê-se a baixa na inscrição do contrato, de acordo com o parecer.

N. 63.724-40 — Cine Parque Brasil Ltda. — Idem.

N. 63.723-40 — Bartolomeu Ruggiero. — Idem.

N. 63.003-40 — Mendes & Comp. — Idem.

N. 63.001-40 — Francisco Barbosa Leite. — Idem.

N. 63.002-40 — Empresa Teatral Paulista. — Idem.

N. 62.741-40 — Afonso Cavalcante. — Idem.

N. 62.190-40 — Rodrigues & Cesário Ltda. — De acordo com o laudo e o parecer, reduza-se o valor locativo para 19:600\$0 a partir de 1941.

N. 58.877-40 — Avelino Vieira. — Transfira-se "ex officio" para Manuel Joaquim Langão e, logo após para Avelino Vieira. Altere-se de acordo com a informação o laudo e o parecer a classificação para "cabeleireiro e barbeiro vendendo perfumarias" a partir de janeiro do corrente ano. Imponho a Manuel Joaquim Langão a multa de 125\$0 médio da lei e a Avelino Vieira a multa de 50\$0 mínimo da lei.

N. 64.281-40 — Paulino Garcia. — Deferido, devendo o cartão de fls. continuar junto ao processo.

N. 75.579-40 — Sociedade Anônima Viagens Internacionais. — Intima-se a Sociedade A. Viagens Internacionais a provar qual o seu capital bem como o pagamento do selo pelo mesmo devido, afim de se conhecer se ainda se deve cobrar o imposto sobre os 250:000\$0 destacado para a sessão bancária, tendo em vista a publicação junta no "Diário Oficial" de 12 de agosto de 1939.

N. 69.023-40 — Abrahão Abu Alla. — A ação fiscal se acha plenamente provada e a infração confessada pelo atuado, cujas alegações não podem ter acolhimento por falta de amparo legal. Mantenho, pois, o despacho de fls. 3 da notificação n. 3.141 de 1940 anexa por seus fundamentos. Intime-se para o recolhimento dentro do prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante o prévio depósito das importâncias devidas.

N. 29.281-39 — D. J. S. Nunes. — Nada havendo a deferir, tanto mais quanto o pedido é posterior à lavratura do ano, cuja decisão já passou em julgado, archive-se o processo.

Processos:

N. 44.691-40 — Consulta de Guimarães Carvalho & Companhia Ltda.

Consulta a firma Guimarães Carvalho & Comp. Ltda. se as vitrinas de ferro ou de metal, pintadas ou cromadas, com pequenas cortinas de ferro ou de metal para serem colocadas na frente das casas comerciais, fixas nos painéis, estão sujeitas ao pagamento de imposto de consumo.

Em solução responda-se que em face da disposição constante da alínea I, do § 21, do art. 4.º, do regulamento aprovado pelo Decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, que tributa, genericamente, as vitrinas de ferro ou aço, ou de qualquer outra matéria, não há como fugir a incidência do imposto em apreço.

Decidir de modo contrário seria distinguir onde a lei não distingue.

Autos:

N. 4.625, de 1940, contra David da Costa. — Julgado procedente o auto de fls. para, na forma dos arts. 32, 38 e 39 do regulamento anexo ao Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932, impor á firma David da Costa a multa de 314\$4 (trezentos e quatorze mil e quatrocentos réis), dobro do imposto não pago, que deverá ser recolhida aos cofres desta repartição, no prazo de trinta dias, juntamente com a quantia de 157\$2 (cento e cinquenta e sete mil e duzentos réis), relativa ao imposto devido.

N. 5.958, de 1940, contra Nelson P. Caldas. — Julgado procedente o auto de fls., para, na forma dos arts. 32, 38 e 39 do regulamento anexo ao Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932 impor á firma Nelson P. Caldas a multa de seis contos e oitenta e quatro mil réis (6:084\$0), dobro do imposto não pago, que deverá ser recolhida aos cofres desta repartição, no prazo de trinta dias, juntamente com a quantia de três contos e quarenta e dois mil réis ... (3:642\$0), relativa ao imposto devido.

N. 4.939-40 c/Luis Fernandes da Costa. — Julgado procedente o auto de fls. 4/5 e imposta á firma Luis Fernandes da Costa a multa de 1:000\$0, máximo do art. 72, combinado com os arts. 57 § 3.º — b —, 206 e 222 do Decreto-lei n. 739, de 24-9-1938.

N. 4.989-40 c/Cia. de Produtos Farmacêuticos S. A. — Julgado procedente o auto de fls. 3 e imposta á firma Cia. de Produtos Farmacêuticos S. A. a multa de 1:000\$0, máximo do art. 68, combinado com o art. 222, do Decreto-lei n. 739 de 24-9-1938.

N. 4.972-40 c/J. Ferrenho & Cajueiro. — Julgado procedente o auto de fls. 5/6 e imposta á firma J. Ferrenho & Cajueiro, a multa de 1:000\$0, máximo do art. 88, combinado com o art. 222 do Decreto-lei n. 739 de 24-9-1938.

N. 4.961-40 c/Eladio Gonzalez Lameira. — Julgado procedente o auto de fls. 4/5 e imposta á firma Eladio Gonzalez Lameira, a multa de 1:000\$0, máximo do art. 111 § 1.º — b —, 2.ª parte, combinado com o art. 222 do Decreto-lei n. 739 de 24-9-1938.

Nicam intimadas as firmas acima referidas para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Notificações:

N. 539-940 — Cristovão Fernandes & Cia., rua Visconde da Gavea, 125. — A ação fiscal se acha plenamente provada e a infração confessada pelos atuados cujas alegações não podem ser acolhidas por falta de apoio legal. Mantenho, pois, o despacho de fls. pelos seus fundamentos. Intimem-se para o recolhimento no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

Responda-se á Comissão de Defesa da Economia Nacional que o assunto tratado no officio n. S. A. 565.50, de 25 de abril do corrente ano, escapa á competência desta Recobedoria, de vêz que as exigências do regulamento do imposto de consumo para os produtos tributados são atendidas pelos respectivos fabricantes.

Dia 11 de dezembro de 1940

Requerimentos:

N. 65.712-40 — Eduardo da Rocha Costa. — De acordo com a informação, o laudo e o parecer, altere-se a classificação a partir de outubro do corrente ano, para "acongue e flores naturais" e adote-se o valor locativo de 5:400\$0 a partir de 1941.

N. 55.644-40 — N. Guimarães & Comp. — Faça-se a dívida anotação, nos livros respectivos.

N. 47.197-40 — Luiz Pinto Machado. — De acordo com a informação, o laudo e o parecer, reduza-se o valor locativo para réis 1:200\$0 a partir de 1941.

N. 39.242-940 — Matos & Martins Ltda. — Indeferido, por se tratar de firma incursa nas sanções do Decreto-lei n. 5, de 13 de novembro de 1937. Desanexado o auto junto, para que prossiga em seus tramites volte este á 3.ª Subdiretoria para o necessário procedimento fiscal.

N. 27.071-40 — Manuel Júlio de Moraes. — Tratando-se de uma sociedade comercial com o capital realizado de 20:000\$0 conforme o contrato junto, de 4 de julho de 1939, e não constando do distrato em apreço a existência de qualquer prejuízo que justifique o seu valor apenas de 9:000\$0 redondos, intime-se a firma, ou seu sucessor, ao pagamento do selo sobre a diferença de 11:000\$0.

N. 76.273-940 — Teixeira Barbosa & Comp. Ltda. — Cobre-se a revalidação três vezes o valor do imposto do art. 63, § 2.º do regulamento aprovado pelo Decreto 1.137, de 1936.

N. 75.078-940 — C. A. Matos Pimenta. — Cobre-se a revalidação de acordo com a informação e parecer.

N. 70.685-940 — Alcides B. Cotia. — Idem.

N. 74.523-940 — Avelar & Comp. Ltda. — Cobre-se a revalidação de acordo com a informação e parecer.

N. 41.738-940 — Sílvia de Almeida Matias. — Indeferido, por falta de fundamento legal e prossiga-se.

N. 49.002-940 — U. A. do Brasil Inc. — Cobre-se a diferença de selo e anote-se a baixa.

N. 62.723-940 — Warner Bros First National South Films. — Dê-se a baixa na inscrição do contrato de acordo com o parecer.

N. 39.781-940 — S. A. Frigorífico Anglo. — Anote-se a baixa.

N. 35.333-940 — Antônio Cotrim de Sousa. — Idem.

N. 60.634-940 — Cipriano da Silva Cabral. — Idem.

N. 55.086-940 — Emílio Pedutti. — Idem.

N. 35.084-940 — Emílio Pedutti. — Idem.

N. 51.537-940 — Antônio Vaz Teixeira. — Idem.

N. 51.536-940 — Silva Martinho & Comp. Ltda. — Idem.

N. 51.535-940 — D. Vassalo Caruso. — Idem.

N. 49.684-940 — Irmãos Faigetano. — Idem.

N. 49.683-940 — Empresa Luna Ltda. — Idem.

N. 49.682-940 — Antônio Vaz Teixeira. — Idem.

N. 49.681-940 — Circuito Cinematográfico Catarinense. — Idem.

N. 49.680-940 — Armindo Spers. — Idem.

N. 41.900-940 — Olímpio A. Gusmatti. — Idem.

Auto n. 7.088, de 1940 contra José Francisco Simões — A infração está perfeitamente caracterizada com a apreensão da caderneta de venda onde foram passados 24 recibos sem selo e a própria confissão em defesa apresentada pelo autuado.

Julgado, pois, procedente o auto e imposta a José Francisco Simões — a revalidação do artigo 62 — "C" e "E", do regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Auto 6.884-40 c/M. Marques & Gonçalves — Julgado procedente o auto de fls. e imposta à firma M. Marques & Gonçalves, a multa de 2:871\$450, além da obrigação de pagar o imposto devido de 957\$150, ex-vi dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Ficam intimadas as firmas acima referidas para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso, dentro de 20 dias, cumpridas as exigências do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938.

Notificações:

N. 3.698-40 — H. Sampaio & Cia., rua Evaristo da Veiga, 30. — A ação fiscal está plenamente provada e a infração claramente apurada, pelo que mantenho o despacho de 14-11-40. — Intime-se para pagamento no prazo de 30 dias, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, dentro de 20 dias, e mediante depósito das importâncias exigidas.

N. 3.798-40 — Direne Irmão & Cia., rua Dias da Cruz, 664. — Multa de 640\$0 mais a quantia de 640\$0 relativa a emolumentos de registro — Prazo de 15 dias; intime-se.

N. 3.012-40 — Machinas de Escritório Ltd., rua General Câmara, 65. — Tendo em vista a notificação de fls. 2 lavrada pelos agentes fiscais, Heitor M. Espinola e Isnart de Costa Neves, bem assim o parecer da 3ª subdiretoria, imponho a Machinas de Escritório Ltd., estabelecida à rua General Câmara, 65 nesta capital, com negócio de máquinas, etc., a multa de 500\$0 por infração dos arts. 8 e 14 a, b e c, do regulamento aprovado pelo Decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, devendo a autuada recolher também a importância de 500\$0 de diferença de emolumentos de registro para 1939 e 1940.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 10 de dezembro de 1940

Requerimentos:

N. 59.380-40 — Joaquim Pais de Miranda. — Transfira-se. Imponho a multa de cinquenta mil réis (50\$0) mínimo da lei, o a de 30 % sobre os emolumentos de registro pagos, ex-vi do disposto no art. 219 § 2º do Decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.

N. 31.641-40 — José Vasques de Freitas. — Inscreva-se, averbando-se, em seguida, a mudança em nome de José Vasques de Freitas, a quem imponho a multa de cem mil réis (100\$0) mínimo da lei.

Notificações:

N. 4.025-40 — Moacir Soares — Rua Licínio Cardoso n. 179. — Multa de 160\$ mais a quantia de 160\$ relativa a emolumentos de registro. Prazo de 15 dias. — Intime-se.

N. 4.026-40 — Manuel de Oliveira Leitão — Rua Ramiro Magalhães n. 155. — Multa de 300\$0 mais a quantia de 300\$0 relativa a emolumentos de registro. Prazo de 15 dias. — Intime-se.

N. 2.884-40 — Luiz Costa e Silva — Rua Urbano Duarte n. 32. — A ação fiscal se acha plenamente provada e a infração confessada pelo autuado cujas elações não podem ser acolhidas por falta de apoio legal. — Intime-se para o recolhimento dentro do prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 3.052-40 — Sílvia Maglioli — Rua Conde de Bomfim n. 279. — Tendo em vista a notificação feita pelo agente fiscal do imposto de consumo Edmundo Levy e o parecer da 3ª subdiretoria, imponho a Sílvia Maglioli, estabelecida à rua Conde de Bomfim n. 279 desta cidade do Rio de Janeiro, com o comércio de varejista descrito a fls. 2, a multa de 150\$0 por infração dos arts. 8 e 14 letra C, do regulamento expedido pelo Decreto n. 739, de 24 de setembro de 1938 a qual deverá recolher aos cofres desta repartição juntamente com a importância de 60\$0 relativa à diferença dos emolumentos do exercício de 1940 devidos, pelo registro de seu estabelecimento. Fica avisado que não será aceita qualquer reclamação que exceda o prazo de 15 dias.

N. 1.625-40 — Laboratório Carioca de Dante Angeli — Avenida Rio Branco n. 103. — A ação fiscal se acha plenamente provada e a infração confessada pelo autuado cujas alegações não podem ser acolhidas por falta de amparo legal. Mantenho, pois, o despacho de fls. 3 pelos seus fundamentos. — Intime-se para o recolhimento dentro do prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 3.009-40 — J. V. Macedo & Cia. — Rua Bráulio Cordeiro n. 238. — Idem.

N. 2.596-40 — Nova's & Bennett Ltd. — Avenida Rio Branco n. 109. — Idem.

N. 3.237-40 — Alexandre Fodor — Rua Bolívar n. 35-A. — Tendo em vista a notificação n. 316, de 1940, anexa e de acordo com o parecer supra julgo insubsistente a notificação de fls. 2. — Anote-se, dê-se baixa e archive-se.

N. 2.688-39 — João Francisco Pinto da Rocha — Avenida Paulo de Frontin n. 297. — Intime-se o autuado a se defender da infração capitulada no art. 28 do Decreto n. 739, de 24 de setembro de 1938.

N. 4.040-40 — Zaki Nicolau Risik — Rua Alvaro de Miranda n. 7. — Multa de 150\$0 mais a quantia de 20\$0 relativa a emolumentos de registro. Prazo 15 dias. — Intime-se.

N. 3.889-40 — P. Pereira da Silva & Cia. Ltd. — Rua Siquieras Cordeiro n. 268. — Multa de 150\$0 mais a quantia de 100\$0 relativa a emolumentos de registro. Prazo de 15 dias. — Intime-se.

N. 3.546-40 — José Cayal — Rua General Câmara n. 244. — A ação fiscal está plenamente provada e a infração confessada pelo autuado. O pedido de fls. 4, para pagar a diferença de emolumento, em face da informação o parecer não tem amparo legal, pelo que mantenho o despacho de 1 de outubro de 1940. — Intime-se para o recolhimento no prazo de 30 dias, salvo recurso ao Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

Em 11 de dezembro de 1940

Requerimentos:

N. 63.972-40 — Frigorífico Wilson do Brasil. — Certifique-se o que constar.

N. 75.617-40 — Boldomeco Gonçalves. — Averbe-se, imponho a multa de cento e vinte cinco mil réis (125\$0), medio da lei.

N. 75.612-40 — Diniz & Sá, idem.

N. 75.615-40 — Eduardo João Teixeira Bastos, idem.

N. 75.614-40 — Antonio Paes, idem.

N. 75.616-40 — Antonio Rua Chinteiros, idem.

N. 75.613-40 — João Batista, idem.

N. 75.612-40 — José Carvalho, idem.

Certidões:

N. 66.713-40 — Mendel Abramovitch Griner. — Certifique-se o que constar.

N. 66.145-40 — Alfredo Augusto de Freitas, idem.

N. 73.077-40 — Domingos da Cunha, idem.

N. 76.180-40 — Raul Ferreira de Carvalho, idem.

N. 75.961-40 — Octavio Calentim do Nascimento. — Prove a qualidade em que requer.

N. 75.960-40 — Octavio Valentim do Nascimento, idem.

N. 75.959-40 — Octavio Valentim do Nascimento, idem.

Primeiro Conselho de Contribuintes

Pauta para a sessão ordinária a realizar-se no dia 13 de dezembro, às 14 horas.

RECURSOS

(SESSÃO PÚBLICA)

N. 882-R — Auto Viação Jabaquara S. A. — Imposto do Selo — Reconsideração do acordo n. 10.046 — Recurso n. 9.580 — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 889-R — Banco Nacional Ultramarino — Imposto do Selo — Reconsideração do acordo n. 10.042 — Recurso n. 9.514 — Delegacia Fiscal na Baía — Relator, o Sr. Aprígio Braga.

N. 9.428 — Henrique Lage — Imposto do Selo — Delegacia Fiscal no Estado do Rio — Relator, o Sr. Aprígio Braga.

N. 10.387 — Banco Italo-Brasileiro — Imposto do Selo (Consulta) — Recebedoria Federal em São Paulo — Ex officio — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.398 — Wildberger & Cia. — Oper. banc. — Delegacia Fiscal na Baía — Ex officio — Relator, o Sr. Carlos Zenha.

N. 10.399 — Correia Ribeiro & Cia. — Oper. banc. — Delegacia Fiscal na Baía — Ex officio — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.417 — Dolder, Keller & Cia. (Consulta) — Imposto do Selo — Recebedoria Federal em São Paulo — Ex officio — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.438 — Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. — Imposto do Selo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina — Ex officio — Relator, o Sr. José Luiz Batista.

N. 10.441 — Banco de Garanhuns, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. — Oper. banc. — Delegacia Fiscal em Pernambuco — Ex officio — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.460 — Moukhaiber Zhouri — Imposto do Selo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator, o Sr. Aprígio Braga.

N. 10.501 — Simão Racy & Cia. — Imposto do Selo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

(Sessão secreta)

N. 10.483 — Banco Rural de Picuí — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda na Paraíba — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.489 — Aquiles Miraglia — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda em Minas Gerais — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.514 — Amélia Oriente Guimarães — Imposto de Renda — Diretoria do Imposto de Renda — *Ex officio* — Relator, o Sr. Aprígio Braga.

N. 10.515 — Nagip Dair — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda do Estado do Rio — Relator, o Sr. Fabres da Rocha.

N. 10.554 — Leopoldo Felipe Renner — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. José Luiz Batista.

N. 10.535 — Frederico Engel — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Jaime Périeles.

N. 10.536 — Artur Trein — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Carlos Zenha.

N. 10.544 — Kurt Renner — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Aprígio Braga.

N. 10.545 — Catarina Mentz — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Fabres da Rocha.

N. 10.546 — Frederico Trein — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. José Luiz Batista.

N. 10.547 — Egon Renner — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Jaime Périeles.

N. 10.548 — Heini Renner — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Carlos Zenha.

N. 10.548 — Heini Renner — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Garcia de Sousa.

N. 10.550 — Antônio Jacob Renner — Imposto de Renda — Delegacia do Imposto de Renda no Rio Grande do Sul — Relator, o Sr. Aprígio Braga.

Primeiro Conselho de Contribuintes, em 10 de dezembro de 1940. — Antonio Pereira da Costa, secretário.

Segundo Conselho de Contribuintes

Pauta para a sessão ordinária a realizar-se em 13 de dezembro de 1940 (sexta-feira), às 14 horas.

RECURSOS

Relator senhor Onaldo Machado:

N. 8.332 — Amélio Barbosa — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 9.993 — "Enia" Estabelecimento Nacional de Indústria de Anilinas — Imposto de consumo — Alfândega de Santos.

N. 9.997 — Alberto Rossi & Irmãos — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 10.078 — Felipe Leopoldo Beck — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul.

Relator senhor Francisco Brandão Cavalcanti:

N. 229-R — Cacique S.A. — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do acórdão n. 4.401 — Recebedoria Federal em São Paulo.

N. 8.875 — Raimundo Nonato Neves — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Mato Grosso, *ex officio*.

N. 8.966 — João Pinheiro do Amaral — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Alagoas.

N. 9.032 — Taufik Agel — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em S. Paulo.

N. 9.287 — Salviano Pessoa — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em S. Paulo.

N. 9.327 — Albertino Maia — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 11.285 — Frigorífico Wilson do Brasil — Imposto de consumo — Recebedoria Federal em S. Paulo.

Relator senhor Cornélio Marcondes da Luz:

N. 10.059-40 — S.A. Brasileira Estabelecimentos Mestre & Blatgé — Imposto de consumo — Alfândega do Rio de Janeiro.

N. 10.011 — Pedro Adams Filho & Cia. — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina.

N. 10.013 — João Fernandes Santiago — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

Relator senhor Tobias Rios Filho:

N. 10.075 — Júlio Boehler — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina.

N. 10.076 — Messias de Almeida Mota — Imposto de consumo — Delegacia Fiscal na Baía.

Secretaria do Segundo Conselho de Contribuintes, 10 de dezembro de 1940. — Frederico Diniz Martins, secretário.

Ministério da Marinha

Diretoria do Pessoal

DIVISÃO DO PESSOAL CIVIL

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Portarias de 10 de dezembro de 1940

O ministro de Estado resolve:

Dispensar, a pedido, Hermete Martins da Veiga, das funções de marinheiro, referência III, extranumerário-mensalista, na Capitania dos Portos de Minas Gerais em Pirapora.

Designar, de acordo com a autorização expressa do Exmo. Sr. presidente da República, dada na exposição de motivos de 19 de setembro de 1940 e em conformidade com o artigo 41 do Decreto-lei n. 1.713, de 28/10/1939, para se especializarem na fabricação de armamentos, junto à Comissão de Armamento, com sede na cidade de Warren, Estado da Pensilvânia nos Estados Unidos da América do Norte, os seguintes funcionários deste Ministério, do quadro suplementar:

Alvaro Borges dos Santos — Operário de Armamento classe F;
Leonel Rodrigues — Operário de Armamento, classe F;
Mário Pena — Operário de Armamento, classe E.

Tribunal Marítimo Administrativo

691.^a SESSÃO ORDINÁRIA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1940

Presentes, à hora regimental, os senhores juizes vice-almirante Dario Pais Leme de Castro, presidente, Drs. Carlos L. B. de Miranda e João Stoll Gonçalves, capitães de mar e guerra Américo de Araújo Pimentel e Raul Romão A. Braga e cap. de L. C. Francisco José da Rocha, procurador junto ao T.M.R.: Dr. Carlos Américo Brasil; secretário, oficial administrativo J. Gilberto de Alencar Saboya.

Ata: Declarada aberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior e despachado pelo senhor presidente o expediente em mesa. Processo n. 462 — Relator, o Sr. juiz Carlos de Miranda. Com representação da Procuradoria contra o arrais Raul Bastos de Almeida e no responsável por vários acidentes ocorridos com barcas da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, quando mestradas pelo referido arrais. Lida e apreciada a representação, tendo o Dr. procurador feito a sua sustentação oral, decidiu o Tribunal, por unanimidade de votos: Indeferir a representação, podendo a Procuradoria promover, pelos meios regulares, abertura de inquerito e correspondente instauração de processo, julgando-se o T.M.A. incompetente para cassar carta de quem quer que seja, podendo, no máximo, declarar a inaptidão para o exercício da profissão náutica, salvo nos casos do art. 60 do seu regulamento; o Tribunal poderá responder, como aliás sempre tem feito, às consultas formuladas pelas autoridades competentes sobre quaisquer das controversias suscitadas no presente processo. As 13 horas e 10 minutos, o Sr. almirante presidente transferiu a matéria restante na pauta e levantou os trabalhos. — Gilberto de Alencar Saboya, oficial administrativo, secretário do T.M.A.

692.^a SESSÃO ORDINÁRIA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Presentes, à hora regimental, os senhores juizes vice-almirante Dario Pais Leme de Castro, presidente, capitães de mar e guerra Américo de Araújo Pimentel e Raul Romão A. Braga, Drs. Carlos L. B. de Miranda e João Stoll Gonçalves e capitão de L. C. Francisco José da Rocha. Procurador junto ao T.M.A.: Dr. Carlos Américo Brasil; secretário, oficial administrativo J. Gilberto de Alencar Saboya.

Ata: Declarada aberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada a ata da sessão anterior e despachado pelo senhor presidente o expediente em mesa. Processo n. 440 — Relator, o Sr. juiz Carlos de Miranda. Referente ao naufrágio do iate "Itajai" no Banco do Estreito, Estado do Rio Grande do Sul, em 11-3-1940. Para julgamento — Decisão por maioria: a) quanto à natureza e extensão do acidente: encalhe e consequente naufrágio da embarcação com perda de parte do carregamento e apetrechos de bordo, conforme se acha descrito e avaliado nos autos; b) quanto à causa determinante: erro de navegação; c) julgar o representado mestre de pequena cabotagem Manuel Firmino de Almeida, incurso na letra "c" do art. 61, combinada com a letra "d" do art. 56, tudo do regulamento do T.M.A., para impôr-lhe a pena de advertência pública. Custas na forma da lei.

Processo n. 436 — Relator, o Sr. juiz Francisco Rocha. Com representação da Procuradoria contra o piloto fluvial Francisco de Sousa Sobrinho, como responsável pela abalroação do navio "Santa Maria", com a canoa "Cidade de Abacé", em 9-12-1939, no rio Maratáfra. Recebida a representação para que se prossiga na forma da lei.

As 16 horas, foram levantados os trabalhos e convocada sessão extraordinária para o dia 12 do corrente. — Gilberto de Alencar Saboya, oficial administrativo, secretário do T.M.A.

REGISTO DE PROPRIEDADE MARÍTIMA

PROCESSO N. 999

Requerente: Kassar & Cia. Ltda., domiciliada em Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Embarcação: chata "Esperança", registro n. 600/T. M. A. Kassar & Cia. Ltda., firma brasileira constituída em 12 de fevereiro de 1940 na cidade de Corumbá e composta dos sócios Salim Kassar, sírio, e Petronilho de Oliveira, brasileiro nato, cujo contrato foi devidamente arquivado, sob n. 1.843, em 14 do mesmo mês e ano, e o seu aditamento de 29 de setembro de 1940 também arquivado sob n. 1.891, ambos na Sub-Inspetoria Comercial na aludida cidade, requerem (fls. 6) a esta Presidência o registro e a nacionalização da propriedade da chata "Esperança", classificada na navegação interior e adquirida por instrumento particular (fls. 7) de 28 de março de 1940, passado por Júlio Quintino Batista. Instruíram o pedido com o instrumento da compra e a "provisão" do registro da propriedade anterior, o que tudo foi remetido a esta Presidência com o primeiro despacho n. 240, de 19 de abril de 1940, da Capitania dos Portos de Mato Grosso. O pedido não trouxe firma reconhecida por notário público; o instrumento anexo ao pedido estava sujeito à revalidação do selo legal por deficiência do que lhe foi aplicado e não foi declarado a navegação em que estava classificada a embarcação. Por isso voltaram os papéis, em 30 do mesmo mês, à Capitania, que fez suprir as omissões apontadas e informou que a embarcação pertence à navegação interior, tudo restituindo em 11 de maio seguinte. Verificado, pois, que a propriedade dessa embarcação estava sujeita à nacionalização, foi ordenado que se cumprisse a circular n. 17/1939, da D. M. M., referente ao assunto. Em consequência, o processo foi instruído com os seguintes elementos: a) certidão de arquivamento do contrato social da firma requerente e do aditamento a esse contrato; b) certidão do registro civil de nascimento do sócio Petronilho de Oliveira. Feito o processo com vista ao Dr. procurador, este, a fls. 23, opinou pelo indeferimento do pedido, em face do que dispõe o Decreto-lei n. 2.764, de 20 de novembro de 1940.

O que tudo bem visto e bem examinado:

Considerando que a navegação interior é equiparada à de "cabotagem", nos termos do § 2.º do art. 180 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.798, de 11 de julho de 1940;

Considerando que a cabotagem, pelo Decreto-lei n. 2.764 citado, só poderá ser explorada por brasileiro nato, ou por sociedade brasileira em que, além da metade do respectivo capital seja de brasileiro nato, ainda tenha exclusiva direção de brasileiro nato;

Considerando que a firma Kassar & Cia. Ltda., apesar de ser uma sociedade brasileira, é constituída pelos sócios Salim Kassar, sírio, com o capital de 95:000\$00, e Petronilho de Oliveira, brasileiro nato, com o capital de 5:000\$00;

Considerando que essa sociedade, além de não satisfazer a condição legal de 51 % do seu capital pertencer a brasileiro nato, ainda é gerida pelo sócio estrangeiro, estando, portanto, duplamente impedida de ser proprietária de embarcação cuja propriedade está sujeita à nacionalização;

Considerando, ainda, que, nos termos da lei, essa sociedade para exercer a navegação já agora necessita da necessária autorização, na forma do aludido Decreto-lei n. 2.764:

Indefero o pedido de fls. 6. Determino à Capitania dos Portos de Mato Grosso a imediata cassação da licença de tráfego da chata "Esperança" até que a situação de sua propriedade se conforme às disposições legais que regem o assunto. Determino, ainda, que se proceda da mesma forma com qualquer outra embarcação porventura pertencente à firma Kassar & Cia. Ltda. e que esteja praticando navegação interior.

Oficie-se à aludida Capitania determinando a imediata expedição de edital para que a propriedade das embarcações empregadas na navegação interior dentro da respectiva jurisdição se enquadrem, no prazo de 120 dias, às prescrições legais, sob pena de apreensão.

Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1940. — *Dario Paes Leme de Castro*, vice-almirante, presidente.

PAUTA DE JULGAMENTO

Achase em pauta, para julgamento no próximo dia 13 do corrente mês, às 14 horas, o seguinte processo:

N. 409 — Referente ao abaloamento havido entre os navios "Argentina" e "Cidade de Corumbá", ocorrido em Porto Esperança, Estado de Mato Grosso, em 13 de novembro de 1939. Relator, capitão de mar e guerra Raul Romeu Antunes Braga. Autora, a Procuradoria junto ao T. M. A. Acusados: o chefe de máquinas Ernesto Otacilio Gomes e maquinista Alexandre da Cruz Miralles. É advogado do primeiro, representado no Estado de Mato Grosso, o Dr. Luiz de Albuquerque Lopes, não tendo nenhum dos dois representados constituído advogado nesta Capital.

Secretaria do Tribunal Marítimo Administrativo, em 6 de dezembro de 1940. — A. A. Saboya, oficial administrativo da classe J, servindo de secretário.

Ministério da Guerra

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Dia 9 de dezembro de 1940

Avisos:

N. 4.467 — Des. of. 5 — O capitão Milton Pereira de Azevedo passa à disposição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para servir, como instrutor, na Polícia do Distrito Federal.

N. 4.466 — Dir. Fun. 688 — Ao Sr. diretor de Fundos do Exército. — Autoriza o pagamento ao diretor da Escola Preparatória de Cadetes da gratificação mensal de 350\$00 (trezentos e cinquenta mil réis), nos meses de janeiro a dezembro deste ano, correndo a despesa à conta da Verba 1 — Pessoal — Consignação IV — Gratificações — b) Pessoal Militar, S/c n. 13, do atual orçamento do Ministério da Guerra.

Dia 11 de dezembro de 1940

Despachos:

Foi designado o capitão do O. T. Osvaldo Pinto da Veiga, da Fábrica de Material de Transmissão, para exercer as funções de instrutor de Eletricidade e Noções de Rádio da Escola de Aeronáutica do Exército, sem prejuízo de suas funções naquela fábrica.

Foi designado o 2º tenente convocado José Francisco Torres, da 1ª Circunscrição de Recrutamento, para auxiliar do Serviço de Bases e Rotas Aereas.

Dia 27 de novembro de 1940

(Em aditamento)

Memorandos:

N. 1.058 — Ao chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra — Comunica que o Sr. ministro transferiu da 9ª para a 2ª Região Militar a incorporação dos sorteados abaixo, da classe de 1919.

Pascoal Fratantônio, filho de Silvério Fratantônio, do município de Itirapina; Aurélio Corvini, filho de André Corvini, do município de Valinhos e Benedito Gaeta, filho de José Gaeta.

N. 1.059 — Ao chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra — Comunica que o Sr. ministro transferiu do Batalhão Escola para o Forte de Copacabana, a incorporação do sorteado Milton, filho de Vicente Vick Júnior, da classe de 1918.

Dia 9 de dezembro de 1940

N. 1.110 — Ao chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra — Comunica que o Sr. ministro transferiu do Batalhão Escola para o Forte de Copacabana, a incorporação do sorteado Francisco Rimonato, da classe de 1918, município de São Paulo.

Dia 9 de dezembro de 1940

Notas:

N. 615 — Ao Sr. comandante da 9ª Região Militar — Para preenchimento dos claros atualmente existentes no 4º Batalhão Rodoviário, inclusive na sua 4ª companhia, devem ser transferidos para essas unidades os voluntários que já tenham completado um ano de serviço e excedam de 50 % do efetivo em soldados de primeira praça, dos demais corpos dessa região.

Requerimentos:

Eunorico Rodrigues de Mesquita, 2º sargento identificador, pedindo reconsideração de despacho de requerimento anterior em que solitaria reengajamento. — Torno sem efeito o meu despacho anterior.

Henrique Rino Salvado, 1º sargento da Inspetoria de Tiro da 4ª Região Militar, pedindo pagamento de gratificação. — Deferido, nos termos do item IV da informação n. 6.316 da S. G. M. G. — Item a que se refere o despacho acima. Isto posto, julgo que poderá ser atendido no que pretende, mas somente quanto ao período de quatro meses de licença que tenham sido concedidos após 20 de maio do corrente ano, data em que entrou em vigor o referido Código (inf. de fls. 9), motivo por que submeto o assunto à alta consideração de V. Ex., tendo em vista o aviso n. 2.290, de 25-6-940.

Luiz Felipe Maigre de Oliveira Ferreira da Gama, pai do menor Luiz Gonzaga Prado Ferreira da Gama, pedindo inscrição do referido menor no próximo concurso de admissão ao Colégio Militar, independente do limite de idade. — Deferido.

Otávio Tibúrcio Ferreira, 1º tenente médico, pedindo passagem para sua esposa, duas filhas menores e um empregada, para posterior indenização. — Indeferido. O direito à passagem surge com a transferência e esta poderá ter outro destino que não seja o Rio.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Comissão de Eficiência

Processos despachados de 4 a 10 de outubro de 1940:

Proposta de admissão de médicos para a tabela de mensalistas da E. F. Goiaz. — Ao Sr. Ministro com parecer favorável.

Proposta de melhoria de salário de Aurora Bezerra de Almeida. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de melhoria de salário de Antônio Caminha e Maria Vanda Cidrim. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de admissão de Maria Nazaré Teixeira. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de admissão de João Batista Caldas. — Ao Sr. Ministro. Comunicação do D-C T., relativa ao estágio probatório de cinco telegrafistas F. — Ao Sr. Ministro com parecer favorável.

Alteração de contratos de quatro técnicos da IFOCS. — Ao Sr. Ministro, com parecer favorável.

Proposta de melhorias de salários e admissões da D. R. Amazonas e Acre. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de melhoria de salário de 76 mensalistas para o D. N. P. N. — Ao Sr. Ministro.

Maria Landi de Castro, requerendo sua readmissão. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de admissão de Antônio Paulo de Souza. — Ao Sr. Ministro.

Antônio Almeida Filho, pleiteando sua volta ao serviço. — Ao Sr. Ministro, com parecer favorável.

Proposta de admissão de Aurélia Pereira de Araujo. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de melhoria de salário e admissões na D. R. de Diamantina. — Ao Sr. Ministro.

Proposta de admissão de Edson Martins dos Santos. — Ao Sr. Ministro.

Comunicação do S. R. P.-2, relativa ao estágio probatório de seis escrivães E. — Ao Sr. Ministro.

Luiz Alberto Weiss, pedindo melhor colocação entre seus colegas para promoção à classe K. — Alterado os itens c e g do boletim referente ao 3º quadrimestre de 1939, majorando os pontos respectivos.

Fábio Barreto Serrão, reclamando ter perdido sua colocação por antiguidade em virtude de não ter sido encaminhada sua petição entregue ao D. A. S. P. — Ao Sr. Ministro.

Diretoria de Contabilidade

PORTARIA N. 593 DE 3 DE DEZEMBRO DE 1940

O Ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. e tendo em vista o parecer da Inspeção Federal das Estradas, em ofício n. 891/S, de 25 de outubro próximo findo.

Resolve aprovar, *ex vi* do parágrafo 2.º da cláusula XXV do contrato aprovado pelo Decreto-lei n. 2.351, de 28 de junho deste ano, o desenho do perfil transversal, que com esta baixa, rubricado pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, referente ao tipo de lastro, corte e aterro, a ser adotado na construção do prolongamento da linha Vitória a Ilabira.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

(C. 10.918 — 11-12-40 — 23\$5)

ATOS DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

Dia 10 de dezembro de 1940

Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A., concessionária de E. F. Vitória a Minas, solicitando prorrogação, por mais um ano, do prazo da vigência das tarifas de que trata a portaria n. 310, de 4-7-38, com exceção das especiais para madeiras em tór, conforme estabeleceu a portaria n. 429, de 31-8-39 — Deferido. (39.271-40).

Serviço do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. RPESIDENTE DA REPÚBLICA

DESPACHOS

Exposição de motivos n. 1.188 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Urbano de Queiroz Filho, escrivão, classe "C", do Quadro IV (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), em requerimento dirigido a este Ministério, solicitou transferência para igual classe da carreira de "Escrivão" (Serviço Regional), do Quadro II (Estrada de Ferro Central do Brasil), ambos do mesmo Ministério.

A solicitação encontra apoio no artigo 64, item I, combinado com o artigo 63, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Nada havendo a opor ao pedido em apreço, tenho a honra de, ao submetê-lo à deliberação de Vossa Excelência, opinar no sentido de ser autorizada a transferência requerida.

Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

Despacho: — Autorizado. Em 7-12-40. — G. VARGAS.

ATOS DO SR. MINISTRO

Portaria n. 610 e 11 de dezembro de 1940.

O Ministro de Estado tendo em vista o que consta do processo n. 40.749, de 1940, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas.

Resolve, de acordo com o artigo 263, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, prorrogar, por mais sessenta (60) dias, a partir de 30 de outubro do corrente ano, a suspensão preventiva imposta ao oficial administrativo, classe "H", da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Minas Gerais — Marciano Alves dos Anjos.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

Dia 9 de dezembro de 1940

Requerimentos despachados

Hermógenes Montenegro de Oliveira, chefe dos Serviços Econômicos da DRCT da Baía, por seu advogado, apresentando considerações em aditamento às razões de defesa deferente ao desvio de dinheiro

praticado pelo telegrafista João Pereira Navarro de Andrade — O requerimento não pode ser tomado em consideração, em face do que dispõe o art. 221, n. I, letra b, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939". (39.400-40).

Dia 10 de dezembro de 1940

Alfredo Fernandes Torres, solicitando nomeação para carteiro da DRCT de Minas Gerais — O pedido ficou prejudicado com a expedição do Decreto-lei n. 2.678, de 7 de outubro de 1940." (39.727-40)

Antônio da Silva Penchel, escrivão, classe "G", da EFNB, solicitando contagem de tempo. — Indeferido, em face do que dispõem os arts. 2.º e 3.º do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, e 57 do Decreto-lei n. 2.291, de 8 de julho de 1940, modificado pelo de n. 2.480, de 13 de agosto do mesmo ano". (32.717-40).

ATOS DO SR. DIRETOR

Dia 10 de dezembro de 1940

Requerimentos despachados

Maria da Glória Wately de Assunção, postalista, classe "H", do D.C.T., solicitando orientação para requerer aposentadoria — O requerimento não pode ser tomado em consideração, à vista do que dispõe o artigo 221, item I — letra b, do Estatuto. Arquite-se. (40.770-40).

DISPENSA DE EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTAS

Nome	Função	Repartição	Data	Processo
Emanuel de Lima Campos	(por abandono)			
VIII, D. N. de Estradas de Rodagem		28/11/40	38.929/40.	
José Miguel Jocundo Lopes	(a bem do serviço)	servente V, D. R. do Distrito Federal	5/11/40	37.291/40.
Celso Ferreira dos Santos	(a pedido)	auxiliar de artífice III, E. F. Noroeste do Brasil	29/11/40	40.229/40.
Hemetério de Sousa	(a pedido)	maquinista auxiliar VI, E. F. Noroeste do Brasil	29/11/40	40.229/40.
Mariz Rodrigues de Oliveira	(a pedido)	auxiliar de artífice VI, E. F. Noroeste do Brasil	29/11/40	40.229/40.
e Taurino Ramires Kock	(a pedido)	artífice VIII, E. F. Noroeste do Brasil	29/11/40	40.229/40.
João Marques Povia	(por abandono)	trabalhador IV, E. F. de Goiás	28/11/40	39.260/40.
Serviço do Pessoal		Secção Administrativa	em 11 de dezembro de 1940.	

FALECIMENTO DE EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTAS

Nome	Função	Repartição	Data	Processo
Adalberto Villaboim	artífice VIII, D. N. de Portos e Navegação		23/11/40	41.313/40.
Antônio Horácio Francisco	trabalhador VI, D. N. de Portos e Navegação		29/10/40	41.313/40.
Hortêncio Francisco de Abreu	armazenista XII, D. N. de Portos e Navegação		20/11/40	41.313/40.
Otacílio Freitas da Silva	guarda V, D. R. da Baía		16/9/40	41.313/40.
Hiuton Sousa do Ó	mensageiro III, D. R. do Distrito Federal		17/10/40	41.313/40.
Felipe Batista Cordeiro	agente auxiliar I, D. R. de Goiás		26/10/40	41.313/40.
Antônio Ferreira da Silva	guarda VI, D. R. do Rio de Janeiro		10/11/40	41.313/40.
Moisés Ferreira Castelo Branco	armazenista XVI, E. F. de Obras contra as Secas		26/11/40	41.313/40.
Pedro Lopes da Silva	auxiliar do tráfego VIII, D. R. do Rio Grande do Sul		1/11/40	41.313/40.
José Barbosa de Sousa	servente III, V. F. F. Leste Brasileiro		17/11/40	41.313/40.
Otávio Silva	guarda III, V. F. F. Leste Brasileiro		12/11/40	41.313/40.
Serviço do Pessoal		Secção Administrativa	em 11 de dezembro de 1940.	

PROTOCOLO GERAL

Odilon Francisco dos Santos, Contínuo, classe "E", desta Secretaria de Estado. — Queira comparecer a este protocolo, para tratar de assunto de seu interesse. (31.952/40).

Retificações

Diário Oficial de 7 de dezembro de 1940.

A página n. 22.780, onde se lê: Portaria n. 61, leia-se: Portaria n. 601.

Na relação nominal dos extranumerários-diaristas da Secretaria de Estado publicada no *Diário Oficial* de 7 do corrente mês, à página 22.780, onde se lê:

10 — Trabalhador — 13\$0

4 — Eugênio Luiz de Araujo
Leia-se:

10 — Trabalhador — 13\$0

4 — Eugênio Luiz de Araujo.

Serviço do Pessoal — Secção Administrativa, 11 de dezembro de 1940.

SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Folha de pagamento de serviços extraordinários prestados em novembro do corrente ano, por funcionário em exercício na Seção de Segurança Nacional deste Ministério.

Nome — Cargo	Dias de serviço antecipados e prorrogados anteriormente	Dias de serviço antecipados e prorrogados em novembro	Horas antecipadas e prorrogadas	Horas pagas de antecipação e prorrogação	Valor da hora	Total	Natureza do serviço
Emílio Marcos, contínuo, classe F..	45	15	45	30	3\$9	117\$0	Serviços ordinários prestados fora das horas normais do expediente.

Importa a presente folha no total de 117\$0 (cento e dezessete mil réis), correndo a despesa à conta do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n. 1.939, de 30 de dezembro de 1939 (parte de pessoal). Seção de Controle, em 9 de dezembro de 1940.

INSPETORIA FEDERAL DAS ESTRADAS

Folha de pagamento de diárias — Inspetoria Federal das Estradas — Ministério da Viação, Obras Públicas — Ano de 1940.

Nomes — Cargos	Vencimento	Local para onde se afastou	Natureza do serviço e Mês do afastamento	Número de diárias	Diária arbitrada	Import. a receber
Joaquim José de Sousa Breves — Engenheiro, cls. M..	2:700\$0	Barra do Trombudo e Harmonia	Inspeção da linha do tráfego a cargo da 7. ^a Fiscalização (Blumenau) — Janeiro.	5	43\$0	215\$9
Joaquim José de Sousa Breves — Idem, idem.	2:700\$0	Itajaí e Barra do Trombudo e Harmonia	Inspeção da linha em construção do estaleiro da Seção Fluvial e da linha em tráfego a cargo da 7. ^a Fiscalização (Blumenau) — Fevereiro.	8	43\$0	344\$0
Joaquim José de Sousa Breves — Idem, idem.	2:700\$0	Rio de Janeiro	Solucionar assuntos referentes aos serviços da 7. ^a Fiscalização — (Blumenau) — Março.	20	43\$0	860\$0
Joaquim José de Sousa Breves — Idem, idem.	2:700\$0	Rio de Janeiro	Solucionar assuntos referentes aos serviços da 7. ^a Fiscalização — (Blumenau) — Abril.	24	43\$0	1:032\$0
Joaquim José de Sousa Breves — Idem, idem.	2:700\$0	Barra do Trombudo e Harmonia	Inspeção da linha do tráfego a cargo da 7. ^a Fiscalização — (Blumenau) — Maio.	5	43\$0	215\$0
Joaquim José de Sousa Breves — Idem, idem.	2:700\$0	Barra do Trombudo e Harmonia	Inspeção da linha do tráfego a cargo da 7. ^a Fiscalização — (Blumenau) — Junho.	3	43\$0	129\$0
Joaquim José de Sousa Breves — Idem, idem.	2:700\$0	Barra do Trombudo e Harmonia e em Itajaí	Inspeção da linha de tráfego e da Seção Fluvial a cargo da 7. ^a Fiscalização — (Blumenau) — Julho.	5	43\$0	215\$0
Total.				—	—	3:010\$0

Observações — 1 — O deslocamento do funcionário constante As diárias foram arbitradas de acordo com o Decreto n. 4.993, e local do afastamento.

2 — A despesa, na importância acima, corre à conta da verba 48, item 03, do orçamento vigente deste Ministério;

3 — Empenho n. 32-P, de 20 de março do corrente ano;

4 — Processo n. 40.119-40.

da presente folha, não constituiu exigência permanente de seu cargo, de 9 de dezembro de 1939, tendo em vista a indenização a ser feita e

1 "Pessoal", consignação V — "Indenizações". subconsignação número

Folha de pagamento de diárias — Inspetoria Federal das Estradas — Ministério da Viação e Obras Públicas.

Nomes — Cargos	Vencimento	Local para onde se afastou	Natureza do serviço e Mês do afastamento	Número de diárias	Diária arbitrada	Import. a receber
Tomaz de Miranda Freire de Carvalho, engenheiro, cl. N.....	3:100\$0	Est. do Rio Grande do Norte...	Inspeção aos serviços de contabilidade das estradas de ferro Petrolina-Teresina e Central do Rio Grande do Norte (portaria 68.5-8-40) — Agosto-940.	23	50\$0	1:150\$0
Joaquim José de Sousa Breves — Engenheiro, cl. M.	2:700\$0	Estado de Santa Catarina.	Serviço de inspeção, em Barra do Trombudo e Harmonia, nas linhas de Tráfego, a cargo da 7. ^a Fiscalização — (Blumenau) — Agosto-940.	4	43\$0	172\$0
Artur Crespo de Oliveira, engenheiro, cl. L.	2:300\$0	Est. do Rio Grande do Sul.	Inspeção às linhas da fronteira a cargo do 7. ^o Distrito (Porto Alegre) — Agosto-940.	7	26\$0	182\$0
Lincoln Perri de Almeida — Engenheiro, cl. L.	2:300\$0	Estado de Minas.	Inspeção aos ramais de Machado a Três Pontas a cargo do 4. ^o Distrito (Belo Horizonte — Agosto de 1940.	4	35\$0	140\$0
Deolindo Ferreira Lima, engenheiro, cl. K.	1:900\$0	Estado de Minas.	Vistorias em material rodante da R. Mineira de Viação, nas oficinas de S. João Del'Rey, Divinópolis e Lavras a cargo do 4. ^o Distrito (Belo Horizonte, — Agosto-940.	3	32\$0	96\$0
Francisco Nelson Chaves, engenheiro, cl. J, interino.	1:500\$0	Est. do Rio Grande do Norte. ..	Exame da situação da construção do trecho Epitácio Pessoa-Macau, E. F. C. R. Grande do Norte, avaliação aproximada do movimento de terra para conclusão de serviços, e das necessidades da referida estrada, dada a incorporação do trecho Natal-Nova Cruz, referente a material material rodante, depósitos e desvios (port. n. 63, 24-7-40) Agosto-940.	25	25\$0	625\$0
Total.	—	—	—	—	—	2:365\$0

Observações — 1 — O deslocamento dos funcionários constantes da presente folha, não constituiu exigência permanente de seus cargos. As diárias foram arbitradas de acordo com o Decreto número 4.993, de 9-XII-939, tendo em vista a indenização a ser feita e o local do afastamento. 2º — A despesa na importância acima, deduzida do empenho n. 32-P, de 20 de março do corrente ano, corre à conta da verba 1 "Pessoal", consignação V "Indenizações", subconsignação n. 48, item 03, do orçamento vigente deste Ministério.

3 — Processo n. 40.120-40

Secção de Controle, em 3 de dezembro de 1940.

Folha de pagamento de diárias — Inspeção Federal das Estradas — Ministério da Viação e Obras Públicas

Nome — Cargo	Venc.	Local do afastamento	Natureza do serviço e mês do afastamento	Número de diárias	Diária arbitrada	Import. a receber
Tomaz de Miranda Freire de Carvalho — Engenheiro, classe "N"	3:100\$0	Estado do Rio Grande do Norte	Inspeção aos serviços de contabilidade das Estradas de Ferro Petrolina-Teresina e Central do Rio Grande do Norte. (Portaria n. 68, de 5 de agosto de 1940) — Setembro de 1940..	30	50\$0	1:500\$0
Henrique Barbalho Uchoa Cavalcanti — Engenheiro, classe "N"	3:100\$0	Estado de Minas Gerais	Inspeção às linhas de Soledade a Sapucaí e ramais a cargo do 4.º Distrito (Belo Horizonte) — Setembro de 1940.....	5	40\$0	200\$0
Luiz Marinho de Azevedo — Engenheiro, classe "M"	2:700\$0	Distrito Federal	Viagem e estadia no Rio de Janeiro, tratando de assuntos referentes à 5.ª Fiscalização (São Paulo) — Setembro de 1940.	6	45\$0	270\$0
João Ferreira de Sá Benevides — Engenheiro, classe "M".....	2:700\$0	Estado do Rio.....	Experiência hidráulica da caldeira da locomotiva n. 95, nas oficinas de Cachoeira, estudo na estação de Bom Jardim do calçamento de estrada e inspeção de obras novas. — Setembro de 1940.	4	36\$0	144\$0
Antônio Eurico Saraiva — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado do Rio.....	Exame de instalações do freio vácuo da locomotiva 127, realizado em Campos, e inspeção à linha Santo Amaro, ramal de Atafona, sub-ramal de Colômbis. — Setembro de 1940...	5	23\$0	115\$0
Artur Rios de Cerqueira — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado de Pernambuco	Inspeção à linha centro da "The Great Western of Brazil Railway Company Limited". — Setembro de 1940	3	38\$0	114\$0
Antônio Nunes Galvão — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado de Minas ..	Comissão especial para colaborar com a Diretoria da E. F. Goiás, em Araguaçu, nos trabalhos dos estudos definitivos de um ramal ferroviário para ligar aquela estrada à Goiânia. (Portaria n. 76, de 3 de setembro de 1940). — Setembro de 1940	11	22\$0	242\$0
Joaquim Leite de Oliya — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado do Espírito Santo	Inspeção ao tráfego, locomoção, linha e construção de Vitória a Itabira, a cargo da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. — Setembro de 1940.	8	31\$0	248\$0
Lincoln Perry de Almeida — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado de Minas ..	Exame das obras em projeto das linhas de Cruzeiro a Tuiuti e Sapucaí, inclusive ramais a cargo do 4.º Distrito (Belo Horizonte). — Setembro de 1940.	7	30\$0	210\$0
Artur Crespo de Oliveira — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado do Rio Grande do Sul	Inspeção às linhas da fronteira a cargo do 7.º Distrito (Porto Alegre). — Setembro de 1940.	13	26\$0	338\$0
João Carlos Baltazar de Bem — Engenheiro, classe "L"	2:300\$0	Estado do Rio Grande do Sul	Inspeção às linhas de Porto Alegre-Santa Maria e Santa Maria-Tupacretan a cargo do 7.º Distrito (Porto Alegre). — Setembro de 1940.	7	22\$0	154\$0
Deolindo Ferreira Lima — Engenheiro, classe "K"	1:900\$0	Estado de Minas	Vistorias procedidas em material rodante da R. Mineira de Viação, nas oficinas da S. João Del'Rey, Divinópolis e Lavras a cargo do 4.º Distrito (Belo Horizonte). — Setembro de 1940	6	32\$0	192\$0

Nome — Cargo	Vene.	Local do afastamento	Natureza do serviço e mês do afastamento	Número de diárias	Diária arbitrada	Import. a receber
Ademar Benevolo — Engenheiro, classe "K"	1:900\$00	Estado do Rio Grande do Norte.	Inspeção a Mossoró-Porto Franco e Mossoró-Almino-Afonso a cargo da 1.ª Fiscalização (Mossoró). — Setembro de 1940.	3	17\$0	51\$0
Inácio Marques Dias — Engenheiro, classe "J", interino	1:500\$00	Estado de Minas....	Comissão especial para colaborar com a Diretoria da E. F. Goiaz, em Araguaia, nos trabalhos dos estudos definitivos de um ramal ferroviário para ligar aquela estrada a Goiania — Setembro de 1940.....	11	25\$0	275\$0
John Charles Long Júnior — Engenheiro, classe "J"	1:500\$00	Estado do Rio e de Minas	Experiência hidráulica nas caldeiras das locomotivas 219 e 303, realizadas nas oficinas do Alto da Serra e Bicas. — Setembro de 1940.	2	20\$0	40\$0
Francisco Nelson Chaves — Engenheiro, classe "J", interino..	1:500\$00	Estado do Rio Grande do Norte	Exame, <i>in loco</i> , da situação da construção do trecho Epitácio Pessoa-Macau, da E. F. do Rio Grande do Norte, avaliação aproximada do movimento de terra para conclusão dos serviços, exame do acréscimo das necessidades da referida estrada, em virtude da incorporação do trecho Natal-Nova Cruz, com referência a material rodante, oficinas, depósitos e desvios. (Portaria número 65, de 24 de setembro de 1940). — Setembro de 1940.	7	25\$0	175\$0
						4:444\$0

Observações:

1 — O deslocamento dos funcionários constantes da presente folha, não constituiu exigência permanente de seus cargos. As diárias foram arbitradas de acordo com o Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, tendo em vista a indenização a ser feita e o local do afastamento.

2 — A despesa, na importância acima, deduzida do empenho n. 32-P., de 20 de março de 1940, corre à conta da verba 1 "Pessoal", consignação V "Indenizações", subconsignação n. 48, item 03, do orçamento vigente deste Ministério.

3 — Processo n. 40.120/40.

Seção de Controle, em 5 de dezembro de 1940.

Folha de pagamento de diárias — Inspetoria Federal das Estradas — Ministério da Viação e Obras Públicas

Nome — Cargo	Venci- mento	Local para onde se afastou	Natureza do serviço e mês do afastamento	Número de diárias	Diária arbitrada	Import. a receber
Tomaz de Miranda Freire de Car- valho — Engenheiro, classe N	3:100\$0	Estado do Rio G. do Norte	Inspeção aos serviços de contabili- zação das estradas de ferro Pe- tropolitana, e Central do Rio Grande do Norte. (P.O. 68, de 5-9-40) — Outubro de 1940 ...	31	50\$0	1:550\$0
Henrique Barbalho Uchôa Caval- canti — Engenheiro, classe N ..	3:100\$0	Estado de Minas e Distrito Federal ..	Inspeção aos ramais de Itapetecica e Claudio, da linha Lavras a Di- vinópolis a cargo do 4.º Distrito (Belo Horizonte); trabalhos da Comissão do Fundo de Melhora- mentos da R. Mineira de Viação — Outubro de 1940	14	50\$0	700\$0
Adolfo José Moreira — Engenhei- ro, classe N	3:100\$0	Estado de Minas ..	Observações técnicas sobre carvão, em viagem num trem especial, no percurso de 1.488 kms. entre o Rio de Janeiro e Belo Hori- zonte — Outubro de 1940	12	38\$0	456\$0
Valter Ribeiro da Luz — Enge- nheiro, classe M	2:700\$0	Estado de Minas ..	Representando a Inspetoria no 3.º Congresso de Engenharia e Le- gislação Ferroviária, inaugurado a 12 de outubro findo, em Belo Horizonte. (Portaria n. 94, de 2-10-40) — Outubro de 1940 ..	9	45\$0	405\$0
João Ferreira de Sá e Benevides — Engenheiro, classe M	2:700\$0	Estado do Rio	Inspeção a linha e experiências hi- dráulicas em caldeiras das loco- motivas ns. 93, 351 e 356, na linha de Cantagalo — Outubro de 1940	5	36\$0	180\$0
Antônio Nunes Galvão — Enge- nheiro, classe L	2:700\$0	Estado de Minas ..	Comissão para colaborar com a Di- retoria da E. F. Goiás, Araguari, nos trabalhos dos estudos defi- nitivos de um ramal ferroviário ligando aquela estrada a Goiânia (portaria n. 76, de 9-9-40) — Outubro de 1940	31	38\$0	1:178\$0
Manuel Gonçalves da Silva Torres — Engenheiro, classe L	2:300\$0	Estado de Minas ..	Representando a Inspetoria no 3.º Congresso de Engenharia e Le- gislação Ferroviária, inaugurado a 12 de outubro findo, em Belo Horizonte (portaria n. 94, de 2-10-40) — Outubro de 1940 ..	9	38\$0	342\$0
Joaquim Leite Oliva — Engenhei- ro, classe L	2:300\$0	Estado do Espírito Santo	Inspeção ao tráfego, locomoção, li- nha e construção de Vitória a Itabira, a cargo da Companhia Brasileira de Mineração e Side- rurgia, S. A. — Outubro de 1940	9	31\$0	279\$0
João Carlos Baltazar de Bem — Engenheiro, classe L	2:300\$0	Estado do Rio Gran- de do Sul	Inspeção na linha Porto Alegre- Santa Maria, da V. F. F. Rio Grande do Sul, a cargo do 7.º Distrito (Porto Alegre) — Ou- tubro de 1940	2	30\$0	60\$0
José Marques Viana — Engenheiro, classe L	2:300\$0	Estado do Rio Gran- de do Sul	Inspeção à linha da Serra, afim de avaliar terrenos desapropriados para as variantes de Pinhal a Cruz Alta, e trabalho das refe- ridas variantes a cargo do 7.º Distrito (Porto Alegre) — Ou- tubro de 1940	6	25\$0	150\$0
Humberto Milano Junior — Enge- nheiro, classe L	2:300\$0	Estado de Minas e Estado do Rio	Inspeção a Friburgo e Porto Novo e experiência de caldeiras das locomotivas ns. 40, 80, 123 e 133, em Porto Novo — Outubro de 1940	5	25\$0	125\$0

Nome — Cargo	Venci- mento	Local para onde se afastou	Natureza do serviço e mês do afastamento	Número de diárias	Diária arbitrada	Import. a receber
Mário Leite — Engenheiro, classe L	2:300\$0	Estado de S. Paulo	Recebimento de obras por conta da taxa adicional de 10 %, executada na linha Tuiuti a Passos, da Companhia Mogiana — Outubro de 1940	3	38\$0	114\$0
Augusto Paranhos Fontenele — Engenheiro, classe L	2:300\$0	Estado de Minas ..	Observações técnicas sobre carvão num trem no percurso de 1.488 kms., entre o Rio e Belo Horizonte; representando a Inspeção no 3.º Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária, iniciado a 12-10-40, em Belo Horizonte (portaria n. 94, de 2 de outubro de 1940 — Outubro de 1940	21	36\$0	396\$0
Antônio Eurico Saraiva — Engenheiro, classe L	2:300\$0	Estado do Rio	Experiência hidráulica na caldeira da locomotiva 122, realizada nas oficinas de Campos, e no lastramento do ramal de Santo Amaro — Outubro de 1940	2	33\$0	66\$0
John Charles Long Junior — Engenheiro, classe J	1:500\$0	Estado de Minas e Estado do Rio	Experiências hidráulicas em caldeiras das locomotivas 155, 165 e 261, realizadas nas oficinas de Bicas e Alto da Serra — Outubro de 1940	4	20\$0	80\$0
Inácio Marques Dias — Engenheiro, classe J, interino	1:500\$0	Estado de Minas ..	Comissão especial para colaborar com a Diretoria da E. F. Goiaz, Araguaia, nos trabalhos dos estudos definitivos de um ramal ferroviário para ligar aquela estrada à Goiânia (portaria n. 76, de 9-9-40) — Outubro de 1940	31	25\$0	775\$0
Francisco Nelson Chaves — Engenheiro, classe J, interino	1:500\$0	Estado do Rio	Inspeção a Macau, Conselheiro Josino, Campos Miracema, Cisneiro, Recreio e Friburgo — Outubro de 1940	5	25\$0	125\$0
						<u>7.011\$0</u>

Observações:

1 — O deslocamento dos funcionários constantes da presente folha, não constituiu exigência permanente de seus cargos. As diárias foram arbitradas de acordo com o Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, tendo em vista a indenização a ser feita e o local do afastamento.

2 — A despesa, na importância acima, deduzida do empenho n. 32-P. de 20 de março deste ano, corre à conta da verba 1 "Pessoal", consignação V "Indenizações", subconsignação n. 48, item 03,

3 — Processo n. 40.120-40.

Secção de Controle, 5 de dezembro de 1940.

folha, não constituiu exigência permanente de seus cargos. As diárias foram arbitradas de acordo com o Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, tendo em vista a indenização a ser feita e o local do afastamento.

n. 32-P. de 20 de março deste ano, corre à conta da verba 1 "Pessoal", consignação V "Indenizações", subconsignação n. 48, item 03,

Processo n. 40.120-40.

Departamento dos Correios e Telégrafos

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 11 de dezembro de 1940

Dando nova organização a 2.ª Secção de linhas da Diretoria Regional do Ceará, ficando assim constituída: 1.º trecho — Ibiapina a Carnutinho — extensão 21.905 — sede — Ibiapina — 2.º trecho Carnutinho a Pirambéba — extensão 23.000 — sede Bom Verge. — 3.º trecho — Pirambéba a Sobral — extensão — 22.000 — sede Sobral — 4.º trecho — Acaraú a Bela Cruz e Marco — extensão — 31.181 — sede Acaraú — 5.º trecho — Marco a Estreito e Santana — extensão — 32.083 — sede Marco — 6.º trecho — Santana a Sobral — extensão 34.300 — sede Santana — Extensão total 164.469 metros — Desenvolvimento 301.179 metros — Sede da secção — Sobral. (Port. 1.197-11-12-40).

Requerimentos despachados:

L. A. B. R. E., pedindo permissão para os seus associados abaixo mencionados ingressarem na Rede Nacional de Radioamadores: João

Marinho de Azevedo — Aristarco Saliture — Fernando de Sousa Soares — Marcelino Virgílio da Cunha — Alberto Marques Vasques e Moacir Prestes. — Deferido, com exceção de Alberto Marques Vasques que não apresentou prova de quitação com o serviço militar. (Processo n. 60.840-40).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DE CORREIOS

Suprimindo as linhas postais de Joaquim Tavora a Ribeirão Claro, passando em Carlópolis e de Ribeirão Claro a Chavantes, custeadas, respectivamente, por 1:800\$0 e 2:400\$0 anuais, e criando, em substituição, a de Joaquim Tavora a Chavantes, passando em Carlópolis e Ribeirão Claro, com viagens diárias, em auto-ônibus e custeada anualmente por 4:200\$0, todas na jurisdição da Diretoria Regional do Paraná. (Port. 1.195-11-12-40).

RETIFICAÇÃO

Dia 5 de dezembro de 1940

Na portaria n. 1.186-4-12-40 onde se lê: Decreto 20.759; leia-se: Decreto n. 20.859.

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito

Federal

LICENÇAS CONCEDIDAS PELO S. R. P. 18

Despacho de 9 de dezembro de 1940:

Cecilio Armindo, aux. artífice ref. VI, quinze dias, a partir de 4 de dezembro corrente.

Eugênia Torres Pastorino, escriturária "F" — um mês, a partir de 26 de novembro p. findo.

Horácio Hermelo Bezerra Cavalcanti, escriturário "E" — um mês, a partir de 3 de dezembro corrente.

Maria das Neves Azevedo Torres, aux. tráf. ref. VII — oito dias a partir de 29 de novembro p. findo.

Ubaldo Homem de Carvalho, oficial administrativo "H" — dois meses a partir de 30 de novembro p. findo.

Masilia Caminada, auxiliar tráf. ref. VII — dois meses, em prorrogação, a partir de 6 de dezembro corrente.

Cícero Cavalcanti de Albuquerque, escriturário "E" — interino, um mês, em prorrogação, a partir de 2 de dezembro corrente.

Cleônico Leite de Souza, escriturária "E" — três meses, em prorrogação, a partir de 1.º de dezembro corrente.

Graciela Soares Restier Gonçalves, ajud. agente "D" — dois meses em prorrogação, a partir de 2 de dezembro corrente.

Hortência Bustamante, prat. tráf. ref. VI — três meses, em prorrogação, a partir de 1.º de dezembro corrente.

José Alfredo Soares Barbosa, serv. "C" — seis meses, em prorrogação, a partir de 5 de dezembro corrente.

Luiz D'Orleans Paulistano Santana, escriturário "E" — seis meses em prorrogação, a partir de 5 de dezembro corrente.

Líra Brandão, ajud. "D" — dois meses, em prorrogação, a partir de 1.º de dezembro corrente.

Juvenal José Ferreira, guarda ref. VI — um mês, em prorrogação, a partir de 28 de novembro p. findo.

Manuel Godas Hidalgo, motorista ref. X — quinze dias, em prorrogação, a partir de 3 de dezembro corrente.

Messias Costa de Almeida, serv. "E" — um mês, em prorrogação, a partir de 4 de dezembro corrente.

Nicanor Franklin da Rocha, cart. "D" — dois meses, em prorrogação, a partir de 30 de novembro p. findo.

S. R. P. — 18

ATOS DO SR. DIRETOR

Dia 28 de novembro de 1940

Requerimento despachado:

Nelson Chichorro de Souza Mota, auxiliar do tráfego, referência VII, desta DR., requerendo correção de nome — Sim, como pede, aprovado o despacho — (65.285-40).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Apostila:

Na portaria n. 8.890, que admitiu o contratado Naphhtaly Ferreira Silva Santos — Foi declarado que o nome desse serventário é Naphhtaly Ferreira da Silva Santos Junior, conforme prova apresentada no processo 64.399-40.

Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

PORTARIA N. 69

Concessão de gratificação por serviços extraordinários:

O inspetor de Obras contra as Secas, considerando que alguns serviços a cargo da Tesouraria não podem ainda ser atendidos dentro do horário regulamentar, resolve, de acordo com as letras a, b e c do artigo 1.º do Decreto n. 5.062 de 27 de dezembro de 1939, antecipar de três horas, por vinte dias, na forma indicada, no corrente mês de dezembro, o expediente de um funcionário e um extranumerário constantes da relação anexa, assinada pelo chefe do S.R.P.-8, com a gratificação arbitrada nos termos do artigo 122, letra b, §§ 2.º e 3.º do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940. — Vinicius de Berredo, pelo inspetor.

Estrada de Ferro Central do Brasil

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Antônio Joaquim de Sousa (137.500-40). — Compareça ao Serviço Central de Comunicação.

Alfredo de Sousa Almeida (37.847-40). — Compareça ao Serviço Central de Comunicação.

José Teodoro Gomes (131.960-40). — Compareça ao Serviço Central de Comunicação.

Pedro Ismael Zevada (128.220-40). — Compareça ao Serviço Central de Comunicação.

Dídimo Bastos de Sousa (61.880-40). — Certifique-se.

Astolfo de Sousa (115.860-40). — Dê-se baixa da fiança.

Geraldina Roquete Vaz (236.707-40). — Deferido, à vista das informações.

Gilseno Nunes Ribeiro (115.440-40). — Dê-se baixa da fiança e certifique-se.

Henriqueta Azevedo da Fonseca (104.080-40). — Idem.

José Raimundo Goulart Júnior (109.900-40). — Idem.

Guilherme Geruari (116.560-40). — Em face da informação da 4.ª Divisão aguarde oportunidade.

Júlio da Silva Cordeiro (113.160-40). — Deferido, à vista das informações.

Luiza Silva de Faria (45.254-40). — Indeferido, em face das informações.

João Barbosa da Silva (121.570-40). — A' vista das informações aguarde oportunidade.

Edgar Pires (42.050-40). — Idem.

Ernandes José Rodrigues (123.420-40). — Idem.

Antônio Madeira de Barros (73.530-40). — Compareça ao Serviço Central de Comunicações.

João Guedes (136.580-40). — Idem.

Departamento de Aeronáutica Civil

PORTARIA N. 167, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, considerando que ainda não foi feito o levantamento do patrimônio nacional sob a guarda e responsabilidade do Departamento de Aeronáutica Civil; Considerando que esse levantamento é urgente e inadiável:

Resolve, de acordo com o art. 9.º do Decreto n. 19.902, de 22 de abril de 1931, designar o engenheiro da classe M, Eloi Pontes Teixeira, e oficial administrativo, classe K, João de Almeida Brandão, para proceder o levantamento acima referido. — Samuel Ribeiro Gomes Pereira, tenente-coronel.

PORTARIA N. 168, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, de acordo com o art. 9.º do Decreto n. 19.902, de 22 de abril de 1931, resolve dispensar o engenheiro da classe "M", Eloi Pontes Teixeira, da chefia da Divisão de Aeroportos e designar o engenheiro da classe "M", José de Oliveira Machado, posto à disposição deste Departamento, para chefiar a referida Divisão. — Samuel Ribeiro Gomes Pereira, tenente-coronel.

PORTARIA N. 169, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, de acordo com o art. 9.º do Decreto n. 19.902, de 22 de abril de 1931, resolve designar o oficial administrativo da classe "L", Otoni Soares de Freitas, para responder pelo expediente da Divisão de Operações, no impedimento do engenheiro da classe "N", Cesar Silveira Grilo, que entra em gozo de férias, no período de 12 a 31 do corrente mês. — Samuel Ribeiro Gomes Pereira, tenente-coronel.

PORTARIA N. 170, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, de acordo com o art. 9.º do Decreto n. 19.902, de 22 de abril de 1931, resolve designar o engenheiro da classe "K", José Crisanto Scabra Fagundes, para responder pelo expediente do Serviço de Rotas e Circuitos Aéreos, no impedimento do engenheiro da classe "M", Roberto Lázaro da Costa Pimentel, que entra no gozo de férias, no período de 12 a 31 do corrente mês. — Samuel Ribeiro Gomes Pereira, tenente-coronel.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 7 de dezembro de 1940

Portaria:

N. 166 — Prorrogando o expediente dos extranumerários-mensalistas "Auxiliar de escritório VIII", Jerônimo W. Tinoco Borges, e "Praticante de escritório VI", Valter Pereira Bastos, por mais 3 horas, durante 22 dias, arbitrando para cada um a gratificação de 1/3 dos respectivos salários por dia de prorrogação.

RETIFICAÇÃO

Diário Oficial de 6 de dezembro de 1940 — Pág. n. 22.689.

Onde se lê:

Sindicato Condor Ltd., requerendo prorrogação de prazo para levantamento de aerofotogramétrico de trecho da Serra do Mar. — Indeferido.

Leia-se:

Sindicato Condor Ltd., requerendo permissão para exibir fotografias do levantamento aerofotogramétrico de Porto Alegre. — Indeferido, à vista do parecer do Estado Maior do Exército. (Ref. 798, de 1940.).

Ministério da Agricultura

Departamento de Administração

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

G. M. 918 — As duas Secções de São Paulo e Sul de Mato Grosso, da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, têm os seus Postos Indígenas situados em região onde as comunicações se fazem somente por meio de estradas de rodagem. Sucede, porém, que a referida Inspetoria, cujos Postos ficam, às vezes, a 600 quilômetros de distância um do outro, se encontra sem veículos para o transporte do pessoal do serviço e dos próprios indígenas, assim como dos recursos destinados à manutenção e tratamento dos índios e dos produtos de sua lavoura e criação.

E evidente que essa circunstância dificulta, consideravelmente, todos os esforços do Serviço no sentido de sua plena eficiência, sendo excusado ressaltar a sua responsabilidade pelo encargo que lhe compete de integrar os nossos índios na economia e civilização nacionais, cumprindo-lhe, assim, o mais alto dever de assistência social e humana.

Para que, portanto, possa o mencionado Serviço exercer as suas atividades sem os embaraços que lhe está criando a falta de meios de transporte, venho solicitar da V. Excia., nos termos do Decreto n.º 20.524, de 16-10-1931, a indispensável autorização para adquirir, pela importância aproximada de 31:000\$0 cada um, dois auto-caminhões, destinados às Secções acima indicadas, da marca "FORU", 1940, com as seguintes características: Chassis comercial para caminhão, modelo "Onibus Rural", de 1 toneladas, tipo cento e vinte duas polegadas (122"), entre eixos, motor de 85 H.P., rodas trazeiras de 7,50 x 17; carroceria tipo "Onibus Rural" com porta bagagem.

Com o orçamento da despesas no presente exercício, para este Ministério, não consigna nenhuma dotação para o Serviço de Proteção aos Índios na Sub-consignação própria — 2 "Automóveis, auto-caminhões, embarcações e quaisquer viaturas, etc.", encareço ainda de V. Excia. a devida autorização para que a despesa em apreço seja imputada à Verba 3.ª — Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — Sub-Consignação 2 — auxílio aos índios, etc, do orçamento vigente, deste Ministério, na qual a mesma se enquadra perfeitamente, visto se tratar de veículos que terão uma influência decisiva no êxito da assistência que ao referido Serviço cabe prestar aos nossos selvícolas.

Reitero a V. Excia. os protestos de meu profundo respeito.

Fernando Costa

Despacho do Sr. Presidente:

A Aquisição de automóveis à conta de dotação que não seja a própria, contraria o disposto no art.º 1.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 20.524, de 16-10-1931, combinado com o disposto no Decreto-lei n.º 1936, de 30-12-1939.

Arquive-se.
Em 5-12-940

G. VARGAS.

Divisão de Comunicações

A Divisão de Defesa Sanitária Animal:

N. 17.342 — Necessitando esta Divisão, para fins de juntada, do D. C. M. 27.959-40, encaminhado à essa Divisão em 24-10-40, solicita providências, no sentido de ser o mesmo devolvido, com a possível urgência.

RETIFICAÇÃO

No *Diário Oficial* de 10-12-940, à pág. n. 22.927 — 2.ª coluna — onde se lê: Por portaria n. 673, de 9 de dezembro — Leia-se: Por portaria n. 613, de 9 de dezembro.

Divisão de Contabilidade

PORTARIA N. 139-A

Dia 2 de dezembro de 1940

O diretor da Divisão de Contabilidade, atendendo às justas ponderações apresentadas pelo calculista, classe "E", Armando Pereira Leite,

Resolve dispensá-lo da antecipação e prorrogação de expediente que lhe foram determinadas pela Portaria n. 139, de 2 de dezembro do corrente ano, substituindo-o pelo escrivão XIII, Luzia Helena da Fonseca. — *Arthur de Carvalho*.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Anibal Ramos de Matos, professor Catedrático da Escola de Engenharia de Pernambuco e Assistente Técnico do Instituto Técnico do Instituto do Alcool e Açúcar, pedindo auxílio para fazer uma viagem de estudos ao estrangeiro, em vista de, por falta de verba no orçamento deste Ministério, não ter podido realizá-lo quando, como aluno da referida Escola, foi para tal fim indicado em 1924, pela Congregação da mesma.

A vista das informações, indeferido.

Divisão do Pessoal

Foi dispensado, a partir de 23-11-940, por haver sido admitido para outro lugar, o extranumerário mensalista, tecnólogo auxiliar XII da Divisão do Fomento da Produção Mineral do D. N. P. M., Evandro Ramos. (DCM — 38.937-40).

RETIFICAÇÕES

No *Diário Oficial* de 29 de novembro de 1940, página n. 22.318:

Onde se lê:

Saldo	4:348\$0
Despesa	275\$0
Saldo	4:073\$0

Leia-se:

Saldo	4:384\$0
Despesa	275\$0
Saldo	4:109\$0

Confere: (assinatura ilegível), encarregado equipe de diárias.
Visto. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da S. C.

No *Diário Oficial* de 4-12-40, página 22.565, na folha de pagamento de diárias de Mário Teles da Silva e outros, do Departamento Nacional da Produção Animal:

Onde se lê:

Cesar da Silva Guimarães, 3 dias (6-9, 3 e 25-10).

Leia-se:

Cesar da Silva Guimarães, 3 dias (6-9, 3 e 24-10).

Confere. — *Helio Perdigão de Freitas*, Esc. E. Visto. 10-12-1940.
Waldemar José de Carvalho. Visto. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da Secção de Controle.

No *Diário Oficial* de 9 de dezembro, corrente, página 22.852, na folha de pagamento de diárias da Divisão do Material, relativa a outubro e novembro, de Vicente Sebastião de Araujo:

Onde se lê:

34 dias (19-10 à 25-11).

Leia-se:

(19-10 à 21-11).

No *Diário Oficial* de 6 de dezembro, corrente, à página 22.691, na folha de pagamento de diárias da Divisão de Terras e Colonização, do D. N. P. V., referente ao mês de agosto, de Laélío Gomes de Sousa e outros, na 1.ª folha:

Onde se lê:

Of.º 562.

Leia-se:

N. 362.

Na mesma folha no nome de Amaro da Silva Correia:

Onde se lê:

Topógrafo XVI.

Leia-se:

Topógrafo — XIV.

Ainda na mesma folha, entre Amaro da Silva Correia e Luiz Pinto:

Onde se lê:

Sal. 650\$0, etc.

Leia-se:

Abelardo Rodrigues — Sal. 650\$0, etc.

Ainda na mesma folha, no nome de Henrique Marques da Cunha:

Onde se lê:

12 dias.

Leia-se:

5 dias.

Secção do Controle, 11 de dezembro de 1940. — *Eduardo Pereira Filho*. Visto. Em 11-12-40. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da S. C.

DIVISÃO DA DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

DIVISÃO DO PESSOAL

Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939 — Art. 3.º — Anexo 7 — Verba 1 — Pessoal — Consignação V — Indenizações — Subconsignação n. 8 — Diárias 04) — Departamento Nacional da Produção Animal — D. D. S. A.

Folha de pagamento de diárias, por serviços prestados fora da sede, ao pessoal abaixo indicado, da Divisão de Defesa Sanitária Animal, relativa ao mês de outubro do corrente ano.

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Paulo Neves — Inspetor auxiliar, IX — 500\$0 — Sede: Capital Federal — 29 dias (2 a 30) em Cruzeiro, Estado de São Paulo, auxiliando o chefe do Serviço de Desinfecção de Vagões. (Portaria n. 1, de 4 de janeiro de 1940). — D. D. S. A.	29	8\$0	232\$0
Manuel da Rocha Júnior — Guarda, VIII — 450\$0 — Sede: Capital Federal — 29 dias (2 a 30) em Cruzeiro, Estado de São Paulo, auxiliando na montagem do Posto de Desinfecção de Vagões. (Portaria n. 20, de 4 de junho de 1940, da D. D. S. A.	29	8\$0	232\$0
Amadeu Francisco — Trabalhador, IV — 250\$0 — Idem, idem, idem..	29	8\$0	232\$0
Antônio Anacleto de Sousa — Desinfetador — 300\$0 — Idem, idem, idem.	29	8\$0	232\$0
André Martinez — Desinfetador — 350\$0 — Idem, idem, idem.....	29	8\$0	232\$0
Aloísio da Silva Freire — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.	29	8\$0	232\$0
Enéias de Vasconcelos — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.	29	8\$0	232\$0
Lamartine Silva — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.....	29	8\$0	232\$0
Mário Siqueira Kelly — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.	29	8\$0	232\$0
Manuel da Silva — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.....	29	8\$0	232\$0
Sebastião Pereira Neves — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.	29	8\$0	232\$0
Saulo Pereira de Melo — Desinfetador — 250\$0 — Idem, idem, idem.	29	8\$0	232\$0
Total.			2:784\$0

Foram prestados os serviços mencionados nesta folha. Confere o importa a presente folha de diárias, em 2:784\$0 (dois contos setecentos e oitenta e quatro mil réis), quantia essa deduzida no respectivo crédito, consoante empenho n. 1.212, de 7 de dezembro de 1940.

Seção do Controle, em 10 de dezembro de 1940. — *Eduardo Pereira Filho*, encarregado da Equipe de Diárias. Visto. Em 11-12-40. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da S. C. Visto. — *Waldemar José de Carvalho*, diretor.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

DIRETORIA GERAL

Relação de diárias do diretor geral deste departamento — Mês de novembro de 1940.

Nome — Cargo ou função	Número de diárias	Importância da diária
Mário de Oliveira, diretor geral, vencimentos 5:000\$0 — Sede: Distrito Federal — Representando o Sr. ministro na solenidade da inauguração da Exposição de Gado Holandês e inspecionando diversas dependências do D.N.P.A. — Dias 9 a 28 de novembro — Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	20	50\$0
Seção de Expediente e Contabilidade do Departamento Nacional da Produção Animal, em 10 de dezembro de 1940. — <i>Celia M. Gomes</i> , OFAM-I. — <i>Juracy M. da Matta</i> , DAT-F. Visto. <i>Cesario Lopes</i> , chefe da S. E. C., pelo Sr. diretor geral		

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

DIVISÃO DE ÁGUAS

Dispensa de diaristas no 2.º Distrito, a partir de 1.º

de novembro de 1940

Número de ordem — Nomes — Denominação do extranumerário — Localidade	Remuneração	
	Diária	Número de diárias por mês
2.141 Manuel Almeida — Trabalhador — Belo Horizonte	12\$0	25
2.148 Eduardo França — Trabalhador — Belo Horizonte	12\$0	25
Substituição de diaristas no 2.º Distrito, a partir de 1.º de novembro de 1940		
2.068 Antônio Gomes Monteiro — Ajudante de motorista — Belo Horizonte	12\$0	25
2.148 Manuel Ferreira da Silva — Trabalhador — Belo Horizonte	12\$0	25

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1940. — Aprovo: *Antonio José Alves de Souza*, Diretor.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Substituição no quadro de diaristas desta Diretoria, publicado no *Diário Oficial* de 26 de setembro de 1940.

Admitido na vaga de Luiz Vicente de Ouro Preto Pinheiro que não se apresentou ao serviço.

Número de ordem — Nome — Denominação — Número de diárias — Salário: diário, mensal — Despesa total em 2 meses

1, Osni Pacheco, trabalhador, 25, 11\$8, 295\$0, 590\$0.

Diretoria da Divisão de Inspeção de produtos de origem animal, em 27 de novembro de 1940 — *Maria Luiza Viana de Barros*, oficial administrativo. — Visto: (assinatura ilegível), assistente chefe. — Aprovo: *Belisario Alves F. Tavora*, diretor

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRÔNICAS

INSTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Estação Experimental de trigo em Curitiba

Substituição de diaristas constantes da relação publicada no *Diário Oficial* de 8-3-1940, à página n. 4.088, no período de 20 de novembro a 31 de dezembro de 1940.

Número de ordem — Nomes — Função	Número de Diárias	Total em		
		Diária	Total mensal	1 mês e 10 dias
30. Francisco Rodrigues da Silva — Operário Agrícola	25	8\$0	200\$0	230\$0
39. Luiz Keppe — Operário Agrícola	25	8\$0	200\$0	280\$0
			400\$0	560\$0

Observações — Substituem respectivamente, João Rissardi Filho e Luiz Rissardi. — Apresentam os documentos exigidos por lei.

Curitiba, 20 de novembro de 1940. — Aprovo: *A. B. Fagundes*, Diretor do Instituto de Experimentação Agrícola. — *Caio Graccho Pereira*, Diretor.

— Quadro nominal de Extranumerário diarista necessário ao serviço da Estação Experimental Central de Café, de Botucatu, do Instituto de Experimentação Agrícola, do C. N. E. P. A. — Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto Lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, cuja despesa correrá a conta da Verba 1 — Pessoal — Consignação II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal Extranumerário 05) — Diaristas. — Dotação na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em São Paulo.

Número de ordem — Nome — Denominação	Número de Diárias	Período	Total da despesa
1. Antônio Timóteo — Carreiro	7\$0	25	De 12-11-40 a 31-12-40

Botucatu, 20 de novembro de 1940. — *Napoleão A. Ribeiro Homem*, Aux. Escr. VII. — Visto: *Isidro Gil*, AGCC/L, Diretor da E. C. C. — Botucatu. — Aprovado: *A. B. Fagundes*, Diretor.

DIVISÃO DE AGUAS

Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, art. 3.º anexo 7 Verba 1 — Pessoal — Consignação V — Indenizações — Subconsignação n. 8 — Diárias — 05) Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Aguas.

Folha de pagamento de diárias por serviços prestados fora da sede, ao pessoal abaixo indicado, da Divisão de Aguas — D.N.P.M., relativa ao mês de outubro do corrente ano.

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Importâncias	
		da diária	total
Antônio José Alves de Sousa — Diretor em comissão — Padrão O — Venc. 3:500\$0 — Sede: D. Federal — 10 dias (4 a 13) em Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais), representando a Divisão de Aguas, na "Semana da Eletricidade". Portaria n. 27, de 2-10-40, do D.N.P.M.	10	50\$0	500\$0
Megalvio da Silva Rodrigues — Engenheiro rural, classe L — Vencimento: 2:300\$0 — Sede: Capital Federal — 31 dias (1 a 31), em Campinas (Est. de S. Paulo), em serviço de aerofotogrametria. Portaria ministerial n. 699, de 1 de setembro de 1939	31	38\$0	1:178\$0
Azevedo Magalhães de Oliveira — Engenheiro S. A. classe L — Venc. 2:300\$0 — Sede: C. Federal — 6 dias (15 a 20), em Belo Horizonte (M. Gerais) em serviço de inspeção. Portaria n. 137, de 15-10-40 — D. A.	6	38\$0	228\$0
Luiz Lofgren — Engenheiro S. A., classe K — Venc.: 1:900\$0 — Sede: C. Federal — 4 dias (15 a 18), em Belo Horizonte (Minas Gerais) em serviço de inspeção. Portaria n. 138, de 15-10-40, D. A.	4	32\$0	128\$0
Raimundo Francisco Ribeiro Filho — Engenheiro S. A., classe K — Venc.: 1:900\$0 — Sede: C. Federal — 17 dias (2 a 18) em Berituba e Lussanvira (Estado de S. Paulo), em serviço de hidrometria. Portaria n. 76, de 1 de maio de 1940, D. A.	17	32\$0	544\$0
Tasso Costa Rodrigues — Engenheiro S. A., classe K — Vencimento: 1:900\$0 — Sede: C. Federal — 20 dias (3 a 22), em Curvelo e Caeté (Est. de Minas Gerais) em serviço de hidrometria. Portaria n. 87, de 1 de maio de 1940, D. A.	20	32\$0	640\$0
Mário Barbosa de Moura — Engenheiro S. A., classe K — Vencimento: 1:900\$0 — Sede: C. Federal — 28 dias (3 a 30), em São Mateus e Guarapuava (Estado do Paraná) em serviço de hidrometria. Portaria n. 96, de 1 de maio de 1940, D. A.	28	32\$0	896\$0
Alvaro Hermano da Silva — Engenheiro S. A., classe K — Vencimento: 1:900\$0 — Sede: C. Federal — 22 dias (5 a 26) em Jequié e Bom Jesus (Bafa) em serviço de hidrometria. Portaria n. 100, de 1-5-40, D. A.	22	32\$0	704\$0
Julio Otto Teodoro Lohmann — Engenheiro S. A., classe J — Venc. 1:500\$0 — Sede: C. Federal — 24 dias (3 a 26) em Itaquí e S. Borja (Rio G. do Sul) em serviço de hidrometria. Portaria n. 103, de 1-5-40, D. A.	24	25\$0	600\$0
Mário da Costa Mendes — Engenheiro S. A., classe J — Vencimento: 1:500\$0 — Sede: C. Federal — 20 dias (3 a 22), em Tombos e Patrocínio (Estado de Minas) em serviço de hidrometria. Portaria n. 88, de 1 de maio de 1940, D. A.	20	25\$0	500\$0
Luiz Antônio de Souza Leão — Engenheiro S. A., classe J — Vencimento: 1:500\$0 — Sede: C. Federal — 25 dias (2 a 26) em			
Poços de Caldas (E. de Minas) em serviço de topografia. Portaria n. 89 de 1-5-40, D. A.	25	25\$0	625\$0
Ofir Viana — Engenheiro S. A., classe J — Venc.: 1:500\$0 — Sede: C. Federal — 20 dias (5 a 24) em Palmira e Pomba (Estado de Minas) em serviço de hidrometria. Portaria n. 91, de 1-5-40, da D. A.	20	25\$0	500\$0
José Ferreira Gomes — Engenheiro S. A., classe J — Vencimento: 1:500\$0 — Sede: C. Federal — 30 dias (1 a 30) em Ponte Nova e Mariana (E. de Minas), em serviço de topografia. Portaria n. 130, de 6-9-40, D. A.	30	25\$0	750\$0
Volmar Murgel — Engenheiro S. A., classe J — Venc.: 1:500\$0 — Sede: C. Federal — 9 dias (6 a 14) em Tiradentes e Prados (Estado de Minas) em serviço de inspeção. Portaria n. 132, de 1 de outubro de 1940, D. A.	9	25\$0	225\$0
Alexandre Hamilton Saboia Ribeiro — Desenhista, classe I — Venc.: 1:300\$0 — Sede: C. Federal — 4 dias (5 a 8) em Taubaté (Estado de S. Paulo), em serviço de desenho. Portaria, 56, de 18-1-40 D. A.	4	22\$0	88\$0
João de Azevedo Padilha — Desenhista, classe H — Vencimento: 1:100\$0 — Sede: C. Federal — 12 dias (4 a 15) em Carangola (Est. de Minas), em serviço de hidrometria. Portaria n. 92, de 1-5-40, D. A.	12	18\$0	216\$0
José Pedro de Castro — Desenhista, classe H — Venc.: 1:100\$0 — Sede: C. Federal — 9 dias (3 a 11) em Areal e Antas (Estado do Rio) em serviço de hidrometria. Portaria n. 78, de 1-5-40, D. A.	9	18\$0	162\$0
Augusto Schunemann Neto — Engenheiro S. A., interino, classe G — Venc.: 900\$0 — Sede: C. Federal — 20 dias (2 a 21) em Taió e Warnow (Est. de Santa Catarina) em serviço de hidrometria. Portaria n. 106, de 1 de maio de 1940, D. A.	20	15\$0	300\$0
Enjolras Peitier dos Santos Cajuero — Engenheiro S. A., interino, classe G — Venc.: 900\$0 — Sede: C. Federal — 31 dias (1 a 31) em Lapa e Carinhanta (Est. da Baía) em serviço de hidrometria. Portaria n. 131-A, de 18-9-40, D. A.	31	15\$0	465\$0
Evandro Viana de Araujo — Engenheiro S. A., interino, classe G — Venc.: 900\$0 — Sede: C. Federal — 24 dias (1 a 24) em Piranhas e Propriá (Est. de Pernambuco) em serviço de hidrometria. Portaria n. 107, de 1 de maio de 1940, D. A.	24	15\$0	360\$0
Edwaldo Mota Almeida — Engenheiro S. A., interino, classe G — Venc.: 900\$0 — Sede: Capital Federal 20 dias (1 a 20) em S. Borja e Uruguaiana (E. do Rio G. do Sul) em serviço de hidrometria. Portaria n. 104, de 1-5-40, D. A.	20	15\$0	300\$0
Clovis de Lagos Bastos Vieira — Escriturário, classe G — Vencimento: 900\$0 — Sede: Capital Federal — 31 dias (1 a 31) em Sobral e Baturité (E. do Ceará) em serviço de inspeção. Portaria n. 12-A, de 1-3-40, D. A.	31	15\$0	465\$0
Total			10:374\$0

Foram prestados os serviços mencionados nesta folha.

Confere e importa a presente folha de diárias em dez contos, trezentos e setenta e quatro mil réis (10:374\$0), quantia essa deduzida no respectivo crédito da Divisão do Pessoal, consoante empenho n. 1.167, de 2 de dezembro de 1940.

Secção do Controle, em 5 de dezembro de 1940. — Eduardo Pereira Filho, encarregado da Equipe de Diárias. Visto. — Carlos Olympio Paes, chefe da S. C.

Decreto-lei n. 1.936 de 30 de dezembro de 1939. Art. 3.º, anexo 7 — Verba 4 — Pessoal — Subconsignação n. 8 — Diárias 05) — Departamento Nacional da Produção Mineral.

Folha de pagamento de diárias por serviços prestados fora da sede, ao pessoal abaixo indicado, relativa ao mês de outubro do corrente ano.

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Ernesto Pouchain — Engenheiro XXII — Salário: 1:600\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31), na Capital dos Estados da Baía, Minas e Sergipe, fazendo estudos de irrigação.	31	27\$0	837\$0
José Oriano Menescal Neto — Escriturário XXII — Salário: 1:600\$0 — Sede: Capital Federal. 22 ds. (2 a 11 e 20 a 31), em Limoeiro, Penha, Joazeiro, (Estado do Ceará), em serviço de inspeção. Portaria ministerial n. 606, de 20-7-39.	22	27\$0	594\$0
Levi de Sousa — Topógrafo XXI — Salário: 1:500\$0 — Sede: Capital Federal. 4 ds. (15 a 18) em Parque Nacional de Itatiaia (Estado do Rio), em serviço de triangulação. Portaria n. 124, de 5 de julho de 1940, da D.A.	4	25\$0	100\$0
Francisco de Macedo Araujo — Engenheiro XXI — Salário: 1:500\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31), em Quissamã e Campos (Estado do Rio), fazendo estudos de irrigação. Portaria n. 109, de 1-5-40, da D.A.	31	25\$0	775\$0
José Medeiros Cruz — Topógrafo XXI — Salário: 1:500\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31) em Joazeiro, (Estado da Baía), fazendo estudos de irrigação. Portaria n. 110, de 1-5-40, da D. A.	31	25\$0	775\$0
Abílio Coelho de Albuquerque — Topógrafo XX — Salário: 1:400\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (9 a 11 e 21 a 31), em Penha e Iguatú, (Estado do Ceará), em serviço de irrigação. Portaria n. 16, de 28-3-40, da D.A.	14	23\$5	329\$0
Otacílio Leal — Engenheiro XX — Salário: 1:400\$0 — Sede: Capital Federal. 15 ds. (6 a 20), em Bananal, (Estado de São Paulo), em serviço de hidrometria. Portaria n. 80, de 1-5-40, da D.A.	15	23\$5	352\$5
José Olinto Carneiro Vilela — Topógrafo XIX — Salário: 1:300\$0 — Sede: Capital Federal. 10 ds. (3 a 12), em Piracicaba e Faxina (Estado de São Paulo), em serviço de hidrometria. Portaria n. 81, de 1-5-40, da D.A.	10	22\$0	220\$0
Gaspar Silveira Martins Rodrigues Pereira — Escriturário: 1:300\$0 — Sede: Capital Federal. 25 ds. (2 a 26) em Glicério (Estado do Rio), em fiscalização da construção da usina de Macabú. Portaria n. 75, de 1-5-40, da D.A.	25	22\$0	550\$0
Sebastião Emídio de Castro — Topógrafo XVII — Salário: 1:400\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31), em Propriá, (Estado de Sergipe), fazendo estudos de irrigação. Portaria n. 4, de 18 de janeiro de 1940, da D.A.	31	18\$0	558\$0
Clodomiro Cunha — Topógrafo XVI — Salário: 1:000\$0 — Sede: Capital Federal. 18 ds. (1 a 18) em Santa Sé (Estado da Baía), fazendo estudos de irrigação. Portaria n. 2, de 18-1-40, da D.A.	18	16\$5	297\$0
Francisco de Almeida — Topógrafo XIX — Salário: 1:300\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31) em Lavras, Estado do Ceará, em serviço de topografia. Portaria n. 18, de 30-3-40, da D.A.	31	22\$0	682\$0

Raul Borges dos Reis — Topógrafo XV — Salário: 900\$0 — Sede: Capital Federal. 5 ds. (6 a 10) em Belmonte (Estado da Baía), em serviço de hidrometria. Portaria n. 101, de 1-5-40, da D.A.	5	15\$0	75\$0
Reginaldo Babo Alvim — Desenhista XV — Salário: 900\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31) em Petrolina (Estado de Pernambuco), em serviço de desenho. Portaria n. 118-A, de 27 de junho de 1940, D.A.	31	15\$0	465\$0
Edmundo Augusto de Castro — Topógrafo XIII — Salário: 700\$0 — Sede: Capital Federal. 23 ds. (5 a 27) em Belmonte e Canavieiras (Estado da Baía), em serviço de hidrometria. Portaria n. 102, de 1-5-40, da D.A.	23	12\$0	276\$0
José Zacarias Vieira Filho — Topógrafo XIII — Salário: 700\$0 — Sede: Capital Federal. 23 ds. (6 a 28) em Muriaé e Guarani (Estado de Minas) em serviço de hidrometria. Portaria n. 102, de 1 de maio de 1940, da D.A.	23	12\$0	276\$0
Francisco Furtado de Mendonça — Topógrafo XIII — Salário: 700\$0 — Sede: Capital Federal. 10 ds. (4 a 13), em Zelinda (Estado de Minas), em serviço de hidrometria. Portaria n. 94, de 1-5-40, da D.A.	10	12\$0	120\$0
Air da Silva Freitas — Topógrafo XIII — Salário: 700\$0 — Sede: Capital Federal. 28 dias (2 a 29) em Pomerade e Encruzilhada (Estado de S. Catarina), em serviço de hidrometria. Portaria n. 97, de 1-5-40, da D.A.	28	12\$0	336\$0
Almir Nuno de Sousa — Topógrafo XIII — Salário: 700\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31) em Carinhanha e Lapa (Estado da Baía), em serviço de hidrometria. Portaria n. 131-A, de 18 de setembro de 1940, da D.A.	31	12\$0	372\$0
Raimundo Giovani da Silva — Topógrafo XII — Salário: 650\$0 — Sede: Capital Federal. 10 ds. (5 a 14), em Pirapora, Estado de Minas, em serviço de hidrometria. Portaria n. 95, de 1-5-40, da D. A.	10	11\$0	110\$0
Artur Goulart de Sá — Laboratorista XI — Salário: 600\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31), em Campinas (S. Paulo), fazendo levantamentos aerofotogramétricos. Portaria n. 113, de 1 de maio de 1940, da D.A.	31	10\$0	310\$0
Mardônio Pessoa Câmara — Armazenista X — Salário: 550\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31), em União, Estado do Ceará, balanceando almoxarifados. Portaria n. 23, de 30-3-40, da D. A.	31	9\$0	279\$0
Alcides Corbacho Garcia — Topógrafo X — Salário: 550\$0 — Sede: Capital Federal. 20 ds. (3 a 22), em Bom Jardim (Estado do Rio) em serviço de hidrometria. Portaria n. 83, de 1-5-40, da D.A.	20	9\$0	180\$0
Ever da Silva — Topógrafo auxiliar VIII — Salário: 450\$0 — Sede: Capital Federal. 20 ds. (5 a 24) em Ouro Preto, (Estado de Minas), em serviço de topografia. Portaria n. 128-A, de 17-8-40, da D. A.	20	8\$0	160\$0
José Machado Cavalcanti — Auxiliar de escritório VII — Salário: 400\$0 — Sede: Capital Federal, 31 ds. (1 a 31), em Lavras (Ceará), auxiliando em estudos de irrigação. Portaria n. 20-A, de 30 de março de 1940, da D.A.	31	8\$0	248\$0

Clodovil de Freitas Pereira — Guarda VI — Salário: 350\$0 — Sede: Capital Federal. 31 ds. (1 a 31), em Lavras (Estado do Ceará), fiscalizando instrumentos e ferramentas. Portaria n. 21, de 30 de março de 1940, da D. A.	31	8\$0	248\$0
Heloisa de Belens Bezzi — Praticante de escritório VI — Salário: 350\$0 — Sede: Capital Federal. 25 ds. (2 a 26), em Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), em trabalhos de escritório, referentes a hidrometria. Ofício n. 1.257, de 10-8-40, da D. A.	25	8\$0	200\$0
Total			9:724\$5

Foram prestados os serviços mencionados nesta folha.

Confere e importa a presente folha de diárias em nove contos, setecentos e vinte e quatro mil e quinhentos réis (9:724\$5), quantia essa deduzida no respectivo crédito da Divisão do Pessoal, consoante empenho n. 1.168, de 2-12-40.

— Secção de Controle, em 6-12-940. — *Eduardo Pereira Filho*, encarregado da Equipe de Diárias. Visto. Em 9-12-40. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da S. C.

INSTITUTO DE EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939 — Art. 3º, anexo 7 — Verba 1 — Pessoal — Consignação V — Indenizações — Sub-consignação n. 8 — Diárias 07) Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — I. Exp. Agrícola.

Folha de pagamento de diárias por serviços prestados fora da sede, ao pessoal abaixo indicado, do Instituto de Experimentação Agrícola, do C.N.E.P. A., relativa ao mês de novembro do corrente ano.

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Import. da diária	Total
José Augusto Rocha , agrônomo fruticultor K, vencimento 1:960\$0 — Sede: Capital Federal — 28 dias: (1 a 28), nos Estados do nordeste coletando mudas de palmeiras industrializáveis e sementes, e mudas de plantas frutíferas. Portaria ministerial n. 385, de 29-7-40.	28	32\$0	896\$0
Benedito Augusto de Campos Bueno , prático de laboratório, G, vencimentos 965\$0 — Sede: Capital Federal — 13 dias: (12 a 24 de 11) em São Paulo (Capital) coletando amostras textéis destinadas aos trabalhos e exames no Laboratório C. de Fibras. Ordem de serviços n. 23, de 8-11-40, do I. E. A.	13	15\$0	195\$0
Total			1:091\$0

Foram prestados os serviços mencionados nesta folha.

Confere e importa a presente folha de diárias, em um conto noventa e um mil réis (1:091\$0), quantia essa deduzida no respectivo crédito, consoante empenho n. 1.198, de 6-12-940.

Secção de Controle, em 5 de dezembro de 1940. — *Eduardo Pereira Filho*, encarregado da Equipe de Diárias. Visto. Em 11-11-940. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da S. C. Visto. — *Waldemar José de Carvalho*, diretor.

INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL

Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939 — Art. 3º — Anexo 7 — Verba 1 — Pessoal — Consignação V — Indenizações — Subconsignação n. 8 — Diárias 04) — Departamento Nacional da Produção Animal — I. B. A.

Folha de pagamento de diárias, por serviços prestados fora da sede, ao pessoal abaixo indicado, do Instituto de Biologia Animal, do D. N. P. A., relativa ao mês de outubro do corrente ano.

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Darci Rodrigues da Silva — Agrônomo Biologista — "K" — 1:300\$0 — Sede: Capital Federal — 11 dias (1 a 11-10) em Granjas Reunidas, Município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais, estudando as plantas forrageiras existentes. (Pedido da firma Dolabela Portela & Comp., Limitada, aprovado pelo Sr. diretor da I. B. A. e pelo diretor geral do D. N. P. A.	11	32\$0	352\$0

Agostinho Lombardo — Biologista do D. N. P. A., J — 1:500\$0 — Sede: Capital Federal — 31 dias (1 a 31), na Fazenda Experimental de Criação, em Bagé, Rio Grande do Sul, procedendo a premunicação contra a tristeza de reprodutores adquiridos na República Argentina. (Portaria n. 34, de 24 de agosto de 1940, do senhor diretor geral do D. N. P. A.	31	25\$0	775\$0
--	----	-------	--------

Albano Joaquim de Assunção — Prático de Laboratório, — "F" — 700\$0 — Sede: Capital Federal — 31 dias (1 a 31), na Fazenda Experimental de Criação, em Bagé, Rio Grande do Sul, auxiliando os trabalhos de premunicação contra a tristeza de reprodutores, adquiridos nas Repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai. (Portaria n. 35, de 24 de agosto de 1940, do senhor diretor do D. N. P. A.	31	12\$0	372\$0
Total			1:499\$0

Foram prestados os serviços mencionados nesta folha.

Confere e importa a presente folha de diárias, em 1:499\$0 (um conto quatrocentos e noventa e nove mil réis), quantia essa deduzida no respectivo crédito, consoante empenho n. 1.194, de 5 de dezembro de 1940.

Secção de Controle, em 9 de dezembro de 1940. — *Eduardo Pereira Filho*, encarregado da Equipe de Diárias. Visto. Em 11 de dezembro de 1940. — *Carlos Olympio Paes*, chefe da S. C. Visto. — *Waldemar José de Carvalho*, diretor.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

SECÇÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA

Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, art. 3º, anexo 7, Verba 1.ª — Pessoal, Consignação V — Indenizações, Subconsignação número 8 — Diárias, 06) D. N. P. V.

Folha de pagamento de diárias vencidas pelo agrônomo fomento agrícola, classe J, José Fusetti de Viveiros, no mês de outubro de 1940:

Nomes — Categorias — Observações	Dias de trabalho	Total
José Fusetti de Viveiros — Agrônomo Fomento Agrícola, classe J — Vencimentos: 1:500\$0 — Sede: Vitória (Estado do Espírito Santo) — Esteve o AGFA J, José Fusetti de Viveiros, em serviço fora de sua sede de trabalho nos dias 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 de outubro do corrente ano, em inspeção às usinas de mandioca nos Municípios de Alfredo Chaves, Itapemirim, Cariácica e Santa Leopoldina, neste Estado, conforme ordem de serviço constante da portaria n. 57-V, de 10 de outubro de 1940, do Sr. diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal. O serviço acima foi integralmente prestado e, de conformidade com a letra b, art. 1º, do Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, foi-lhe arbitrada a diária de vinte e cinco mil réis (25\$0)	18	450\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento na quantia de quatrocentos e cinquenta mil réis (450\$0).

Em 28 de novembro de 1940. — *Eunice C. Freitas de Souza*, datilógrafo F. Confere. Em 6 de dezembro de 1940. — *E. de Queiroz Filho*, encarregado da Equipe. Visto. — *Waldemar José de Carvalho*, diretor do Pessoal.

Divisão de Terras e Colonização

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 6 de dezembro de 1940.

Por portaria n. 14, foi designado o oficial administrativo, classe 1, Mário Moreno de Alagão, de acordo com os artigos 89 e 90 do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-39, para substituir o secretário desta Divisão, oficial administrativo, classe K, Armando da Silva Barros, durante o período em que o mesmo estiver licenciado.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal

ORDENS DE SERVIÇOS

Dia 4 de novembro de 1940

A' Secção de Fruticultura:

Para providenciar a ida do agrônomo Henrique Carlos Moreira à Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, afim de inspecionar a propriedade do Sr. Savio Gama, na referida localidade, ficando-lhe arbitrada a diária de 38\$0.

Dia 11 de novembro de 1940

Ao Sr. Chefe da Secção de Sementes e Adubos:

Autorizo a ida do AGFA-J, Dário Tavares Gonçalves, a São Paulo, afim de examinar uma partida de sementes, ficando-lhe arbitrada a diária de 25\$0.

Dia 28

Ao Sr. Chefe de Secção de Plantas Textéis:

De acordo com o S.C.V. n. 10.199, de 940, autorizo a ida do escriturário, mensalista XXI, Jader Torres de Resende, ao Estado de Minas Gerais, afim de colher dados estatísticos relativos à produção algodoeira, ficando-lhe arbitrada a diária de 25\$0.

Dia 30

A' Secção de Sementes e Adubos:

Declara que resolveu arbitrar em 8\$0 as diárias em favor da auxiliar de escritório X, Santina de Menezes Santos, incumbida de auxiliar os trabalhos de inventário dos materiais da Secção de Fomento Agrícola no Estado do Pará, conforme processo S.C.V., número 10.091-40.

Dia 2 de Dezembro de 1940

Sr. Chefe da Secção do Café:

Autoriza a ida do AGCC-K, Carlos Alberto de Araujo, ao Estado de S. Paulo, afim de proceder a entrega de documentos à Secção naquele Estado, ficando-lhe arbitrada a diária de 32\$0.

Divisão de Fomento da Produção Animal

PORTARIA N. 1 DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor atendendo a que, com o reduzido número de funcionários de que dispõe e com o fim do exercício que se aproxima, os serviços que lhe são afetos aumentam de volume, exigindo dos funcionários serviços fora das horas regulamentares, resolve, nos termos do art. 122, letra "a" do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, antecipar e prorrogar o expediente, no período de 10 a 31 de dezembro corrente, dos seguintes funcionários desta Diretoria: João Pinto da Costa Sobrinho, oficial administrativo, classe "I"; Reinaldo Pinto Machado, oficial administrativo, classe "I"; Rômulo Gigliotti, prático rural, classe "H", e José Soares, servente, classe "B", arbitrando-lhes a gratificação correspondente a um terço dos respectivos vencimentos, nos termos do § 1.º do art. 122, do citado Decreto-lei. — *Mário Telles da Silva.*

Laboratório Central da Produção Mineral

Portaria n. 36 de 20 de novembro de 1940 — O Diretor resolve designar o Técnico de Laboratório, classe L, do Quadro Único deste Ministério, com exercício neste Laboratório, João Bruno Alípio Lobo, para, em companhia do Técnico de Laboratório, classe K, do mesmo Quadro e Ministério, com exercício nesta Diretoria, João Batista de Campos Paiva, proceder aos estudos da água mineral de Sarandí, em Minas Gerais, de propriedade Irmãos Habeyche Limitada. — Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1940. — *Mário da Silva Pinto, Diretor.*

Departamento Nacional da Produção Mineral

SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 6 de dezembro de 1940

Aminias Jorge Guedes — Pedido de certidão. — Deferido. DGPM 5.955-40.

Otávio Valdetaro Coimbra — Desistência de pedido de autorizações para pesquisa. — Providência para que seja reconhecida a firma do interessado. DGPM. 5.949-40.

Laboratório Central da Produção Mineral

PORTARIA N. 37 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1940

O diretor resolve designar o técnico de laboratório classe K, do Quadro Único deste Ministério, com exercício neste Laboratório, João Batista de Campos Paiva, para, em companhia do técnico de laboratório, classe L, do mesmo Quadro e Ministério, com exercício nesta Diretoria, João Bruno Alípio Lobo, proceder aos estudos da água mineral de Sarandí, em Minas Gerais de propriedade de Irmãos Habeyche Limitada.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1940. — *Mário da Silva Pinto, diretor.*

Confere com o original. — *Yolanda de C. Prado, aux. escr. IX.*

Serviço de Economia Rural

Portaria n. 132, de 10 de dezembro de 1940

O diretor do Serviço de Economia Rural, usando da atribuição que lhe confere a alínea "j" do art. 9.º do regimento aprovado pelo Decreto n. 4.440, de 26-7-39, resolve designar o extranumerário-mensalista, auxiliar de escritório IX, João Carlos Caravelli, com função no Posto de Classificação e Fiscalização da Exportação de Frutas, da Secção de Padronização de Produtos Alimentares, para ter exercício na Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais. — *Arthur Torres Filho, diretor.*

Agência no Estado do Paraíba

Folha de pagamento, por serviços extraordinários, do pessoal desta agência, nos termos do art. 222, alínea "a", parágrafo primeiro, do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-1939, combinado com o artigo 1.º, alínea "b" e demais disposições do Decreto n. 5.062, de 27-12-1939, correndo a despesa por conta da verba 1 — Pessoal, consignação IV — Gratificação por serviços extraordinários — 07) — Serviço de Economia Rural, no período de 2 de outubro a 30 de novembro do corrente ano, arbitrando-lhes gratificação correspondente a um terço do vencimento mensal.

Nomes — Cargos — Observações	Parciais	Totais
Nicolau Tolentino da Costa, C1PV-II (1:100\$0). De 2 a 31 de outubro..... De 1 a 30 de novembro.....	366\$7 366\$7	733\$4
Vicente Sales de Oliveira, FPT-F (700\$0): De 2 a 31 de outubro..... De 1 o 30 de novembro.....	200\$0 200\$0	400\$0
(O funcionário em apreço ao tempo em que foi remetido o crédito, pertencia à classe "E", razão por que foi arbitrada nesta base.)		
Rossini Veras Saldanha, FPT-E (600\$0): De 2 a 31 de outubro..... De 1 a 30 de novembro.....	200\$0 200\$0	400\$0
Valfredo Lins Marques, C1-Aux. VIII (450\$0): De 2 a 31 de outubro..... De 1 a 30 de novembro.....	150\$0 150\$0	300\$0
Valdemar Lins Marques, clas. auxiliar VIII (450\$0): De 2 a 31 de outubro..... De 1 a 30 de novembro.....	150\$0 150\$0	3 00\$0
Bento Fernandes Penha, C1-Aux. VIII (450\$0): De 2 a 31 de outubro..... De 1 a 30 de novembro.....	150\$0 150\$0	300\$0
José Jaci de Medeiros, auxiliar de escritório VII (400\$0): De 2 a 31 de outubro..... De 1 a 30 de novembro.....	133\$3 133\$3	266\$6

João Batista de Andrade, servente V (300\$0):			
De 2 a 31 de outubro.....	100\$0		
De 1 a 30 de novembro.....	100\$0	200\$0	
Adolfo de Albuquerque Montenegro, servente V (300\$0):			
De 2 a 31 de outubro.....	100\$0		
De 1 a 30 de novembro.....	100\$0	200\$0	
Augusto Francisco da Silva, praticante de escritório IV (250\$0):			
De 2 a 31 de outubro.....	83\$3		
De 1 a 30 de novembro.....	83\$3	166\$6	
	3:266\$6	3:266\$6	

Confere e importa a presente folha em três contos duzentos e sessenta e seis mil e seiscentos réis (3:266\$6).

Agência do Serviço de Economia Rural em João Pessoa, 2 de dezembro de 1940. — (Assinatura ilegível). FPT-G, encarregado da Divisão do Pessoal. — Visto. Luiz Nuno de Sousa Brum.

PORTARIA N. 133 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

O Diretor do Serviço de Economia Rural, usando da atribuição que lhe confere a alínea "j" do art. 9.º, do Regimento aprovado pelo Decreto n. 4.440, de 26-7-39, Resolve remover o extranumerário mensalista, inspetor XIII, Romeu Figueiredo, da Agência deste Serviço no Estado do Ceará, para idêntico órgão no Estado do Paraná. — Arthur Torres Filho, Diretor.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Departamento de Administração

Serviço de Comunicações

PRIMEIRA SECÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 22 de novembro de 1940 (aditamento)

Processos despachados:

Francisco Cruz, pedindo seja efetuada a transferência, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para o dos Industriários, das contribuições de seu filho Wilson Cruz, afim de que lhe possa ser concedida aposentadoria (MTIC 32.511-940). — Transmite-se à interessada a informação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. (A informação a que alude o despacho esclarece que a demora da transferência é motivada pela falta de recolhimento, por parte da empresa J. V. Ramos, das contribuições daquele assegurado, relativas aos meses de outubro de 1935 a dezembro de 1937 e janeiro e fevereiro de 1938, e cujo cobrança executiva está sendo promovida, tendo sido tomadas providências afim de solucionar o assunto).

Dia 28 (aditamento)

Raimundo Ferreira Montenegro, transmitindo recurso interposto por José Moreira de Aguiar da decisão pela qual o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários indeferiu o seu pedido de empréstimo hipotecário. (MTIC 30.715-940). — Transmite-se ao interessado o acordão do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. (Conclui o acordão a que alude o despacho pela confirmação do ato recorrido).

Dia 6 de dezembro (aditamento)

Associação Patrocínio da Sagrada Família Jesus, Maria, José, pedindo isenção de pagamento das contribuições em atraso, devidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, anteriores a agosto de 1938, bem como permissão para efetuar o das posteriores em dez prestações. (MTIC 11.769-940). — Indeferido, à vista do parecer do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. (O parecer a que alude o despacho opina pelo indeferimento do pedido, visto se tratar de estabelecimento de ensino com finalidades de lucro).

Casas Pernambucanas e outros, pedindo providências no sentido de cessarem os efeitos do ato pelo qual foi concedida a Isaac Naspi, licença para exercer as funções de leiloeiro, independente do cumprimento das disposições constantes no Decreto n. 21.981, de 19 de outubro de 1932. (MTIC 35.554-40). — Encaminhe-se à Junta Comercial do Minas Gerais, para providenciar e informar, cientes os interessados.

Dia 10

Jornal do Comércio, Jornal do Brasil e Correio da Manhã, solicitando, à vista do disposto nos Decretos-leis ns. 2.162, de 1 de maio de 1940, e 2.308, de 13 de junho do mesmo ano, seja a indústria do jor-

nal objeto de estudo especial, para o efeito de ser regulamentado dentro do espírito do art. 25 do segundo dos referidos decretos o trabalho naquela indústria. (MTIC-37.783-940). — Como parece ao assistente técnico, no que concerne à dúvida exposta no item 2 e bem assim no tocante às conclusões do item 1. Ao SCm., para publicar o parecer acima, transmitindo seu texto aos interessados. (É do teor seguinte o parecer a que alude o despacho: "1. Informado já pelo encarregado do Serviço Médico da Inspetoria do Departamento Nacional do Trabalho, apresento a V. Ex. o processo em que vários matutinos desta Capital expõem dúvidas sobre a execução do Decreto-lei n. 2.308, de 13 de junho último. De acordo com essa informação e com os esclarecimentos já prestados por esta assistência, pode concluir-se: I) que o referido decreto-lei não impede o trabalho em turnos, bastando, para que o serviço se faça por turnos ou intervalo de mais de 2 horas, o acordo escrito dos interessados ou o contrato coletivo; II) que nenhum impedimento há na lei em que um empregado preste serviço a mais de um empregador; III) que a indústria do jornal enquadra-se entre as classificadas como *insalubres* pela verificação frequente de casos de intoxicação pelo chumbo, de trabalhadores nela ocupados. Assim, as operações de *linotipia, composição, cromolitografia, e manipulação de caracteres se enquadram expressamente no 2.º grau de insalubridade média*, ao passo que a *estereotipia, consistindo na função do chumbo, está compreendida no 1.º grau de insalubridade máxima*; IV) que as percentagens inerentes aos graus de insalubridade podem ser reduzidas e até eliminadas, desde que se adotem processos ou métodos especiais capazes de defender a saúde do trabalhador, nos termos da portaria SCm-51, de 13 de abril de 1939; V) que o aumento que incide sobre o trabalho noturno só grava o serviço em que não haja revezamento, obedecendo, aliás, esse gravame ao preceito constitucional expresso (art. 137, letra j); VI) que o Decreto-lei n. 2.308, prevê a expedição de regulamentos especiais para trabalhos que ofereçam condições peculiares de execução. Assim, para que ao serviço de imprensa fosse dada essa regulamentação especial, bastaria evidenciar a impossibilidade de ser o mesmo executado segundo os preceitos gerais do Decreto-lei n. 2.308. 2. Além dessas conclusões já constantes das informações anteriores, julgo que há, a respeito do artigo 6.º do Decreto-lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940, uma dúvida de interpretação que deve ser esclarecida. Nos termos desse artigo parece-me que os aumentos percentuais previstos devem verificar-se proporcionalmente ao salário mínimo, *sobre a remuneração fixada nas tabelas desse decreto-lei e não, como se quer entender, sobre o vencimento efetivamente percebido*, pois, se assim fosse, não teria a lei do salário mínimo limitado a fixar os *mínimos* legais, mas teria ido além, legislando sobre contrato de trabalho em geral, na parte afim à remuneração do trabalho insalubre; e esse aumento seria apenas favorável aos atuais empregados, pois que os futuros sofreriam diminuições iniciais que compensassem os aumentos da lei. Julgo que os coeficientes de 10 %, 20 % e 40 % incidem sobre o salário tabelado no Decreto-lei n. 2.162 assim, no Distrito Federal os aumentos são de 24\$0, 48\$0 e 96\$0 sobre 240\$0, sendo portanto os salários mínimos nas indústrias insalubres, conforme o grau, 260\$0, 288\$0 e 336\$0, não atingindo essas percentagens salários já superiores a esses valores mínimos. Essa dúvida deveria ser desde logo resolvida através de pronunciamento ministerial, para evitar de futuro interpretações desencontradas. 3. Isso posto, e uma vez resolvida a dúvida indicada no item 2, parece-nos que poderia ser transmitida aos interessados a resposta constante das conclusões enumeradas no item 1 da presente exposição.")

Segunda Secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 27 de novembro de 1940

Hime & Cia. (Sindicos da Massa Falida de D. Campion), pedindo relevação da multa que lhe foi imposta nos termos da alínea a do artigo 2º do Decreto n. 24.742, de 14 de julho de 1934 (MTIC 36.400-940). — Como parece ao Departamento Nacional do Trabalho. Dou provimento ao recurso, para o efeito de relevar a multa imposta.

Leal Irmãos, pedindo reconsideração do despacho em virtude do qual foi confirmada a decisão proferida no processo DNT 5.557-938 relativa a multa que lhe foi imposta por inobservância do preceituado n. art. 44 do Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934 (MTIC 22.224-939). — Mantenho o despacho anterior de fls. 17-v., cujos fundamentos não foram elididos pelo pedido de reconsideração em apelo.

Dia 2

Aliança dos Operários na Indústria da Construção Civil, pedindo seja avocado o processo em que são partes o seu associado Leonardo da Natividade e os Srs. D. Cuinas & Fonseca Limitada (MTIC 31.563-940). — Preliminarmente: deixo de conhecer do pedido de avocação, dada a carência do fundamento legal.

Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul, pedindo seja avocado o processo em que são partes o seu associado advogado Marcionílio Mais e o Sindicato dos Vendedores Ambulantes de Porto Alegre. (MTIC 25.762-940). — Avóco o processo, para o efeito de reformar, em parte a decisão da Junta a quo, nos termos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho, feitos os cálculos pela própria Junta. (O parecer a que alude este despacho é o seguin-

te: Parece-me ter fundamento legal o pedido de avocação. Na verdade, a decisão recorrida foi unânime, mas, a meu ver, violou o direito que regula a espécie. O recorrente, em sua reclamação, disse — e não foi contestado — que exerceu o lugar de consultor jurídico do reclamado, cumulativamente com o de auxiliar da Secretaria e Tesouraria, trabalhando de 31 de outubro de 1938 a 1º de abril do ano corrente, isto é, durante 1 ano e 5 meses. Equiparado a comerciário, assistia-lhe, ao ser dispensado o direito de receber do reclamado a importância correspondente a 2 meses e 15 dias de ordenado, sendo 1 mês de indenização, dado o seu tempo de serviço e o que estatua a lei n. 62, de 5 de junho de 1935, 1 mês correspondente ao aviso prévio estabelecido pelo art. 81 do Código Comercial e 15 dias de férias, de conformidade com o Decreto n. 23.103, de 19 de agosto de 1933. Tal, porém, não ocorreu, pois o recorrente foi demitido, recebendo apenas a quantia relativa a 1 mês de ordenado, a título de indenização. A Junta prolatora da decisão recorrida, julgou, portanto, prejudicado o direito do recorrente a indenização da lei 62, por tê-la recebido, como confirmou; negou-lhe o direito ao aviso prévio por achar que escapa à competência da Justiça trabalhista; e, finalmente, impugnou o pedido na parte relativa a férias, sem fundamento que justifique tal deliberação. Em relação à primeira parte da decisão, realmente o tribunal prolator decidiu bem, não acontecendo o mesmo quanto às razões concernentes à recusa do aviso prévio e férias. Afigura-se-me, em face da jurisprudência do Ministério e dos dispositivos citados, assistir ao recorrente o direito a receber, ainda, do reclamado 1 mês e 15 dias de ordenado e, neste sentido, opino seja dado provimento ao recurso interposto e, portanto, modificada a decisão recorrida.

Dia 2

Sindicato dos Proprietários de Veículos de Santos, Estado de São Paulo, pedindo seja avocado o processo em que são partes o requerente e Antônio Ezequiel Feliciano da Silva (MTIC 34.078-940). — Avoco o processo, nos termos e para os efeitos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho opina pela nulidade da decisão da Junta, por violar direito expresso, deixando de converter o julgamento em diligência afim de que se procedesse ao necessário inquérito, como estatua o Decreto-lei número 39, de 3 de dezembro de 1937).

Miguel Lucas, São Paulo, pedindo seja avocado o processo em que são partes o requerente e a firma Catalano & Gatti Limitada (MTIC 21.107-940). — Avoco o processo, nos termos e para os efeitos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho é do seguinte teor: — A Terceira Junta de Conciliação e Julgamento do município de São Paulo, Estado do mesmo nome, julgou improcedente a reclamação de Miguel Lucas contra Catalano & Gatti Limitada, sob o fundamento de se achar prescrito o direito do reclamante. Fora este despedido em 14 de outubro de 1937 e a reclamação fora apresentada à Junta em 13 de maio de 1939, o que, segundo a decisão do tribunal do trabalho incidiria no que dispõe sobre prescrição o art. 17 da lei n. 62, de 5 de junho de 1935. Requerida avocação do processo pelo reclamante, pedimos ao Sr. Procurador Geral fossem os autos em diligência ao Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo para juntada da petição inicial. Esta faz prova de que a reclamação dera entrada no referido Departamento em 25 de novembro de 1937, pouco mais de um mês decorrido sobre a dispensa do reclamante. A lei 62, de 5 de junho de 1935, invocada pela Junta estabelece: "Art. 17. O direito à indenização criado nesta lei prescreve em um ano, a contar da data da despedida". A prova dos autos é, já agora, de uma exuberância irrecusável quanto à interrupção da prescrição. Se é certo que à Junta foi a reclamação submetida depois de decorrido o prazo do art. 17 da lei n. 62, não é menos certo que apresentada tal reclamação, dentro do mesmo prazo, à repartição competente para recebê-la, ficou a prescrição por isso legalmente interrompida. Isto posto, opinamos no sentido de ser a decisão da Junta anulada e devolvido o processo a esse tribunal de trabalho para ser de novo apreciada).

Sociedade Anônima Indústrias Reunidas F. Matarazzo, pedindo seja avocado o processo em que são partes a requerente e João Romano (MTIC 22.785-940). — Avoco o processo, para o efeito de reformar, em parte, a decisão da Junta a quo, nos termos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho, feitos os cálculos pela própria Junta. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: — O reclamado afirma e está provado, no processo, por declaração do reclamante — ter ele trabalhado para a Fazenda Amália, de propriedade de Francisco Matarazzo Junior, Companhia Mecânica e Coronel Schmidt, adquirida, depois, pelo primeiro, desde 6 de agosto de 1923, — ter ele, também, trabalhado para S. A. Santa Filomena, desde 1930; que, em começo de 1935, começou ele a prestar serviços à Indústria Reunida Francisco Matarazzo, na Fazenda Barbacena, presa por anteceder a casa S. A.; que, em 1939 foi despedido de Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, o que determinou este processo, mediante a reclamação. — Na verdade, é presidente da Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Francisco Matarazzo Junior, que também é presidente da S. A. Santa Filomena e proprietário individual da Fazenda Santa Amália. Entretanto, essas são três empresas distintas, que se não confundem, porque são duas S/A e a terceira firma individual. Não importa que sócios ou acionistas de uma o sejam também de outra; continuam elas a constituir-se pessoas jurídicas distintas, com personalidade e responsabilidade próprias, que se não estende às outras, a menos que formalmente se obrigassem, o que não se dá na espécie. Uma, portanto, não pode responder pelos compromissos assumidos pela outra. Não é

aplicável ao caso o que dispõe a lei 435-937, porque, ao que me parece, Fazenda Amália e S/A Santa Filomena, acima citadas, não são controladas, dirigidas ou estão sob a administração de Indústrias Reunidas F. Matarazzo, condição essencial para que se as considere "empregadora única". Assim consideradas, de acordo com aquela lei são Indústrias Reunidas F. Matarazzo e Fazenda Barbacena, e deste modo as consideramos neste parecer. Empregado que foi de Fazenda Amália, desde 1923 até 1939, quando deixou (como se diz no processo) o emprego — teria o reclamante, nessa empresa, direito à estabilidade, se provado ficasse que não deixara o emprego, mas que fora despedido abusivamente. Porém tal não é a reclamação do processo. O que se quer, o que a Junta quis, é unir Fazenda Amália a Indústrias Reunidas F. Matarazzo, para imputar a esta última a responsabilidade da estabilidade do empregado. Ora, isso não é possível, como demonstramos. Em Indústrias Reunidas F. Matarazzo outra empregadora que Fazenda Amália, tem ele somente cinco anos de serviço — e despedido abusivamente terá, como tem, direito a cinco meses de salários, nos termos da lei 62/35. Destarte, e considerando ter o reclamante sido despedido injustamente, como se patenteia do processo, de Indústrias Reunidas F. Matarazzo, opino seja indenizado, por essa empresa, de acordo com a lei e mantida, no mais, a decisão recorrida. Nada impede, todavia, que ele reivindique o direito à sua estabilidade na Fazenda Amália, nos termos do item 4º, que acima formulamos, se porventura a lei o apoiar nessa pretensão, isto é, se demonstrar que não abandonou o serviço, como se diz, mas que foi despedido, sem ter cometido a falta grave, de que fala a lei).

Dia 2 de dezembro de 1940

Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Anexos da Cidade do Salvador pedindo seja avocado o processo em que são partes seu associado Marcelino Bispo de Araujo e José Porfírio de Sousa (MTIC 32.849-940) — Avoco o processo, nos termos e para os efeitos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho pina pela anulação da decisão visto ter a Junta tomado conhecimento da reclamação, na forma do pedido inicial, limitando-se a considerar o mesmo, no seu aspecto menos importante, o de férias, e desprezando a parte principal da questão, que é a de dispensa sem justa causa nem aviso prévio, de empregado que alegou contar doze anos ao serviço do reclamado. Tratando-se de reclamação de empregado com direito à estabilidade, à Delegacia Regional cabe, antes de novo julgamento, proceder ao inquérito estabelecido no artigo 6º do decreto-lei n. 39, de 3 de dezembro de 1937).

Fábrica Ipú, Sociedade Anônima, Nova Friburgo, Estado do Rio, pedindo seja avocado o processo em que são partes a reclamante e Abrahão da Costa Sousa (MTIC 27.726-940) — Avoco o processo nos termos e para os efeitos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho declara que a reclamação que dá origem ao presente processo, firmada por empregado com direito à estabilidade, teria de ser objeto, na Décima terceira Delegacia Regional, do inquérito legal. Não tendo sido observada essa formalidade substancial, cabe anular o julgamento, e devolver o processo àquela Delegacia para que a satisfaça, depois do que será a reclamação submetida a novo julgamento pela Junta competente).

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portaria de 10 de dezembro de 1940, foi designado o Atuário, classe K, do Quadro único deste Ministério, Renato de Castro, para estudar, *in-loco*, no prazo máximo de vinte dias, a situação da Caixa de Acidentes dos Opeários em Docas e Armazens de Café de Vitória, Estado do Espírito Santo, e propor, consequentemente, as medidas mais convenientes ao seu equilíbrio financeiro. (Processo MTIC 34.203-40).

Por portaria de 11 de dezembro de 1940, foi designado o Escriturário, classe E, Lúcio de Andrade, para exercer as funções de suplente de Presidente da 1ª Junta de Consolidação e Julgamento desta Capital. (Processo MTIC 37.250-40).

Por portaria de 11 de dezembro de 1940, foi exonerado o Bacharel Elmar Wilson de Aguiar Campos das funções de suplente de Presidente da 1ª Junta de Consolidação e Julgamento desta Capital. (Processo MTIC 37.250-40).

Dia 5-11-40

Apostilas:

No decreto que nomeou Joaquim Panalva dos Santos, para exercer o cargo de perito de Propriedade Industrial, padrão L, do Quadro único deste Ministério, foi feita a seguinte: O provimento efetivo do cargo de que trata o presente decreto está subordinado à condição prevista no art. 15 do Decreto-Lei n. 2.679, de 7 de outubro de 1940. (Processo MTIC 37.246-40).

No decreto que nomeou Abel Ribeiro Filho, para exercer o cargo de perito de Propriedade Industrial, padrão L, do Quadro único deste Ministério, foi feita a seguinte: O provimento efetivo do cargo de que trata o presente decreto está subordinado à condição prevista no art. 15 do Decreto-Lei n. 2.679, de 7 de outubro de 1940. (Processo MTIC 37.246-40).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Por portaria de 20 de maio de 1940, foi admitido como extranumerário mensalista, para desempenhar as funções de Servente, referência V, do Serviço do Pessoal, com o salário mensal de trezentos mil réis (300\$0), pelo prazo de doze meses, a partir de 1 de janeiro de 1940, de acordo com o Decreto n. 5.060, de 26 de dezembro de 1939, publicado no Diário Oficial de 30 de dezembro de 1939 — Suplemento, Wilson Rodrigues Paes Leme. Esta portaria de admissão poderá ser cancelada antes de terminado o prazo nela estipulado, se assim convier aos interesses da administração pública e sem que caiba ao extranumerário mensalista qualquer direito a reclamação ou a indenização. (Publicado novamente por ter saído com incorreções no Diário Oficial de 21 de agosto de 1940).

DELEGACIA REGIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha de pagamento de gratificações a que fizeram Jús, por exercício em órgão de deliberação coletiva, no mês de outubro último, Cândido Gomes de Freitas e outros, em um total de 6 (seis) nomes, na qualidade de presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital do referido Estado.

Nomes — Função — Juntas	Gratificações por sessões	Número de sessões	Despesa total
Cândido Gomes de Freitas — Presidente — 1. ^a	40\$0	20	800\$0
Nilo Liberato Barroso — Presidente — 2. ^a	40\$0	17	680\$0
José Cabral — Suplente de presidente em exercício — 2. ^a	40\$0	3	120\$0
Rodolfo de Abreu Bhering — Presidente — 3. ^a	40\$0	20	800\$0
Sabino Brasileiro Fleury — Presidente — 4. ^a	40\$0	20	800\$0
Newton Lamounier — Presidente — 5. ^a	40\$0	20	800\$0
			4:000\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento em quatro contos de réis (4:000\$0).

Belo Horizonte, 6 de novembro de 1940. — José Dutra de Moraes, auxiliar de escritório VII. Confere. S.F., m 11 de dezembro de 1940. — Samuel França de Almeida, escriturário G. Visto. — Jês C. de Paiva, chefe da Seção Financeira. Visto. — João Fleury, delegado regional.

DELEGACIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de pagamento, referente aos meses de julho, agosto e setembro últimos, do Presidente e Suplente de presidente da Comissão Mista de Conciliação no referido Estado.

Nome — Categoria	Número de sessões	Despesa total	Gratif. por sessão	Líquido a pagar
Paulo D. Murgel — Presidente:				
Julho	2	200\$0	100\$0	
Agosto	4	400\$0	100\$0	
Setembro	2	200\$0	100\$0	
		800\$0		800\$0
José Lafayeth Beltrão Soares — Suplente:				
Julho	3	300\$0	100\$0	
Agosto	1	100\$0	100\$0	
Setembro	3	300\$0	100\$0	
		700\$0		700\$0
				1:500\$0

Confere e importa esta folha em 1:500\$0 (um conto e quinhentos mil réis).

Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, em 16 de outubro de 1940. — (Assinatura ilegível), escriturário E. Visto. São Paulo, 16 de outubro de 1940. — (Assinatura ilegível), delegado regional do Trabalho. Confere. S.F., em 11 de dezembro de 1940. — Samuel França de Almeida, escriturário G. Visto. — Jês C. de Paiva, chefe da Seção Financeira.

Folha de pagamento, referente ao mês de agosto último, dos presidentes e suplentes das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Nomes — Categorias	Dias de sessão	Gratificação	Líquido a pagar
Rio Branco Paranhos — Presidente ...	20	40\$0	800\$0
Ernesto Chamina — Presidente	20	40\$0	800\$0
Carlos de Figueiredo Sá — Presidente	20	40\$0	800\$0
Raul Alves Guimarães — Presidente ..	20	40\$0	800\$0
Francisco P. Reimão Helmeister — Presidente	20	40\$0	800\$0
Casimiro Pinto Neto — Presidente	1	40\$0	40\$0
Homero Diniz Gonçalves — Presidente	20	40\$0	800\$0
Alufzio de Faria Coimbra — Presidente	20	40\$0	800\$0
Olavo Fernandes — Presidente	19	40\$0	760\$0
João Carlos de Siqueira — Suplente ..	20	40\$0	800\$0
Felício Simão — Suplente	7	40\$0	280\$0
Paulo de Tarso Rodrigues — Suplente .	1	40\$0	40\$0
Alexandre de Oliveira Sales — Suplente	1	40\$0	40\$0
			7:560\$0

Confere e importa esta folha em (sete contos, quinhentos e sessenta mil réis) 7:560\$0.

Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, 2 de setembro de 1940. — (Assinatura ilegível), Escriturário "E". Visto. — (Assinatura ilegível), delegado regional do Trabalho. Confere. — Samuel França de Almeida, Escriturário G. Visto. — Jês C. de Paiva, chefe da Seção Financeira. Visto. — José Almeida, diretor substituto.

Folha de pagamento, referente ao mês de julho do corrente ano, dos presidentes e suplentes das Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital do referido Estado.

Nomes — Categorias	Dias de sessão	Gratificação	Líquido a pagar
Rio Branco Paranhos — Presidente ..	20	40\$0	800\$0
Ernesto Chama — Presidente	10	40\$0	400\$0
Raul Alves Guimarães — Presidente ..	20	40\$0	800\$0
Francisco P. Reimão Helmeister — Presidente	20	40\$0	800\$0
Carlos de Figueiredo Sá — Presidente	20	40\$0	800\$0
Homero Diniz Gonçalves — Presidente	20	40\$0	800\$0
Alufzio de Faria Coimbra — Presidente	15	40\$0	600\$0
Olavo Fernandes — Presidente	13	40\$0	520\$0
Juarez Aires de Alencar — Suplente ...	13	40\$0	520\$0
João Carlos de Siqueira — Suplente ..	20	40\$0	800\$0
Renato Werneck A. Sales — Suplente	10	40\$0	400\$0
Renato Taglianeti — Suplente	6	40\$0	240\$0
José Eduardo de P. Fernandes — Suplente	5	40\$0	200\$0
Alexandre de Oliveira Sales — Suplente	7	40\$0	280\$0
			7:960\$0

Confere e importa esta folha em (sete contos, novecentos e sessenta mil réis) 7:960\$0.

Décima Quarta Delegacia Regional em São Paulo, 9 de agosto de 1940. — (Assinatura ilegível), Escriturário "E". Visto. — (Assinatura ilegível), delegado regional do Trabalho. Confere. — Samuel França de Almeida, Escriturário G. Visto. — Jês C. de Paiva, chefe da Seção Financeira. Visto. — José Almeida, diretor substituto.

DELEGACIA REGIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Folha de pagamento, referente ao mês de outubro do corrente ano, dos membros da Comissão do Salário Mínimo do referido Estado.

Nomes — Categorias	Dias de sessão	Gratificação	Líquido a pagar
Mês de outubro			
Dr. Aurino Quintais — Presidente	4	50\$0	200\$0
Dr. Guilherme Santos Neves — Membro dos Empregadores	4	50\$0	200\$0
Dr. José Meira Quadros — Membro dos Empregadores	4	50\$0	200\$0
Plácido Barcelos — Membro dos Empregados	4	50\$0	200\$0
Ascendino Rodrigues de Freitas — Membro dos Empregados	4	50\$0	200\$0

João Aquino Filho — Membro dos Em-			
pregadores	4	50\$0	200\$0
Godofredo Vassalo — Membro dos Em-			
pregados	4	50\$0	200\$0
			1:400\$0

Confere e importa a presente folha do pagamento na quantia bruta de (um conto e quatrocentos mil réis) 1:400\$0.

Décima Segunda Delegacia Regional, em 7 de novembro de 1940. — *Maria José Barreto*, Auxiliar de Escriit. VIII. Confere. — *Samuel França de Almeida*, Escriit. G. Visto. — *Hilson Pinheiro Alves*, Escriit. G. encarregado da Secção. Visto. — *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção Financeira. Visto. — *José Almeida*, diretor substituto.

DELEGACIA REGIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Folha de pagamento, referente ao mês de outubro último, dos membros da Comissão de Salário Mínimo do referido Estado.

Nomes — Categorias	Dias de sessão	Gratifi- cação	Líquido a pagar
Ulisses Guibano — Presidente.	4	50\$0	200\$0
Altair Cavalcanti de Matos — Rep. Empregadores.	4	50\$0	200\$0
Manuel Miraglia — Rep. Emprega- dores.	4	50\$0	200\$0
Otávio Leite Pereira — Rep. Em- pregados.	4	50\$0	200\$0
Antônio Ribeiro Bastos — Rep. Em- pregados.	4	50\$0	200\$0
			1:000\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento em um conto de réis (1:000\$0).

Guibabá, 4 de novembro de 1940. — *Dulce A. Souza*.

Visto. Em 4-11-40. — *Alvaro Duarte Monteiro*.

Confere. S.F., em 11-12-40. — *Samuel França de Almeida*, escri-
tário G.

Visto. — *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção Financeira.

DELEGACIA REGIONAL DO ESTADO DE GOIAS

Folha de pagamento dos membros da Comissão de Salário Mí-
nimo do referido Estado, referente ao mês de outubro do corrente
ano.

Nomes — Categorias	Dias de sessão	Gratifi- cação	Líquido a pagar
Acarí de Passos Oliveira — Presi- dente.	4	50\$0	200\$0
Vitor Coelho de Almeida — Rep. Empregadores.	4	50\$0	200\$0
Alípio Gonçalves — Rep. Emprega- dores.	4	50\$0	200\$0
Francisco Nascete — Rep. Empre- gados.	4	50\$0	200\$0
Manuel Ribeiro Pascoal — Rep. Empregados.	4	50\$0	200\$0
			1:000\$0

Confere e importa a presente folha em 1:000\$0 (um conto de
réis).

Goiânia, 26 de outubro de 1940. — *Acarí de Passos Oliveira*,
presidente — Visto. Goiaz, 28 de outubro de 1940. — *Arthur D.
Bandeira*, delegado regional.

Confere. S.F., em 11 de dezembro de 1940 — *Samuel França de
Almeida*, escriit. G.

Visto. — *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção Financeira.

DELEGACIA REGIONAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Folha de pagamento, referente ao mês de outubro do corrente
ano, do presidente e membros da Comissão do Salário Mínimo, no
referido Estado.

Nomes — Categorias	Dias de sessão	Gratifi- cação	Líquido a pagar
Antônio Vicente de Andrade Bezerra — Presidente.	4	50\$0	200\$0
Manuel Gonçalves Gomes Chaves / — Membro.	3	50\$0	150\$0
Carlos Alberto de Andrade Medeiros — Membro.	4	50\$0	200\$0
Luiz Rios — Membro.	4	50\$0	200\$0

Alexandre Gomes de Fonseca — Membro.	3	50\$0	150\$0
Osiás Burgus — Membro.	3	50\$0	150\$0
Adelmar de Oliveira — Membro.	4	50\$0	200\$0
José Manuel de Queiroz — Membro.	4	50\$0	200\$0
José Marques Cabral Júnior — Mem- bro.	4	50\$0	200\$0
			1:650\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento em 1:650\$0
(um conto seiscentos e cinquenta mil réis). Recife, 13 de novembro
de 1940. — *Maria Vitoria da Silveira Antunes*, escriit. E — Vis-
to. Em 13-11-40. — *José Pinheiro Dias*, delegado regional.
Confere. S.F., em 11 de dezembro de 1940. — *Samuel
França de Almeida*, escriit. G.
Visto. — *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção Financeira

Departamento Nacional do Trabalho

PRIMEIRA SECÇÃO

Dia 29 de novembro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Processos despachados:

Delegacia Regional do Rio Grande do Norte, solicitando modelo
do Livro de Registro dos Sindicatos (D. N. T. 26.838-40). — De-
se ciência de que já foram feitas ao Serviço do Material, por este
Departamento as requisições necessárias.

Dia 6 de dezembro de 1940

Sindicato dos Ajudantes de Despachantes Aduaneiros do Rio de
Janeiro, solicitando ratificação de reconhecimento do Sindicato sob
a denominação de Sindicato dos Ajudantes de Despachantes Adua-
neiros do Rio de Janeiro (D. N. T. 22.658-40). — Aguarde-se a
constituição da Comissão de Enquadramento.

Sindicato Profissional dos Carregadores e Ensacadores de Café,
solicitando ratificação de reconhecimento do Sindicato sob a deno-
minação de Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café do
Distrito Federal (D. N. T. 24.554-40). — Satisfaca-se a exigên-
cia supra mencionada. (Reporta-se o despacho à seguinte informa-
ção: De acordo com o deferimento do pedido, feita que seja a prova
de brasileiro nato do presidente).

Sindicato dos Industriais de Algodão de Pernambuco, solicitam-
do adaptação do Sindicato dos Industriais de Algodão de Pernambu-
co para Sindicato da Indústria da Extração de Fibras Vegetais, do
Descaroçamento do Algodão e da Extração de Óleos Vegetais e Ani-
mais, de Pernambuco (D. N. T. 25.846-40). — Aguarde-se a cons-
tituição da Comissão de Enquadramento.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE SECÇÃO

Dia 7

Processos despachados:

Confederação Nacional da Indústria, consultando sobre aplica-
ção do imposto sindical (D. N. T. 25.456-40). — Cumpra a lei do
selo, no prazo de quinze dias.

Sindicato dos Operários na Fabricação de Bebidas do Distrito
Federal, solicitando permissão para realizar assembléia geral ex-
traordinária no dia 23 de novembro (D. N. T. 27.243-40). — Cum-
pra-se a lei do selo, no prazo de quinze dias.

Sindicato dos Operários e Empregados na Indústria de Construção
Naval, solicitando permissão para realizar assembléia geral or-
dinária no dia 28 de novembro (D. N. T. 27.837-40). — Cumpra-
se a lei do selo.

União dos Vidreiros e Classes Anexas, solicitando permissão
para realizar assembléia geral extraordinária no dia 3 do corrente
(D. N. T. 27.944-40). — Cumpra a lei do selo, no prazo de quinze
dias.

DNT 22.072-40 — G. Pereira & Filhos. — Certifique-se, ar-
quivando-se em seguida o processo. Em 2-12-40.

DNT 25.018-40 — Marmoraria Carioca Limitada. — Certifi-
que-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 2-12-40.

DNT 26.780-40 — Molica & Azevedo. — Certifique-se, arqui-
vando-se em seguida o processo. Em 2-12-40.

DNT 26.551-40 — Aron Breijaman. — Certifique-se, arquivan-
do-se em seguida o processo. Em 5-12-40.

Diversos despachos:

DNT 25.376-40 — Panificação Manon Limitada. — O sinatariq
da defeza deve apresentar instrumento de mandato. Em 9-12-40.

DNT 27.001-40 — Casino Balneario da Urca S. A. — Cumpra-
se a lei do selo. Em 9-12-40.

DNT 27.265-40 — Augusto Alves da Silva. — O sinatario da
defeza deve apresentar instrumento de mandato. Em 9-12-40.

DNT 18.246-39 — Imobiliária São Jorge. — Defiro o pedido
de fls. 2, em vista das informações. Ao Serviço Interno, posterior-
mente, archive-se. Em 9-12-40.

Processos arquivados:

DNT 20.270-39 — Pereira & Fernandes Ltda.
 DNT 8.834-37 — Antônio Moreno Martins.
 DNT 15.935-40 — Schneider & Horowitz.
 DNT 22.840-40 — Avelino Lopes.
 DNT 26.950-40 — Standard Oil Company of Brasil.
 DNT 17.520-40 — José Teixeira da Silva.
 DNT 25.101-37 — A. V. Carvalho & Cia.
 DNT 50.287-37 — Machado & Mendes.

INSPETORIA

EXPEDIENTE DO SR. INSPETOR CHEFE

Dia 10 de dezembro de 1940

Multa imposta:

Por infração do Decreto 1.843, de 7-12-39:

DNT. 21.021-40 — Geohydro Ltda — 100\$0 (cem mil réis)
 Em 10-12-40.

Pedidos de certidão:

DNT. 21.451-40 — Efernandes S. A. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 9-12-40.
 DNT. 27.052-40 — Calçado Ouro S. A. — Certifique-se arquivando-se em seguida o process. Em 9-12-40.
 DNT. 26.423-40 — Aços Styria Ltda. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 30-11-40.
 DNT. 25.369-40 — Companhia Imobiliária Nacional. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 30-11-40.
 DNT. 25.955-40 — Companhia Aga do Brasil S. A. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 30-11-40.
 DNT. 27.408-40 — Antônio José da Silva. — Certifique-se o que constar. Posteriormente, archive-se. Em 30-11-40.
 DNT. 23.010-40 — Emoingt & Comp. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 27-11-40.
 DNT. 25.198-39 — A. Vieira da Mota. — Archive-se. Em 9 de dezembro de 1940.
 DNT. 27.097-39 — Scovino & Comp. Ltda. — Archive-se. Em 9-12-40.
 DNT. 26.650-40 — Davi Santos & Comp. — Cumpra-se a Lei do Selo. Em 9-12-40.
 DNT. 27.496-40 — Imper Ltda. — Requeira, nos termos do § 1.º do art. 13, do Decreto-lei n. 1.843, de 7-12-39. Archive-se. Em 9-12-40.
 DNT. 27.925-40 — Nascimento & Manuel. — Requeira, nos termos do § 1.º do art. 13, do Decreto-lei n. 1.843, de 7-12-39. Archive-se. Em 9-12-40.
 DNT. 28.251-40 — Manuel Botelho de Macedo Filho. — Requeira, nos termos do § 1.º do art. 13 do Decreto-lei n. 1.843, de 7-12-39. Archive-se. Em 9-12-40.
 DNT. 28.616-40 — Companhia Predial. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 9-12-40.
 DNT. 25.496-40 — Aíres Andrade & Comp. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 5-12-40.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 2 de dezembro de 1940

Arnaldo de Azevedo Paim Pamplona, solicitando registo de químico licenciado. (SIP — 4.574-40). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Manuel José de Almeida, solicitando registo de químico. (SIP — 32.449-40). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Pedidos de retificação deferidos:

SIP. 44.540-40 — Jorge José Saba.
 SIP. 44.520-40 — Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas.
 SIP. 44.532-40 — Augusto da Conceição.
 SIP. 44.535-40 — Justino A. da Silva.
 SIP. 44.819-40 — Matias Walter.
 SIP. 44.300-40 — José Antunes.
 SIP. 44.536-40 — Antônio V. de Paula
 SIP. 45.019-40 — Manuel Alves.
 SIP. 44.866-40 — Laerte Venâncio.
 SIP. 44.861-40 — Antônio Canuto, Antônio Manuel Pimentel, solicitando entrega de carteira (SIP. 43.551-40). — Emita-se a carteira, de acordo com as normas adotadas.

Armindo Ferreira dos Santos, solicitando entrega de carteira (SIP. 40.415-40). — Idem.

Ontário Vilan de Sousa, solicitando registo de químico (SIP. 32.720-40). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Delfim Vilan de Sousa, solicitando registo de químico (SIP. 32.757-40). — Idem.

Benedito da Silva Gomes, solicitando registo de auxiliar da administração escolar (SIP. 45.146-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Manuel Diniz Copas, solicitando registo de químico (SIP. número 33.293-40). — Indeferido o pedido, em face do § 5.º do art. 3.º da Portaria Ministerial n. SCM-324, de 5-7-40. O requerente, sendo estrangeiro não pode exercer a profissão de químico, tendo em vista o que estabelece o art. 150 da Constituição Federal vigente.

Sebastião Pinto Leite, solicitando registo de químico (SIP. número 32.619-40). — Indeferido o pedido, em face do art. 5.º da Portaria Ministerial n. SCM-324, de 5-7-40. O requerente, sendo estrangeiro não pode exercer a profissão de químico, tendo em vista o que estabelece o art. 150 da Constituição Federal vigente.

Processos arquivados:

SIP. 44.477-40 — Colzete Dias.
 SIP. 42.422-40 — Matias Francisco Lopes.
 SIP. 43.733-40 — José Fontes Portugal.

Pedidos de identificação deferidos:

SIP. 42.682-40 — Vicente Moaro.
 SIP. 42.724-40 — Benjamim Ziberman.
 SIP. 36.200-40 — José Luiz Alves Duarte.
 SIP. 42.639-40 — Mário Kodar Mamed.
 SIP. 40.273-40 — João Barbosa Lage Júnior.
 SIP. 42.667-40 — Molinaro Giovanni Batista.
 SIP. 40.709-40 — Silvestre Martins.
 SIP. 1.386-40 — Francisco de Paula Lopes.
 SIP. 44.835-40 — Amed Mamed.
 SIP. 44.618-40 — Salomão José.
 SIP. 42.532-40 — Carnevale Constantino.
 SIP. 43.709-40 — Antônio José.
 SIP. 43.570-40 — Hamed Ahmed.
 SIP. 43.477-40 — Cyma Rafezyk.
 SIP. 43.755-40 — Manuel Pinto Marques.
 SIP. 43.295-40 — Boris Soibet.
 SIP. 43.301-40 — Schulim Schwartz.
 SIP. 43.294-40 — Izael Szlama Sejtman.
 SIP. 43.676-40 — Izyfa Rawet.
 SIP. 43.600-40 — Manuel Maria Lima.
 SIP. 43.550-40 — Mariano da Silva Loureiro.
 SIP. 37.022-40 — José Gomes da Silva.
 SIP. 37.023-40 — Luiz J. P. dos Santos Cuperlino de Miranda.
 SIP. 43.594-40 — Antônio Galvão.
 SIP. 43.758-40 — José Teixeira.
 SIP. 43.663-40 — Francisco Fernandes.
 SIP. 43.790-40 — João Orlando.
 SIP. 43.958-40 — Hahomond Aliwassouf.
 SIP. 43.957-40 — Josef Brahim.
 SIP. 43.858-40 — Dídio Simões de Campos.
 SIP. 41.210-40 — Manuel da Costa.
 SIP. 43.249-40 — Assen Issimes.
 SIP. 43.176-40 — Haidar Mohamad Khaddour.
 SIP. 43.923-40 — Silvério Nunes Franco.
 SIP. 43.456-40 — Ali Mamed.
 SIP. 43.490-40 — Maria José Henriques d'Almeida.
 SIP. 43.323-40 — Manuel Rodrigues Leandro.
 SIP. 43.502-40 — Hiusof Ramet.
 SIP. 43.507-40 — Manuel Pinto Guedes.
 SIP. 43.602-40 — Mohamed Brahim Ali.
 SIP. 43.615-40 — Brahim Fasseem Mohamad.
 SIP. 43.451-40 — Ali Chanem Farha.
 SIP. 43.523-40 — Meylech Tykler.
 SIP. 43.453-40 — Luppino Rosário.
 SIP. 43.54-40 — Moisés Ghitemaher.
 SIP. 3.458-40 — Taher Hassan.
 SIP. 45.123-40 — 17.ª Delegacia Regional.
 SIP. 43.496-40 — Darnick Sacar Darnick.
 SIP. 43.680-40 — Firmino Guedes.
 SIP. 43.839-40 — Amions Sleiman.
 SIP. 44.213-40 — Américo de Sá e Silva.
 SIP. 3.713-40 — Manuel Joaquim Luiz.
 SIP. 43.965-40 — Mamed Rindi.
 SIP. 43.962-40 — Ali Badour.
 SIP. 43.610-40 — Ahmad Sleiman.
 SIP. 43.355-40 — Ana de Almeida.
 SIP. 43.193-40 — Valter Sievers.
 SIP. 43.402-40 — Sleiman Ali.
 SIP. 43.512-40 — Adlino da Fonseca.
 SIP. 43.506-40 — José Pinto Guedes.
 SIP. 43.592-40 — Armindo da Silva Ferreira.
 SIP. 43.568-40 — Alfredo Chaia.
 SIP. 43.206-40 — Antônia da Cunha.
 SIP. 43.207-40 — Antônio Teixeira.
 SIP. 43.503-40 — Ali Nassef Melhem.
 SIP. 43.484-40 — Armindo de Sousa.
 SIP. 43.444-40 — Marcel Etienne Valentim.
 SIP. 43.324-40 — Antônio Ferreira de Carvalho.
 SIP. 43.480-40 — Moszek Berek Oksenberg.
 SIP. 44.411-40 — Mohamed J. Hassen.
 SIP. 44.376-40 — Antônio da Silva.
 SIP. 44.133-40 — Alberto da Encarnação.
 SIP. 44.138-40 — José Letra.

SIP 45.202-40 — Elias Ibrahim.
 SIP 45.201-40 — Mohamed Hamed, Mostapha.
 SIP 45.204-40 — Mohamed Said.
 SIP 45.203-40 — Abraão Asse.
 SIP 43.685-40 — Maria Gomes Teixeira.
 Euvaldo Batista da Gama, solicitando registo de livros (SIP 45.857-40). — Aguarde-se, como proposto.
 Andor Juan Horvat, solicitando registo de livros (SIP 44.859-40). — Aguarde-se, como proposto.

Pedidos de registo de livros deferidos:

SIP 44.882-40 — Isaura Ferreira.
 SIP 45.806-40 — Pedro Fernandes de Castro.
 SIP 45.792-40 — Olegário Waltz.
 SIP 45.799-40 — Joaquim Berg.
 SIP 45.613-40 — Guilherme dos Santos & Rodrigues.
 SIP 45.643-40 — José Pinto da Silva.
 SIP 45.470-40 — Delvem Pereira Pires.
 SIP 44.493-40 — Jaime de Oliveira Branco.
 SIP 45.505-40 — André Maia.
 SIP 45.455-40 — José Fernandes.
 SIP 45.345-40 — Amadeu Américo Lameirão.
 SIP 45.473-40 — Casa de Chá Soares, Ltda.
 SIP 45.484-40 — Isaac Sankiewicz.
 SIP 45.447-40 — Ivo Cascarelli.
 SIP 45.456-40 — Antônio Pedro de Oliveira.
 SIP 45.416-40 — Gazeta de S. Paulo.
 SIP 45.218-40 — J. Campos Filho.
 SIP 45.220-40 — Helena Viana Saraiva.
 SIP 45.231-40 — Herminia Madeira Bento.
 SIP 44.298-40 — Joviano de Sousa & Lima.
 SIP 45.242-40 — Lauro Neto de Albuquerque.
 SIP 45.254-40 — M. S. Reis.
 SIP 45.295-40 — Albano Rodrigues Martins.
 SIP 45.253-40 — Admar de Matos Moreira.
 SIP 45.193-40 — Francisco Curvelo Miguez.
 SIP 45.188-40 — Julião Dião.
 SIP 45.056-40 — Prado, Vasconcelos Júnior & Comp.

Alcebíades Lopes de Carvalho, solicitando registo de livros. (SIP 43.691-40). — Apresente o instrumento de mandato.

J. R. Franco & Comp. Ltda., solicitando registo de livros (SIP 45.219-40). — Idem.

Filipo Raimundo, solicitando retificação de carteira (SIP 45.263, de 1940). — Defiro o pedido, nos termos da informação, restituindo-se o documento junto, mediante recibo, no ato da entrega da carteira. Cumprido o despacho, archive-se.

Pedro Gregório da Silva, idem (SIP 45.273-40). — Defiro o pedido, nos termos da informação, restituindo-se o documento junto, mediante recibo no ato da entrega da carteira.

Valdemar Alves da Silva, solicitando retificação de carteira (SIP 45.362-40). — Idem.

Narciso Rodrigues de Araujo, solicitando registo de químico. (SIP 32.429-40). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Artur Cândido de Lima, solicitando registo de químico. (SIP 32.428-40). — Idem.

João José de Castro, solicitando registo de químico. (SIP 33.332, de 1940). — Deferido, em face das informações. Remeta-se o processo à delegacia de origem, afim de que o requerente pague a taxa legal.

João Perroni, solicitando registo de químico (SIP 32.818-40). — Idem.

José Lourenço Maluceli, idem (SIP 33.908-40). — Idem.

Alberto Ohnesorge, idem (SIP 33.044-40). — Idem.

Antônio do Prado, idem (SIP 33.902-40). — Idem.

Gentil Bastos Portela, solicitando registo de professor (SIP 35.775, de 1940). — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registo, tendo em vista o que ficou resolvido pelo Sr. Presidente da República, na Exposição de Motivos n. SCM 249, de 9-10-1940.

Rosa Fernandes, solicitando registo de professora. (SIP 36.264, de 1940). — Idem.

Edmundo de Carvalho, solicitando registo de professor (SIP 32.665, de 1940). — Idem.

Dante de Brito, idem (SIP 35.066-40). — Idem.

Ecila Mallet Soares Bastos, idem (SIP 42.602-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registo, tendo em vista o que ficou resolvido pelo Sr. Presidente da República, na Exposição de Motivos n. SCM-349, de 9-10-1940.

Léia de Almeida Campos, solicitando registo de professora (SIP 40.806-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registo, tendo em vista o que ficou resolvido pelo Sr. Presidente da República na Exposição de Motivos n. SCM 249, de 9-10-1940.

J. S. Fontes, solicitando registo de livros (SIP 45.285-40). — Aguarde-se, como proposto.

Pinto & Diniz, solicitando transferência de firma (SIP 45.543140). — Apresente o instrumento de mandato.

Empresa de Publicidade Elétrica Ltda., solicitando registo de livros (SIP 45.249-40). — Idem.

N. Cupbik, solicitando registo de livros (SIP 45.205-40). — Idem.

Pedidos de registo de livros deferidos:

SIP 43.519-40 — Sonelécra Ltda.
 SIP 43.514-40 — Francisco José Gonçalves.
 SIP 45.269-40 — G. Cabral.

SIP 45.294-40 — João Apiani.

José Dias Alves de Oliveira, solicitando registo de químico (SIP 32.235-40). — Deferido, em face do que ficou resolvido pelo Sr. ministro no processo M.T.I.C. 27.261-40. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Avelino Goldoni, solicitando registo de químico (SIP. 37.069 de 1940). — Deferido, em face das informações. Remeta-se o processo à 17ª Delegacia Regional, afim de que seja efetuado o pagamento da taxa legal.

Carlos Mascarenhas, solicitando registo de químico. (SIP. 28.848-40). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Facre Bulle Julien, solicitando registo de químico licenciado. (SIP. 43.359-40). — Indeferido em face do § 5.º do art. 2.º da Portaria Ministerial n. SCM-324 de 5-7-1940 — O requerente, sendo estrangeiro, não pode exercer a profissão de químico, tendo em vista o que estabelece o art. 150 da Constituição Federal vigente.

João Zanela, solicitando registo de químico (SIP. 37.079-40). — Deferido, em face das informações.

Batista João Carraso, idem (SIP. 37.063-40). — Idem.

Joaquim Máximo de Carvalho Júnior, solicitando registo de professor. — (SIP. 35.707-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Carmen Gomes Bertolli, idem (SIP. 45.356-40). — Idem.

Oswaldo Przewodowski, idem (SIP. 44.927-40). — Idem.

Alofio Franz Dahlbert, idem. (SIP. 44.968-40). — Idem.

Hélio Junqueira Ribeiro, solicitando identificação como corretor de seguros (SIP. 23.822-40). — Indeferido, em face das informações.

Mustafa Sued, solicitando registo de jornalista (SIP. 24.673 de 1939). — Deferido, em face das informações.

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, solicitando registo de livros (SIP. 34.856-40). — Deferido, em face das informações.

José Brito Costa, solicitando registo de jornalista. (SIP. 22.836 de 1939). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Dia 3

Rafael Geannini, solicitando registo de livros. (SIP. 46.001-40). — Aguarde-se como proposto.

Oswaldo Barroso, solicitando identificação como corretor de seguros (SIP. 24.574-40). — Indeferido, em face do parecer do D. N. S. P. C.

Francisco de Paula Paes de Figueiredo, solicitando identificação como corretor de seguros (SIP. 24.161-40). — Idem.

Alfredo Carlos de Oliveira, solicitando registo de químico. (S. I. P. 32.877-40). — Deferido. Faça-se o registo desde que o requerente pague a taxa legal.

Genésio Pinto de Arruda, solicitando registo de corretor de seguros. (SIP. 24.831-40). — Indeferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

Dia 4

Idalina Silva Vilas Boas, solicitando registo de químico. (SIP. 31.706-40). — Deferido, em face das informações. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Eldardo Cornélio dos Santos Faria, solicitando registo de professor. (SIP. 45.443-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Luiz Cartanhede de Carvalho Almeida Filho, solicitando registo de professor (SIP 45.520/40). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Maria de Sousa Lopes von Have, solicitando registo de auxiliar da administração escolar (SIP 45.519/40). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Marcelo Américo Lardosa, solicitando registo de químico (SIP 32.883/40). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Karlos Tissenbaum, solicitando registo de químico (SIP 28.382, de 1940). — Deferido. Faça-se o registo, desde que o requerente pague a taxa legal.

Guilherme Kosman Pinheiro, solicitando registo de corretor de seguros (SIP 24.383/40). — Deferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

Maurílio Augusto Lefever, solicitando registo de professor (SIP 37.679/40). — Deferido, em face dos documentos apresentados.

Max Epel, solicitando registo de corretor (SIP 28.574/40). — Deferido, em face da informação do D.N.S.P.C.

Silvio Cândido Sobrinho, solicitando registo de corretor de seguros (SIP 29.506/40). — Indeferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

Lincoln Galvão de França, solicitando registo de corretor de seguros (SIP 24.496/40). — Indeferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

Luiz Lopes, solicitando registo de corretor de seguros (SIP 22.311/40). — Indeferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

Pedidos de retificação de carteira deferidos:

SIP 44.998/40 — José da Silva Paulino.
 SIP 40.446/40 — Joaquim de Castro Miranda Júnior.
 SIP 45.879/40 — Antônio Ferreira.
 SIP 45.274/40 — Armando da Silva Santos.
 SIP 38.089/40 — Porfirio Garcia Poceiro.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDEnte

Dia 2 de dezembro de 1940

Processos arquivados:

- SIP-26.968-40 — Nilo de Souza, solicitando desarquivamento de processo.
 SIP-43.735-40 — Joaquim Torres Dias contra agência Financeira de Portugal.
 SIP-15.698-40 — Alcino Lopes dos Santos contra David & Comp.
 SIP-23.463-40 — José Camacho, contra Franchi & Pereira.
 SIP-41.506-40 — Reinaldo Pereira da Silva contra José Ayres Gonçalves.

Dia 3

Processos arquivados:

- SIP-44.769-40 — Miguel Pereira Chavão.
 SIP-42.866-40 — Marinette Moura.
 SIP-8.925-40 — Olinda da Silva Magalhães contra Eduardo Spanenlofer.
 SIP-40.227-40 — Olga de Carvalho Lima contra Dr. Ernesto Crissiuma Paranhos.

Dia 4

Processos arquivados:

- SIP-30.453-40 — Maria Francisca de Jesus.
 SIP-40.700-40 — José Victor da Silva.

Dia 5

Guilherme Mario Pinto Sette, solicitando registro de auxiliar da administração escolar. (SIP-46.202-40) — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registro, tendo em vista o que ficou resolvido pelo Sr. Presidente da República, na Exposição de Motivos n. SCM-249, de 9-10-1940.

André Jensen, solicitando registro de professor (SIP-46.389-40). — Idem.

Ernani Jobin Fialho (SIP-44.161-40). — Idem.

Miguel Ramalho Novo, idem (SIP-46.203-40). — Idem.

Yvonne Reis de Athayde, idem (SIP-45.912-40). — Idem.

José da Motta de Azevedo Corrêa Filho, idem (SIP-45.876-40). — Idem.

Margarida Moraes e Silva da Oliveira, idem (SIP-45.518-40). — Idem.

Carlos Octavio Flexa Ribeiro, solicitando registro de professor (SIP-46.204-40). — Idem.

Maria de Lourdes Fontes, idem (SIP-46.201-40). — Idem.

Hilda Reis, idem (SIP-46.037-40). — Idem.

Manoel Gomes Veiga, solicitando registro de corretor de seguros (SIP-23.981-40). — Indeferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

Dia 6

Oscar Baldan, solicitando registro de químico (SIP-46.263-40). — Indeferido em face do disposto no art. 150 da Constituição Federal vigente.

Antonio Pereira Fernandes, idem (SIP-46.259-40). — Idem.

Manoel Gomes, idem (SIP-46.251-40). — Idem.

Remigio Henrique Elias Jonghery, idem (SIP-39.40). — Idem.

José Antonio Vieira, idem (SIP-43.993-40). — Indeferido, em face das informações.

Celso Barbosa, solicitando registro de químico (SIP-37.067-40). — Deferido, em face do despacho proferido pelo Sr. Ministro no processo n. MTIC-27.261-40. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Wali Kauss, idem (SIP-32.630-40). — Deferido. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Maria Teresa de Souza Reis, idem (SIP-33.049-40). — Deferido, em face do despacho proferido no processo MTIC-27.261-40. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Albino Bessa Torres, solicitando registro de químico (SIP-32.505-40). — Indeferido, em face da informação.

Vitalis Rossa, idem (SIP-39.750-40). — Indeferido, em face do disposto no art. 150 da Constituição Federal vigente.

Giacomo Tedesco, idem. (SIP-Indeferido, em face do disposto no art. 150 da Constituição Federal vigente).

David Almeida, solicitando outra carteira profissional, com reificação (SIP-41.576-40). — Defiro o pedido em face da informação, restituindo-se o documento junto, mediante recibo, no ato da entrega da carteira.

Ferdinando Marten Zumbusch, solicitando entrega da carteira SIP-39.856-40. — Entregue-se a carteira, de acordo com as normas adotadas.

Antonio Gonçalves, solicitando entrega de carteira (SIP-44.814-40). — Emita-se a carteira, de acordo com as normas adotadas.

Fidelis José de Sá, solicitando baixa de livros. (SIP-46.362-40). — Deferido, na forma do parecer.

Goldslak & Rosenthal, solicitando transferência de firma (SIP-46.515-40). — Aguarde-se, como proposto.

Francisco A. Lopes, solicitando transferência de firma (SIP-46.340-40). — Deferido, na forma do parecer.

J. Teixeira de Azevedo, solicitando registro de livros (SIP-45.683-40). — Apresente o instrumento de mandato.

Abilio L. Lopes, solicitando transferência de firma (SIP-46.349-40). — Idem.

José Figueiras, solicitando registro de corretor de seguros (SIP-20.993-40). — Deferido, em face do parecer do D.N.S.P.C.

José Rubem de Mello, solicitando registro de químico (SIP-33.390-40). — Deferido, em face do despacho proferido pelo Sr. Ministro no processo n. MTIC-27.261-40. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Gevaldino Ferreira, solicitando registro de químico (SIP-33.033-40). — Deferido, em face das informações.

Alfredo Theodoro Julio Siebdrath, idem (SIP-32.507-40). — Deferido, em face das informações. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Rosa Baptista Martins, solicitando registro de químico (SIP-32.738-40). — Idem.

Clovis Santos Bicalho, idem. (SIP-32.378-40). — Idem.

Frederico Voigt, idem (SIP-33.014-140). — Indeferido por falta de fundamento legal.

Francisco Bernardo da Cruz, idem (SIP-43.981-40). — Indeferido, em face da informação.

Domingos Arantes Russel, idem (SIP-39.564-40). — Indeferido, em face do art. 150 da Constituição vigente.

Oscar Ramos da Silva, idem (SIP-42.304-40). — Indeferido, em face das informações do D.E.T.

José Paes de Oliveira Filho, idem (SIP-36.026-40). — Indeferido, por falta de fundamento legal.

Guilherme Frederico Watzke, idem (SIP-33.309-40). — Apresente prova de nacionalidade.

Pedidos de identificação deferidos:

SIP-44.958-40 — Tofalo Roco.

SIP-44.959-40 — João Palermo.

SIP-44.960-40 — Perrone Vincenzo.

SIP-44.961-40 — Pietrafesa Raffaele.

SIP-41.879-40 — Elias Nassif.

SIP-42.831-40 — Jacintho Mathias.

SIP-42.821-40 — Francisco Nunes Victorino.

SIP-42.820-40 — Mario Mendes de Abreu.

SIP-40.628-40 — José Franklin.

SIP-42.790-40 — Tomé Vieira.

SIP-42.887-40 — Sleiman Pader Hassen.

SIP-44.549-40 — Alfredo Duarte Correia.

SIP-44.549-40 — Alfredo Duarte Correia.

SIP-44.329-40 — José Roza Bento.

SIP-44.142-40 — Isidoro Marques.

SIP-45.166-40 — Nicola Lecce.

SIP-45.180-40 — Markus Lerner.

SIP-45.226-40 — Assad Allo Mair.

SIP-45.389-40 — Pascali Giovanni.

SIP-45.239-40 — Ali Kalil Assen.

SIP-41.885-40 — Bazilio Gulbino.

SIP-41.889-40 — J Salomão Zugueib.

SIP-43.440-40 — Camilo Penon Siero.

SIP-44.822-40 — José Tanous.

SIP-44.986-40 — Delfim José da Silva Guedes.

SIP-44.871-40 — Carlos da Costa Marques.

SIP-46.562-40 — 15.ª Delegacia Regional.

SIP-45.828-40 — Allid Assad.

SIP-42.727-40 — Jacob Wasserman.

SIP-42.915-40 — José Fernandes Lolurenço.

SIP-39.639-40 — José Ferreira Gonçalves.

SIP-42.516-40 — Perrota Antonio.

SIP-40.582-40 — José Martins Rodrigues.

SIP-41.246-40 — Avelino Carvalho da Silva.

SIP-44.660-40 — Assad Ibrahim.

SIP-44.634-40 — Antônio Afonso.

SIP-44.612-40 — Guiomar da Cruz.

SIP-44.604-40 — Siegmund Rodinger.

SIP-46.115-40 — 17.ª Delegacia Regional.

SIP-42.719-40 — David Zylbergeld.

SIP-42.723-40 — Abram Segal.

SIP-44.936-40 — Del Corno Francesco.

SIP-35.510-40 — José Marques dos Santos.

SIP-44.365-40 — Anibal Ribeiro.

SIP-45.153-40 — Giacomini Rizieri.

SIP-45.033-40 — Altamari Eugenio.

SIP-43.175-40 — Manuel José da Silva Porção.

SIP-43.201-40 — Bruno Salvatore.

SIP-45.853-40 — Mayer Chil Rozenbaum.

SIP-41.431-40 — Antonio Ribeiro da Silva.

SIP-44.059-40 — Paura Carmine.

SIP-46.497-40 — 15.ª Delegacia Regional.

SIP-46.561-40 — 15.ª Delegacia Regional.

SIP-44.366-40 — José Gonzalez.

SIP-40.213-40 — Henrique Duarte Flores.

SIP-45.855-40 — Jankiel David Gold.

SIP-44.734-40 — Giuseppe Carbone.

SIP-44.820-40 — Brahur Mahomad Ali.

SIP-46.492-40 — Francisco Rosselli.

SIP-44.513-40 — Glória Gonçalves Silveira.

SIP-44.594-40 — Josef Heinrich Ednard Naurath.

SIP-44.184-40 — João Machado.

SIP-46.493-40 — 12.^a Delegacia Regional.
SIP-46.495-40 — 18.^a Delegacia Regional.

Pedidos de identificação deferidos:

SIP-44.394-40 — Henrique de Pina Fonseca.
SIP-44.690-40 — Alexandro Sabato.
SIP-46.338-40 — 13.^a Delegacia Regional.
SIP-43.096-40 — Isso Brahim.
SIP-45.036-40 — Mario Fernandes.
SIP-45.181-40 — Moszek Ela Edel.
SIP-18.562-40 — Karl Peter Klagsbrum.
SIP-32.957-40 — Lourenço Pereira Marques.
SIP-44.995-40 — José Cianni.
SIP-46.118-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-43.618-40 — Abrahão Sabbad.
SIP-45.087-40 — Jorge Tomé.
SIP-45.137-40 — João dos Santos.
SIP-43.478-40 — Izrael David Pelc.
SIP-43.611-40 — Georges Schteinberg.
SIP-43.679-40 — Albino Coelho David.
SIP-43.757-40 — Josef Salvatore Piazza.
SIP-43.845-40 — Rodrigo de Sousa.
SIP-44.188-40 — Santoro Angelo.
SIP-44.269-40 — Chaim Jacob Orgler.
SIP-43.964-40 — Ahmed Hohamad Chahine.
SIP-44.912-40 — Iozzi Umberto.
SIP-44.864-40 — Ali Mohamad.
SIP-44.939-40 — Bianco Romeo.
SIP-44.851-40 — Ali Mohamed Radour.
SIP-44.833-40 — Assad Darwich.
SIP-44.870-40 — Manuel Gouveia.
SIP-43.054-40 — Giovanni Lembray.
SIP-44.974-40 — Ciambarella Salvatore.
SIP-44.940-40 — Pasquale Bianco.
SIP-44.675-40 — Guilherme Schlinkert.
SIP-12.736-40 — Alvaro de Oliveira Santos.
SIP-44.757-40 — Raul Marques Correia.
SIP-44.720-40 — Vicente Bate.
SIP-44.832-40 — Habib Joussef Meyoub.
SIP-44.560-40 — Viriato Nunes da Silva.
SIP-44.659-40 — Mohamed Mahmoud Daoud.
SIP-44.489-40 — Cascarella Emilio.
SIP-44.417-40 — Joaquim Batista Soares.
SIP-44.373-40 — José Ness.
SIP-44.339-40 — Eugénio Greco.
SIP-46.114-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-46.116-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-44.795-40 — Hilário Gonçalves.
SIP-44.212-40 — Joaquim Ribeiro.
SIP-45.482-40 — Miceli Francesco.
SIP-45.483-40 — Nicola Provenzano.
SIP-44.928-40 — Antônio Maria Campos.
SIP-43.154-40 — Antonio Giglio.
SIP-43.975-40 — Noémia Carolina Mendes da Fonseca.
SIP-43.343-40 — Alfredo de Jesus.
SIP-44.364-40 — Ismael Ali Khader.
SIP-44.350-40 — Antônio Pezzino.
SIP-44.300-40 — João Marques Paixão.
SIP-43.449-40 — Frimet Chaja Mandelbann.
SIP-43.457-40 — Kansal Ali Brahim.
SIP-43.683-40 — Alvaro Borges da Costa.
SIP-44.401-40 — Manuel Fernandes.
SIP-44.286-40 — Giovannina Pastura.
SIP-43.620-40 — Ibrahim Ali.
SIP-43.494-40 — Ibrahim Seleman.
SIP-44.134-40 — Antônio Pereira de Carvalho.
SIP-44.299-40 — Erlindo Sousa Mota.
SIP-44.361-40 — Manuel Gonçalves.
SIP-44.539-40 — Abdalla Musse Abud.
SIP-43.401-40 — Antônio de Almeida Júnior.
SIP-42.399-40 — José Rodrigues Castanho.
SIP-41.891-40 — Ferdinando de Boni.
SIP-39.295-40 — Carlos Ferreira Maia.
SIP-41.883-40 — Ernesto Borsato.
SIP-44.963-40 — Eliande Annibale.
SIP-44.965-40 — Pucciariello Rocco.
SIP-43.841-40 — Salomão Mahomede.
SIP-44.155-40 — José Simões Vieira.
SIP-44.162-40 — Giuseppe Caravello.
SIP-44.127-40 — Salvador Vieira.
SIP-44.203-40 — Joaquim Nunes.
SIP-42.746-40 — Francisco Antônio da Silva.
SIP-42.658-40 — Vicente Carbone.
SIP-44.964-40 — Vincenzo Brancato.
SIP-43.450-40 — Abbas Saleh.
SIP-43.836-40 — Jankiel Izrael Melzak.
SIP-43.920-40 — Gastão Luiz Correia.
SIP-43.990-40 — João Pires Larangeira.
SIP-43.459-40 — Concetina Carnevale.
SIP-44.348-40 — José Bruno.
SIP-44.265-40 — José da Silva Azevedo.

SIP-14.179-40 — Milkhai J. Dumit.
SIP-44.333-40 — João Batista Serrão.
SIP-44.296-40 — Antônio Pereira de Almeida.
SIP-44.966-40 — Michele Tofalo.
SIP-44.287-40 — Antonieta Pastura.
SIP-44.962-40 — Meliande Antônio.
SIP-42.603-40 — Antônio Rodrigues.
SIP-43.153-40 — Francesco Leta.
SIP-42.635-40 — Porco Giuseppe.
SIP-42.636-40 — Osso Enrico.
SIP-42.199-40 — Manuel Serrinha.
SIP-41.546-40 — Francisco Jannibelli.
SIP-42.646-40 — Antônio Ciannella.
SIP-41.887-40 — José Emilio Hain.
SIP-43.970-40 — Mahmud Mohamed Roder.
SIP-43.925-40 — Manuel dos Santos de Sousa.
SIP-44.065-40 — Plastina Domenico.
SIP-44.193-40 — José Gomes da Silva.
SIP-43.799-40 — Annuziato Ibrodino.
SIP-26.137-40 — Manuel Batista da Silva Passo.
SIP-43.926-40 — Manuel Alves.
SIP-43.779-40 — Acú Assúf.
SIP-43.966-40 — Abrahão Asson.
SIP-44.123-40 — Noto Giuseppe.
SIP-43.585-40 — Salomão Reznik.
SIP-44.176-40 — Manuel Garcia Supa.
SIP-46.112-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-44.406-40 — José de Sousa Fernandes.
SIP-46.113-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-46.108-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-46.111-40 — 17.^a Delegacia Regional.
SIP-45.802-40 — Abraham Momed Smail.
SIP-44.403-40 — Bernard Prangel.
SIP-44.410-40 — Mahmud Hassen.
SIP-44.272-40 — Abram Abus Leder.
SIP-44.271-40 — Mariana Gonçalves do Rosário.
SIP-44.821-40 — Mahamed Ali Katib.
SIP-44.077-40 — Del Corno Giovanni Batista.

Pedidos de retificação de carteira deferidos:

SIP-42.121-40 — José Luiz Pinto Júnior.
SIP-44.214-40 — Antônio dos Reis.
SIP-46.340-40 — Aurea Lopes.
SIP-46.154-40 — João Lopes Xavier.
SIP-45.819-40 — Clerimundo José de Freitas.
SIP-41.626-40 — Laerte Rodrigues de Brito.
SIP-46.135-40 — José A. Alves.
SIP-46.003-40 — Lourival P. dos Santos.
SIP-46.223-40 — José Maria Guerreiro.
SIP-46.004-40 — José Fernandes.
SIP-46.129-40 — Manuel Bastos.
SIP-42.029-40 — Albano de Freitas de Matos.
SIP-45.982-40 — Antônio Render.
SIP-45.953-40 — Nery Bento.
SIP-45.875-40 — Gilberto de Sousa Gonçalves.
SIP-45.862-40 — Carlota de Jesus.
SIP-45.623-40 — Moisés Zvai.
SIP-45.916-40 — Roberto Gusmão Pinel.
SIP-45.420-40 — Amália C. M. Sodré.
SIP-46.132-40 — Jacinto de Barros.
SIP-45.985-40 — Mieczyslaw Glicensztajn.
SIP-41.007-40 — Joaquim Correia da Silva.
José Augusto Correia Varela, solicitando registro de jornalista.
(SIP-24.726-39). — Como proposto. Alude o despacho ao seguinte:
"Preliminarmente, proponho que o requerente cumpra o despacho de fls. 8".

O despacho é no sentido do requerente apresentar os documentos exigidos pelas alíneas a e d do art. 13, do Decreto-lei 910, de 30 de novembro de 1938.

Rosa Pastor, solicitando devolução de documento. (SIP-38.738-40). — Aguarde-se, como proposto.
Henryk Rosenfeld, solicitando entrega de carteira. (SIP-45.426-40). — Emita-se a carteira, de acordo com as normas adotadas.
Horbert Julius Meyer, solicitando entrega de carteira. (SIP-44.262-40). — Emita-se a carteira, de acordo com as normas adotadas.
Emita-se as carteiras, de acordo com as normas adotadas.
Emita-se as carteiras, de acordo com as normas adotadas.
Kuno Deierl, solicitando certidão. (SIP-44.567-40). — Declare o requerente o fim a que se destina a certidão.

Pedidos de identificação deferidos:

SIP-46.248-40 — Manuel Lopes Vieira.
SIP-45.162-40 — Aledul Hade.
SIP-43.256-40 — Alvaro da Silva.
SIP-43.344-40 — David Simões Antunes.
SIP-44.980-40 — Mohamad Hamdan.
SIP-44.895-40 — Demétrio Alonso Fernandez.

SIP-44.565-40 — António Morais.
 SIP-45.186-40 — Ercole Patituci.
 SIP-45.167-40 — Maria Gertrudes Ramos.
 SIP-45.178-40 — Iolanda Marthe Louise Capeyron.
 SIP-45.241-40 — José Gonçalves Branco.
 SIP-43.627-40 — Maria Adelaide Moreira Gonçalves.
 SIP-45.229-40 — Miceli Agostinho.
 SIP-45.227-40 — Ali Silman.

Pedidos de registo de livros deferidos:

SIP-45.869-40 — Manuel Ferreira da Silva.
 SIP-45.885-40 — Silva & Abreu Ltda.
 SIP-45.886-40 — Martins & Coelho.
 SIP-45.897-40 — De Luca, Cosenza & Moreira.
 SIP-44.828-40 — Charles Gutman.
 SIP-45.967-40 — E. Magura.
 SIP-45.966-40 — Elói R. Magina.
 SIP-45.878-40 — Melanie Sara Spielmann.
 SIP-45.816-40 — Moisés A. de Oliveira.
 SIP-45.899-40 — José Padilha Nunes Coimbra.
 SIP-45.644-40 — José Pinto da Silva.
 SIP-45.962-40 — Carlos Fernandes de Almeida.
 SIP-45.610-40 — Agostinho Artur Galvão.
 SIP-45.612-40 — António Pinto & Fonseca.
 SIP-45.715-40 — Leticia Castro de Barros Lisboa.
 SIP-45.629-40 — M. Gonçalves Terceiro.
 SIP-45.668-40 — Galdino Fernandes.
 SIP-45.653-40 — Commissario Carelli.
 SIP-45.459-40 — Philip. Francoem.
 SIP-45.460-40 — F. W. Schmolt.
 SIP-45.429-40 — Correia da Costa & Cia.
 SIP-45.533-40 — Alberto Vellozo de Araujo.
 SIP-45.529-40 — José Veloso Aguiar.
 SIP-45.448-40 — José Gonçalves Angelo.
 SIP-45.191-40 — Irmãos Podcameni.
 SIP-45.965-40 — Indústrias Reunidas de Produtos Químicos Internag Ltda.
 SIP-45.924-40 — Indústria Brasileira de Diamantes.
 SIP-22.833-40 — W. Araujo & Cia.

Dia 7 de dezembro de 1940.

Notificações expedidas:

Ao Sr. Henrique Wakemim:

N. 75 — Notificando para recolher a importância de 200\$0 (duzentos mil réis), correspondente à multa imposta por infração do artigo 10 do Decreto n. 22.035, sob pena de cobrança executiva (SIP n. 14.973-40).

Arrecadação efetuada pela Tesouraria em 25 de novembro de 1940, a saber:

Decreto n. 22.035 de 29-10-32 (carteiras Profissionais):	
Art. 5.º	680\$0
Art. 9.º	15\$0
Art. 9.º parágrafo único	20\$0
Art. 9.º (3ª via)	50\$0
Decreto n. 22.489 de 22-2-33 (Registo de Livros):	
Art. 4.º	225\$0
Decreto n. 23.581 de 13-12-35:	
Art. 2.º	62\$0
Total	1:052\$0

Dia 26

Decreto n. 22.035 de 29-10-32 (carteiras Profissionais):	
Art. 5.º	1:545\$0
Art. 9.º	50\$0
Art. 9.º parágrafo único	130\$0
Decreto n. 22.489 de 22-2-33 (Registo de Livros):	
Art. 4.º	95\$0
Decreto n. 23.581 de 13-12-35:	
Art. 2.º	79\$0
Total	1:899\$0

Dia 27

Decreto n. 22.035 de 29-10-32 (carteiras Profissionais):	
Art. 5.º	1:190\$0
Art. 9.º	25\$0
Art. 9.º parágrafo único	110\$0
Decreto n. 22.489 de 22-2-33 (Registo de Livros):	
Art. 4.º	445\$0
Decreto n. 23.581 de 13-12-35:	
Art. 2.º	42\$0
Decreto n. 57 de 20-2-35 (Registo de Químicos):	
Art. 3.º	80\$0
Total	1:842\$0

Dia 28

Dec. 22.035, de 29-10-1932 (Carteiras Profissionais):	
Art. 5.º	1:370\$0
Art. 9.º	25\$0
Art. 9.º parágrafo único	60\$0
Dec. 22.489, de 22-2-1933 (Registo de Livros):	
Art. 4.º	230\$0
Dec. 23.581, de 13-12-1933:	
Art. 2.º	34\$0
Total	1:719\$0

Dia 29

Dec. 22.035, de 29-10-1932 (Carteiras Profissionais):	
Art. 5.º	845\$0
Art. 9.º	20\$0
Art. 9.º parágrafo único	70\$0
Dec. 22.489, de 22-2-1933 (Registo de Livros):	
Art. 4.º	140\$0
Dec. 23.581, de 13-12-1933:	
Art. 2.º	24\$0
Total	1:099\$0

Dia 30

Dec. 22.035, de 29-10-1932 (Carteiras Profissionais):	
Art. 5.º	500\$0
Art. 9.º	60\$0
Art. 9.º parágrafo único	60\$0
Dec. 22.489, de 22-2-1933 (Registo de Livros):	
Art. 4.º	15\$0
Dec. 23.581, de 13-12-1933:	
Art. 2.º	46\$0
Total	681\$0

Confere. — Celina da Costa Lima. Visto. — Antonio Bento, intendente em comissão.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 3 de dezembro de 1940

Requerimentos:

De Magnésia S. A., pedindo arquivamento dos documentos da sua constituição. — Deferido.

De Pavimentadora Industrial S. A., pedindo arquivamento da alteração de estatuto e aumento de capital. — Deferido.

De Laboratórios Verny S. A., pedindo arquivamento de alteração de seus estatutos. — Deferido.

Da Empresa Industrial de Saltos S. A., Companhia Hanseática S. A., Brasil Limitada S. A., Companhia Nacional Ferro Ligas, Companhia de Produtos Lex S. A., Companhia Cervejaria Brahma, Casa Domingos Joaquim da Silva S. A., Empresa Saneadora Agrícola S. A., pedindo arquivamento de atas de assembleias gerais e outros documentos. — Deferidos.

Da Sociedade de Mineração Ernesto Zabeu & Filhos, Ltda., Mineração Camapuan Ltda., pedindo arquivamento dos decretos que as autorizaram a funcionar. — Deferido.

Contratos:

De Joaquim Simões & Comp., firma composta dos sócios solidários Joaquim Simões e José de Almeida Lopes, para o comércio de calçados, à rua Voluntários da Pátria n. 334-A, com o capital de 15:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Figueiredo Souto & Comp., Ltda., firma composta dos sócios quotistas A. F. Souto, ou António Manuel Figueira Souto, e Rosa Figueira Souto, para o comércio de frutas, doces e conservas, à rua D. Manuel n. 40, com o capital de 10:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Indústrias Reunidas de Laticínios Braco Ltda., firma composta dos sócios quotistas, Dr. Eurico de Sousa Leão, Jacinto Vilela Braga, António Pereira Notini, Ernst Walter Stupakoff, Carlos Ernesto Otto Stupakoff para o comércio de laticínios, com o capital de réis 1.000:000\$0 e prazo de 10 anos. — Deferido.

De Soares Duarte & Almeida firma composta dos sócios solidários José Maria Soares Duarte e José de Almeida, para o comércio de líquidos e comestíveis, à rua Borges Monteiro n. 193, com o capital de 15:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Construtora Brasil, Ltda., firma composta dos sócios quotistas Carlos Astrogildo Correia e Oscar Matos de Melo, para o comércio de construções e serviços de engenharia, à rua da Quitanda n. 185, com o capital de 60:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Pan América de Tecidos Ltda., firma composta dos sócios quotistas, Felix Biber e Bernhard Zeichner, para o comércio de tecidos, à avenida Rio Branco n. 9, sala 106, com o capital de réis 50:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Hayeke & Nahas, firma composta dos sócios solidários Jorge Gabriel Hayeke e Elias Nahas, para o comércio de fazendas e ar-

marinho, com o capital de 40:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

Alterações de contrato:

De Silva Pinheiro & Comp., pela retirada do sócio Frederico Zupo, nada recebendo, continuando a sociedade com os demais sócios. — Deferido.

De Eletro Casas Pimentel Ltda., pela cessão que faz o sócio Emanuel Djalma De Vicenzi de 20 quotas, no valor de 100:000\$0, a Ernesto Isnard e Paulo Cesar Pimentel, sendo o capital da sociedade de 750:000\$0. alem de outras modificações. — Deferido.

De Aliança Comercial de Anilinas Ltda., pela alteração na distribuição do capital o qual continua a ser de 1.000:000\$0, sendo feitas algumas modificações. — Deferido.

Contratos:

De Lindolfo, Coelho, Ltda., firma composta dos sócios quotistas Lindolfo Bardanca Coelho e Eurico Bardanca Coelho, para o comércio de botequim e bilhares, à avenida 28 de Setembro n. 197, com o capital de 20:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Correia & Lima, firma composta dos sócios solidários Alfredo Correia e Joaquim Teixeira Lima, para o comércio de café e restaurante, à rua Benedito Hipólito n. 137-A, com o capital de réis 8:000\$0. — Deferido.

De Teodoro S. Azevedo & Irmão firma composta dos sócios solidários Teodoro da Silva Azevedo e José da Silva, para o comércio de materiais de construção e transporte, à rua Gago Coutinho n. 65, com o capital de 10:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Carnevale & Vilardo, firma composta dos sócios solidários Adolfo Carnevale e Vlarido Giovanni, para o comércio de café e bar, à rua Camerino n. 8, com o capital de 100000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Manuel Esteves & Rodrigues, firma composta dos sócios solidários Manuel Augusto Esteves Ferreira e José Rodrigues Júnior, para o comércio de botequim, à rua do Acre n. 65, com o capital de 62:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Cruz & Comp., firma composta dos sócios solidários Manuel Fernandes da Cruz e Carlos Francisco do Couto, com o comércio de café e bilhares, à rua Bela n. 929, com o capital de 50:000\$0 e prazo indeterminado. — Deferido.

De Viuva André de Moraes & Comp., Ltda., firma composta dos De José Valente da Silva Ferreira, para o comércio de carpintaria, à rua do Senado, 227, com o capital de 20:000\$0. — Deferido.

De Lauro Rainho, para o comércio de calçados, à rua Buenos Aires, 342, com o capital de 2:000\$0. — Deferido.

De João Dias Pinto, para o comércio de artefatos de tecido e bijouteria, à rua São Luiz Gonzaga, 167, com o capital de 20:000\$0. — Deferido.

De J.S. Tauile, para o comércio de secos e molhados, à praça Engenho Novo, 38, com o capital de 10:000\$0. — Deferido.

De José Antônio Pereira, para o comércio de botequim, à rua São Pedro, 241, com o capital de 15:000\$0. — Deferido.

De Francisco Antônio de Figueiredo, para o comércio de leiteria e bar, à rua José dos Reis, 184 e 186, com o capital de Rs. 5:000\$0. — Deferido.

De Heitor Gabriel, para o comércio de quitanda, à rua Riachuelo, 182, com o capital de 8:000\$0. — Deferido.

De Alice de Lima e Silva, para o comércio de modas, à avenida Atlântica, 822, com o capital de 35:000\$0. — Deferido.

De Zarif Tanus, para o comércio de fazenda e armarinho, à rua Bela, 689, com o capital de 40:000\$0. — Deferido.

De Francisco Fernandes dos Santos, para o comércio de leiteria, à rua Najá, 85, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Carlos Simões Portugal, para o comércio de couros, à rua Itabira, 21, com o capital de 4:000\$0. — Deferido.

De A. de Castro (Botequim), para o comércio de botequim, à rua Conde de Bonfim, 95, com o capital de 20:000\$0. — Deferido.

De João Rafel, para o comércio de tinturaria, à rua João Vicente, 1.074, com o capital de 3:000\$0. — Deferido.

De Olávio Franco Afonso, para o comércio de concertos de relógios, à rua Senhor dos Passos, 79, sob., com o capital de Rs. 35:000\$0. — Deferido.

De M. Kerman, para o comércio de oficina de estofador e colchoaria, à rua Vinte e Quatro de Maio 921, com o capital de Rs. 5:000\$0. — Deferido.

De Colonese Camilo, para o comércio de quitanda, à rua Visconde de Pirajá, 616, com o capital de 1:000\$0. — Deferido.

De Manuel Lopes Varanda, para o comércio de quitanda, à rua Maria Passos, 78-A, com o capital de 1:500\$0. — Deferido.

De Geraldo Teixeira, para o comércio de barbearia, à rua Piauí, 195, com o capital de 500\$0. — Deferido.

De Lúria Francesco, para o comércio de calçados, à rua Visconde de Pirajá, 253-B, com o capital de 50:000\$0. — Deferido.

De Américo Augusto Henriques, para o comércio de sapatos, à estrada Braz de Pina, 431-A, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De João da Silva Rebelo, para o comércio de açougue, à rua Barão de Mesquita, 1.077-A, com o capital de 31:000\$0. — Deferido.

De José Pinto Mota, para o comércio de flores naturais, à rua Haddock Lobo, 309, com o capital de 1:000\$0. — Deferido.

De Gastão Urbano Maia, para o comércio de construções, à rua Ouvidor, 28, sob., com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Luiz Lourenço Dias, para o comércio de líquidos e comestíveis, à estrada Areal n. 659, com o capital de 10:000\$0. — Deferido.

De Osvaldo Floripes, para o comércio de quitanda e louças de barro, à rua José Bonifácio, 81, com o capital de 1:000\$0. — Deferido.

De Olávio Soares Branquinho, para o comércio de padaria, à rua Haddock Lobo, 389, com o capital de 50:000\$0. — Deferido.

De Hildebrando de Castro Melo, para o comércio de ferreiro, à rua do Senado, 82, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Serafim Pereira da Silva Filho, para o comércio de artefatos de couro, à avenida Marechal Floriano, 209-1.º andar, com o capital de 2:000\$0. — Deferido.

De Antônio Cianni, para o comércio de açougue, à rua Temporal, n. 91, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Abílio Pereira da Rocha, para o comércio de marcenaria, à rua Frei Caneca, 101, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De José de Melo, para o comércio de quitanda, à rua Vinte e Quatro de Maio, n. 484, com o capital de 2:000\$0. — Deferido.

De Vicente de Sousa da Silva Filho, para o comércio de quitanda, à rua Guilherme Maxwell, 488, com o capital de 2:000\$0. — Deferido.

De Celestino Ferreira, para o comércio de moveis, à rua General Caldwell, 81-83, com o capital de 40:000\$0. — Deferido.

De Francisco Torres, para o comércio de quitanda, à rua Barão de Mesquita, 685, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Antônio Joaquim Bastos, para o comércio de botequim e charutaria, à rua Barão de Mesquita, 610, com o capital de 8:000\$0. — Deferido.

De Maria Rosa Lopes, para o comércio de artefatos de tecidos e peles, à rua D. Mariana, 127, com o capital de 1:000\$0. — Deferido.

De Alberto da Silva Varanda, para o comércio de quitanda, à rua Visconde de Itauna, 68, com o capital de 3:000\$0. — Deferido.

De Primitivo Bueno Moacir, para o comércio de engenharia e construções, à rua da Quitanda, 47, 1.º andar, com o capital de 200:000\$0. — Deferido.

De Agostinho da Silva Neves, para o comércio de bar, à rua Umanapiá, 114, com o capital de 10:000\$0. — Deferido.

De Antônio Marques (Quitanda), para o comércio de aves e ovos, à rua Joaquim Silva, 49-A, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De J.D. Coelho, para o comércio de tinturaria, à rua da Passagem, 74, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Erich Joseph Kraft, para o comércio de perfumaria, à rua Aparício Borges, 15, com o capital de 10:000\$0. — Deferido.

De Firmo Pascoal dos Reis, para o comércio de carpintaria, à rua Cerqueira Daltro, 254, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Manuel Pires da Silva, para o comércio de máquina de costura, à rua Itubirdes Esteves, 104, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Álvaro Faria da Costa, para o comércio de corretagem de imóveis, à rua da Assembléia, 11, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De M.C. da Silveira, para o comércio de transportes, à rua Sacadura Cabral, 301, com o capital de 10:000\$0. — Deferido.

De Francisco Antônio Belo, para o comércio de calçados e artefatos de couro, à rua Senadar Dantas, 5, sala 4, 10.º andar, com o capital de 2:000\$0. — Deferido.

De Roman Bronusz, para o comércio de marcenaria, à rua Evaristo da Veiga, 124, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Silvino Patrício Mendes, para o comércio de botequim, à rua Presidente Barroso, 118, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Carlos Y Kato, para o comércio de pedras preciosas, cristais, etc., à avenida Graça Aranha, 39, A, 12.º Pavimento, sala 1.205, com o capital de 50:000\$0. — Deferido.

De Siegfried Grossmann para o comércio de pedras preciosas e semi-preciosas, à rua do Rosário, 138, com o capital de 100:000\$0. — Deferido.

De Walter Menzl, para o comércio de agente de alugueis de prédio, à rua Dr. Miguel Couto, 2, 2.º andar, sala 18, com o capital de 2:000\$0. — Deferido.

De Augusto Simões Rosa Júnior, para o comércio de café, bar e sorveteria, Y rua Silva Freire, 1, com o capital de 10:000\$0. — Deferido.

De Alvaro Rodrigues Miranda, para o comércio de açougue, no largo das Neves, 11, com o capital de 7:000\$0. — Deferido.

De Salim Calil Issa, para o comércio de fazendas e armarinhos, à rua Bela, 86, com o capital de 35:000\$0. — Deferido.

De Custódio M. Rodrigues, para o comércio de botequim e bar, à rua Barão de São Francisco, 401, com o capital de 5:000\$0. — Deferido.

De Alberto Francisco Marcelo, para o comércio de quitanda, à rua Fagundes Varela, 126, com o capital de 1:000\$0. — Deferido.

De Hilda Lopes Pereira Monteiro, para o comércio de artefatos de tecidos, Y rua Cruz Lima, 27, com o capital de 3:000\$0. — Deferido.

De Nelson da Rocha, para o comércio de estaleiro de construções navais, à rua Circular — Quinta do Cajú, com o capital de Rs. 10:000\$. — Deferido;

De Oto Woltasek, para o comércio de cofres e moveis de escritórios, à rua Teófilo Otoni, 120, com o capital de 5:000\$. — Deferido;

De Antônio Leonardo Pereira, para o comércio de quitanda, à rua Glaziou, 91, com o capital de 1:000\$. — Deferido;

De E. G. Monteiro, para o comércio de louças e artigos sanitários, à rua Frei Caneca, 65, sobrado, sala 2, com o capital de 15:000\$. — Deferido;

De Domingos Chiarielo, para o comércio de meias e modas, à praça Marechal Floriano, 89, sobrado, com o capital de 3:000\$. — Deferido;

De João Araujo da Cunha, para o comércio de botequim, à avenida dos Democráticos, 6, com o capital de 2:000\$. — Deferido;

De Antônio M. da Silva (Eletricista), para o comércio de bazar, à rua Barão de Bom Retiro, 807, com o capital de 10:000\$. — Deferido;

De Alcebiades de Oliveira Castro, para o comércio de lâmpadas, pilhas, aparelhos elétricos, rádios e refrigeração, com o capital de 25:000\$, sendo a firma A. Oliveira Castro. — Deferido;

De Arthur M. da Silva, para o comércio de informações comerciais, à rua São Pedro, 292, 1.º andar, com o capital de Rs. 3:000\$. — Deferido;

De F. Simon, para o registro complementar, pelo aumento de capital para 35:000\$, mudança de seu escritório para a avenida Rio Branco, 117, 2.º andar, sala 201. — Deferido;

De Joaquim Faria Martins, complementar pelo aumento de seu capital para 50:000\$. — Deferido;

Conselho Nacional do Trabalho

Rec. 4.304-40 — Vistos e relatados os presentes autos em que o Presidente da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Tração, Luz, Força e Gás do Rio de Janeiro recorre da decisão da mesma Junta, que concedeu o benefício de pensão à viúva do ex-associado Vitor Perdigão de Oliveira;

Considerando que a Caixa permitiu à viúva do ex-associado Vitor Perdigão de Oliveira perceber o benefício de pensão por seus cofres apesar de ser pensionista de Empregados Municipais, sob o fundamento de que o Decreto-lei n. 1.922, de 28 de dezembro de 1939, então vigente, tendo vedado expressamente "a acumulação de proventos de aposentadoria em cargo de função federal, estadual e municipal, com as de igual natureza das Caixas de Aposentadoria e Pensões ou Institutos congêneres", não fez restrição à acumulação de pensões permitida na legislação anterior;

Considerando, porém, que antes de serem os autos submetidos a julgamento desta Câmara, foram baixados os Decretos Leis ns. 2.004 de 7 e 2.043, de 27 de fevereiro de 1940, devendo, pois, o assunto ser estudado em face das novas disposições em vigor; isto posto,

Considerando que o Decreto-lei n. 2.004, revogando as disposições do Decreto-lei n. 1.922, permitiu a acumulação de proventos de aposentadorias em cargo ou função federal, estadual ou municipal com os de igual natureza das Caixas de Aposentadoria e Pensões ou Institutos congêneres, restabelecendo, deste modo as disposições do art. 6.º, do Decreto n. 819, de 27 de dezembro de 1938;

Considerando, por outro lado, que o Decreto n. 2.043, revogando os arts. 9.º e 11.º do 2.004, assim determinou o seu art. 10.º:

"Tratando-se de funcionário ou de extranumerário do serviço público, que exerça outras atividades profissionais mas que seja contribuinte de instituições de previdência social, especialmente mantida para funcionários públicos, poderá ele optar pela sua contribuição neste Instituto, ficando dispensado de contribuir para as demais instituições a que pertença ou a que venha a pertencer";

Considerando que a interpretação dada a este novo art. 10.º foi a de proibição "quando mesmo" da acumulação e assim se tem decidido, mas, realmente, não existe aí essa proibição. O Decreto n. 2.004, está em vigor, com as alterações citadas no Decreto n. 2.043, o que este alterou foi a redação dito art. 10.º que não foi revogado;

Considerando que o direito de opção do Decreto n. 819 era durante noventa dias, e no Decreto n. 2.043 (art. 10.º) é por tempo indeterminado, de vez que não existe prazo. A opção, n'um é facultativa; noutro, é imperativa. E, assim sendo, claro é que, quem, na vigência do art. 2.043, não optar, ficará como estava, no "statu-quo ante", isto é, por tempo determinado ou indeterminado;

Considerando que é o seguinte o art. 10.º, revogado:

É facultado ao associado empregado do serviço público, que se achar nas condições do art. 9.º, optar pela sua filiação à instituição de previdência especialmente mantida para Servidores do Estado". E seu § único: "A opção deverá ser manifestada às outras instituições de previdência social, dentro de seis meses, contadas da filiação do empregado a essas instituições, sob pena de perder o interessado o direito de usar daquela faculdade". A mesma coisa do novo art. 10.º, com outra redação e com a exclusão do prazo de seis meses com a perda do direito, se não optasse.

Essa pena não consta do novo art. 10.º do Decreto n. 2.043. Não manifestando a vontade de optar, dá-se o reconhecimento do seu direito à acumulação.

Aí está o direito de continuar contribuindo para mais de uma instituição. E com esse direito acha-se o de acumular;

Considerando que o art. 9.º do Decreto n. 2.043 determina:

"O associado obrigatoriamente filiado a mais de uma instituição de previdência social, por exercer mais de um emprego, é lícito acumular os benefícios concedidos por essas instituições". Como claramente se vê, o novo art. 10.º do último Decreto que é o 2.043 dá direito de opção.

Tem-se aí evidente a permissão para continuar contribuindo "para mais de uma instituição a que pertença ou a que venha a pertencer". O direito não é só limitado às instituições "a que pertença", mas também a "que venha pertencer". Dá opção para o que já pertença e o direito de optar ao que venha a pertencer, isto é, aos atuais e aos futuros contribuintes e empregados. A conclusão lógica e o espírito claro da lei, são, pois, pela acumulação da aposentadoria e da pensão, desde que não opte o contribuinte. É o que determina facultativamente o art. 10.º do Decreto n. 2.043;

Considerando que a proibição de acumular aposentadoria e pensão só se verificará na hipótese de se tratar de um só cargo, porque o art. 10.º do Decreto n. 2.043 explica — "tratando-se de funcionário ou extranumerário do serviço público que exercer outras atividades" — deixa claro que a acumulação só é lícita devido a funções ou atividades diferentes, sendo este o espírito de todas as leis citadas, permitindo ou proibindo acumulações;

Resolveu o membro da Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, pelos argumentos expostos, negar provimento ao recurso, para o fim de manter a decisão recorrida, reconhecendo, assim, o direito à viúva do ex-associado Vitor Perdigão de Oliveira de acumular com a pensão que percebe do Montepio dos Empregados Municipais a da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1940. — L. M. Ribeiro Gonçalves, Presidente. — Oséas Motta; Relator.

Fui presente. — Waldo de Vasconcellos, Adjunto do Procurador Geral, interino.

Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal

Resumo da audiência do dia 9 de dezembro de 1940

Bacharel Newton da Silva Lima, presidente — Antônio Monteiro Garcia, vogal dos empregadores — Cory Peixoto, vogal dos empregados — Tina Vitta, secretária.

Processos:

P. 10.850-40 — Luiz Pereira dos Santos, reclamando contra Irmãos Soares, dispensa sem justa causa e férias. — Procedente em 844\$. Pagas as custas pela firma reclamada.

P. 11.797-40 — Joaquim José de Matos, reclamando contra Fábrica Palermo, dispensa, e férias. — Adiado para o dia 10 de janeiro, vindouro, às 15 horas.

P. 11.839-40 — Euclides Braz Pereira, reclamando contra Fundação Guanabara, dispensa, férias e salários. — Adiado para o dia 15 de janeiro, vindouro, às 15 horas.

Resumo da audiência do dia 10 de dezembro de 1940

Bacharel Newton da Silva Lima, presidente — Antônio Monteiro Garcia, vogal dos empregadores — Cory Peixoto, vogal dos empregados — Tina Vitta, secretária.

Processos:

P. 10.710-40 — Eduardo Bernardino Pinto, reclamando contra Vinícola Natal Ltda., horas extraordinárias. — Procedente em réis 250\$5. Pagas as custas pela reclamada.

P. 11.767-40 — Dermeval Silva, reclamando contra Leonídio Gomes, dispensa sem justa causa. — Improcedente em 1:680\$. Pagas as custas pela reclamante.

P. 11.761-40 — Gregório Mascarenhas, reclamando contra Siemens Baunion, dispensa sem justa causa. — Improcedente em 400\$. Pagas as custas pelo reclamante. O reclamante deixou de comparecer.

TRIBUNAL DE CONTAS

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO PRESIDENTE

Despacho do dia 2

Requerimento de Luiz da Cunha Machado, escriturário, classe 4, do Q. S., do M. da Fazenda, solicitando a tomada de suas contas, como escrivão da coletoria federal de Itacoatiara, Estado do Amazonas, no período de 1 de janeiro a maio de 1935 (PG. 28.467). — Como parece.

O parecer da D. de Tomada de Contas foi o seguinte:

"Somos de parecer que o peticionário deve se dirigir a quem do direito, uma vez que ao Tribunal não cabe a providência reclamada".

Requerimento de José de Souza Reis, assistente técnico contratado do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Saúde, solicitando restituição de documentos que foram anexados ao processo de seu contrato (PG. 28.472). — De acordo.

O parecer da 2ª Diretoria foi o seguinte: "A vista da informação, parece-me que o requerente deve se dirigir ao Ministério da Educação e Saúde".

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

BOLETIM DE COTAÇÕES DO CAMBIO FIXADO EM 10 DE DEZEMBRO DE 1940

Praças	Mercados		A vista
	Oficial	Livre	Especial
Londres:			
Libras AREA	—	80\$050	83\$320
Itália	—	1\$005	\$921
Alemanha:			
Reisemark	—	—	3\$869
Verrechnungsmar	—	6\$090	—
Unterstützungsmark	—	—	3\$690
Portugal	—	\$795	\$893
Suíça	—	4\$597	4\$770
Nova York	16\$579	19\$776	20\$698
Uruguai	—	—	8\$100
Argentina	—	4\$671	5\$045
Japão	—	4\$663	—
Canadá	—	—	18\$400
Chile	—	\$665	\$666
Cobertura do Banco do Brasil aos Bancos:			
Londres:			
Libras AREA	—	79\$350	—

COTAÇÕES OFICIAIS DE TÍTULOS EM 11 DE DEZEMBRO DE 1940

DÍVIDA EXTERNA

Empréstimo Federal de 1922, 7 % (Eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil), p/\$ 1.000 3:600\$0

DÍVIDA INTERNA

Apólices e Obrigações

Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, port.	829\$0
Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, port. (cautelos) ...	810\$0
Reajustamento Econômico de 500\$0, 5 %, port.	415\$0
Reajustamento Econômico de 1:000\$0, 5 %, port.	858\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 7 % (1930)	1:010\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 7 % (1932)	1:050\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 7 % (1939)	1:010\$0
Empréstimo Municipal de 1904, port.	530\$0
Empréstimo Municipal de 1906, port.	180\$0
Empréstimo Municipal de 1914, port.	180\$0
Empréstimo Municipal de 1920, port.	178\$5
Empréstimo Municipal de 1934, port.	210\$0
Empréstimo Municipal de 7 %, port. (Decreto n. 1.535) ..	190\$0
Prefeitura de Recife de 50\$0, 4 %, port.	21\$0
Minas Gerais de 1:000\$0, 7 %, port.	839\$0
Minas Gerais de 200\$0, 5 %, port. (1934), 1.ª série ...	155\$5
Minas Gerais de 200\$0, 8 %, port. (1934), 2.ª série ...	163\$5
Minas Gerais de 200\$0, 7 %, port. (1934), 3.ª série ...	163\$5
Pernambuco de 100\$0, 5 %, port.	80\$5
São Paulo de 200\$0, 5 %, port.	202\$0
Uniformizadas de São Paulo de 1:000\$0, 8 %, port.	1:045\$0

Ações de Companhias

Seguros "Guanabara"	202\$0
Progresso Industrial do Brasil	355\$0
Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, ordinárias ..	133\$0
Docas de Santos, nom.	227\$0

Debentures

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro", S. A. de Crédito Real ..	205\$0
--	--------

Vendas em leilão

6 Ações da Companhia de Seguros "Guanabara"	105\$0
80 Ações da Companhia Equitativa Terrestres, Acidentes e Transportes, C/60 %	355\$0
800 Ações da Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus, preferenciais	400\$0
200 Ações da Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Mateus, comuns	200\$0

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1940. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

VENDAS JUDICIAIS

O corretor Alfredo Gastão de Villemor Amaral Filho, designado pela Câmara Sindical a dar cumprimento ao alvará do Dr. juiz de direito da Quarta Vara Cível, venderá em leilão, na Bolsa do dia 19 do corrente, 14 apólices Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, port., pertencentes à massa falida de Prado Peixoto & Cia.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1940. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

(C 10.926 — 11-12-1940 — 11\$2.)

Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

VENDAS EM LEILÃO

O corretor Eduardo Ferreira, designado pela Câmara Sindical a dar cumprimento ao pedido n. 1.703, da Recebedoria do Distrito Federal, venderá em leilão, na Bolsa do dia 13 do corrente, 170 apólices Diversas Emissões, de 1:000\$0, 5 %, ao portador (cautela), representadas por 17 cautelos de 10 apólices cada uma, que foram depositadas por força do auto de infração n. 434, de 23 de março de 1937.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1940. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

(C 10.927 — 11-12-1940 — 14\$3.)

RENDAS PÚBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

	COMPARAÇÃO DA RENDA	
	Geral	Exclusive depósitos
Arrecadada de 2 a 7 de dezembro de 1940	14.451:843\$100	14.216:074\$800
Em 9 de dezembro de 1940 ..	960:781\$800	903:986\$300
Total	15.412:624\$900	15.120:061\$100
Em igual período de 1939 ..	21.288:911\$400	15.016:746\$100
Diferença para menos em 1940	5.876:286\$500	103:315\$000
Arrecadada de 2 de janeiro a 9 de dezembro de 1940 ..	574.402:966\$000	550.572:382\$500
Em igual período de 1939 ..	529.429:643\$100	509.560:345\$200
Diferença para mais em 1940	44.973:322\$900	41.012:037\$300

Recebedoria do Distrito Federal

	COMPARAÇÃO DA RENDA	
	Geral	Exclusive depósitos
Arrecadada de 2 a 9 de dezembro de 1940	15.412:624\$900	15.120:061\$100
Em 10 de dezembro de 1940 ..	1.746:769\$400	1.664:605\$100
Total	17.159:394\$300	16.784:666\$500
Em igual período de 1939	21.288:911\$400	15.016:746\$100
Diferença para menos em 1940	4.129:517\$100	1.767:920\$400
Arrecadada de 2 de janeiro a 10 de dezembro de 1940 ..	576.149:735\$100	552.236:987\$900
Em igual período de 1939 ..	529.429:643\$100	509.560:345\$200
Diferença para mais em 1940	46.720:092\$300	42.676:642\$700

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
10 de dezembro de 1940	1.119:834\$900
10 de dezembro de 1939	—
Receita mensal:	
De 2 a 10 de dezembro de 1940	9.982:136\$500
De 2 a 10 de dezembro de 1939	19.830:902\$009
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	9.848:765\$500
Receita global:	
De 2 de janeiro a 10 de dezembro de 1940	452.707:182\$100
De 2 de janeiro a 10 de dezembro de 1939	463.485:610\$900
Diferença da receita arrecadada para menos em 1940	10.778:128\$800

Alfândega de Santos

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
6 de dezembro de 1940	1.148:186\$100
6 de dezembro de 1939	1.737:577\$700
Receita mensal:	
De 1 a 6 de dezembro de 1940	15.532:784\$409
De 1 a 6 de dezembro de 1939	10.895:010\$600
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	4.637:773\$800
Receita global:	
De 2 de janeiro a 6 de dezembro de 1940	560.313:713\$000
De 2 de janeiro a 6 de dezembro de 1939	548.856:222\$900
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	11.457:490\$100

Alfândega de Santos

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
7 de dezembro de 1940	1.170:332\$100
7 de dezembro de 1939	1.556:269\$500
Receita mensal:	
De 1 a 7 de dezembro de 1940	16.703:116\$509
De 1 a 7 de dezembro de 1939	12.451:280\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	4.251:836\$400
Receita global:	
De 2 de janeiro a 7 de dezembro de 1940	561.481:045\$100
De 2 de janeiro a 7 de dezembro de 1939	550.412:492\$400
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	11.071:552\$700

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
2 de dezembro de 1940	143:945\$500
2 de dezembro de 1939	91:400\$100
Receita mensal:	
De 1 a 2 de dezembro de 1940	143:945\$500
De 1 a 2 de dezembro de 1939	420:572\$500
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939	276:627\$000
Receita global:	
De 2 de janeiro a 2 de dezembro de 1940	82.933:265\$800
De 2 de janeiro a 2 de dezembro de 1939	82.514:964\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	418:301\$700

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
3 de dezembro de 1940	72.356\$700
3 de dezembro de 1939	Não houve
Receita mensal:	
De 2 a 3 de dezembro de 1940	216:302\$260
De 1 a 3 de dezembro de 1939	320:572\$500
Diferença da receita arrecadada para mais em 1939	201:270\$300
Receita global:	
De 2 de janeiro a 3 de dezembro de 1940	83.005:622\$500
De 2 de janeiro a 3 de dezembro de 1939	82.514:964\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1940	490:658\$400

EDITAIS E AVISOS**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES****Polícia Civil do Distrito Federal****INSPEÇÃO DO TRÁFEGO**

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspeção dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matrícula indistinta — Art. 366:

Ônibus:

Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, ns. 71, 87 e 113 — Art. 248 L.

M. P. Salgado, nns. 139 e 628 — Art. 248 L.
Empresa de Ônibus de Luxo Ltda., ns. 399 e 444 — Artigo 248 C.

Mario Bianchi, ns. 503 e 538 — Art. 248 L.

Roberto J. Schmidt, ns. 673 e 697 — Art. 144.

José Joaquim de Brito, n. 263 — Art. 102.

Renascença Auto Ônibus Ltda., n. 852 — Art. 248 L.

Auto de carga:

Elvino Luiz Arruda, n. 9.660 — Art. 81.

Autos de passeio:

Jorge Campos Maciel, n. 1.966 — Art. 248 E.
 Alfredo Baeta Neves, n. 6.585 — Art. 248 E.
 José Maria L. de Vasconcelos, n. 9.601 — Art. 144.
 Arnaldo Gomes Ramalho, n. 13.115 — Art. 248 L.
 Zeferino Gonçalves, n. 13.406 — Art. 102.
 Antônio Manuel Esteves, n. 14.730 — Art. 81.
 Avelino Fernandes, n. 15.017 — Art. 248 E.
 Antônio Rodrigues de Oliveira, n. 16.312 — Art. 80.
 Marcelino José Alves, n. 16.573 — Art. 102.
 Luiz Costa, n. 16.758 — Art. 86.
 José Leite Brandão, n. 17.519 — Art. 248 L.
 Otávio Rodrigues Barros, n. 19.633 — Art. 248 L.
 Gilberto Goulart de Barros, n. 20.600 — Art. 248 L.
 Manuel José Rodrigues Caldas, n. 20.627 — Art. 248 L.
 Djalma Cavalcanti, n. 21.551 — Art. 248 L.
 Jair Leal, n. 21.763 — Art. 248 L.
 Paulo Guimarães Masset, n. 22.500 — Art. 144.
 Antônio Castro Neves, n. 24.501 — Art. 248 L.
 Hugo Josef Greggenheim, n. 24.553 — Art. 248 L.
 Afonso de Melo Castro, n. 24.777 — Art. 248 E.
 José Pereira Dias, n. 25.200 — Art. 86.
 Oscar Meissner, n. 25.210 — Art. 248 E.
 José Gonçalves Nunens, n. 26.006 — Art. 102.
 José Joaquim Gonçalves, n. 27.363 — Art. 144.
 Eugenén Stalder, n. 27.722 — Art. 102.
 Andreo Sávio, n. 28.378 — Art. 102.
 Horácio Assis Gomes, n. 28.716 — Art. 248 L.
 Vladimir Duda, n. 29.267 — Art. 81.
 Celso de Barros Franco, n. 30.173 — Art. 248 L.
 José César Sardinha, n. 30.684 — Art. 248 L.

Nota — A falta de pagamento das multas, importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor de acordo com o previsto do artigo 382 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — *Edgard Pinto Estrella*, inspetor do Tráfego.

Polícia Civil do Distrito Federal

INSPECTORIA DO TRÁFEGO

EXAMES DE MOTORISTAS

Resultado dos exames efetuados non dia 11 do corrente.

Aprovados:

Solon de Queiroz Prates — João de Oliveira Filho — José Maria Barria — Edgard Bezerra de Lima — Artur Fernandes Campos da Paz — Cipriano Bastos — José Dias Correia Filho — Alkindar Soares Pereira — Fernando Machado Soares — Otávio Alves Coreria — Sadí Vieira — Jorge Antonio da Silva — Euclides do Couto Garcia — Carlos Lopes Reis e Rufino Alves dos Santos.

Reprovados: 9.

Inspeção do Tráfego, em 11 de dezembro de 1940. — O inspetor, Dr. *Edgard Pinto Estrella*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Universidade do Brasil

ESCOLA NACIONAL DE QUÍMICA

CONCURSO DE HABILITAÇÃO À MATRÍCULA INICIAL

De ordem do Sr. diretor, professor Porto Carreiro Neto, faço público, pelo presente edital, que serão recebidas nesta Secretaria de 20 do mês corrente até 28 de janeiro próximo, em todos os dias úteis, das 11 às 17 horas, as inscrições para o concurso de habilitação à matrícula inicial no Curso de Química Industrial, de acordo com o disposto no art. 225 do Regulamento da Escola aprovado pelo Decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934.

1. A inscrição será feita mediante petição, subscrita pelo candidato ou seu representante idôneo e instruída com os seguintes documentos:

- certidão que prove a idade mínima de 18 anos;
- carteira de identidade;
- atestado de idoneidade moral;
- atestado de sanidade, física e mental;
- atestado de vacina;
- recibo de pagamento da taxa de 60\$00;
- certificado de conclusão do curso secundário, com adaptação didática aos cursos de engenharia ou que satisfaça a uma qualquer das

condições enumeradas no inciso b), alínea b) a f), da Circular n. 1.200, expedida pelo Departamento Nacional de Educação e publicada no *Diário Oficial* de 7 de junho de 1934, à página 12.228.

2. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original com as assinaturas bem legíveis das autoridades que os expedirem revestidas de todas as formalidades legais.

3. Não será aceita a inscrição de candidato que apresentar documentação incompleta.

4. O concurso de habilitação será realizado de acordo com as instruções constantes da Circular n. 1.200, anteriormente citada e da Circular n. 3.344, publicada no *Diário Oficial* de 22 de novembro de 1937, à página 23.084, revigoradas pela Circular de 15 de dezembro de 1939, do diretor do Departamento Nacional de Educação, versando as provas sobre a matéria essencial dos programas expedidos pela última aludida circular.

5. Nos termos do art. 224, do Regulamento da Escola, as matrículas iniciais, no próximo ano letivo, serão processadas dentro do limite de 30, compreendidas nesse número as matrículas dos alunos do curso que, no corrente ano letivo, não lograram promoção ou que a obtiveram com dependência de cadeira de laboratório do referido ano do curso.

Secretaria da Escola Nacional de Química, em 9 de dezembro de 1940. — *Diva Rocha de Lima Netto*, secretária.

Universidade do Brasil

ESCOLA ANA NERI

De ordem da diretora, faço público, para conhecimento dos interessados, que, de acordo com o que estabelece o art. 7.º, § 1.º, das instruções baixadas com o Decreto n. 20.109, de 15 de junho de 1931, deverão comparecer às 10 horas do dia 16 de dezembro corrente, à rua Benedito Hipólito 275, afim de se submeterem às provas de que trata o art. 2.º das supracitadas instruções, os candidatos inscritos: Margaret Eder, (Irmã Maria Terentia Eder), Hedwig Rundel (Irmã Maria Sellaris Rundel) e André João Batista Gonçalves.

Rio de Janeiro, Escola Ana Neri, 6 de dezembro de 1940. — *Ruth Barcellos*, oficial administrativo — I.

Serviço de Transportes

VENDA DE MATERIAL INSERVIVEL EXISTENTE NO SERVIÇO DE TRANSPORTES

Devidamente autorizado pelo Sr. diretor da Divisão de Material, faço público para conhecimento dos interessados que, neste Serviço, instalado à praça da Bandeira, n. 4, serão recebidas, no dia 21 do corrente mês, propostas para venda do material inservível existente neste Serviço, abaixo relacionado, mediante as seguintes condições:

Primeira — As propostas deverão ser apresentadas no dia 21 próximo vindouro, às 10 horas, em três vias, datadas e assinadas, sendo a primeira via selada de acordo com a Lei e os preços indicados por extenso e em algarismos para cada artigo, não podendo as mesmas conter emendas ou rasuras.

Segunda — As propostas apresentadas deverão referir-se a todo material posto à venda e não a qualquer parte dele apenas.

Terceira — As propostas cujos preços sejam inferiores aos estabelecidos como base, na relação abaixo, não serão aceitas.

Quarta — Para garantia da apresentação de sua proposta, o concorrente depositará, na Tesouraria Geral deste Ministério, a importância de 500\$00 (Quinhentos mil réis) em moeda corrente ou em apólices da dívida pública. Essa importância será restituída após haver feito o concorrente preferido o recolhimento da importância correspondente à sua proposta.

Quinta — No ato da entrega de suas propostas, os concorrentes deverão apresentar a guia alusiva ao depósito de que trata a cláusula anterior.

Sexta — O concorrente preferido fará, dentro de cinco dias após a aprovação da concorrência, o recolhimento correspondente a sua proposta, perdendo a favor da Fazenda Nacional, o valor da caução constante da cláusula quarta, se não fizer tal recolhimento.

Sétima — O preço deverá ser dado para cada artigo, não sendo aceita proposta global.

Oitava — A presente concorrência se realizará no dia e hora determinados na cláusula primeira, na sede do Serviço de Transportes, sob a presidência do Superintendente.

Nona — O Governo reserva-se o direito de anular a presente concorrência, se assim o julgar conveniente, não cabendo aos proponentes direito a indenização de espécie alguma.

RELAÇÃO DO MATERIAL

ESPECIFICAÇÃO — PREÇO MÍNIMO

Double Phaeton "Ford", mau estado, incompleto, um, 200\$0.
 Double Phaeton "Ford", mau estado, um, 500\$0.
 Double Phaeton, "Buick", mau estado, incompleto, um, 200\$0.
 Double Phaeton "Buick", mau estado, um, 700\$0.
 Double Phaeton "Chevrolet", mau estado, incompleto, um, 150\$0.
 Double Phaeton "Chevrolet", mau estado, um, 450\$0.

Barata "Chevrolet", mau estado, uma, 500\$0.
 Caminhão "Ford", mau estado, incompleto, um, 250\$0.
 Caminhão "Ford", mau estado, um, 550\$0.
 Caminhão "Chevrolet", mau estado, incompleto, um, 300\$0.
 Caminhão "Chevrolet", mau estado, um, 500\$0.
 Caminhão "Saurer", mau estado, incompleto, um, 400\$0.
 Caminhão "Fiat", mau estado, incompleto, um, 250\$0.
 Pneumáticos inutilizados, quilo, \$500.
 Tambor para óleo (vasio), um 27\$0.
 Serviço de Transportes, 11 de dezembro de 1940. — *Gastão Soares de Moura, Filho*, superintendente.

Secção de Fiscalização do Exercício Profissional

EDITAL

De ordem do Sr. Dr. diretor da Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, ficam cancelados os diplomas de farmacêuticos, Mário Vieira Brant e cirurgiões dentistas de Arlindo Noronha de Camargo, Alicadi Ribeiro, Armando Pedrosa Cardia, Elessbão Lopes de Figueiredo, Jacinto Ferreira da Silva, Orestes Alves Pereira, Orioyaldo Costa e Pedro Pereira Barbosa, todos expedidos pela Escola de Farmácia e Odontologia de Itapetininga, de acordo com o ofício n. 1.412, de 1 de outubro de 1940, da Divisão do Ensino Superior, Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, 10 de dezembro de 1940. — *José Monteiro de Sá Freire*, oficial. — (assinatura ilegível), pelo diretor.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

De ordem do Sr. diretor, aviso aos proprietários dos prédios abaixo mencionados, que tem o prazo de oito dias, a partir da primeira publicação deste, para apresentarem defesa sobre irregularidades no abastecimento de água desses imóveis, antes de serem aplicadas as penalidades previstas no Decreto n. 24.732, de 13 de julho de 1934:

Art. do Regul.

Auto n. 32 — S. H. — Rua Visconde de Niterói número 50, casa 14	85
Auto n. 32-A — S. H. — Rua Barão de Flamengo n. 2	92
Auto n. 33 — S. H. — Rua Barão de Flamengo ns. 2 e 4	92
Auto n. 34 — S. H. — Rua Barão de Ipanema n. 62	88
Auto n. 52 — 4.º — Rua Paulo Guedes n. 53	92
Auto n. 53 — 4.º — Rua Paulo Guedes n. 112	92
Auto n. 54 — 4.º — Rua Visconde de Santa Isabel n. 272	92
Auto n. 55 — 3.º — Rua Gonçalves Santos n. 69	92
Auto n. 57 — 3.º — Travessa Horácio n. 40	89
Auto n. 58 — 3.º — Rua Felizardo Fortes n. 155	89
Auto n. 59 — 3.º — Rua Sargento Aquino n. 358	89
Auto n. 67 — 2.º — Rua Vaz Toledo n. 225	88
Auto n. 91 — 2.º — Rua Matias Cunha n. 66	89
Auto n. 92 — 2.º — Rua Santos Titara n. 115	88
Auto n. 457 — Rua Luiz Simons n. 40	89
Auto n. 460 — Rua Santana n. 75-A	92
Auto n. 461 — Rua Frei Caneca n. 122	92
Auto n. 463 — Rua Joaquim Silva n. 133	88

Secção de Expediente e Contabilidade, 28 de novembro de 1940.
 — *Theophilo Dias Ribeiro*, chefe da Secção.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de citação a proprietários de prédios sobre irregularidades no abastecimento de água publicado no "Diário Oficial" de 9 do corrente, à página 22.870.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Serviço do Pessoal

O Chefe da Secção Administrativa da Diretoria do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, de ordem do Senhor Diretor, convoca o Sr. Frederico Pinho, na qualidade de procurador de Antônio Vicentini, a comparecer a este Serviço afim de melhor esclarecer o assunto de que trata o processo fichado no Tesouro sob número: 60.476, deste ano.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

AUTO N. 1.427, DE 1933

O Subdiretor da 3.ª Subdiretoria, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, § 11, do decreto n. 14.162, de 12 de maio de 1920, determina ao contínuo que intime a firma A. Serra Campos, à rua

dos Ourives, 83, e aí não encontrada, desta cidade, a dar ciência que por despacho de 16-4-40 o Sr. Diretor da Recebedoria em São Paulo, julgou improcedente o auto supra no prazo de 60 dias corridos.

O processo encontra-se à disposição do interessado ou de seu representante devidamente habilitado no Protocolo de Autos.

Terceira Subdiretoria da Recebedoria do Distrito Federal, 21 de agosto de 1940. — Pelo o Subdiretor, *Mauro Roiffé* "D".

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 635

AUTO DE INFRAÇÃO N. 198-35

Processo n. 5.642-40 — Alf. Baía

Pelo presente edital fica intimada a firma Jorge Dadde, à rua General Câmara n. 332, nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de um conto e duzentos mil réis (1:200\$0) de multa e a de, correspondente, na conformidade do despacho proferido pelo senhor Diretor desta Recebedoria, no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Sub-Diretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo o Sub-Diretor, *Mauro Roiffé*.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 636

AUTODE INFRAÇÃO N. 1.378-37

Processo 47.041-39 — D. F. S. Paulo

Pelo presente edital fica intimada a firma Renato Binelli & Cia., à rua Vieira Fazenda n. 52, nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de quatrocentos mil réis (400\$0) de multa e a de, correspondente, na conformidade do despacho proferido pelo senhor Diretor desta Recebedoria, no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Sub-Diretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo o Sub-Diretor, *Mauro Roiffé*.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 637

AUTO N. 7-38

Processo n. 43.250-38 — Col. Fed. Vassouras

Pelo presente, fica intimada a firma Joaquim Cardoso Segundo, à rua Visconde de Itaúna n. 343, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada, para, no prazo de 60 dias corridos, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 7 de 6 de outubro de 1938 instaurado na 2.ª Coletoria Federal Vassouras por infração do regulamento junto ao decreto n. 739 de 24 de setembro de 1938.

Terceira Sub-Diretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo o Sub-Diretor, *Mauro Roiffé*.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 638

AUTO INFRAÇÃO N. 1.926-38

Processo n. 39.025-39 — São Paulo

Pelo presente edital fica intimada a firma Laboratório Biodermico Ltda., à travessa do Ouvidor n. 36, nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de (500\$0) quinhentos mil réis de multa e a de, correspondente, na conformidade do despacho proferido pelo senhor Diretor desta Recebedoria, no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Sub-Diretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo o Sub-Diretor, *Mauro Roiffé*.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 639

Processo n. 29.416-40

Pelo presente, fica intimada a firma A. Luiz Ribeiro & Comp., à rua Pedro Américo n. 27, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada, para no prazo de 60 dias corridos, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 17, de 10 de setembro de 1938, instaurado no Estado do Espírito Santo, por infração do regulamento junto ao Decreto n. 301, de 24 de fevereiro de 1938.

Recebedoria, 15 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor, *Mauro Toiffé*, classe "D".

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 640

AUTO 74-38-3.ª COL. DE BELO HORIZONTE

Processo n. 9.461-40

Pelo presente, fica intimada a firma Ford Motor Company, Exports, Inc., à Praça Mauá n. 7, 13.º andar, sala 1.302, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada para, no prazo de 60 dias corridos, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 74, de 7 de julho de 1938, instaurado na 3.ª Coletoria de Belo Horizonte, por infração do regulamento junto ao Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Recebedoria, 19 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor, *Mauro Toiffé*, classe "D".

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 641

AUTO DE INFRAÇÃO N. 1/38

Processo n. 10.383-40 — Col. de Manhuassú — Minas Gerais

Pelo presente edital fica intimada a firma Meton Soares, à Praça Mauá n. 7, 13.º andar, sala 1.509, nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de um conto de réis, na conformidade do despacho proferido pelo senhor diretor desta Recebedoria, no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Subdiretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor, *Mauro Toiffé*, classe "D".

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 642

AUTO DE INFRAÇÃO N. 25-38

Processo 28.900-40 — 2.ª Col. de Belo Horizonte

Pelo presente edital fica intimada a firma Kulik Salamon, à rua Miguel Coulo n. 37, 1.º, nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de cinco contos de réis na conformidade do despacho proferido pelo senhor diretor desta Recebedoria no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Subdiretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor, *Mauro Toiffé*, classe "D".

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 643

Processo n. 16.755/39.

Pelo presente, fica intimada a firma Fábrica de Linhas Búfalo, à rua Marechal Deodoro n. 175, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada para, no prazo de 30 dias úteis, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 27, de 24 de setembro de 1938, instaurado na 3.ª Coletoria Federal em Belo Horizonte, por infração do regulamento junto ao Decreto n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Recebedoria, 10 de dezembro de 1940. — Pelo subdiretor, *Ulysses de Faria Caldas*, oficial administrativo classe 16.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 644

AUTO DE INFRAÇÃO N. 196/938

Processo n. 24.199/339.

Pelo presente edital fica intimada a firma A. Saraiva & Comp. — Fábrica de Calçados "Sagres", à rua Leandro Martins ns. 41/43, nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de dois contos de réis de multa correspondente, na conformidade do despacho proferido pelo senhor diretor desta Recebedoria, no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Subdiretoria, em 10 de dezembro de 1940. — Pelo subdiretor, *Ulysses de Faria Caldas*.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 645

Processo n. 1.846/939.

Pelo presente, fica intimada a firma Instituto Prager Pedro-sa 2.ª, à rua São José n. 76, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada para, no prazo de 30 dias úteis, alegar o que julgar a bem da sua defesa sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 12, de 3 de maio de 1939, instaurado na Coletoria de Jequié, Baía, por infração do regulamento junto ao Decreto n. 17.461, de 6 de outubro de 1926.

Recebedoria, 10/3/1940. — O subdiretor (assinatura ilegível).

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 646

Processo n. 1.846/1939.

Pelo presente fica intimada a firma Aleotti & Comp., à rua da Alfandega n. 159, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada para, no prazo de 30 dias úteis, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia no processo que teve por base o auto n. 12 de 3 de maio de 1938, instaurado na Coletoria de Jequié — Baía, por infração do regulamento junto ao Decreto número 17.461 de 6/10/1926.

Recebedoria, 10/3/1940. — O subdiretor (assinatura ilegível).

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 647

AUTO DE INFRAÇÃO N. 27.139

Processo n. 11.131-40

Pelo presente edital fica intimada a firma Said Daniel, à rua Senhor dos Passos n. 222 nesta cidade, mas aí não encontrada, a recolher, no prazo de sessenta (60) dias corridos, contados da publicação deste, sob pena de cobrança executiva, a importância de um conto de réis (1:000\$0), na conformidade do despacho proferido pelo senhor Diretor desta Recebedoria, no processo que teve por base o auto supracitado, com direito a recurso, mediante depósito prévio da dita importância.

Terceira Subdiretoria, em 21 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor *Mauro Griffé*.

Recebedoria do Distrito Federal

AUTO N. 3.711-40 — REC. SÃO PAULO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 648

Processo n. 46.956-10

Pelo presente, fica intimada a firma Ugo Spagnuola, a avenida dos Democráticos n. 802 desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada, para, no prazo de 60 dias corridos, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 3.711, de 23 de novembro de 1939, instaurado na Recebedoria Federal em São Paulo por infração do regulamento junto ao Decreto n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Recebedoria, 19 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor, *Mauro Griffé*.

Recebedoria do Distrito Federal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 649

Processo n. 48.275-39 — Segunda Coletoria, Petrópolis

Pelo presente, fica intimada a firma O. P. Araujo, à rua Leandro Martins n. 7, desta cidade do Rio de Janeiro, mas aí não encontrada, para, no prazo de 60 dias corridos, alegar o que julgar a bem da sua defesa, sob pena de revelia, no processo que teve por base o auto n. 4, de 29 de agosto de 1939, instaurado na Segunda Coletoria de Petrópolis, por infração do regulamento junto ao Decreto n. 739, de 24 de setembro de 1938.

Recebedoria, 21 de agosto de 1940. — Pelo subdiretor, *Mauro Grifé*.

Recebedoria do Distrito Federal

TERCEIRA SUBDIRETORIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 650

Pelo presente edital, ficam intimadas as firmas abaixo mencionadas a recolherem no prazo de oito dias, sobre pena de cobrança executiva, as importâncias de seus débitos para com a Fazenda Nacional, de acordo com os seguintes processos:

- N. 3.404-38 — Clemente Esteves Perez.
 N. 11.991-38 — Doris & Monteiro.
 N. 49.815-38 — Carlos Mainieri.
 N. 16.093-39 — Pereira & Ribeiro.
 N. 31.076-39 — Abílio A. de Andrade, rua 24 de Maio número 311.
 N. 2.692-40 — Hadolpho Harif, rua do Ouvidor n. 21.
 N. 15.534-40 — Rodrigo de Albergaria Júnior, rua Arquias Cordeiro n. 318.
 N. 33.867-40 — Hyarujo & Silva.
 N. 67.377-40 — Manassés José dos Santos.
 N. 67.378-40 — Mario Matias.
 N. 67.374-40 — Firmo Jacob de Calazans Rocha.
 N. 68.678-40 — União Beneficente dos Militares.
 N. 68.679-40 — Manuel Pereira do Nascimento.
 N. 68.680-40 — Cândido Bandeira Caldas.
 N. 68.681-40 — Sílvio Besteti.
 N. 68.682-40 — Otacílio Brito dos Santos.
 N. 68.683-40 — Felício Manuel de Araujo.
 N. 68.684-40 — José Raimundo da Silva.
 N. 69.138-40 — José de Arruda Wanderley.
 N. 69.921-40 — Benedito Cândido de Oliveira.
 N. 69.922-40 — Hugo Kanitz.
 N. 69.923-40 — Manuel Clementino dos Santos.
 N. 69.925-40 — José Umbelino dos Santos.
 N. 70.107-40 — Manuel Pereira da Silva.
 N. 70.108-40 — Honorino Otácio da Silva.
 N. 71.739-40 — Pedro Leite de Araujo.
 N. 876-40 — Guilherme Moreira.

Terceira Subdiretoria da Recebedoria do Distrito Federal, 11 de dezembro de 1940. — Pelo subdiretor, *Raymundo Gomes Valente*, escriturário da classe 10, do Q. 5.

Diretoria das Rendas Internas

De ordem do Sr. diretor das Rendas Internas, convido o Sr. Alexandre Pulitzer, responsável pela "Pro Lar Limitada", estabelecida na Avenida Rio Branco n. 91, 8.º andar e rua Buenos Aires n. 45, sobrado, onde posteriormente se instalou, a comparecer a esta diretoria, afim de satisfazer exigências feitas no processo número 31.461, de 1938, referente ao cancelamento da carta patente expedida à referida Sociedade.

Diretoria das Rendas Internas, em 7 de dezembro de 1940, — *Antonio Carlos de Barcellos*, secretário.

Diretoria das Rendas Internas

Prova de habilitação para admissão de extranumerário-mensalista, Inspetor XIII, do Serviço de Fiscalização da Garimpagem e Comércio de pedras preciosas:

Faço público, para conhecimento dos interessados, que é o seguinte o resultado final da prova supra:

Class.	N.º insc.	Nome	Pontos
1.º lugar	4.	Antônio de Menezes Júnior.....	88,1
2.º lugar	25.	Leopoldo José Ribeiro.....	88
3.º lugar	26.	Argemiro Queiroz Barbosa.....	86,2
4.º lugar	27.	Aldir de Castro Dantas.....	85
5.º lugar	13.	Humberto Lúrio da Silva.....	84,6
6.º lugar	5.	Laércio Teixeira Brandão.....	81,2
7.º lugar	30.	Rubem de Almeida Serra.....	80,1

8.º lugar	14.	Valter Viana	78,1
9.º lugar	8.	Fernando Bastos Santiago.....	77,5
10.º lugar	3.	José Leonel da Silva Filho.....	74,8
	1.	Paulo Bastone	74,8
11.º lugar	19.	Aristarte Gonçalves Leite.....	71,7
12.º lugar	2.	Armindo Ferreira de Aquino.....	68,5
13.º lugar	26.	Hugo Marinho D'Antona.....	68
14.º lugar	17.	Ari Prestes Vieira.....	65
15.º lugar	20.	Sebastião Rodrigues Alves.....	61,4
16.º lugar	24.	Américo Nicolau de Oliveira.....	60
17.º lugar	21.	Heraldo Espínola Barbosa.....	54,8
18.º lugar	12.	Moisés José Lapa e Silva.....	38

O candidato Júlio Cavalcanti Filgueiras compareceu às provas de prática de serviço e português, não se apresentando à de aritmética. O candidato Antônio Gomes de Oliveira compareceu, apenas, à prova de prática do serviço.

Diretoria das Rendas Internas, em 10 de dezembro de 1940. — *Celso Martins de Araujo*, secretário da Banca Examinadora.

Diretoria das Rendas Internas

Prova de habilitação para admissão de extranumerário-mensalista, Inspetor XIII, do Serviço de Fiscalização da Garimpagem e Comércio de pedras preciosas:

Faço público, para conhecimento dos interessados, que é o seguinte o resultado da parte I (prática do serviço) da prova supra:

N.º insc.	Nome	Pontos
1.	Paulo Bastone	39,8
2.	Armindo Ferreira de Aquino.....	21
3.	José Leonel da Silva Filho.....	28,8
4.	Antônio Menezes Júnior.....	29,1
5.	Laércio Teixeira Brandão.....	22,2
8.	Fernando Bastos Santiago.....	20
11.	Júlio Cavalcanti Filgueiras.....	11,1
12.	Moisés José Lapa e Silva.....	20
13.	Humberto Lúrio da Silva.....	30,6
14.	Valter Viana	24,1
16.	Argemiro Queiroz Barbosa.....	29,2
17.	Ari Prestes Vieira.....	22
19.	Aristarte Gonçalves Leite.....	29,7
20.	Sebastião Rodrigues Alves.....	22,9
21.	Heraldo Espínola Barbosa.....	27,3
23.	Antônio Gomes de Oliveira.....	19,7
24.	Américo Nicolau de Oliveira.....	20
25.	Leopoldo José Ribeiro.....	33,5
26.	Hugo Marinho D'Antona.....	30,5
27.	Aldir de Castro Dantas.....	30
30.	Rubem de Almeida Serra.....	30,1

Diretoria das Rendas Internas, em 9 de dezembro de 1940. — *Celso Martins de Araujo*, secretário da Banca Examinadora.

Diretoria das Rendas Internas

EDITAL

Matéria enviada:

Prova de habilitação para admissão de extranumerário mensalista inspetor XIII — Do Serviço de Fiscalização da Garimpagem e Comércio de Pedras Preciosas.

Faço público, para conhecimento dos interessados, que é o seguinte o resultado da parte II (aritmética), prova supra:

N. de inscrição — Nome — Pontos

1.	Paulo Bastone	7
2.	Armindo Ferreira de Aquino	20
3.	José Leonel da Silva Filho	20
4.	Antônio Menezes Junior	20
5.	Laércio Teixeira Brandão	20
8.	Fernando Bastos Santiago	20
12.	Moises José Lapa e Silva	2
13.	Humberto Lúrio da Silva	20
14.	Valter Viana	17
16.	Argemiro Queiroz Barbosa	20
17.	Ari Prestes Vieira	20
19.	Aristarte Gonçalves Leite	10
20.	Sebastião Rodrigues Alves	4
21.	Heraldo Spinola Barbosa	5
24.	Américo Nicolau de Oliveira	0
25.	Leopoldo José Ribeiro	19
26.	Hugo Marinho D'Antona	6
27.	Aldir de Castro Dantas	20
30.	Rubem de Almeida Serra	20

Diretoria das Rendas Internas, em 9 de dezembro de 1940. — *Celso Martins de Araujo*, secretário da Banca Examinadora.

Diretoria das Rendas Internas

EDITAL

Matéria enviada:

Prova de habilitação para admissão de extranumerário mensalista inspetor XIII, do Serviço de Fiscalização da Garimpagem e Comércio de Pedras Preciosas.

Faço público, para conhecimento dos interessados, que é o seguinte o resultado da parte II (português), da prova supra:

N. de inscrição — Nome — Pontos

1. Paulo Bastone	28
2. Armindo Ferreira de Aquino	27.5
3. José Leonel da Silva Filho	26
4. Antônio de Menezes Junior	39
5. Laércio Teixeira Brandão	39
8. Fernando Bastos Santiago	37.5
11. Júlio Cavalcanti Filgueiras	6
12. Moises José Lapa e Silva	16
13. Humberto Lúrio da Silva	34
14. Valter Viana	37
16. Argemiro Queiroz Barbosa	37
17. Ari Prestes Vieira	23
19. Aristarte Gonçalves Leite	32
20. Sebastião Rodrigues Alves	34.5
21. Herald Spínola Barbosa	22.5
24. Américo Nicolau de Oliveira	31
25. Leopoldo José Ribeiro	35.5
26. Hugo Marinho D'Antona	31.5
27. Aldir de Castro Dantas	35
30. Rubem de Almeida Serra	30

Diretoria das Rendas Internas, em 9 de dezembro de 1940. — *Celso Martins de Araujo*, secretário da Banca Examinadora.

Departamento Nacional do Café

AGÊNCIA DO RIO DE JANEIRO

Para conhecimento dos interessados, tornamos público pelo presente edital que, no processo de apreensão de 2 (duas) sacas de café do despacho n. 1, de 1/9/1938, do Cajuri, para 150 sacas, o senhor diretor deste Departamento proferiu o seguinte:

"Despacho:

Processo de apreensão n. 8/571-R — Agência do Rio de Janeiro — Autuado, João Maffia.

Visto o processo n. 8/571-R, vindo da Agência do Rio de Janeiro, referente à apreensão de duas (2) sacas de café da Quota Retida, safra de 1938/1939, classificado como de tipo inferior a 8, com mais de 1 % de impurezas, e

Atendendo a que dito processo correu os trâmites previstos na Resolução n. 398, expedida a 8/7/1938, pelo Departamento Nacional do Café;

Atendendo a que o infrator não ofereceu defesa, nem requereu a reclassificação do café, dentro do prazo que lhe foi concedido;

Atendendo a que está patente a infração ao disposto no art. 1.º do Decreto-lei n. 51, de 8/12/1937, sendo aplicáveis ao caso as penalidades do art. 3.º do Decreto n. 10.318, de 27/8/1930, combinado com o art. 1.º do Decreto-lei n. 201, de 25/5/1938:

Julgo subsistente o auto de fls. 2, para homologar a apreensão e imponho ao infrator a multa de dez mil réis por saca apreendida.

Baixe o processo à Agência de origem, para os fins declarados no art. 15 e seguintes da Resolução n. 398, de 8/7/1938, depois de feitas, no Contencioso e na Secção de Fiscalização, as devidas anotações.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1940. — *Noraldino Lima*, diretor."

Fica o infrator intimado a, dentro do prazo de dez (10) dias, contados a partir da publicação deste edital, recolher a importância da multa à competente repartição federal, ou efetuar af o seu depósito, se preferir recorrer do despacho acima para o Exmo. Sr. ministro da Fazenda.

O recibo do pagamento da multa, ou do depósito, deverá ser apresentado a esta Agência, dentro do mesmo prazo de dez (10) dias, sob pena de cobrança executiva.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — *H. Furtado*, contador. — *H. Barbosa*, gerente.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Quartel General da 1ª R. M. e 1ª D. I.

O 2º tenente da Reserva Convocado Benjamin Franklin Pacheco d'Ávila, deverá se apresentar no Quartel General da 1ª Região Militar e 1ª Divisão de Infantaria, no prazo de 8 (oito) dias, a contar de 3 (cinco) do corrente, sob pena de ser considerado desertor e consequentemente processado na forma do art. 117 do Código Penal Militar. — Coronel *Alvaro Arêas*, chefe do E. M. R.

Diretoria de Engenharia

COMISSÃO DE COMPRAS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA (ADITAMENTO);

Chama-se a atenção e declara-se aos interessados que, de ordem superior, a concorrência administrativa que se deveria realizar nesta Diretoria, no dia 12 do mês em curso, conforme publicou o *Diário Oficial* do dia 26-11-940, às páginas 22.121 e 22.122, realizar-se-á no dia 20 do corrente, às 14 horas. — *Lio Stein Ferreira*, major, presidente, interino, da C. Cp.

Diretoria do Material Bélico

FÁBRICA DE ITAJUBÁ — MINAS GERAIS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa para fornecimentos diversos, publicado no "Diário Oficial", de 9 do corrente, à página 22.872.

Diretoria do Material Bélico

FÁBRICA DO ANDARAÍ

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa, publicado no *Diário Oficial* de 11 do corrente, à página 23.007.

Escola de Saúde do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso de admissão à matrícula, publicado no *Diário Oficial* de 16 do corrente mês de novembro, à página n. 21.550.

Serviço Técnico de Aeronáutica

SERVIÇO DE-APROVISIONAMENTO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

Rembolsavel

De ordem do senhor tenente coronel diretor geral interino, faço público para conhecimento dos interessados que a partir desta data, acham-se abertas as inscrições para a concorrência administrativa, a realizar-se no dia 18 (dezoito) de dezembro do corrente ano, às 9 horas, para fornecimento de gêneros alimentícios, verduras, frutas e material de limpeza, durante o ano de 1941, observadas as normas aprovadas pelo aviso ministerial n. 4.102 ("D.O." de 8-XI-40).

Rio de Janeiro, Campo dos Afonsos, 6 de dezembro de 1940. — *Alvaro Luiz da Cunha Barbosa*, 2º tenente, gerente.

Serviço de Fundos da Primeira Região Militar

Para os fins de tratar de assunto que lhe diz respeito, deverá comparecer, com urgência, ao Serviço de Fundos da 1ª Região Militar, no Ministério da Guerra, D. Julieta Pinto Ferreira Dória, viúva do capitão Honório Domingues de Menezes Dória. — Tenente-coronel *N. Ribas*, chefe S. F. 1ª R. M.

Inspetoria Geral do Ensino do Exército

CAMPO DE INSTRUÇÃO DE GERICINÓ

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

De ordem do Sr. tenente-coronel diretor do Campo de Instrução de Gericinó, faço público e dou ciência aos interessados que ficam abertas as inscrições para a concorrência de venda de uma locomotiva "A. Borsing", bem como de quatro pranchas belgas para bitola de 0.60 cms., na sede deste estabelecimento, sito à rua São Pedro de Alcântara n. 1.028, na Vila Militar.

As propostas deverão ser entregues até o dia 16 às 10 horas.

Quaisquer outras informações poderão ser prestadas diariamente, na sede deste estabelecimento, das 7 às 16 horas.

Campo de Instrução de Gericinó, 6 de dezembro de 1940. — *Adelão Ramos de Souza*, 1º tenente tesoureiro, interino.

Segunda Região Militar — Segunda Divisão de Infantaria —

INFANTARIA DIVISIONÁRIA

Quartel-General

CAÇAPAVA, ESTADO DE SÃO PAULO

Concorrência administrativa

De ordem do Exmo. Sr. General Agente Diretor desta Unidade Administrativa, faço público que se acha aberta, neste Quartel-General a inscrição para o fornecimento dos artigos e execução dos

serviços constantes dos grupos abaixo discriminados, durante o ano de 1941 (Aviso 4.102).

Procede-se a presente concorrência, de conformidade com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, e as cláusulas seguintes:

I — DA IDONEIDADE DOS CONCORRENTES

1) A idoneidade dos concorrentes será julgada nas diversas Diretorias ou Estabelecimentos, em face da legislação vigente e tendo-se especialmente em vista os seguintes documentos:

a) Registro do contrato social ou da firma individual no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com declaração expressa do capital.

b) Estatutos em original ou *Diário Oficial*, em que se achem publicados, com aprovação e registro, quando forem sociedades anônimas legalmente constituídas, de acordo com o Decreto n. 434, de 4 de julho de 1860;

c) *Diário Oficial* com a publicação do Decreto autorizando a funcionar na República, quando se tratar de firma estrangeira;

d) Quitação dos impostos sobre a renda, municipais e federais, sempre os últimos;

e) Certidão de que trata o § 1.º do art. 33 do Regulamento anexo ao Decreto n. 21.291, de 12 de agosto de 1931 (dois terços), podendo esta exigência ser preenchida até 30 dias após o encerramento da inscrição, em vista das dificuldades que retardam a obtenção desse documento;

f) Declaração, feita no próprio requerimento ou em separado, indicando o ramo de sua indústria ou comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos ou artigos de sua especialidade industrial ou comercial. Esta declaração terá de ser comprovada com a patente de registro;

g) Os documentos relativos aos impostos federais ou municipais prevalecerão até um mês depois da data legal para a sua renovação e o inscrito que não apresentar dentro deste tempo os novos documentos será excluído e não poderá tomar parte nas concorrências;

h) Todos os documentos devem ser apresentados em original ou em certidão legais e serão discriminados nos requerimentos de inscrição.

II — DAS INSCRIÇÕES

1) As inscrições serão feitas mediante requerimento dirigido ao Comandante desta I. D.-2. O requerimento deverá ser acompanhado dos documentos exigidos para a comprovação da idoneidade ou da certidão respectiva.

2) Ainda que munido de procuração legal, não poderá cada licitante representar duas ou mais firmas para fornecimento de um mesmo artigo.

III — DAS CAUÇÕES

1) Os adjudicatários nessas concorrências caucionarão, dentro do prazo de cinco dias, contados da data em que tiverem sido notificados para isso, uma importância de 10 % até a quantidade de 50:000\$000, e mais 5 % sobre a que exceder desta última quantia.

O cálculo será feito de acordo com o máximo provável das encomendas a serem realizadas na vigência da concorrência, ou então de acordo com o montante de cada pedido.

2) Se o concorrente a quem for adjudicado qualquer artigo se negar a fazer a caução, para garantia do fornecimento, será considerado inidôneo, na forma do art. 741, § 2.º R. G. C. P.

IV — DOS PRAZOS DE ENTREGA

1) Nenhum pedido para aquisição de grande vulto poderá ser extraído com prazo de entrega inferior a sessenta dias, salvo se houver declaração escrita do fornecedor interessado, comprometendo-se a atendê-lo em menor prazo ou para entrega imediata.

2) Quando forem entregues a um adjudicatário dois ou mais pedidos extraídos na mesma data, os prazos de entrega serão escalonados de acordo com os programas a serem executados, dentro dos recursos trimestrais das verbas de que dispuserem os estabelecimentos.

3) Os artigos que não satisfizerem às condições de aquisição e forem recusados pela Comissão de recebimento deverão ser substituídos pelo fornecedor, dentro de um prazo fixado pela Administração desde Q. G., que nunca será superior a trinta (30) dias.

V — DAS MULTAS

1) O fornecedor que, sem motivo de força maior, devidamente comprovada, deixar de entregar, dentro do prazo fixado no pedido, os artigos nele incluídos, pagará uma multa progressiva, calculada da seguinte forma, sobre a importância total dos artigos entregues:

a) 0,3 % por dia que exceder do prazo, até quinze dias de atraso;

b) 0,5 % por dia, que exceder do prazo, precedente até 30 dias de atraso.

2) Findo o prazo de trinta (30) dias de atraso, será o material adquirido de quem possa entregá-lo no menor prazo, correndo a diferença do preço por conta do fornecedor faltoso;

3) No caso em que o material seja recusado pela segunda vez, a Administração do estabelecimento interessado poderá cancelá-lo, adquirindo os artigos de quem possa entregá-los no menor prazo, correndo a diferença de preços por conta do adjudicatário faltoso.

VI — RETIRADA DOS ARTIGOS REJEITADOS

1) Os artigos rejeitados deverão ser retirados da sala de entrada dentro de dois (2) dias, contados da data em que o fornecedor tenha sido notificado da decisão da Comissão de Recebimento. Esgotado esse prazo, o fornecedor pagará por dia uma armazenagem correspondente a 0,1 % do valor total da mercadoria rejeitada.

VII — DISPOSIÇÕES GERAIS

1) A abertura das propostas dos licitantes, inscritos, será feita no dia 14 do corrente, às 14 horas, com a presença dos interessados ou de seus representantes habilitados.

2) As propostas, que poderão ser entregues até o início da sessão de abertura, devem ser em duas (2) vias, a primeira das quais devidamente selada, em sobrecarta, devendo mencionar os artigos que o licitante pretende fornecer, com os respectivos preços por extenso e em algarismo, sem ratura, emenda ou entrelinha, além da declaração de que se submete a todas as cláusulas deste Edital.

3) O fornecimento de qualquer artigo caberá ao proponente que houver oferecido o menor preço, não sendo tomadas em consideração quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem as propostas que não contiverem o oferecimento de uma redução sobre as propostas mais baratas.

4) Havendo empate para qualquer artigo entre dois ou mais concorrentes, serão estes convidados a fazer, secretamente e por escrito, a redução que lhe convier, procedendo-se a sorteio, caso nenhum deles queira fazer abatimento.

5) Se for encontrado na praça qualquer artigo rigorosamente igual ao adjudicado na concorrência e cujo preço seja, no mínimo, 10 % abaixo do constante da proposta vencedora, será o mesmo adquirido em detrimento da concorrência.

6) Do mesmo modo os preços apresentados na concorrência realizada pelo Serviço de Intendência Regional, com o acréscimo das despesas de remessa forem mais vantajosos, a aquisição será feita por intermédio daquele Serviço, ficando prejudicada a adjudicação feita por esta Unidade.

7) Não se responsabiliza o Ministério da Guerra por pedidos verbais ou telefônicos ou mesmo escritos, que não se revistam de todas as formalidades legais (declaração de conferido, de autorização de fornecimentos e empenho).

8) As contas de fornecimentos regulares serão liquidadas no prazo máximo de oito (8) dias e pagas dentro de quinze dias.

9) O prazo para entrega dos artigos, para o consumo quinzenal é de 48 horas após a entrega dos pedidos, e de 12 horas para os de consumo diários.

10) As despesas de transporte correrão por conta do fornecedor.

11) Todos os artigos pedidos serão de primeira qualidade. De conformidade com o item IV do artigo primeiro do Decreto-Lei n. 1.705, de 27-10-1939, publicado no Boletim do Exército n. 49, de 4-11-1939, as especificações do fornecimento constarão de avulsos que serão distribuídos por esta Unidade a quem interessar, e um dos quais será afixado na Coletoria Federal de Caçapava. Q. G. em Caçapava, 5 de dezembro de 1940. — Alcides Falcão Macedo, 2º Ten. Int. Almx.

Relação dos grupos de artigos e serviços, que entrarão em

concorrência

a) Artigos:

Expediente;

Material de limpeza;
Ferragens, tintas, vernizes, etc.
Material elétrico;
Roupa e material de cama;
Móveis de madeira;
Móveis de aço;
Combustível e lubrificantes.

b) Prestação de serviços:

Material e serviço de automóvel e viaturas;
Remonte de calçado;
Lavagem de roupa;
Conservação do arrelamento.

Os interessados encontrarão no Almoxarifado desta Unidade a relação discriminativa dos diversos artigos e serviços de cada grupo, acim referidos.

Quartel-General em Caçapava, 5 de dezembro de 1940. — Alcides Falcão Macedo, 2º Ten.-Int.-Almx.

Quartel Região Militar

8º REGIMENTO DE ARTILHARIA MONTADA — POUSO ALEGRE, MINAS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa, publicado no *Diário Oficial* de 11 do corrente, à página 23.009.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de São Paulo

Tendo em vista o que determina o art. 254 e parágrafo único, do Decreto-Lei n. 1.714, de 28 de outubro de 1939 e em obediência ao que preceitua o artigo 156, letra "c" da Constituição Federal, cito o carteiro da classe B do Quadro III do Ministério da Viação e Obras Públicas, com função na sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de S. Paulo — Pirajá Soares, a comparecer no prazo de dez (10) dias, a contar da data da publicação deste edital, das treze às dezesseis horas, perante a Comissão Permanente de Inquéritos, instalada no segundo andar do edifício dos Correios e Telégrafos de São Paulo, afim de prestar declarações sobre o motivo por que vem faltando ao serviço, há mais de trinta dias (30) dias, sem causa justificada, incorrendo, assim, em pena de demissão, por abandono do cargo, nos termos do art. 238, item I, do referido Decreto-Lei n. 1.713. São Paulo, 6 de dezembro de 1940. — O Delegado do Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos em S. Paulo, *João Alcântara da Cunha*.

Departamento dos Correios e Telégrafos

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Concorrência pública para os serviços de condução de malas das linhas postais "Diretoria Regional de São Paulo às estações ferroviárias da Sorocabana e Luz (São Paulo Railway Company)" e "Diretoria Regional de São Paulo à Estação Ferroviária do Norte (Central do Brasil), Sucursal n. 5 e Agências do Belenzinho e Santo Amaro".

I. De ordem do Sr. Delegado do D.C.T., no processo n. 28.982, de 1940 faço público e dou ciência aos interessados que fica aberta, nesta data, a concorrência pública para os serviços de condução de malas das linhas postais "Diretoria Regional de São Paulo às Estações Ferroviárias da Sorocabana e Luz (São Paulo Railway Company)" e "Diretoria Regional de São Paulo à Estação Ferroviária do Norte (Central do Brasil), Sucursal n. 5 e Agências do Belenzinho e Santo Amaro" de conformidade com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública e conforme especificações constantes deste edital.

II. Especificação dos serviços a serem executados na linha "Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo às Estações Ferroviárias da Sorocabana e Luz (São Paulo Railway Company)" do que trata o item I deste edital: Os serviços referentes a esta linha, e que o contratante obriga-se a executar, são os seguintes: a) transporte de malas postais e quaisquer espécies de correspondência, sem limite de peso e volume, entre a sede e as Estações Ferroviárias da Sorocabana e Luz. Com referência ao transporte à Estação da Luz, o contratante obriga-se somente ao seguinte: três viagens semanais da sede a Estação de Luz para o transporte das expedições destinadas ao Estado de Mato Grosso; viagens diárias à referida Estação para o transporte de malas estrangeiras e colis vindos pelo porto de Santos; viagens a referida Estação para o transporte de malas em caso de emergência; viagens diárias a Estação da Luz a do Norte; viagens diárias da Estação do Norte da Luz. b) Com referência a Estação da Sorocabana, o contratante obriga-se a transportar da sede à referida Estação e vice-versa, as malas postais e quaisquer espécies de correspondência sem limite de peso e volume, de e para todos os trens correios, sendo que na volta da viagem feita para transportar as malas que seguem pelo trem M-3 da Sorocabana, conduzirá para a sede toda correspondência postada na agência de Sorocabana, serviço esse que será feito em companhia de um funcionário postal, para isso previamente designado. Esses serviços darão uma média de novecentos e vinte malas para a Estação da Sorocabana e noventa malas para a Estação da Luz.

III. Especificação dos serviços a serem executados na linha "Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo à Estação Ferroviária do Norte (Central do Brasil)" e mais a Sucursal n. 5 e agências do Belenzinho e Santo Amaro" de que trata o item I deste edital. Os serviços referentes a esta linha, e que o contratante obriga-se a executar são os seguintes: a) transporte de malas postais e quaisquer espécies de correspondência, sem limite de peso e volume, entre a sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo e Estação do Norte (Central do Brasil) e vice-versa, de e para todos os trens correios (viagens diárias). b) Viagens diárias entre a Estação do Norte (Central do Brasil) e a Estação da Sorocabana. c) transporte de malas e quaisquer espécies de correspondência entre a sede e a Sucursal n. 5. d) transporte de malas e quaisquer espécies de correspondência entre a sede e as agências do Belenzinho e Santo Amaro. Esses serviços darão uma média diária de novecentos e oitenta e cinco malas para a Estação do Norte e vinte para a Sucursal n. 5 e Agências do Belenzinho e Santo Amaro.

IV. Para inscrever-se na concorrência, deve a firma ou empresa pretendente requerer ao Sr. Delegado do D.C.T. em S. Paulo, até a véspera da concorrência, exibindo os seguintes documentos:

a) recibo de quitação de todos os impostos federais, estaduais e municipais, inclusive o imposto sobre a Renda;

b) certidão relativa ao Decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931;

c) recibo, provando ter efetuado o depósito de 500\$00 (quinhentos mil réis) em dinheiro ou em apólices da Dívida Pública para garantir a apresentação da proposta na concorrência. Essa caução só será retirada pela firma contratante pelos demais concorrentes após a lavratura do contrato;

d) prova de propriedade, livre de onus, das viaturas necessárias à boa e regular execução dos serviços dos transportes das malas postais.

V. No dia 2 de janeiro próximo futuro, os concorrentes julgados idôneos e por isso inscritos, apresentarão no Gabinete do Delegado do D.C.T. em São Paulo, suas propostas, que serão recebidas até às 13 horas pela Comissão designada pela Portaria n. 2.172 de 9 do corrente mês para julgar a concorrência.

1. As propostas serão apresentadas em 4 vias, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo o proponente declarar que se submete inteiramente a todas as condições deste edital, devendo conter os preços globais por extensão e em algarismos, devendo a 1.ª via ser selada de acordo com a lei.

2. As propostas serão entregues em envólucros fechados e lacrados, rubricados, folha a folha, pelos concorrentes.

3. Abertos os envólucros, cada concorrente presente rubricará as propostas dos demais, lavrando-se, a seguir, uma ata, em que serão mencionados os nomes dos concorrentes com os respectivos preços e outras ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação.

4. Nenhuma proposta será aceita, desde que exceda as quantias de 50:400\$000 (cincoenta e seis contos e quatrocentos mil réis) para os serviços da linha "Diretoria Regional de São Paulo às Estações Ferroviárias Sorocabana e Luz (São Paulo Railway)" e a quantia de 68:400\$000 (sessenta e oito contos e quatrocentos mil réis), para os serviços da linha "Diretoria Regional de São Paulo à Estação Ferroviária do Norte (Central do Brasil) e agências do Belenzinho e Santo Amaro e Sucursal n. 5.

VI. No ato de assinarem os contratos, os concorrentes adjudicados apresentarão os recibos da Caixa Econômica Federal, provando ter feito, para os serviços de cada linha postal os depósitos de réis 5:700\$000 (cinco contos e setecentos mil réis) e 4:700\$000 (quatro contos e setecentos mil réis), respectivamente, para os serviços das linhas "Diretoria Regional de São Paulo à Estação Ferroviária do Norte (Central do Brasil), Sucursal n. 5 e agências do Belenzinho e Santo Amaro" e "Diretoria Regional de São Paulo à Estação Ferroviária da Sorocabana e Luz (São Paulo Railway)", depósitos esses também que poderão ser realizados em moeda corrente ou em apólices da Dívida Pública ao portador.

1. Os depósitos de que trata o presente artigo respondem como garantia da execução dos serviços de transporte, e só poderão ser retirados pelos contratantes depois de haver sido cumpridos integralmente os respectivos contratos.

2. Se, dentro de oito dias úteis, contados da data da publicação do julgamento da concorrência, não comparecerem à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo os proponentes escolhidos para assinarem os contratos, perderão a favor da Fazenda Nacional a caução de que trata a letra c do art. 4.º. A juízo do Sr. Delegado do D. C. T., serão convidados a assinarem os contratos, sucessivamente, os demais concorrentes, na ordem em que tiverem sido classificados.

VII. Os contratos a serem feitos só produzirão efeitos a partir da data do registro pelo Tribunal de Contas, ficando o seu prazo de validade adstrito ao ano de 1941, podendo ser renovados nos anos seguintes de 1942 e 1943, se o orçamento da União consignar crédito para o custeio da despesa e se convier às partes contratantes.

VIII. Os proponentes deverão declarar que se submetem a todos os dispositivos do Regulamento Geral de Contabilidade Pública e, bem assim, aos do Decreto-lei n. 425, de 12 de maio de 1938, não lhes cabendo qualquer indenização se a presente concorrência for anulada.

IX. Todas as demais particularidades referentes aos serviços de que é objeto esta concorrência serão fornecidas na Chefia do Tráfego Postal da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo.

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo, em 9 de dezembro de 1940. O presidente da comissão, Gedofredo Gomes Ferraz, oficial administrativo, classe K.

São Paulo, 9 de dezembro de 1940. — Pela cópia, *Olga Mandarano*. — Confere. — *Alberto Pinto dos Santos*. — Visto. — *João Alcântara*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento de Administração

DIVISÃO DO MATERIAL

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DESIGNADA PARA PROCEDER A CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DESTINADO À POLICLÍNICA DOS PESCADORES DO RIO DE JANEIRO.

As treze horas do dia cinco de dezembro de mil novecentos e quarenta, reuniu-se, no gabinete do Sr. Diretor da Divisão de Material do Departamento de Administração, do Ministério da Agricultura, a comissão designada para proceder a concorrência adminis-

trativa para fornecimento de material destinado à Policlínica dos Pescadores do Rio de Janeiro, sendo a mesma composta pelo senhor Jorge José de Lima, Oficial Administrativo K, que presidiu a sessão, Heloisa Elvira Suckow de Oliveira, Oficial Administrativo I, e Júlia Isabel Duarte, Escriitória E. Aberta a sessão, verificou-se que as seguintes firmas apresentaram proposta: Moreira Barbosa & Companhia Ltda., Lutz Ferrando e A. Rodrigues Costa. Examinados os documentos de idoneidade e achados de acordo, foram os mesmos devolvidos aos interessados. Procedeu-se então a abertura das propostas, sendo as mesmas rubricadas pelo Sr. Presidente da comissão e pelos representantes das firmas Moreira Barbosa e A. Rodrigues Costa, tendo a firma Lutz Ferrando deixado de fazê-lo por não se ter feito representar, havendo entregue os documentos de idoneidade e as propostas, devidamente colocadas em envelopes fechados, antes das treze horas. Em seguida, foram organizados os quadros comparativos, verificando-se empate nos itens 43, 53 e 95, tendo as firmas empatantes sido convidadas a apresentar proposta de desempate dentro de vinte e quatro horas. O Sr. Presidente deu, então, por encerrada a sessão, e, para constar, eu, Júlia Isabel Duarte, lavrei a presente aat que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por toda a comissão. — *Jorge José de Lima.* — *Heloisa Elvira Suckow de Oliveira.* — *Júlia Isabel Duarte.* Confere com o original. — *Heloisa E. Suckow de Oliveira*, oficial administrativo I. Visto. — *Almachio de Campos*, chefe de seção.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA

EDITAL N. 29

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à registro vitivinícola publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.085.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA

EDITAL N. 30

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à registro de vinhos compostos publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.085/86.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA

EDITAL N. 31

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à análise de vinagre publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.086.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA

EDITAL N. 32

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à produtos de uso enológico publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.086.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

De ordem do senhor Procurador Geral ficam convidados a comparecer no prazo de quinze (15) dias, na Procuradoria Geral do Trabalho, sita à Esplanada do Castelo, 4º andar, afim de ser observado o que dispõe o art. 1º, do Decreto n. 24.742, de 14 de julho de 1934, os interessados abaixo relacionados:

- P. 89-39 — Nelson Torres.
- P. 161-39 — Dermalindo Manoel da Silva.
- P. 1.157-39 — Antônio da Silva Ferreira.
- P. 1.202-34 — Dário Amaral.
- P. 1.235-39 — Artur de Souza Massa.
- P. 1.396-39 — Francisco Luiz.
- P. 2.349-39 — Oscar Herculano da Costa.
- P. 2.459-39 — João Batista Alves.
- P. 2.785-39 — José Joaquim da Cruz Filho.
- P. 3.003-39 — José Corrêa Lira.
- P. 3.045-39 — Sebastião José de Oliveira.

- P. 3.231-39 — Antônio de Almeida Pereira.
- P. 3.721-39 — Julieta Gomes.
- P. 4.037-39 — José Pires.
- P. 4.057-39 — Manoel Corrêa Romão.
- P. 4.207-39 — José Medeiros de Coimbra.
- P. 4.341-39 — João Batista dos Santos.
- P. 4.391-39 — Benjamin Gama.
- P. 4.443-39 — Abelardo Nunes de Oliveira.
- P. 4.530-39 — Gerarda Campos Moreira.
- P. 4.532-39 — Irací de Barros.
- P. 4.713-39 — João de Almeida.
- P. 5.259-39 — José Cândido Bonifácio Pereira.
- P. 5.923-39 — Joaquim de Miranda Lopes.
- P. 6.137-39 — Francisco Contrera.
- P. 6.192-39 — Manoel de Freitas Pereira.
- P. 6.357-39 — José Dias Duarte.
- P. 6.460-39 — Prodomos Zefiropoulos.
- P. 7.909-39 — Antônio Pereira de Souza Filho.
- P. 10.159-39 — Sabino Francisco dos Santos.
- P. 10.212-39 — Manoel Lopes de Oliveira.
- P. 11.167-39 — José Aquino Borges.
- P. 11.688-39 — Juan Gonzalez Pampilon.
- P. 12.039-39 — Amélia de Carvalho.
- P. 12.665-39 — Dirce dos Santos.
- P. 12.737-39 — José Gapski.
- P. 12.738-39 — Benjamin Gualberto Ferreira.
- P. 13.362-40 — José Ferreira.
- P. 13.363-40 — Manoel Rodrigues de Castro.
- P. 13.364-40 — Maria Isabel da Conceição.

Rio de Janeiro, D. F. 10 de dezembro de 1940. — *Epaminondas Mello.*

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

De ordem do senhor Procurador Geral ficam convidados a comparecer, no prazo de trinta (30) dias, na Procuradoria Geral do Trabalho, sita à Esplanada do Castelo, 4º andar, afim de ser observado o que dispõe o art. 1º, do Decreto n. 24.742, de 14 de julho de 1934, os interessados abaixo relacionados:

- P. 3.143-40 — Panificação São Leopoldo Ltda.
- P. 4.610-40 — Américo Campos.
- P. 4.701-40 — Ribeiro & Pacheco.
- P. 5.255-40 — José Pasquinelli.
- P. 6.697-40 — Adalberto Alves Machado.
- P. 8.272-40 — Vital Ramos de Castro.
- P. 8.281-40 — Casa Record Ltda.
- P. 10.336-40 — Srul Gornic.
- P. 11.060-39 — Laboratório 666 do Brasil S/A.

Rio de Janeiro, D. F. 10 de dezembro de 1940. — *Epaminondas Mello.*

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

De ordem do senhor Procurador Geral ficam convidados a comparecer no prazo de quinze (15) dias, na Procuradoria Geral do Trabalho, sita à Esplanada do Castelo, 4º andar, afim de ser observado o que dispõe o art. 1º, do Decreto n. 24.742, de 14 de julho de 1934, os interessados abaixo relacionados:

- P. 12.099-40 — Ademar Teles.
- P. 11.612-40 — Jacob Acha.
- P. 11.881-40 — Olímpio José Tavares.
- P. 11.885-40 — Justino de Souza Neto.
- P. 12.100-40 — Pedro Alves do Nascimento.
- P. 12.117-40 — Higinio Lozano.
- P. 12.118-40 — Francisco Blanco.
- P. 12.119-40 — Curt Vohs.
- P. 12.122-40 — Geminiano Joaquim Alves.
- P. 12.120-40 — José Rodrigues Pinto.
- P. 12.123-40 — Emilio Buckendahl.
- P. 12.186-40 — Alvaro Fernandes Pinto.
- P. 12.219-40 — José Lopes de Campos.
- P. 12.220-40 — Daniel Rodrigues Leite.
- P. 12.221-40 — Vicente Vieira de Macedo.
- P. 12.125-40 — Augusto Candeias.
- P. 12.191-40 — Abel Mamede de Oliveira Soares.
- P. 12.206-40 — Manoel Pereira da Silva.
- P. 12.214-40 — Hermano Ferreira de Moura Filho.
- P. 12.215-40 — Salema Feijó.
- P. 12.216-40 — Mário da Silveira Pinto.
- P. 12.217-40 — Manoel dos Santos.
- P. 25-39 — João Alves Freitas.
- P. 9.073-39 — Adélia Costa.
- P. 9.822-39 — Antônio dos Santos Berchior.
- P. 10.967-39 — Francisco Alves.
- P. 11.904-39 — Luiz da Silva Guimarães.

Rio de Janeiro, D. F. 7 de dezembro de 1940. — *Epaminondas Mello.*

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

PÚBLICA FORMA

Certidão — Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de número quatorze mil quinhentos e vinte um, protocolado no livro respectivo desta Repartição em sete de novembro de mil novecentos e quarenta, certifico que está devidamente registrada sob o número trinta e sete mil setecentos e cinco (37.705), a procuração de gerente em que a Fábrica Nacional de Parafuso Santa Rosa, Sociedade Anônima, com sede em São Paulo e filial nesta capital, outorgou ao seu gerente, nesta capital, o Sr. Aldo Colombo Rafaello Toledano. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Seção. — Sobre duas estampilhas federais no valor total de \$30 e um selo de Educação de \$200. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1940. — Antonio Pinto Penna. Visto. — Celso Esteves, diretor da Seção. — Carimbo de indicação de firmas do tabelião Mozart Lago. — Reconheço a firma de Celso Esteves. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940. Em test.^o (signal público) da verdade. — Pedro Fernandes Sampaio. Carimbo deste Cartório. Era o que se continha no documento ora transcrito, ao qual me reporto; tendo do mesmo fielmente extraído a presente pública forma, que vai subscrita e assinada, em público e raso, por mim, tabelião interino, aos 6 de dezembro de 1940. Eu, Dante Guarinello, tabelião interino, a subscrevo e assino em público e raso. — Em test.^o (signal público) da verdade, Dante Guarinello. Conferida por mim tabelião. (assinatura ilegível). (C. 10.907 — 10-12-1940 — 89\$8 — 2 vezes)

SOCIEDADES ANÔNIMAS

CASA BANCÁRIA JÚLIO REGO

Carta patente n. 1.693

Rua São Pedro n. 22, 1.^o

BALANCETE DE 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Títulos descontados	466:210\$000
Caixa: Em cofre e no Banco do Brasil	41:336\$800
Moveis & utensílios	4:316\$400
Depósitos	1:872\$000
Diversas contas	28:134\$300
	541:869\$500

Passivo

Capital	250:000\$000
Contas correntes:	
Prazo fixo	255:500\$000
Aviso prévio	10:295\$000
Movimento	6:524\$500
	272:319\$500
Diversas contas	19:550\$000
	541:869\$500

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1940. — Julio Rego. — Apulcho Prestes de Muros, contador.
(C 10.951 — 11-12-940 — 67\$3)

'A PATRIMONIAL' S. A. — SEÇÃO BANCÁRIA

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Títulos da Dívida Pública	11:013\$200
Apólices a prestações	147:500\$000
Prestamistas	95:370\$000
Caixa	5:549\$500
Diversas contas	13:152\$400
	272:585\$100

Passivo

Capital	20:000\$000
Certificados de apólices	147:500\$000
Seção de Administração	65:152\$900
Diversas contas	39:932\$200
	272:585\$100

M. Moraes e Castro, contador. — J. Carneiro, diretor.
(C 10.921 — 11-12-940 — 40\$8)

THE BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA, LTD.

(Em liquidação)

Estabelecido em 1863

Autorizado a funcionar no Brasil, conforme carta patente n. 1.031, de 7 de novembro de 1932

Casa matriz: Londres

BALANCETE ENCERRADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Compreendendo as filiais de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Pernambuco e Baía

Ativo

Letras e efeitos a receber:

Letras do exterior	12:037\$500
Letras do interior	172:229\$700
	184:267\$200

Valores em liquidação	11.834:352\$300
Empréstimos em contas correntes	9.493:359\$400
Valores caucionados	145:484\$800
Valores depositados	221:836\$000
Perdas em diversos exercícios	4.206:797\$700
Correspondentes do estrangeiro	22:025\$000
Títulos e fundos pertencentes ao banco	547:500\$000
Depósitos com aviso prévio em outros bancos	4.800:000\$000
Moveis e utensílios	1:102\$900

Caixa:

Em moeda corrente	3:223\$300
No Banco do Brasil	4.161:575\$300
Em outros bancos	16:006\$800
Lucros e perdas	185:266\$000
	35.822:796\$700

Passivo

Capital	20.000:000\$000
Fundos de reserva especial (contra valores em liquidação)	8.808:550\$700
Depósitos em contas correntes limitadas (sem juros)	409:119\$600
Depósitos em contas correntes (sem juros)	441:544\$200

Depósitos em 3/de cobranças:

Do exterior	12:037\$500
Do interior	172:229\$700
Títulos em caução e em depósito	367:320\$800
Casa Matriz	4.073:992\$100
Correspondentes do estrangeiro	21:483\$500
Letras a pagar	4:085\$900
Cobranças em suspenso	700:411\$300
Diversas contas	812:015\$400
	25.822:796\$700

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — Pelo The British Bank of South America, Ltd. (em liquidação), A. H. Sharp. — C. L. P. Trapaud, pp. liquidantes.

(C 10.952 — 11-12-940 — 128\$5)

BANCO FRANCÊS E ITALIANO PARA A AMÉRICA DO SUL

Sociedade Anônima

Capital — Frs. 100.000.000

Fundo de reservas — Frs. 121.000.000

Sede Central: Paris

Sucursais e agências

Brasil: Araraquara — Baía — Barretos — Birigui — Botucatu — Caxias — Curitiba — Jaú — Mococa — Ourinhos — Paranaguá — Pinhal — Ponta Grossa — Presidente Prudente — Porto Alegre — Recife — Ribeirão Preto — Rio de Janeiro — Rio Grande — Rio Preto — Santos — São Carlos — São José do Rio Pardo — São Manuel — São Paulo Uberlândia.

Argentina: Buenos Aires — Rosário de Santa Fé — Chile: Santiago — Valparaíso — Colômbia: Barranquilla — Bogotá — Medellín — Uruguai: Montevideu.

SITUAÇÃO DAS CONTAS DAS FILIAIS NO BRASIL, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo		
Letras descontadas	98.814:472\$500	
Letras e efeitos a receber:		
Letras do exterior	31.914:338\$300	
Letras do interior	133.549:249\$200	165.463:587\$500
Empréstimos em contas correntes	122.980:372\$150	
Valores depositados	163.249:517\$500	
Correspondentes no estrangeiro	10.064:483\$100	
Títulos e fundos pertencentes ao Banco	19.116:905\$900	
Caixa:		
Em moeda corrente	27.488:953\$200	
Em C/C à nossa disposição:		
No Banco do Brasil	61.736:709\$400	
Em outros Bancos	2.331:253\$200	91.556:915\$800
Diversas contas	15.983:532\$900	
		687.229:787\$440

Passivo		
Capital declarado das filiais no Brasil	30.000:000\$000	
Lucros em suspenso	5.400:000\$000	
Depósitos em contas correntes:		
Depósitos à vista	157.877:400\$270	
Depósitos a prazo fixo	91.328:006\$930	249.205:407\$200
Depósitos em conta de cobrança	166.245:521\$000	
Títulos em depósito	163.249:517\$500	
Agências e filiais	8.211:095\$600	
Casa matriz	7.583:716\$600	
Correspondentes no estrangeiro	4.674:746\$400	
Diversas contas	52.659:780\$050	
		687.229:787\$440

São Paulo, 9 de dezembro de 1940. — A diretoria, *Apollinari*.
— O contador, *Clerte*.

C — 10.953 — 11-12-940 — 132\$6).

BANCO ÍTALO-BELGA

(Sociedade Anônima)

Capital	Frs. 100.000.000
Reservas	Frs. 100.000.000

Sede social: Antuérpia (Bélgica)

Sucursais:

Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Campinas.
Argentina: Buenos Aires.
Uruguai: Montevideo.
França: Paris.
Inglaterra: Londres.

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940, DAS SUCURSAIS NO BRASIL

Ativo		
Letras descontadas	10.838:643\$100	
Letras e efeitos a receber:		
Do interior	8.350:568\$800	
Do exterior	42.030:811\$100	50.381:379\$900
Empréstimos em conta corrente	45.752:893\$188	
Valores caucionados	34.863:708\$229	
Valores depositados	28.461:674\$440	
Caixa matriz, agências e filiais	17.698:363\$748	
Correspondentes do estrangeiro	6.910:226\$104	
Correspondentes do interior	438:062\$410	
Caixa:		
Em moeda corrente	3.553:283\$240	
Em cheques	315:487\$000	
No Banco do Brasil	11.742:973\$800	
Em outros bancos	1.692:750\$200	17.304:494\$240
Diversas contas	51.157:879\$460	
		263.807:324\$819

Passivo

Capital declarado, para as sucursais no Brasil	12.000:000\$000
Depósito em conta corrente:	
Contas correntes com juros	16.386:711\$531
Contas correntes sem juros	4.771:186\$050
Limitadas	1.825:875\$800
Depósito a prazo fixo	8.531:953\$500
	31.515:727\$481
Títulos em caução e em depósito	113.706:762\$569
Caixa matriz, agências e filiais	41.243:070\$719
Correspondentes do estrangeiro	9.572:261\$782
Correspondentes do interior	30:461\$500
Diversas contas	55.739:040\$768
	263.807:324\$819

Banco Ítalo-Belga, S. A. — Rio, 10 de dezembro de 1940. —
Zamith, contador. — D. Carlier. — E. De Preter.

(C 10.900 — 11-12-940 — 122\$4)

SOCIEDADES CIVIS

CAIXA BENEFICENTE DIVINO ESPÍRITO SANTO

Estácio de Sá

EXTRATO DOS ESTATUTOS

(Reforma)

Fundada nesta Capital onde tem sede sem prazo, fundo social em constituição, tem por único fim fornecer aos herdeiros ou sucessores legítimos dos sócios falecidos quantia fixa para funerais e luto. — Será administrada, por uma Diretoria de três membros: Presidente (que será o seu representante em Juízo e fora dele) Secretário e tesoureiro. Os sócios não respondem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pela administração. Em caso de dissolução de caixa, o saldo apurado reverterá em favor da Irmandade do Divino Espírito Santo do Estácio de Sá. Os seus estatutos só poderão ser reformados após 4 anos de vigência.

A diretoria.

(C 10.919 — 11-12-1940 — 24\$5).

ANÚNCIOS

Sociedade Anônima Martinelli

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Srs. Acionistas para, no dia 16 do corrente, às dezesseis horas, se reunirem na sede social, à Avenida Rio Branco n. 26, em assembléia geral extraordinária, para procederem à eleição da Diretoria para o ano de 1941.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — A diretoria.

(C — 10.882 — 9-12-40 — 39\$8 — 3 vezes)

Cinédia Sociedade Anônima

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocam-se os senhores acionistas para uma assembléia geral extraordinária, no próximo dia 16 do corrente, às 14 horas na sede da sociedade, à rua Abílio ns. 26 e 32, afim de deliberarem o seguinte:

- eleição da diretoria;
- aumento do capital;
- reforma dos estatutos;

d) cumprimento do disposto no art. 179 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940. — Adhemar de Almeida Gonzaga, diretor-presidente-tesoureiro. — Mauro Camargo, diretor-secretário.

(C — 10.911 — 10-12-40 — 36\$7 — 2 vezes)

Companhia Bancária Aurea Brasileira

Sede: Avenida Rio Branco n. 138

SEÇÃO DE APÓLICES

Aviso

Por falta de pagamento foram cancelados por caducidade os certificados de venda de apólices abaixo relacionados:

Referências: SP- 87.047; SP-157.154; SP-157.163; SP-158.001; SP-260.038; SP-308.472; SP-308.576; SP-308.684; SP-308.830; SP-309.011; SP-309.047; MA-855.332; DF-426.810; H-225.561; H-309.036; C- 86.989; C-161.736; C-161.789; C-161.791; C-161.793; C-187.097; C-261.507; X-156.394; X-156.464; X-161.109; X-186.779; D-161.130; M-861.048; M-970.578; G-308.993; ABC-32.914; ABC-36.064; ABC-36.067; ABC-36.069; ABC-819.598; ABC-938.124; AU-156.356; AU-161.740; AU-161.744; AU-225.457; AU-261.520; AU-261.550; AU-261.694; R- 24.569; RL- 65.070; RL- 86.787; RL- 87.176; RL- 87.178; RL-141.701; RL-156.474; RL-156.502; RL-156.516; RL-156.530; RL-156.534; RL-156.827; RL-157.044; RL-157.048; RL-157.069; RL-157.075; RL-157.538; RL-157.542; RL-157.801; RL-157.802; RL-157.805; RL-157.856; RL-157.863; RL-157.887; RL-157.892; RL-157.893; RL-157.899; RL-157.902; RL-157.903; RL-157.904; RL-157.907; RL-157.908; RL-160.892; RL-160.944; RL-161.693; RL-161.696; RL-161.787; RL-174.150; RL-174.184; RL-225.412; RL-225.461; RL-225.478; RL-225.968; RL-228.979; RL-254.871; RL-255.136; RL-255.187; RL-259.841; RL-260.136; RL-261.073; RL-261.161; RL-261.226; RL-261.320; RL-261.659; RL-261.836; RL-308.420; RL-308.422; RL-308.428; RL-308.477; RL-308.577; RL-308.653; RL-308.656; RL-308.735; RL-308.778; RL-308.969; RL-309.087; RL-309.170; R-367.655; RL-367.934; RL-449.414; RL-688.302.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — A diretoria.

(C 10.895 — 11/12/1940 — 449\$8, 3 vezes)

Casa do Estudante do Brasil

Assembléia geral dos Conselhos e da Comissão Executiva

A presidente da Casa do Estudante do Brasil convoca os Conselhos Consultivos e Patrimonial e a Comissão Executiva desta Fundação para uma sessão conjunta no próximo dia 13 de dezembro, sexta-feira, às 17 horas, na qual, de acordo com o art. 31 dos Estatutos, será apresentada pela Diretoria à aprovação da Assembléia um projeto de reforma dos mesmos.

(C — 10.894 — 11-12-40 — 12\$2)

Abrigo Tereza de Jesus

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De ordem do Sr. Presidente, convido os Srs. Associados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede deste Abrigo, à rua Ibituruna n. 53, às 20 horas, do dia 13 do corrente mês, para leitura do relatório de 1939, do parecer do Conselho Fiscal e aprovação das contas referentes ao mesmo exercício, bem como proceder-se à eleição do Conselho Fiscal que deverá servir no corrente ano.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — Antenor de Castro, Secretário.

(C — 10.885 — 9-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Brasília Obras Públicas, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas da Sociedade Anônima Brasília Obras Públicas a se reunirem em assembléia geral ordinária que se realizará na sede social, à Avenida Rio Branco n. 257, 4.º andar, às 14,30 horas do dia 23 de dezembro do corrente ano, afim de resolverem sobre a eleição da Diretoria e assuntos de interesses gerais.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — O presidente, Candido Torres Guimarães.

(C — 10.904 — 10-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Brasília Imobiliária, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas da Sociedade Anônima Brasília Imobiliária, a se reunirem em assembléia ordinária que se realizará em 23 de dezembro do corrente ano, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 257, 4.º andar, às 15,30 horas, afim de resolverem sobre a eleição da Diretoria e assuntos imobiliários e de interesses gerais.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — O presidente, doutor Alvaro M. de Oliveira Castro.

(C — 10.903 — 10-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Instituto Científico São Jorge, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com a deliberação da Diretoria são convidados os senhores acionistas do Instituto Científico São Jorge S.A., a reunir no próximo dia 21 do corrente, pelas 17 horas, na sede social à rua Senador Dantas, 41, em assembléia geral extraordinária, com a seguinte ordem do dia:

a) Tomar conhecimento do levantamento da relação dos atuais acionistas, conforme deliberação da assembléia geral extraordinária de 26 de novembro próximo passado; e,

b) Confirmar a remuneração ao Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — O Diretor-Administrativo, Salvador Aldifacio Battaglia.

(C—10.925—11-12-940—58\$1—3 vezes).

Sindicato dos Educadores Brasileiros

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

3.ª e última convocação

O "Sindicato dos Educadores Brasileiros", com sede à Praça Mauá n. 7, Edifício da "A Noite", sala 1.418 — 14.º andar, na forma do § 2.º do art. 2.º da Portaria SCM-337, de 31 de julho de 1940, baixada pelo Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, convoca pelo presente edital, nos termos do art. 31 dos atuais Estatutos, os seus associados, para a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 13 (treze) de dezembro do corrente mês sexta-feira, às 17 horas, em sua sede social, com o fim de se proceder a adaptação dos Estatutos e do enquadramento social à nova lei sindical. (Decs. leis 1.402, 2.353 e 2.381). Tratando-se de terceira e última convocação e da relevância do assunto a ser discutido, necessário se torna a presença dos senhores associados, pois, não havendo maioria, o assunto em questão será deliberado com qualquer número de Associados presentes. — *Jurueña de Mattos*, 1.º secretário.

(C—10.924—11-12-940—22\$1).

Sindicato dos Industriais em Calçados e Couros

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1.ª convocação

São convidados todos os sócios quites do Sindicato, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, à rua da Constituição, 6-1.º andar, no dia 18 do corrente, às 10 horas, afim de deliberar sobre a adaptação à nova organização sindical, instituída pelo Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939, reforma dos Estatutos e interesses gerais.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — A Diretoria.

(C—10.899—11-12-940—16\$3).

Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

2.ª convocação

Não se tendo reunido número legal de acionistas na assembléia geral extraordinária, convocada para ontem de novo os convido a se reunirem no dia 17 do corrente, às 15 horas, na sede da Companhia, à rua do Rosário n. 116, 3.º andar, afim de resolverem sobre a reforma dos estatutos de conformidade com o que determina a nova lei das Sociedades Anônimas, Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

As ações ao portador deverão ser depositadas no escritório da Companhia, até três dias antes da reunião.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1940. — Americo Ludolf, diretor-presidente.

(C—10.898—11-12-940—67\$3—3 vezes).

General Electric, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 27 de dezembro corrente, às 14 horas, na sede social de General Electric S.A., à Avenida Almirante Barroso n. 81, 10.º andar, nesta Capital, afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre os seguintes assuntos do interesse social, na conformidade da nova lei das sociedades por ações;

a) reforma dos estatutos, incluindo o aumento do capital da sociedade, de acordo com a proposta da diretoria;

b) eleição do conselho fiscal.

Os documentos relativos ao projeto de reforma dos estatutos acima referido acham-se desde já à disposição dos senhores acionistas, na sede social.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — A Diretoria.

(C—10.896—11-12-940—64\$3—3 vezes).

Caixa Beneficente da Guarda Civil**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

De ordem do Sr. presidente e de acordo com o art. 86, letra a dos Estatutos em vigor, convido os associados a tomarem parte na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 14 do corrente às 18 horas, na sua sede social, para o fim acima indicado. — *Romualdo Paschoal da Silva*, 1.º secretário.

(C—10.923—11-12-940—12§2).

Sindicato Profissional dos Corretores de Seguros**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os senhores sócios quites a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, às 15 horas do dia 20 do corrente (sexta-feira), na sede social à rua Uruguaiana n. 134-sobrado, para discussão e aprovação dos novos Estatutos, sua adaptação ao novo regime sindical, instituído pelo Decreto-lei ns. 1.402, de 5 de julho de 1939, 2.353 e 2.381 e Portaria Ministerial SGM-337, de 29, 9 e 31 de julho de 1940, respectivamente.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C—10.920—11-12-940—17§3).

D e c l a r a ç ã o

Veuve Louis Leib & Comp., estabelecidos com casa de empréstimos sobre penhores, à rua Imperatriz Leopoldina n. 22, nesta Capital, comunicam que encerraram as suas operações com a realização do último leilão efetuado em 26 de novembro de 1940.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — Veuve Louis Leib & Companhia, *Otto Haase*, gerente.

Reconheço a firma Otto Haase.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — Em testemunho sinal público) da verdade, *José Carlos de Montreuil*, substituto.

(C — 10.847 — 10-12-40 — 142§8 — 10 vezes)

Companhia Construtora Baerlein**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Convocação**

Convidam-se os senhores acionistas a comparecer à assembléia geral extraordinária, a se realizar no dia 20 de dezembro do corrente ano, às 15 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 134, 6.º andar, afim de tomarem deliberação de interesse geral.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *A diretoria*.

(C — 10.917 — 10-12-40 — 39§8 — 3 vezes)

Preço do número de hoje \$400

IMPrensa NACIONAL
AVENIDA RODRIGUES ALVES N. 1

Tendo passado a funcionar os serviços da Secção de Redacção dos órgãos oficiais à avenida Rodrigues Alves n. 1, deve todo o expediente das repartições federais e da Prefeitura do Distrito Federal ser encaminhado para essa nova instalação da Imprensa Nacional.